

Justiça Eleitoral

Justiça

em números

2014



PODER JUDICIÁRIO



CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA

Justiça em Números 2013

Conselho Nacional de Justiça

Presidente Ministro Ayres Britto

Corregedora Nacional de Justiça Ministra Nancy Andrighi

Conselheiros Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Ana Maria Duarte Amarante Brito
Deborah Ciocci
Guilherme Calmon Nogueira da Gama
Saulo José Casali Bahia
Flavio Portinho Sirangelo
Rubens Curado Silveira
Luiza Cristina Fonseca Frischeisen
Gilberto Valente Martins
Gisela Gondin Ramos
Paulo Eduardo Pinheiro Teixeira
Emmanoel Campelo de Souza
Fabiano Augusto Martins Silveira

Secretário-Geral Fabricio Bittencourt da Cruz

Diretor-Geral Carlos Roberto Gonçalves

Departamento de Pesquisas Judiciárias

Diretor Executivo Fabyano Alberto Stalschmidt Prestes

Diretora de Projetos Fernanda Paixão Araújo Pinto

Diretora Técnica Thamara Duarte Cunha Medeiros

Pesquisadores Daniel Augusto Vila-Nova
Ganem Amiden Neto
Paula Karina Rodriguez Ballesteros
Santiago Falluh Varella

Estatísticos Filipe Pereira da Silva
Gabriela Moreira
Jaqueline Barbão
Igor Stemler

Apoio à Pesquisa Danielly dos Santos Queiros
Pâmela Tieme Barbosa Aoyama
Pedro Amorim
Raquel da Veiga Araújo de Meneses
Raquel Wanderley da Cunha
Ricardo Marques

Sumário

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.	5
1.1. Recursos Financeiros	5
1.1.1. G1 - Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral em Relação ao PIB Estadual no ano base	5
1.1.2. G2 - Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral em Relação à Despesa Pública	8
1.1.3a. DRH - Despesa com Recursos Humanos(R\$)	11
1.1.3b. G3 - Despesa com Recursos Humanos em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral	14
1.1.4. G4 - Despesa com Bens e Serviços e de Capital em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral	17
1.1.5. G5 - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Permanente em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral	20
1.1.6. G5a - Despesa com Pessoal Ativo e Encargos em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral	23
1.1.7. G5b - Despesa com Pessoal Inativo e Instituidores de Pensão em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral	26
1.1.8. G6 - Despesa com Custeio e Capital em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral	29
1.1.9. G7 - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral por habitante(R\$)	32
1.1.10. G8 - Despesas com Pleitos Eleitorais em relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral	35
1.1.11. G9 - Despesas com Pleitos Eleitorais por Eleitor(R\$)	38
1.1.12. G10 - Despesas com Serviço Extraordinário de Servidores em Relação à Despesa Total do Pleito Eleitoral	41
1.1.13. G11 - Despesas com Serviço Extraordinário de Terceirizados em Relação à Despesa Total do Pleito Eleitoral	44
1.1.14. Inf1 - Despesa com Tecnologia da Informação em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral	47
1.1.15. Mag - Total de Magistrados do Tribunal Regional Eleitoral	50
1.1.16. TS - Total de Servidores: Força de Trabalho do Tribunal Regional Eleitoral	53
1.1.17. FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados do Tribunal Regional Eleitoral	56
1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos	59
1.2.1. F1 - Cargos de Magistrado Existentes por 100.000 habitantes	59
1.2.2. F3 - Força de Trabalho do Tribunal Regional Eleitoral por 100.000 Habitantes	62
1.2.3. F4a - Servidores do Quadro Efetivo do Tribunal Regional Eleitoral por 100.000 Habitantes	65
1.2.4. F4b - Força de Trabalho Auxiliar do Tribunal Regional Eleitoral por 100.000 Habitantes.	68
1.2.5. F4c - Cargos Efetivos Existentes no Tribunal Regional Eleitoral por 100.000 Habitantes.	71
1.2.6. F4d - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes em Relação aos Cargos Efetivos Existentes no Tribunal Regional Eleitoral.	74
1.2.7. F4e - Total de Pessoal Requisitado Extraordinariamente em Relação ao Total de Servidores do Tribunal Regional Eleitoral.	77
1.2.8. Inf2 - Número de Computadores por Usuário no Tribunal Regional Eleitoral.	80
1.2.9. UE - Número de eleitores por Urna no Tribunal Regional Eleitoral	83
1.2.10. Dm ² - Área útil em Relação à Área Total do Tribunal Regional Eleitoral (em Metros Quadrados).	86
1.2.11. Pm ² - Força de Trabalho Total em Relação à Área Útil do Tribunal Regional Eleitoral (em metros quadrados).	89
1.2.12. ProcML - Espaço Utilizado em Relação ao Espaço Disponível para Arquivamento de Processos Judiciais (em Metros Lineares) no Tribunal Regional Eleitoral.	92
1.2.13. UEMC - Espaço Utilizado em Relação ao Espaço Disponível para Armazenamento de Urnas Eletrônicas (em Metros Cúbicos) no Tribunal Regional Eleitoral.	95
1.2.14. Cn2º - Casos Novos no 2º Grau	98
1.2.15. Cp2º - Casos Pendentes no 2º Grau	101
1.2.16. T Baix2º - Total de Processos Baixados no 2º Grau	104
1.2.17. Dec2º - Total de Decisões que põem fim à relação processual no 2º Grau	107
1.2.18. Ch2º - Casos Novos por 100.000 habitantes no Tribunal Regional Eleitoral	110
1.2.19. Cm2º - Casos Novos por Magistrado no Tribunal Regional Eleitoral	113

1.2.20. Cs2º - Casos Novos por Servidor no Tribunal Regional Eleitoral	116
1.2.21. K2º - Carga de Trabalho dos Magistrados no Tribunal Regional Eleitoral	119
1.2.22. TC2º - Taxa de Congestionamento no Tribunal Regional Eleitoral	122
2. Litigiosidade	125
2.1. Litigiosidade de 2º Grau	125
2.1.1. DTM2º - Decisões Terminativas de Processo por Magistrado no Tribunal Regional Eleitoral	125
2.1.2. ProcEI2º - Índice de Processos Eletrônicos no Tribunal Regional Eleitoral	128
2.1.3. TbCn2º - Processos Baixados por Caso Novo no 2º grau	131
2.1.4. Rx2º - Recorribilidade Externa de 2º grau	134
2.1.5. Rin2º - Recorribilidade Interna no Tribunal Regional Eleitoral	137
2.2. Litigiosidade do 1º Grau	140
2.2.1. Cn1º - Casos Novos no 1º Grau	140
2.2.2. Cp1º - Casos Pendentes no 1º Grau	143
2.2.3. TBAix1º - Total de Processos Baixados no 1º Grau	146
2.2.4. Sent1º - Total de Sentenças no 1º Grau	149
2.2.5. Ch1º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 1º Grau	152
2.2.6. Cm1º - Casos Novos por magistrado no 1º Grau	155
2.2.7. Cs1º - Casos Novos por Servidor no Tribunal Regional Eleitoral no 1º Grau.	158
2.2.8. K1º - Carga de trabalho dos magistrados no 1º Grau	161
2.2.9. TC1º - Taxa de congestionamento no 1º Grau	164
2.2.10. SM1º - Sentenças por Magistrado no 1º Grau	167
2.2.11. ProcEI1º - Índice de Processos Eletrônicos no 1º Grau	170
2.2.12. TbCn1º - Processos Baixados por Caso Novo no 1º Grau	173
2.2.13. Rx1º - Recorribilidade Externa de 1º Grau	176
2.2.14. Rin1º - Recorribilidade Interna na Fase de Conhecimento do 1º Grau	179
2.2.15. Rd1º - Reforma de Decisão no 1º Grau	182
2.3. Litigiosidade Total	185
2.3.1. Ch - Casos Novos por 100.000 habitantes	185
2.3.2. Cm - Casos Novos por Magistrado	188
2.3.3. Cs - Casos Novos por Servidor	191
2.3.4. K - Carga de Trabalho dos Magistrados	194
2.3.5. TC - Taxa de Congestionamento	197
2.3.6. SM - Sentenças / Decisões Terminativas de Processo por Magistrado	200
2.3.7. ProcEI - Índice de Processos Eletrônicos	203
2.3.8. TbCn - Processos Baixados por Caso Novo	206

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

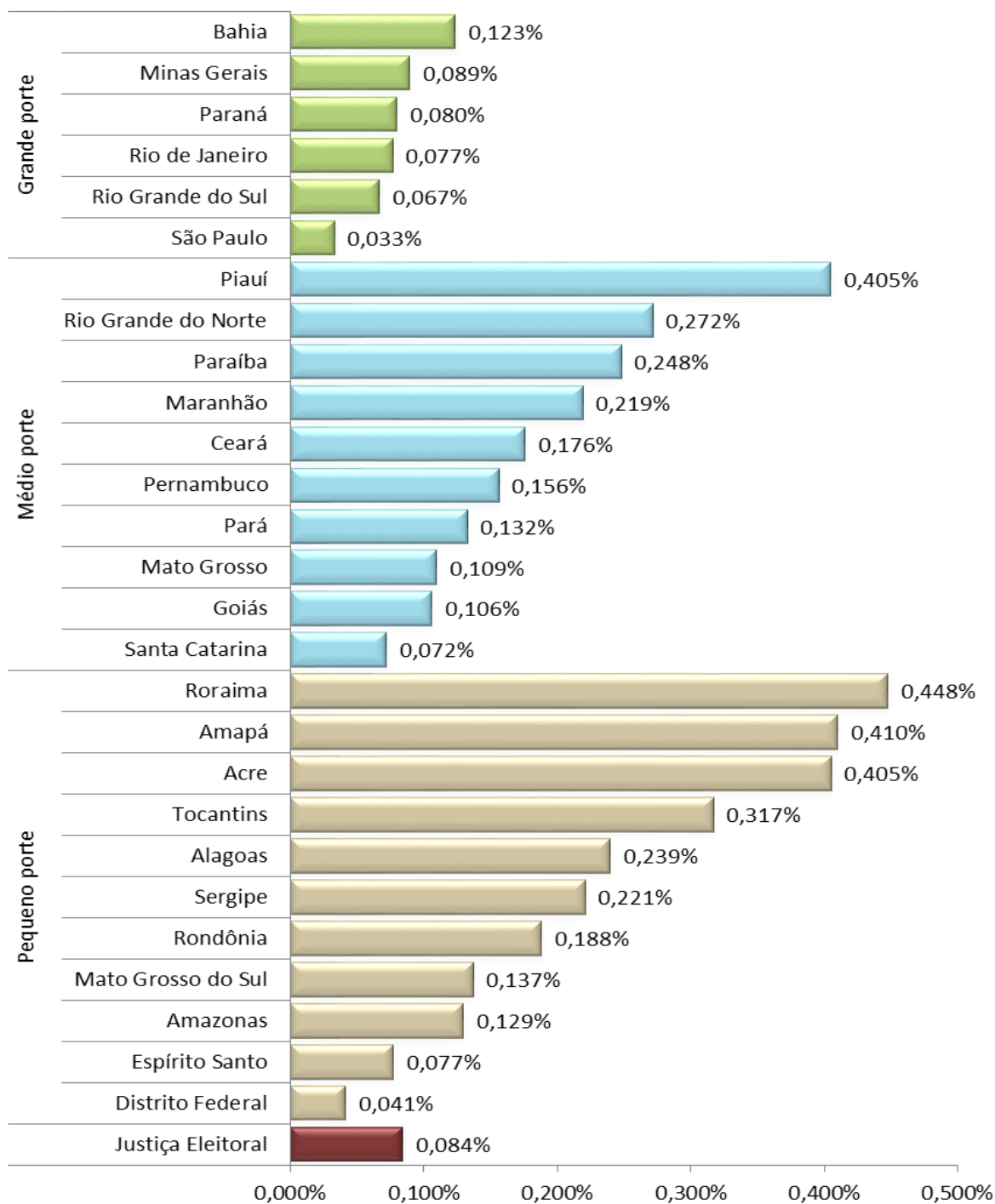
1.1.1. G1 - Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral em Relação ao PIB Estadual no ano base

Tabela 1.1 G1 - Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral em Relação ao PIB Estadual no ano base

Tribunal Regional Eleitoral	Dpj - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral	PIB - Produto Interno Bruto	G1 - Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral em Relação ao PIB Estadual no ano base
Acre	41.610.992	10.269.501.550	0,405%
Alagoas	79.811.990	33.327.569.091	0,239%
Amazonas	97.509.173	75.383.734.035	0,129%
Amapá	42.945.308	10.472.302.648	0,410%
Bahia	230.096.768	186.684.498.411	0,123%
Ceará	180.875.472	102.740.363.270	0,176%
Distrito Federal	79.516.280	192.071.869.238	0,041%
Espírito Santo	87.846.137	114.080.266.665	0,077%
Goiás	137.724.275	129.932.407.188	0,106%
Maranhão	133.550.843	60.940.929.410	0,219%
Minas Gerais	401.995.054	450.928.211.229	0,089%
Mato Grosso do Sul	78.681.404	57.502.002.760	0,137%
Mato Grosso	91.063.470	83.397.214.293	0,109%
Pará	136.712.530	103.193.631.312	0,132%
Paraíba	102.674.281	41.389.073.790	0,248%
Pernambuco	190.361.412	121.904.714.342	0,156%
Piauí	116.296.072	28.734.309.695	0,405%
Paraná	222.728.652	279.516.549.038	0,080%
Rio de Janeiro	414.536.881	539.933.810.437	0,077%
Rio Grande do Norte	114.514.718	42.159.044.676	0,272%
Rondônia	61.189.890	32.508.798.908	0,188%
Roraima	36.350.010	8.117.161.780	0,448%
Rio Grande do Sul	205.425.609	307.854.475.349	0,067%
Santa Catarina	142.168.802	197.405.392.081	0,072%
Sergipe	67.572.019	30.593.434.857	0,221%
São Paulo	517.591.519	1.575.820.385.779	0,033%
Tocantins	66.840.640	21.088.348.167	0,317%
Justiça Eleitoral	4.078.190.199	4.837.949.999.999	0,084%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.1 G1 - Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral em Relação ao PIB Estadual no ano base



Glossário:

G1 - Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral em Relação ao PIB Estadual no ano base

Finalidade: Medir quanto a despesa total do Tribunal Regional Eleitoral representa em relação ao PIB Estadual produzido no ano-base.

Fórmula: $G1 = Dpj / PIB$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Dpj - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional Eleitoral, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.
- PIB - Produto Interno Bruto: Representa a soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços finais produzidos na região sob jurisdição do Tribunal e suas unidades judiciárias durante um período determinado (Fonte: IBGE).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

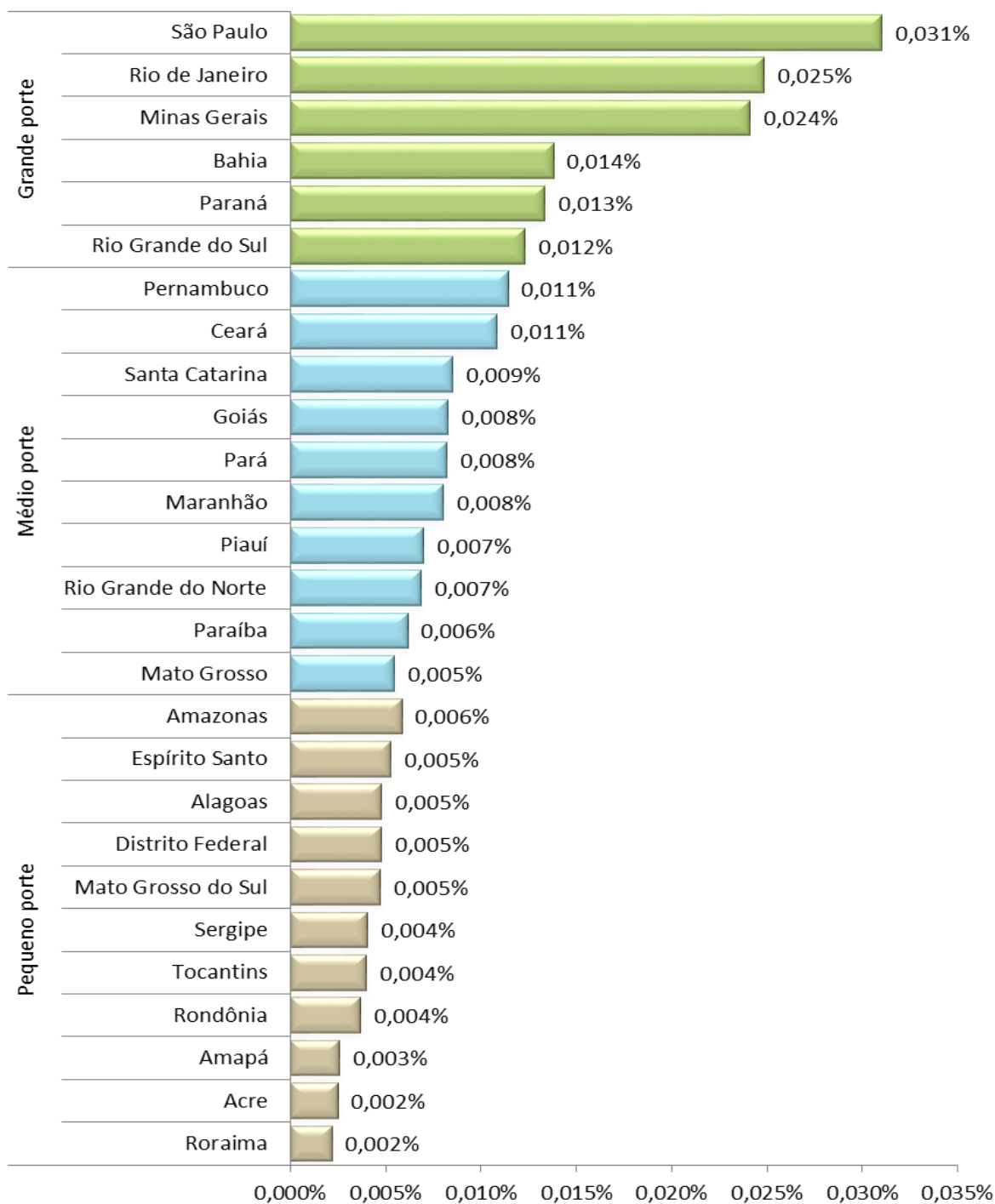
1.1.2. G2 - Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral em Relação à Despesa Pública

Tabela 1.2 G2 - Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral em Relação à Despesa Pública

Tribunal Regional Eleitoral	Dpj - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral	GT - Gastos Totais	G2 - Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral em Relação à Despesa Pública
Acre	41.610.992	1.667.660.463.126	0,002%
Alagoas	79.811.990	1.667.660.463.126	0,005%
Amazonas	97.509.173	1.667.660.463.126	0,006%
Amapá	42.945.308	1.667.660.463.126	0,003%
Bahia	230.096.768	1.667.660.463.126	0,014%
Ceará	180.875.472	1.667.660.463.126	0,011%
Distrito Federal	79.516.280	1.667.660.463.126	0,005%
Espírito Santo	87.846.137	1.667.660.463.126	0,005%
Goiás	137.724.275	1.667.660.463.126	0,008%
Maranhão	133.550.843	1.667.660.463.126	0,008%
Minas Gerais	401.995.054	1.667.660.463.126	0,024%
Mato Grosso do Sul	78.681.404	1.667.660.463.126	0,005%
Mato Grosso	91.063.470	1.667.660.463.126	0,005%
Pará	136.712.530	1.667.660.463.126	0,008%
Paraíba	102.674.281	1.667.660.463.126	0,006%
Pernambuco	190.361.412	1.667.660.463.126	0,011%
Piauí	116.296.072	1.667.660.463.126	0,007%
Paraná	222.728.652	1.667.660.463.126	0,013%
Rio de Janeiro	414.536.881	1.667.660.463.126	0,025%
Rio Grande do Norte	114.514.718	1.667.660.463.126	0,007%
Rondônia	61.189.890	1.667.660.463.126	0,004%
Roraima	36.350.010	1.667.660.463.126	0,002%
Rio Grande do Sul	205.425.609	1.667.660.463.126	0,012%
Santa Catarina	142.168.802	1.667.660.463.126	0,009%
Sergipe	67.572.019	1.667.660.463.126	0,004%
São Paulo	517.591.519	1.667.660.463.126	0,031%
Tocantins	66.840.640	1.667.660.463.126	0,004%
Justiça Eleitoral	4.078.190.199	1.667.660.463.126	0,245%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.2 G2 - Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral em Relação à Despesa Pública



Glossário:

G2 - Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral em Relação à Despesa Pública

Finalidade: Medir quanto a despesa total do Tribunal Regional Eleitoral representa em relação à despesa pública total da União no ano-base.

Fórmula: $G2 = Dpj / GT$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Dpj - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional Eleitoral, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.
- GT - Gastos Totais: O total da Despesa Pública da União (Fonte: STN).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

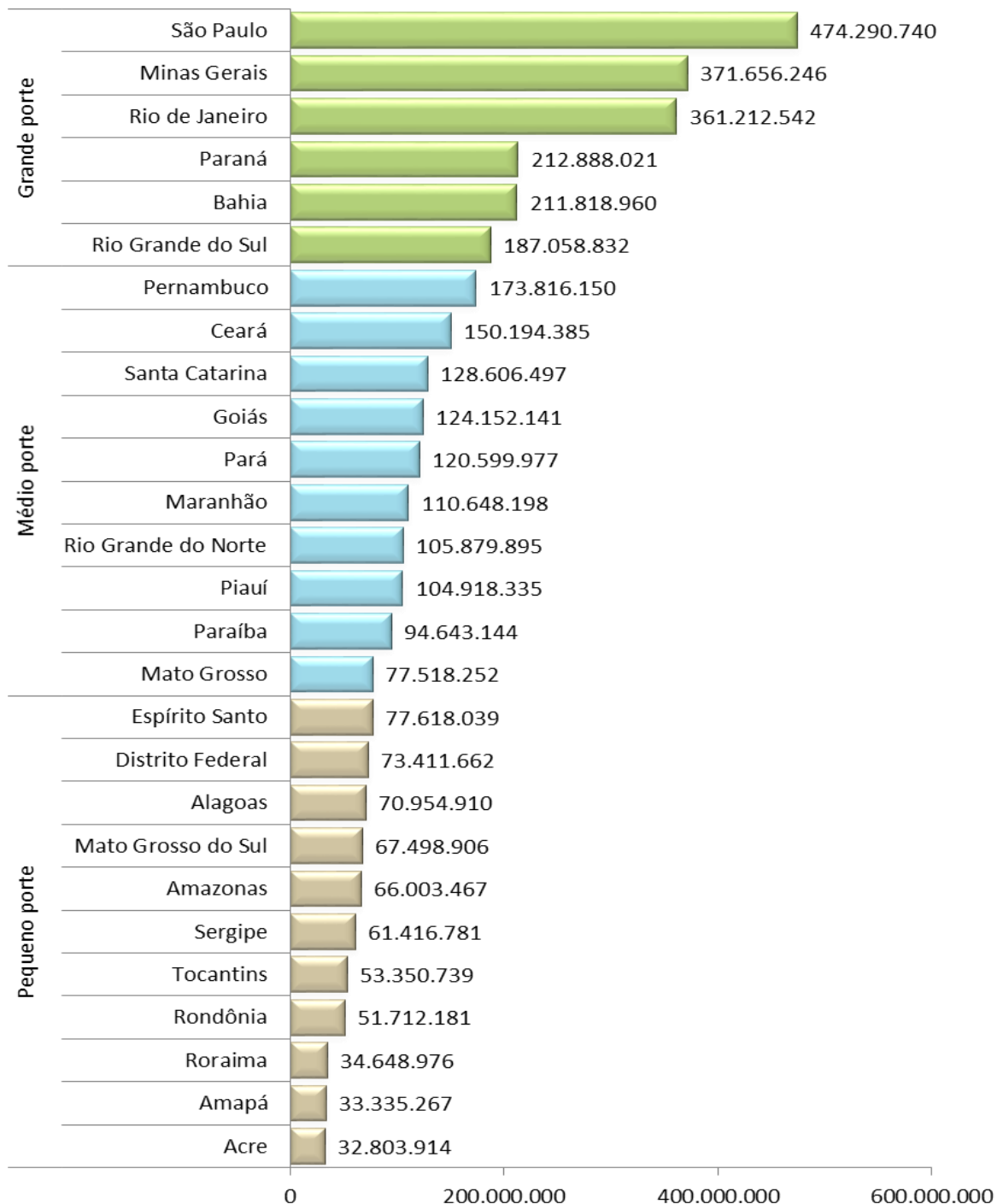
1.1.3a. DRH - Despesa com Recursos Humanos(R\$)

Tabela 1.3 DRH - Despesa com Recursos Humanos(R\$)

Tribunal Regional Eleitoral	DRem - Despesas com Remuneração, Proventos e Pensão	DBen - Despesas com Benefícios	DEnc - Despesas com Encargos	DTer+DEst - Despesas com Terceirizados e Estagiários	Dip - Outras Despesas Indenizatórias e Indiretas com Recursos Humanos
Acre	24.597.225	2.360.602	3.277.842	1.962.140	606.105
Alagoas	55.453.355	4.749.447	7.900.233	2.177.386	674.490
Amazonas	47.564.307	4.907.250	7.947.816	2.125.403	3.458.691
Amapá	21.740.192	2.257.589	3.254.402	5.375.378	707.706
Bahia	168.155.032	11.970.625	21.793.774	7.204.057	2.695.473
Ceará	118.700.548	10.397.460	14.963.261	4.474.569	1.658.548
Distrito Federal	50.529.273	5.203.278	5.874.763	11.165.389	638.959
Espírito Santo	60.241.834	4.667.769	8.042.454	4.246.720	419.262
Goiás	94.518.811	8.409.634	12.565.782	5.852.116	2.805.799
Maranhão	86.297.520	7.484.658	10.727.334	6.120.101	18.585
Minas Gerais	295.161.070	25.303.536	39.567.530	8.988.544	2.635.567
Mato Grosso do Sul	53.171.690	4.120.352	6.844.586	2.579.276	783.002
Mato Grosso	58.119.167	5.186.398	7.670.195	4.782.037	1.760.455
Pará	86.558.810	8.059.452	11.080.947	11.104.067	3.796.700
Paraíba	72.436.386	6.167.888	10.188.264	3.857.174	1.993.432
Pernambuco	135.001.638	12.353.999	17.864.251	6.183.481	2.412.780
Piauí	79.842.050	6.445.055	10.751.500	5.819.519	2.060.211
Paraná	170.334.956	8.355.223	19.869.763	11.687.602	2.640.477
Rio de Janeiro	293.466.985	19.894.842	30.170.208	16.360.512	1.319.994
Rio Grande do Norte	82.600.806	6.215.584	9.179.417	4.889.419	2.994.669
Rondônia	38.187.361	3.413.151	5.364.215	2.997.979	1.749.475
Roraima	25.748.694	2.127.966	3.678.984	2.244.875	848.456
Rio Grande do Sul	150.452.689	11.331.261	19.236.261	4.732.862	1.305.759
Santa Catarina	99.596.910	7.307.842	12.385.702	7.897.935	1.418.107
Sergipe	47.101.612	3.729.559	6.067.266	3.666.598	851.747
São Paulo	383.706.564	30.046.554	46.610.999	11.545.460	2.381.163
Tocantins	39.032.932	3.836.939	5.458.673	3.905.022	1.117.173
Justiça Eleitoral	2.838.318.417	226.303.912	358.336.421	163.945.621	45.752.784

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.3 DRH - Despesa com Recursos Humanos(R\$)



Glossário:

DRH - Despesa com Recursos Humanos(R\$)

Fórmula: $DRH = DRem + DBen + DEnc + DTer + DEst + Dip$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **DRem - Despesas com Remuneração, Proventos e Pensão:** As despesas efetivamente realizadas com remuneração, proventos e pensão, independentemente da nomenclatura adotada (subsídio, vencimentos, gratificações, vantagens pessoais; adicionais; abonos, parcelas incorporadas, férias), tanto para magistrados e servidores ativos quanto para inativos e instituidores de pensão, como também para servidores que não integram o quadro efetivo (cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), pagas à conta dos recursos consignados ao TRE no orçamento geral da União no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.
- **DBen - Despesas com Benefícios:** As despesas efetivamente realizadas com benefícios, independentemente da nomenclatura adotada (auxílio-funeral, auxílio-reclusão, auxílio-natalidade, auxílio-creche, auxílio pré-escolar, auxílio-invalidez, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, assistência médica e odontológica), tanto para magistrados e servidores ativos quanto para inativos e instituidores de pensão, como também para servidores que não integram o quadro efetivo (cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), pagas à conta dos recursos consignados ao TRE no orçamento da União no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.
- **DEnc - Despesas com Encargos:** As despesas efetivamente realizadas com encargos incidentes sobre a folha de pessoal, referentes a magistrados e servidores ativos, inclusive os servidores que não integram o quadro efetivo (cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), pagas à conta dos recursos consignados ao TRE no orçamento geral da União no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.
- **DTer+DEst - Despesas com Terceirizados e Estagiários:** As despesas efetivamente realizadas com terceirizados (prestadores de serviços não-eventuais, locação de mão de obra e autônomos, que não substituem mão de obra do Quadro de Pessoal) e estagiários, incluída, no caso de autônomos, a contribuição patronal pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento do Estado, no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores e os contratos de prestação de serviço que envolvam mão de obra eventual (obras, reformas, etc.).
- **Dip - Outras Despesas Indenizatórias e Indiretas com Recursos Humanos:** As despesas efetivamente realizadas com indenizações (ajuda de custo, diárias, transporte, auxílio moradia, licença-prêmio convertida em pecúnia) e as indiretas relacionadas a recursos humanos (passagens e locomoção, gastos com cursos de treinamento e de capacitação), tanto para magistrados e servidores ativos quanto para servidores que não integram o quadro efetivo (cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), pagas à conta dos recursos consignados ao TRE no orçamento geral da União, no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

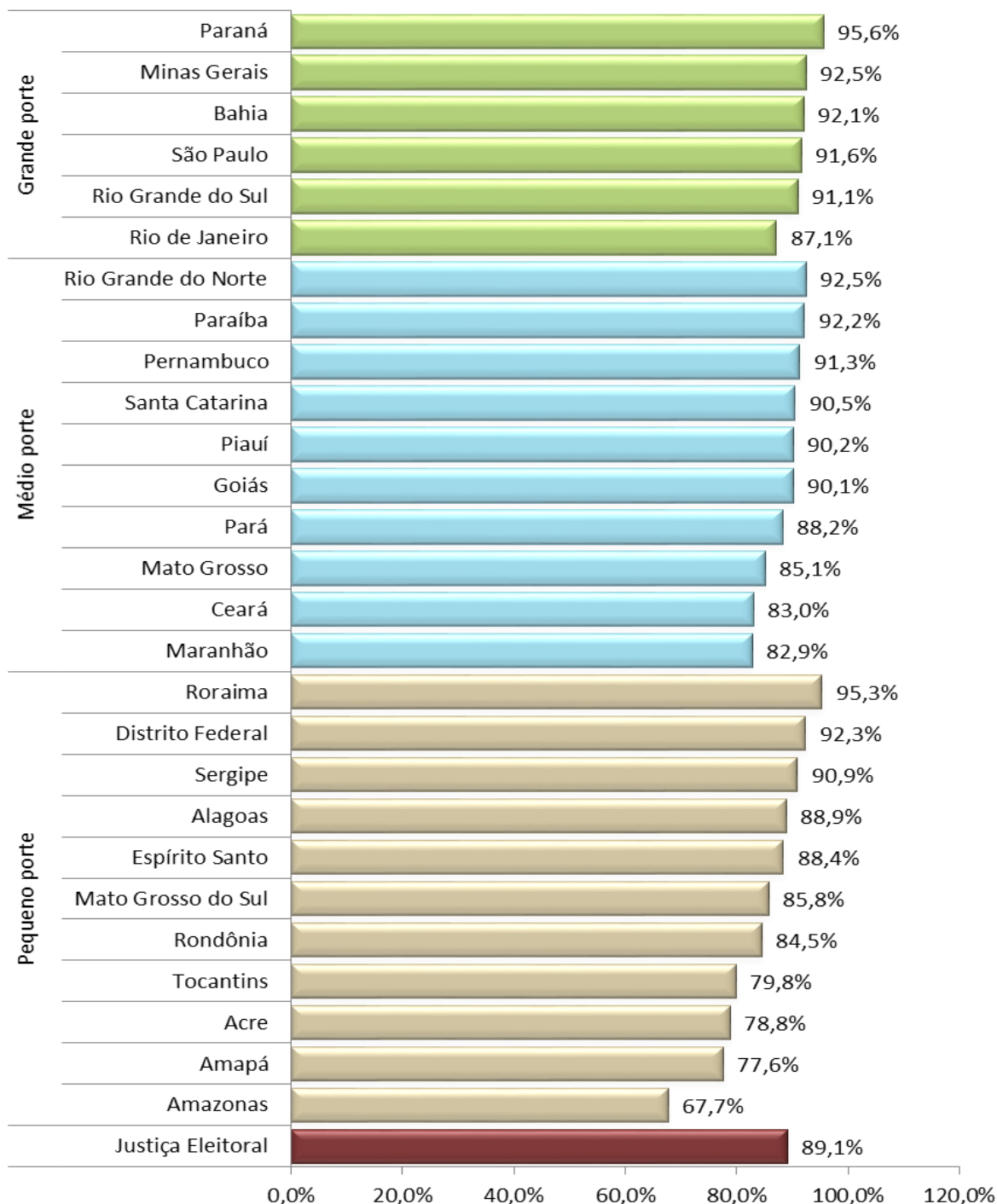
1.1.3b. G3 - Despesa com Recursos Humanos em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral

Tabela 1.4 G3 - Despesa com Recursos Humanos em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral

Tribunal Regional Eleitoral	DRH - Despesa com Recursos Humanos(R\$)	Dpj - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral	G3 - Despesa com Recursos Humanos em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral
Acre	32.803.914	41.610.992	78,8%
Alagoas	70.954.910	79.811.990	88,9%
Amazonas	66.003.467	97.509.173	67,7%
Amapá	33.335.267	42.945.308	77,6%
Bahia	211.818.960	230.096.768	92,1%
Ceará	150.194.385	180.875.472	83,0%
Distrito Federal	73.411.662	79.516.280	92,3%
Espírito Santo	77.618.039	87.846.137	88,4%
Goiás	124.152.141	137.724.275	90,1%
Maranhão	110.648.198	133.550.843	82,9%
Minas Gerais	371.656.246	401.995.054	92,5%
Mato Grosso do Sul	67.498.906	78.681.404	85,8%
Mato Grosso	77.518.252	91.063.470	85,1%
Pará	120.599.977	136.712.530	88,2%
Paraíba	94.643.144	102.674.281	92,2%
Pernambuco	173.816.150	190.361.412	91,3%
Piauí	104.918.335	116.296.072	90,2%
Paraná	212.888.021	222.728.652	95,6%
Rio de Janeiro	361.212.542	414.536.881	87,1%
Rio Grande do Norte	105.879.895	114.514.718	92,5%
Rondônia	51.712.181	61.189.890	84,5%
Roraima	34.648.976	36.350.010	95,3%
Rio Grande do Sul	187.058.832	205.425.609	91,1%
Santa Catarina	128.606.497	142.168.802	90,5%
Sergipe	61.416.781	67.572.019	90,9%
São Paulo	474.290.740	517.591.519	91,6%
Tocantins	53.350.739	66.840.640	79,8%
Justiça Eleitoral	3.632.657.155	4.078.190.199	89,1%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.4 G3 - Despesa com Recursos Humanos em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral



Glossário:

G3 - Despesa com Recursos Humanos em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral

Finalidade: Medir quanto a despesa com recursos humanos representa em relação à despesa total do Tribunal Regional Eleitoral no ano-base.

Fórmula: $G3 = DRH / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DRH - Despesas com Recursos Humanos: As despesas com recursos humanos efetivamente realizadas, independentemente da nomenclatura adotada (remuneração, ajuda de custo, diárias, passagens e locomoções, auxílio moradia, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, auxílio pré-escolar, auxílio-funeral, auxílio-natalidade, serviço extraordinário, assistência médica e odontológica, encargos, gastos com cursos de treinamento e de capacitação, e outros benefícios assistenciais), tanto para magistrados e servidores ativos quanto para inativos e instituidores de pensão, como também para servidores que não integram o quadro efetivo (cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), estagiários e terceirizados (prestadores de serviços não-eventuais, locação de mão de obra e autônomos, que não substituem mão de obra do Quadro de Pessoal), pagas à conta dos recursos consignados ao TRE no orçamento geral da União no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores e os contratos de prestação de serviços que envolvam mão de obra eventual (obras, reformas etc.).
- Dpj - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional Eleitoral, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

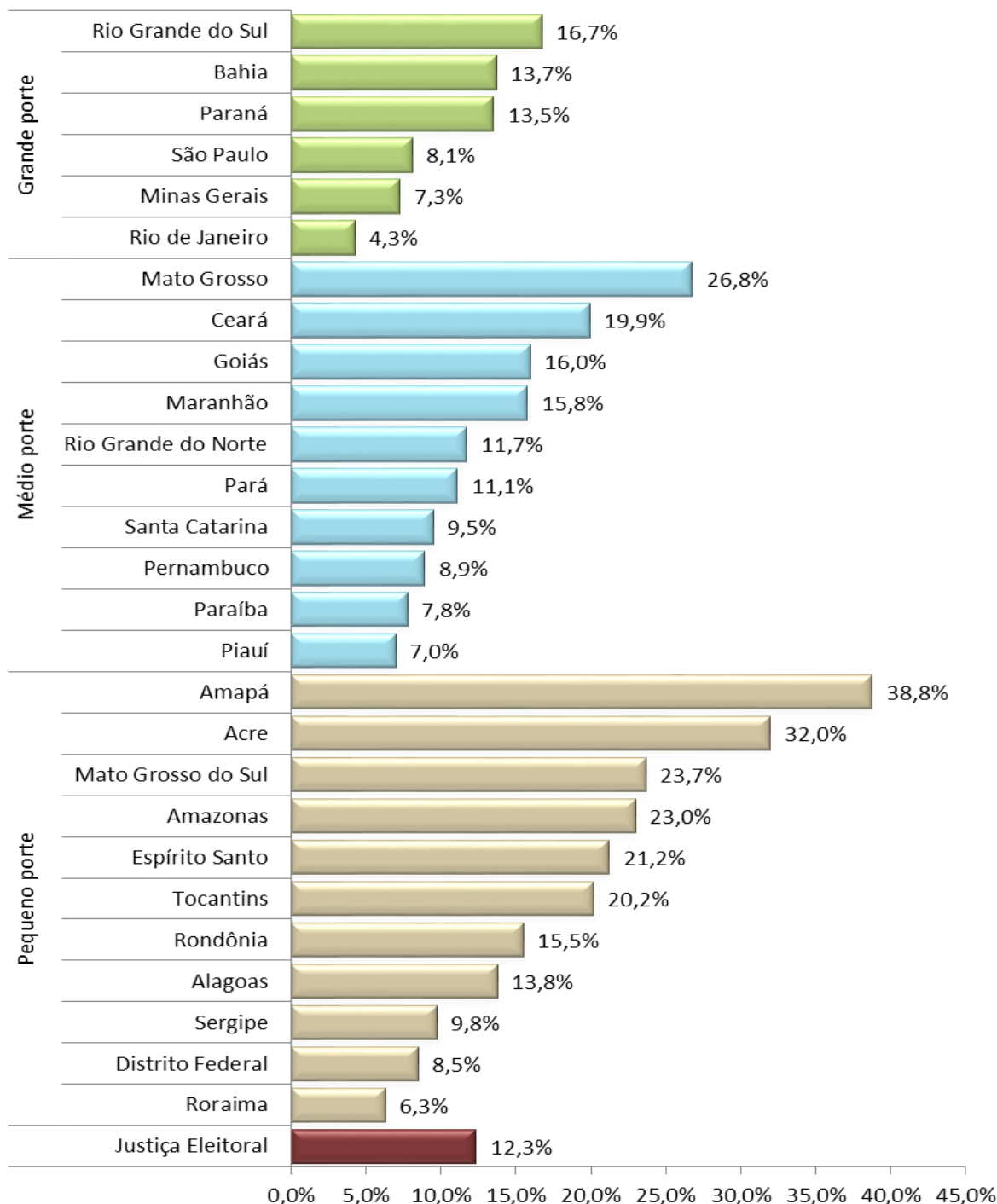
1.1.4. G4 - Despesa com Bens e Serviços e de Capital em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral

Tabela 1.5 G4 - Despesa com Bens e Serviços e de Capital em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral

Tribunal Regional Eleitoral	DBS - Despesa com Bens e Serviços e de Capital no TRE	Dpj - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral	G4 - Despesa com Bens e Serviços e de Capital em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral
Acre	13.305.684	41.610.992	32,0%
Alagoas	10.982.642	79.811.990	13,8%
Amazonas	22.411.514	97.509.173	23,0%
Amapá	16.648.563	42.945.308	38,8%
Bahia	31.559.187	230.096.768	13,7%
Ceará	36.066.970	180.875.472	19,9%
Distrito Federal	6.761.597	79.516.280	8,5%
Espírito Santo	18.633.424	87.846.137	21,2%
Goiás	21.981.685	137.724.275	16,0%
Maranhão	21.062.726	133.550.843	15,8%
Minas Gerais	29.285.116	401.995.054	7,3%
Mato Grosso do Sul	18.623.252	78.681.404	23,7%
Mato Grosso	24.369.329	91.063.470	26,8%
Pará	15.157.470	136.712.530	11,1%
Paraíba	8.031.137	102.674.281	7,8%
Pernambuco	16.991.286	190.361.412	8,9%
Piauí	8.176.287	116.296.072	7,0%
Paraná	30.065.162	222.728.652	13,5%
Rio de Janeiro	17.848.200	414.536.881	4,3%
Rio Grande do Norte	13.399.364	114.514.718	11,7%
Rondônia	9.477.708	61.189.890	15,5%
Roraima	2.282.499	36.350.010	6,3%
Rio Grande do Sul	34.385.179	205.425.609	16,7%
Santa Catarina	13.474.535	142.168.802	9,5%
Sergipe	6.601.971	67.572.019	9,8%
São Paulo	41.818.197	517.591.519	8,1%
Tocantins	13.489.901	66.840.640	20,2%
Justiça Eleitoral	502.890.586	4.078.190.199	12,3%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.5 G4 - Despesa com Bens e Serviços e de Capital em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral



Glossário:

G4 - Despesa com Bens e Serviços e de Capital em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral

Finalidade: Medir quanto a despesa realizada com bens e serviços e de capital representa em relação à despesa total do Tribunal Regional Eleitoral no ano-base.

Fórmula: $G4 = DBS / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DBS - Despesa com Bens e Serviços e de Capital no TRE: As despesas com bens e serviços e de capital, incluídas as inscritas em “restos a pagar”, realizadas à conta dos recursos consignados ao tribunal no orçamento geral da União no ano-base. Excluem-se as despesas de exercícios anteriores e as despesas que, embora relacionadas a bens e serviços e de capital, já foram consideradas no conceito de despesas com recursos humanos - DRH (contratos de terceirização de mão de obra e de estagiários, passagens e locomoção e gastos com cursos de treinamento e de capacitação).
- Dpj - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional Eleitoral, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

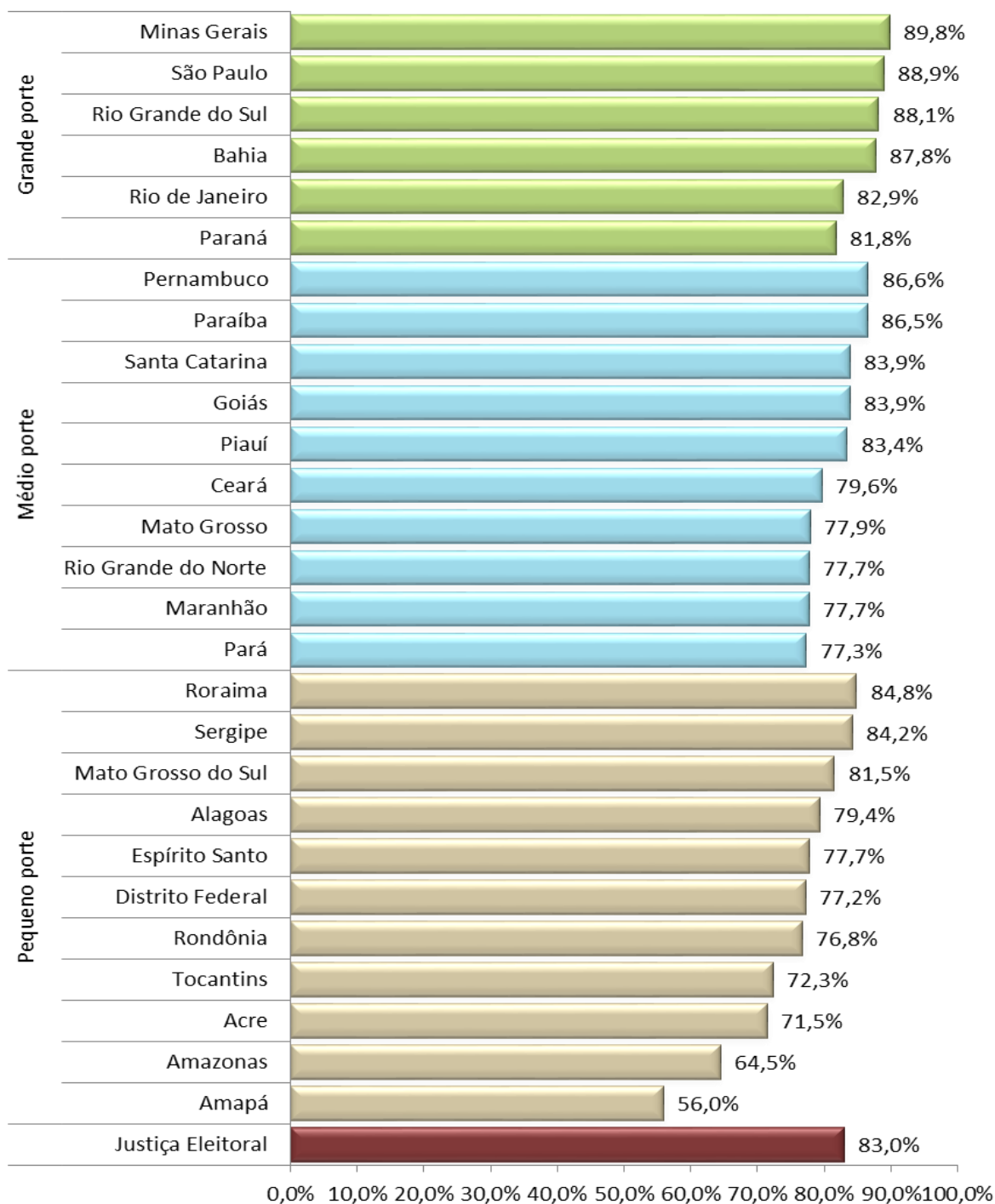
1.1.5. G5 - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Permanente em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral

Tabela 1.6 G5 - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Permanente em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral

Tribunal Regional Eleitoral	DPE - Despesa com Pessoal e Encargos	Dpj - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral	G5 - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Permanente em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral
Acre	29.753.831	41.610.992	71,5%
Alagoas	63.353.588	79.811.990	79,4%
Amazonas	62.876.920	97.509.173	64,5%
Amapá	24.029.478	42.945.308	56,0%
Bahia	201.919.431	230.096.768	87,8%
Ceará	144.018.690	180.875.472	79,6%
Distrito Federal	61.414.442	79.516.280	77,2%
Espírito Santo	68.284.288	87.846.137	77,7%
Goiás	115.494.226	137.724.275	83,9%
Maranhão	103.785.495	133.550.843	77,7%
Minas Gerais	360.901.693	401.995.054	89,8%
Mato Grosso do Sul	64.131.840	78.681.404	81,5%
Mato Grosso	70.975.760	91.063.470	77,9%
Pará	105.699.209	136.712.530	77,3%
Paraíba	88.792.538	102.674.281	86,5%
Pernambuco	164.863.521	190.361.412	86,6%
Piauí	97.038.605	116.296.072	83,4%
Paraná	182.129.179	222.728.652	81,8%
Rio de Janeiro	343.532.036	414.536.881	82,9%
Rio Grande do Norte	89.002.165	114.514.718	77,7%
Rondônia	46.964.727	61.189.890	76,8%
Roraima	30.841.018	36.350.010	84,8%
Rio Grande do Sul	181.020.881	205.425.609	88,1%
Santa Catarina	119.290.454	142.168.802	83,9%
Sergipe	56.912.777	67.572.019	84,2%
São Paulo	460.364.117	517.591.519	88,9%
Tocantins	48.328.544	66.840.640	72,3%
Justiça Eleitoral	3.385.719.455	4.078.190.199	83,0%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.6 G5 - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Permanente em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral



Glossário:

G5 - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Permanente em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral

Finalidade: Medir quanto a despesa realizada com pessoal do Quadro Permanente e encargos representa em relação à despesa total do Tribunal Regional Eleitoral no ano-base.

Fórmula: $G5 = DPE / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DPE - Despesa com Pessoal e Encargos: As despesas efetivamente realizadas, inclusive as empenhadas inscritas em “restos a pagar”, com todos os servidores e magistrados do quadro permanente, ativos e inativos, com os instituidores de pensão e os servidores requisitados, além dos benefícios sociais (auxílio-funeral, auxílio-reclusão, auxílio-natalidade, auxílio-creche, auxílio pré-escolar, auxílio-invalidéz, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, assistência médica e odontológica) e dos encargos, excluídas as despesas de exercícios anteriores, pagas à conta dos recursos consignados ao TRE no orçamento geral da União no ano-base.
- Dpj - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional Eleitoral, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

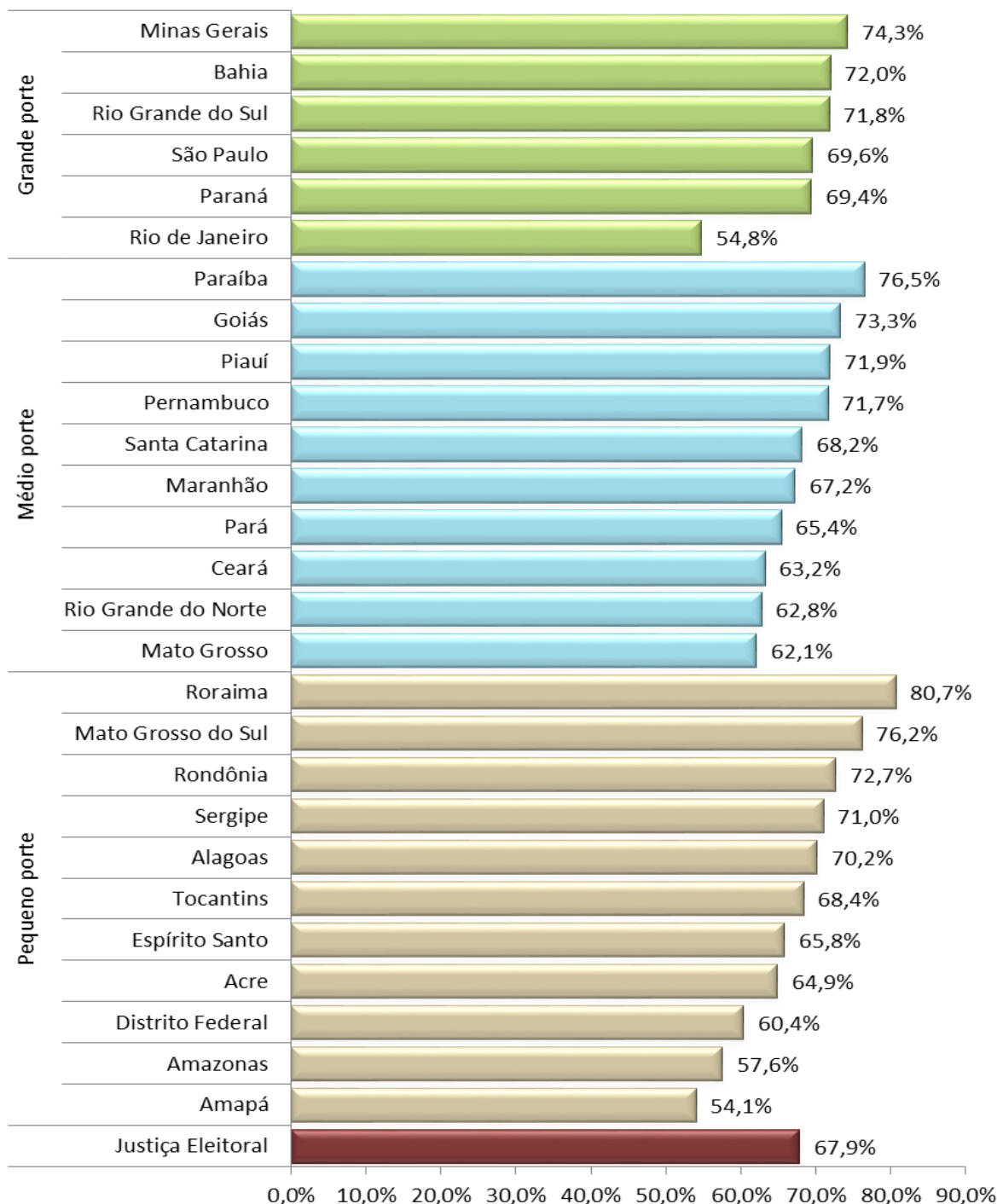
1.1.6. G5a - Despesa com Pessoal Ativo e Encargos em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral

Tabela 1.7 G5a - Despesa com Pessoal Ativo e Encargos em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral

Tribunal Regional Eleitoral	DPEA - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Ativo	Dpj - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral	G5a - Despesa com Pessoal Ativo e Encargos em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral
Acre	27.010.726	41.610.992	64,9%
Alagoas	56.035.278	79.811.990	70,2%
Amazonas	56.132.392	97.509.173	57,6%
Amapá	23.224.237	42.945.308	54,1%
Bahia	165.683.845	230.096.768	72,0%
Ceará	114.360.745	180.875.472	63,2%
Distrito Federal	48.005.345	79.516.280	60,4%
Espírito Santo	57.818.467	87.846.137	65,8%
Goiás	100.961.245	137.724.275	73,3%
Maranhão	89.756.859	133.550.843	67,2%
Minas Gerais	298.482.823	401.995.054	74,3%
Mato Grosso do Sul	59.927.000	78.681.404	76,2%
Mato Grosso	56.528.476	91.063.470	62,1%
Pará	89.418.321	136.712.530	65,4%
Paraíba	78.539.547	102.674.281	76,5%
Pernambuco	136.413.288	190.361.412	71,7%
Piauí	83.649.110	116.296.072	71,9%
Paraná	154.603.311	222.728.652	69,4%
Rio de Janeiro	226.969.523	414.536.881	54,8%
Rio Grande do Norte	71.879.958	114.514.718	62,8%
Rondônia	44.483.391	61.189.890	72,7%
Roraima	29.342.602	36.350.010	80,7%
Rio Grande do Sul	147.476.063	205.425.609	71,8%
Santa Catarina	96.930.754	142.168.802	68,2%
Sergipe	48.008.951	67.572.019	71,0%
São Paulo	360.052.426	517.591.519	69,6%
Tocantins	45.712.056	66.840.640	68,4%
Justiça Eleitoral	2.767.406.741	4.078.190.199	67,9%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.7 G5a - Despesa com Pessoal Ativo e Encargos em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral



Glossário:

G5a - Despesa com Pessoal Ativo e Encargos em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral

Finalidade: Medir quanto a despesa realizada com pessoal ativo e encargos representa em relação à despesa total do Tribunal Regional Eleitoral no ano-base.

Fórmula: $G5a = DPEA / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DPEA - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Ativo: As despesas efetivamente realizadas, inclusive as empenhadas inscritas em “restos a pagar”, com servidores e magistrados ativos do quadro permanente, incluídos os servidores requisitados, além dos benefícios sociais (auxílio-funeral, auxílio-reclusão, auxílio-natalidade, auxílio-creche, auxílio pré-escolar, auxílio-invalidéz, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, assistência médica e odontológica) e dos encargos, excluídas as despesas de exercícios anteriores, pagas à conta dos recursos consignados ao TRE no orçamento geral da União no ano-base.
- Dpj - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional Eleitoral, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

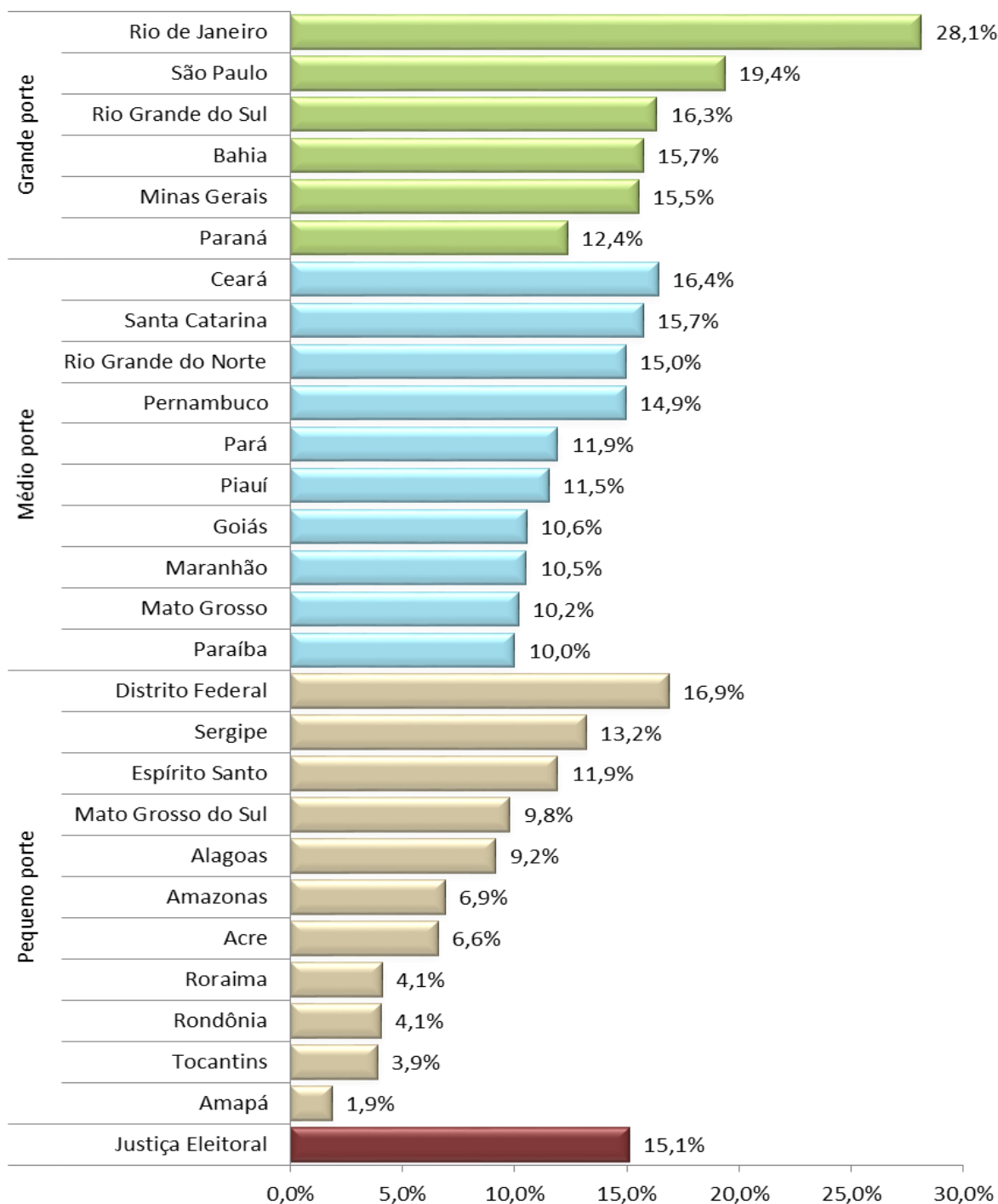
1.1.7. G5b - Despesa com Pessoal Inativo e Instituidores de Pensão em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral

Tabela 1.8 G5b - Despesa com Pessoal Inativo e Instituidores de Pensão em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral

Tribunal Regional Eleitoral	DPel - Despesa com Pessoal do Quadro Inativo	Dpj - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral	G5b - Despesa com Pessoal Inativo e Instituidores de Pensão em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral
Acre	2.743.106	41.610.992	6,6%
Alagoas	7.318.310	79.811.990	9,2%
Amazonas	6.744.529	97.509.173	6,9%
Amapá	805.241	42.945.308	1,9%
Bahia	36.235.585	230.096.768	15,7%
Ceará	29.657.945	180.875.472	16,4%
Distrito Federal	13.409.097	79.516.280	16,9%
Espírito Santo	10.465.821	87.846.137	11,9%
Goiás	14.532.981	137.724.275	10,6%
Maranhão	14.028.636	133.550.843	10,5%
Minas Gerais	62.418.869	401.995.054	15,5%
Mato Grosso do Sul	7.705.445	78.681.404	9,8%
Mato Grosso	9.260.886	91.063.470	10,2%
Pará	16.280.888	136.712.530	11,9%
Paraíba	10.252.991	102.674.281	10,0%
Pernambuco	28.449.933	190.361.412	14,9%
Piauí	13.389.496	116.296.072	11,5%
Paraná	27.525.868	222.728.652	12,4%
Rio de Janeiro	116.562.513	414.536.881	28,1%
Rio Grande do Norte	17.122.207	114.514.718	15,0%
Rondônia	2.481.336	61.189.890	4,1%
Roraima	1.498.417	36.350.010	4,1%
Rio Grande do Sul	33.544.818	205.425.609	16,3%
Santa Catarina	22.359.700	142.168.802	15,7%
Sergipe	8.903.826	67.572.019	13,2%
São Paulo	100.311.691	517.591.519	19,4%
Tocantins	2.616.488	66.840.640	3,9%
Justiça Eleitoral	616.626.620	4.078.190.199	15,1%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.8 G5b - Despesa com Pessoal Inativo e Instituidores de Pensão em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral



Glossário:

G5b - Despesa com Pessoal Inativo e Instituidores de Pensão em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral

Finalidade: Medir quanto a despesa realizada com pessoal inativo e instituidores de pensão representa em relação à despesa total do Tribunal Regional Eleitoral no ano-base.

Fórmula: $G5b = DPel / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DPel - Despesa com Pessoal do Quadro Inativo: As despesas efetivamente realizadas, inclusive as empenhadas inscritas em “restos a pagar”, com servidores e magistrados inativos, e com instituidores de pensão, além dos benefícios sociais (assistência médica e odontológica, plano de saúde, auxílio-saúde, auxílio-natalidade, auxílio-funeral e auxílio-creche). Excluem-se as despesas de exercícios anteriores, pagas à conta dos recursos consignados ao TRE no orçamento geral da União no ano-base.
- Dpj - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional Eleitoral, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

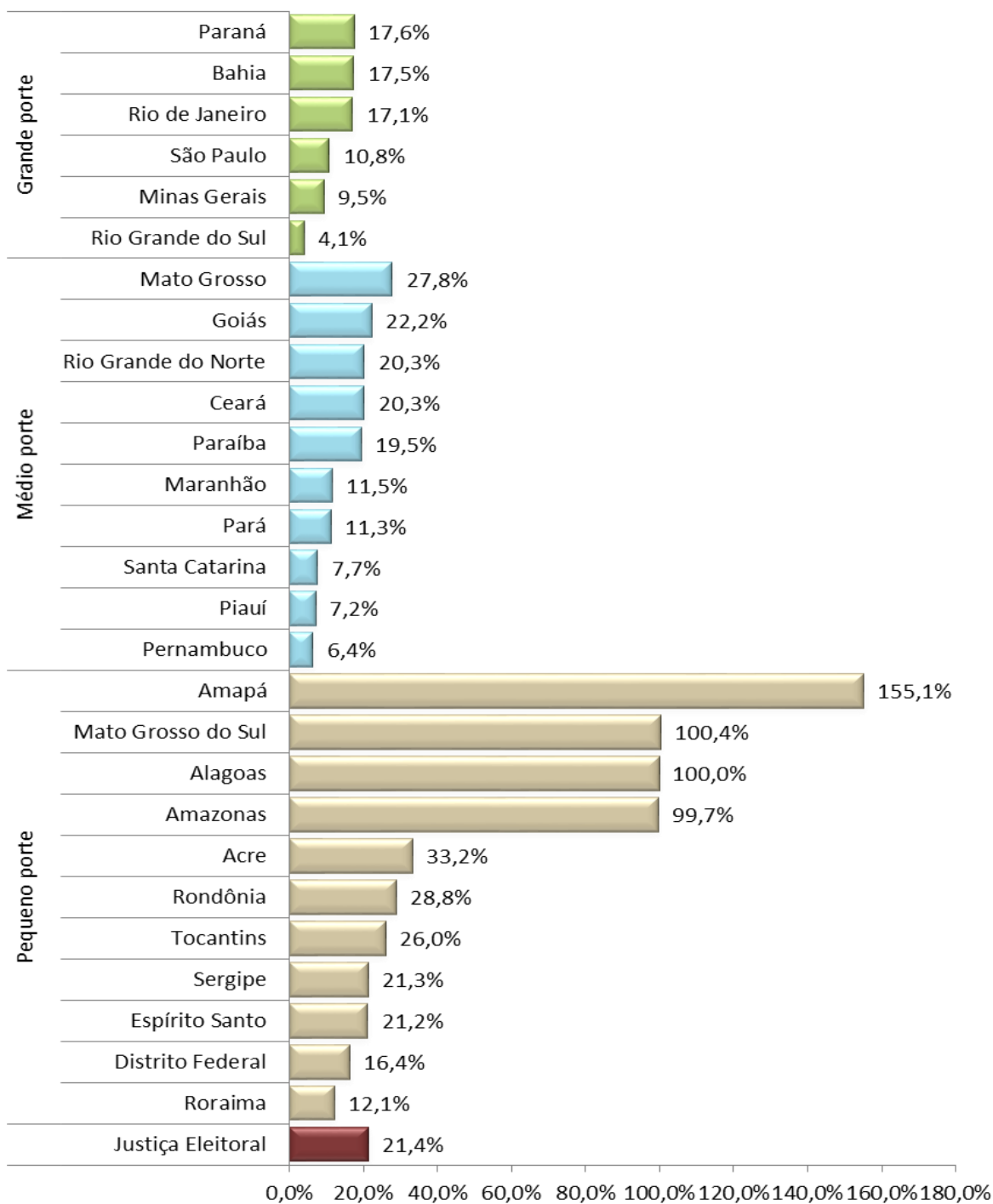
1.1.8. G6 - Despesa com Custeio e Capital em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral

Tabela 1.9 G6 - Despesa com Custeio e Capital em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral

Tribunal Regional Eleitoral	Dpj - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral	DCt - Despesa com Custeio	Dk - Despesa com Capital	G6 - Despesa com Custeio e Capital em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral
Acre	41.610.992	8.211.950	5.606.500	33,2%
Alagoas	79.811.990	76.804.344	3.007.646	100,0%
Amazonas	97.509.173	89.504.443	7.741.890	99,7%
Amapá	42.945.308	57.067.499	9.561.619	155,1%
Bahia	230.096.768	35.553.926	4.633.763	17,5%
Ceará	180.875.472	14.054.516	22.614.001	20,3%
Distrito Federal	79.516.280	11.336.628	1.681.735	16,4%
Espírito Santo	87.846.137	16.782.103	1.851.321	21,2%
Goiás	137.724.275	26.565.674	4.073.925	22,2%
Maranhão	133.550.843	6.369.857	9.007.314	11,5%
Minas Gerais	401.995.054	32.811.258	5.462.403	9,5%
Mato Grosso do Sul	78.681.404	75.884.735	3.089.871	100,4%
Mato Grosso	91.063.470	21.767.937	3.506.171	27,8%
Pará	136.712.530	10.451.901	5.033.780	11,3%
Paraíba	102.674.281	18.952.940	1.096.691	19,5%
Pernambuco	190.361.412	6.741.144	5.502.205	6,4%
Piauí	116.296.072	6.554.985	1.773.346	7,2%
Paraná	222.728.652	27.105.238	12.137.773	17,6%
Rio de Janeiro	414.536.881	32.773.544	38.092.760	17,1%
Rio Grande do Norte	114.514.718	11.709.493	11.538.662	20,3%
Rondônia	61.189.890	13.795.346	3.842.997	28,8%
Roraima	36.350.010	3.608.021	806.588	12,1%
Rio Grande do Sul	205.425.609	4.753.809	3.664.614	4,1%
Santa Catarina	142.168.802	9.488.464	1.467.653	7,7%
Sergipe	67.572.019	11.244.931	3.158.210	21,3%
São Paulo	517.591.519	47.104.438	8.640.382	10,8%
Tocantins	66.840.640	10.272.721	7.122.202	26,0%
Justiça Eleitoral	4.078.190.199	687.271.846	185.716.022	21,4%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.9 G6 - Despesa com Custeio e Capital em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral



Glossário:

G6 - Despesa com Custeio e Capital em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral

Finalidade: Medir quanto a despesa realizada com custeio e capital, incluindo as relativas a pessoal e encargos dos servidores que não integram o quadro permanente, representa em relação à despesa total do Tribunal Regional Eleitoral no ano-base.

Fórmula: $G6 = DCCa / Dpj$ $DCCa = DCt + Dk$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Dpj - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional Eleitoral, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.
- DCt - Despesa com Custeio: As despesas com custeio, abrangendo as despesas com remuneração, benefícios e encargos referentes a estagiários, terceirizados (prestadores de serviços não-eventuais, locação de mão de obra e autônomos, que não substituem mão de obra do Quadro de Pessoal) e a contratos de prestação de serviço que envolvam mão de obra eventual (obras, reformas, etc.), pagas à conta dos recursos consignados ao TRE no orçamento geral da União no ano-base, incluídas as empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.
- Dk - Despesa com Capital: As despesas com capital pagas à conta dos recursos consignados ao TRE no orçamento geral da União no ano-base, incluídas as empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

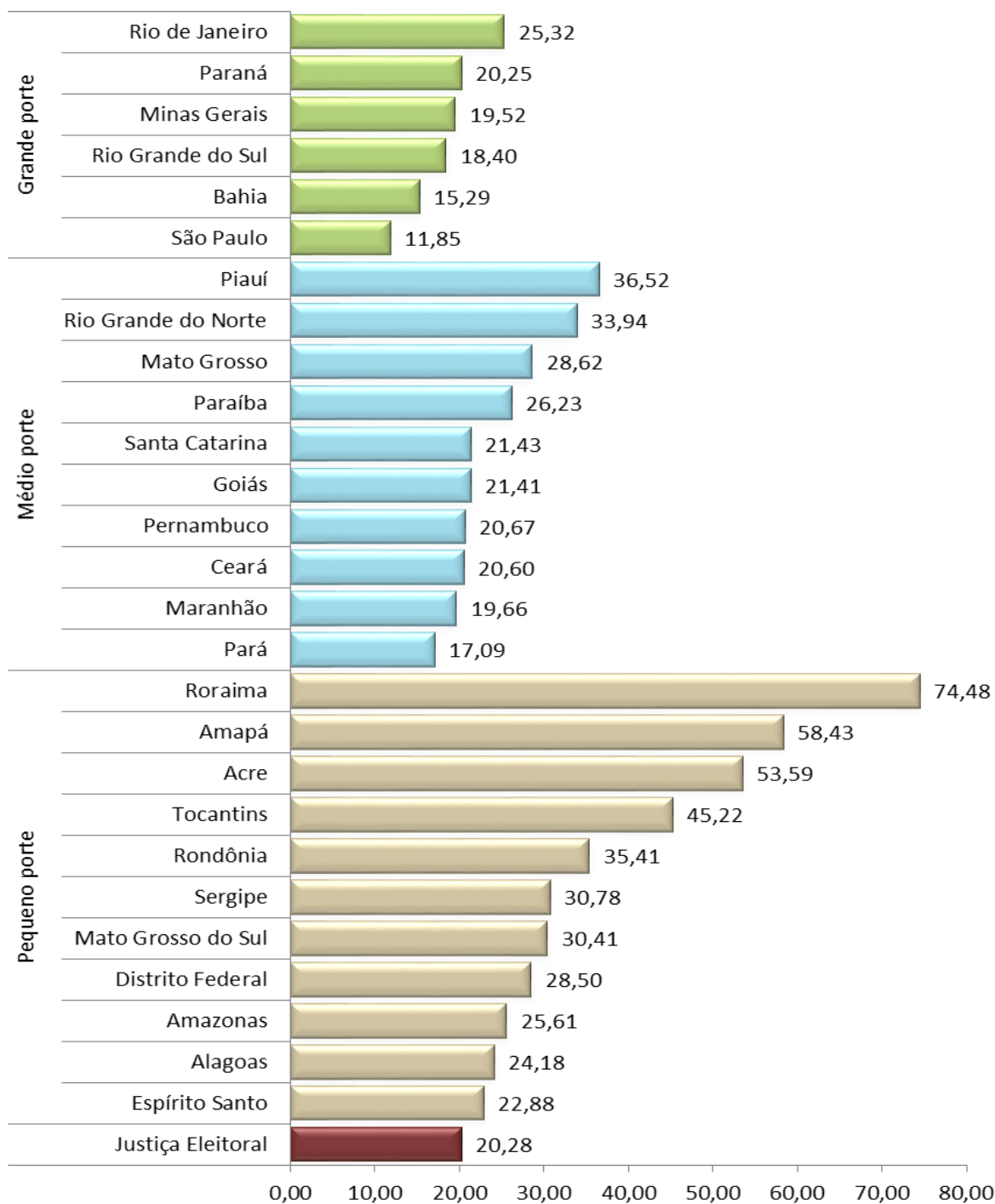
1.1.9. G7 - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral por habitante(R\$)

Tabela 1.10 G7 - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral por habitante(R\$)

Tribunal Regional Eleitoral	Dpj - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral	h1 - Número de Habitantes	G7 - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral por habitante(R\$)
Acre	41.610.992	776.463	53,59
Alagoas	79.811.990	3.300.935	24,18
Amazonas	97.509.173	3.807.921	25,61
Amapá	42.945.308	734.996	58,43
Bahia	230.096.768	15.044.137	15,29
Ceará	180.875.472	8.778.576	20,60
Distrito Federal	79.516.280	2.789.761	28,50
Espírito Santo	87.846.137	3.839.366	22,88
Goiás	137.724.275	6.434.048	21,41
Maranhão	133.550.843	6.794.301	19,66
Minas Gerais	401.995.054	20.593.356	19,52
Mato Grosso do Sul	78.681.404	2.587.269	30,41
Mato Grosso	91.063.470	3.182.113	28,62
Pará	136.712.530	7.999.729	17,09
Paraíba	102.674.281	3.914.421	26,23
Pernambuco	190.361.412	9.208.550	20,67
Piauí	116.296.072	3.184.166	36,52
Paraná	222.728.652	10.997.465	20,25
Rio de Janeiro	414.536.881	16.369.179	25,32
Rio Grande do Norte	114.514.718	3.373.959	33,94
Rondônia	61.189.890	1.728.214	35,41
Roraima	36.350.010	488.072	74,48
Rio Grande do Sul	205.425.609	11.164.043	18,40
Santa Catarina	142.168.802	6.634.254	21,43
Sergipe	67.572.019	2.195.662	30,78
São Paulo	517.591.519	43.663.669	11,85
Tocantins	66.840.640	1.478.164	45,22
Justiça Eleitoral	4.078.190.199	201.062.789	20,28

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.10 G7 - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral por habitante(R\$)



Glossário:

G7 - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral por habitante(R\$)

Finalidade: Medir quanto a despesa total do Tribunal Regional Eleitoral representa em relação à população do estado no ano-base.

Fórmula: $G7 = Dpj / h1$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Dpj - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional Eleitoral, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.
- h1 - Número de Habitantes: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Fonte: IBGE).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

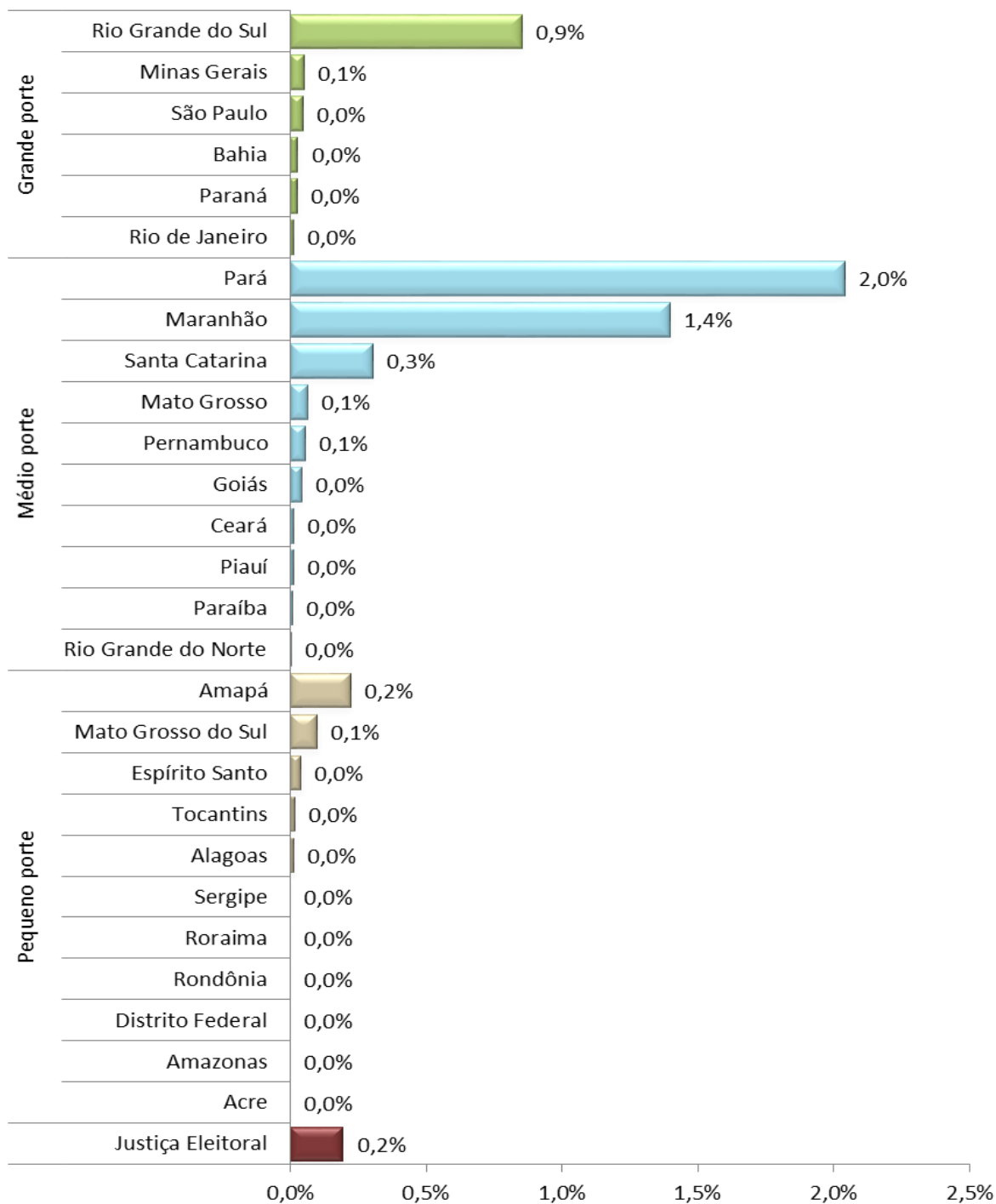
1.1.10. G8 - Despesas com Pleitos Eleitorais em relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral

Tabela 1.11 G8 - Despesas com Pleitos Eleitorais em relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral

Tribunal Regional Eleitoral	DPlei - Despesas com Pleitos Eleitorais	Dpj - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral	G8 - Despesas com Pleitos Eleitorais em relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral
Acre	0	41.610.992	0,0%
Alagoas	10.384	79.811.990	0,0%
Amazonas	0	97.509.173	0,0%
Amapá	95.706	42.945.308	0,2%
Bahia	63.959	230.096.768	0,0%
Ceará	20.962	180.875.472	0,0%
Distrito Federal	0	79.516.280	0,0%
Espírito Santo	35.241	87.846.137	0,0%
Goiás	56.886	137.724.275	0,0%
Maranhão	1.869.970	133.550.843	1,4%
Minas Gerais	207.059	401.995.054	0,1%
Mato Grosso do Sul	78.430	78.681.404	0,1%
Mato Grosso	60.164	91.063.470	0,1%
Pará	2.791.572	136.712.530	2,0%
Paraíba	9.527	102.674.281	0,0%
Pernambuco	105.835	190.361.412	0,1%
Piauí	13.090	116.296.072	0,0%
Paraná	59.850	222.728.652	0,0%
Rio de Janeiro	47.329	414.536.881	0,0%
Rio Grande do Norte	5.784	114.514.718	0,0%
Rondônia	0	61.189.890	0,0%
Roraima	0	36.350.010	0,0%
Rio Grande do Sul	1.751.454	205.425.609	0,9%
Santa Catarina	433.087	142.168.802	0,3%
Sergipe	0	67.572.019	0,0%
São Paulo	237.341	517.591.519	0,0%
Tocantins	11.341	66.840.640	0,0%
Justiça Eleitoral	7.964.970	4.078.190.199	0,2%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.11 G8 - Despesas com Pleitos Eleitorais em relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral



Glossário:

G8 - Despesas com Pleitos Eleitorais em relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral

Finalidade: Indicar quanto o montante das despesas com pleito eleitoral no final do ano-base representa em relação à despesa total do Tribunal Regional Eleitoral.

Fórmula: $G8 = D_{Plei} / D_{pj}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- D_{Plei} - Despesas com Pleitos Eleitorais: As despesas efetuadas com a realização de pleitos eleitorais, inclusive as despesas empenhadas e inscritas em “restos a pagar”.
- D_{pj} - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional Eleitoral, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

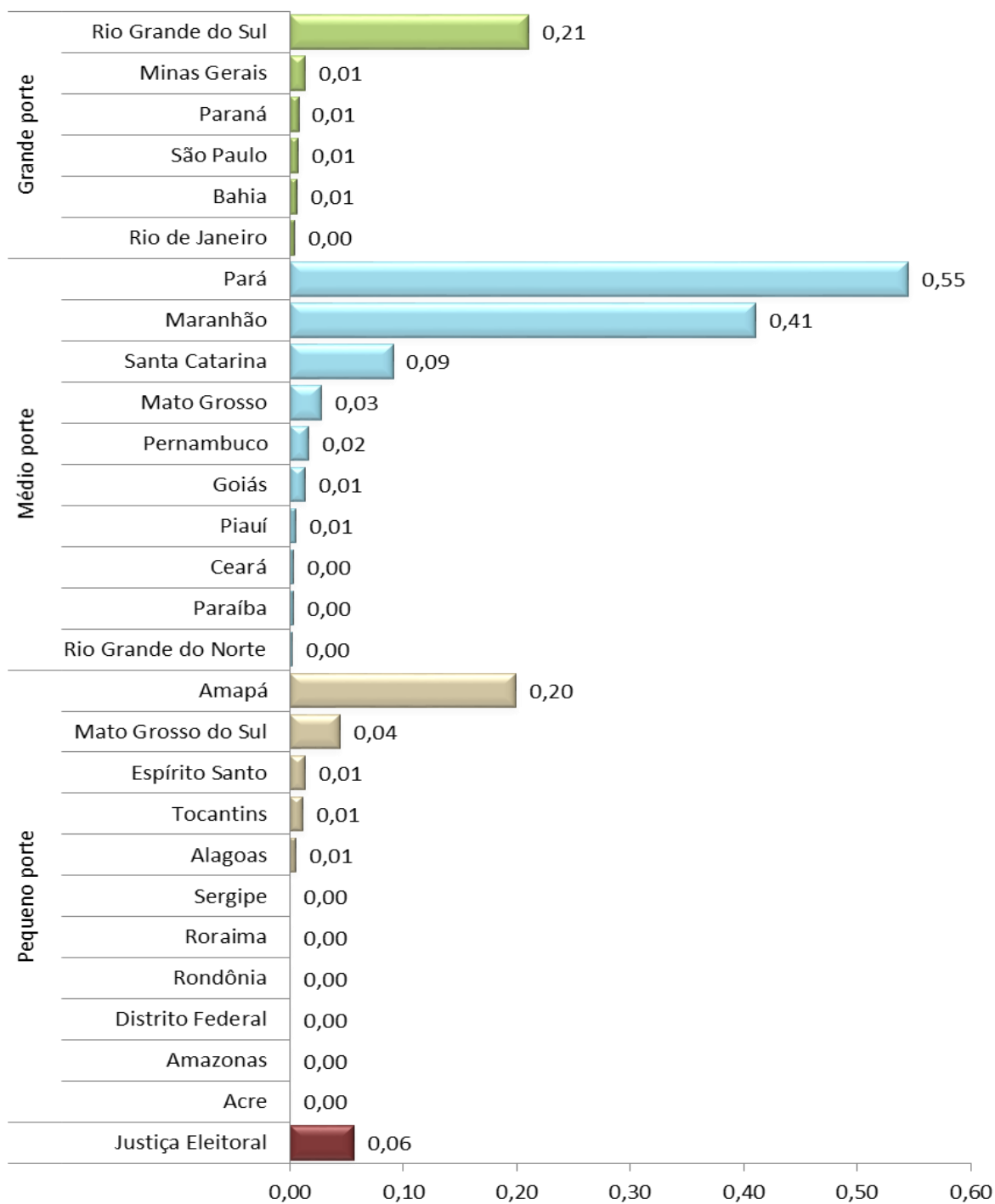
1.1.11. G9 - Despesas com Pleitos Eleitorais por Eleitor(R\$)

Tabela 1.12 G9 - Despesas com Pleitos Eleitorais por Eleitor(R\$)

Tribunal Regional Eleitoral	DPlei - Despesas com Pleitos Eleitorais		G9 - Despesas com Pleitos Eleitorais por Eleitor(R\$)
Acre	0	509.681	0,00
Alagoas	10.384	1.937.875	0,01
Amazonas	0	2.203.053	0,00
Amapá	95.706	480.593	0,20
Bahia	63.959	10.126.493	0,01
Ceará	20.962	6.243.332	0,00
Distrito Federal	0	1.977.243	0,00
Espírito Santo	35.241	2.621.623	0,01
Goiás	56.886	4.325.675	0,01
Maranhão	1.869.970	4.554.741	0,41
Minas Gerais	207.059	15.041.623	0,01
Mato Grosso do Sul	78.430	1.780.592	0,04
Mato Grosso	60.164	2.189.616	0,03
Pará	2.791.572	5.120.507	0,55
Paraíba	9.527	2.869.979	0,00
Pernambuco	105.835	6.546.479	0,02
Piauí	13.090	2.366.534	0,01
Paraná	59.850	7.731.415	0,01
Rio de Janeiro	47.329	12.013.424	0,00
Rio Grande do Norte	5.784	2.351.253	0,00
Rondônia	0	1.098.431	0,00
Roraima	0	306.560	0,00
Rio Grande do Sul	1.751.454	8.323.989	0,21
Santa Catarina	433.087	4.766.831	0,09
Sergipe	0	1.416.809	0,00
São Paulo	237.341	31.554.509	0,01
Tocantins	11.341	1.000.322	0,01
Justiça Eleitoral	7.964.970	141.459.182	0,06

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.12 G9 - Despesas com Pleitos Eleitorais por Eleitor(R\$)



Glossário:

G9 - Despesas com Pleitos Eleitorais por Eleitor(R\$)

Finalidade: Indicar o montante das despesas com pleito eleitoral no final do ano-base representa em relação ao número de eleitores no ano base.

Fórmula: $G9 = DPlei / EL$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DPlei - Despesas com Pleitos Eleitorais: As despesas efetuadas com a realização de pleitos eleitorais, inclusive as despesas empenhadas e inscritas em “restos a pagar”.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

1.1.12. G10 - Despesas com Serviço Extraordinário de Servidores em Relação à Despesa Total do Pleito Eleitoral

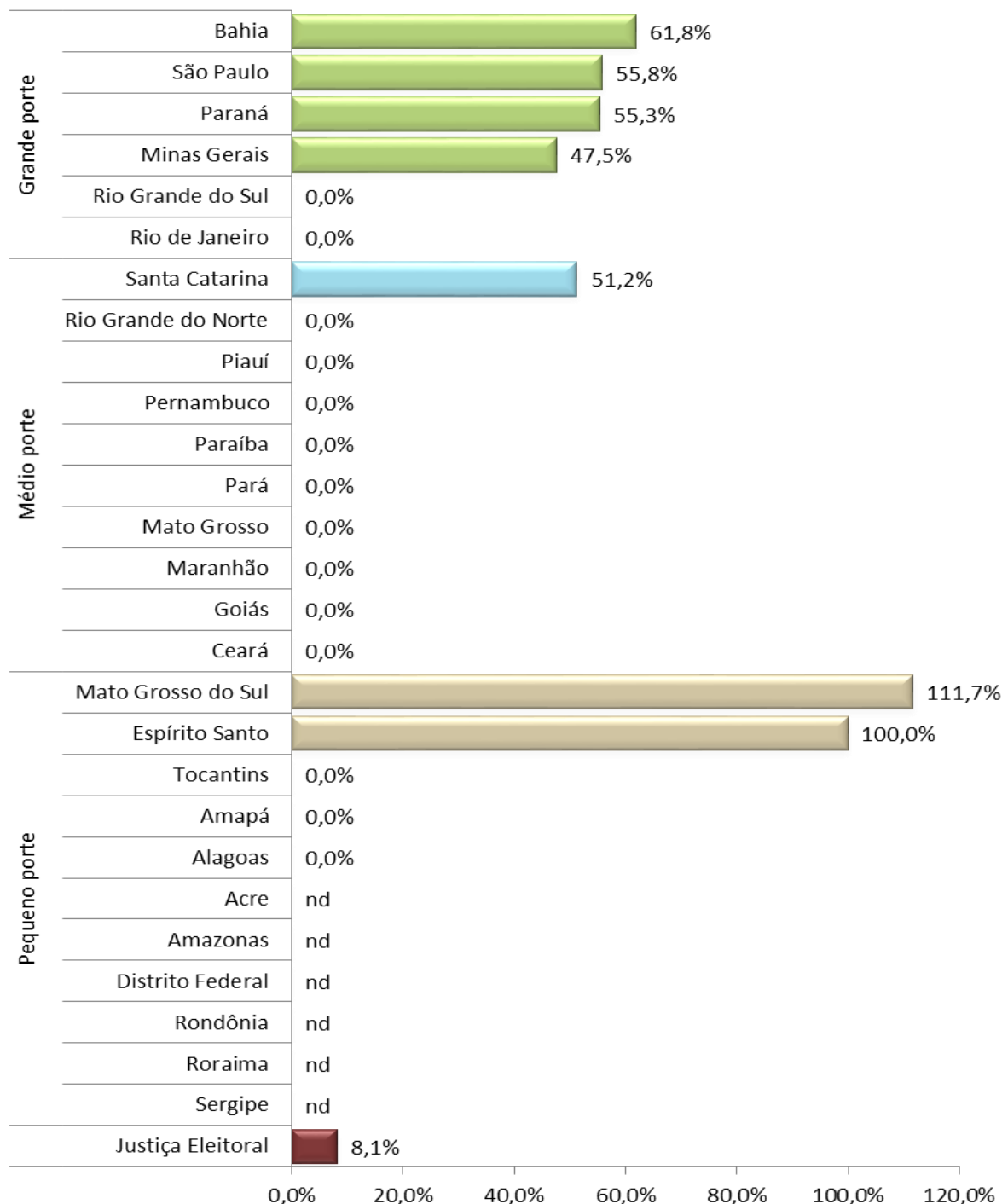
Tabela 1.13 G10 - Despesas com Serviço Extraordinário de Servidores em Relação à Despesa Total do Pleito Eleitoral

Tribunal Regional Eleitoral	DHEs - Despesas Extraordinárias com servidores para a Realização de Pleitos Eleitorais	DPReqExt - Despesas com Pessoal Requisitado Extraordinariamente	DPlei - Despesas com Pleitos Eleitorais	G10 - Despesas com Serviço Extraordinário de Servidores em Relação à Despesa Total do Pleito Eleitoral
Acre	0	0	0	nd
Alagoas	0	0	10.384	0,0%
Amazonas	0	0	0	nd
Amapá	0	0	95.706	0,0%
Bahia	38.001	1.540	63.959	61,8%
Ceará	0	0	20.962	0,0%
Distrito Federal	0	0	0	nd
Espírito Santo	35.241	0	35.241	100,0%
Goiás	0	0	56.886	0,0%
Maranhão	0	0	1.869.970	0,0%
Minas Gerais	98.415	0	207.059	47,5%
Mato Grosso do Sul	87.601	0	78.430	111,7%
Mato Grosso	0	0	60.164	0,0%
Pará	0	0	2.791.572	0,0%
Paraíba	0	0	9.527	0,0%
Pernambuco	0	0	105.835	0,0%
Piauí	0	0	13.090	0,0%
Paraná	33.121	0	59.850	55,3%
Rio de Janeiro	0	0	47.329	0,0%
Rio Grande do Norte	0	0	5.784	0,0%
Rondônia	0	0	0	nd
Roraima	0	0	0	nd
Rio Grande do Sul	0	0	1.751.454	0,0%
Santa Catarina	221.843	0	433.087	51,2%
Sergipe	0	0	0	nd
São Paulo	132.437	0	237.341	55,8%
Tocantins	0	0	11.341	0,0%
Justiça Eleitoral	646.661	1.540	7.964.970	8,1%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.13 G10 - Despesas com Serviço Extraordinário de Servidores em Relação à Despesa Total do Pleito Eleitoral



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

G10 - Despesas com Serviço Extraordinário de Servidores em Relação à Despesa Total do Pleito Eleitoral

Finalidade: Indicar o quanto o montante das despesas com serviço extraordinário de Servidores no final do ano-base representa em relação à despesa com pleito eleitoral.

Fórmula: $G10 = (DHEs + DPReqExt) / DPlei$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DHEs - Despesas Extraordinárias com servidores para a Realização de Pleitos Eleitorais: Despesas com horas-extras de pessoal efetivo, requisitado, comissionados e sem vínculo decorrentes da realização de pleitos eleitorais, inclusive as despesas empenhadas e inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se as despesas com servidores requisitados extraordinariamente.
- DPReqExt - Despesas com Pessoal Requisitado Extraordinariamente : Despesa com pessoal requisitado de forma extraordinária, tendo em vista exclusivamente a realização do pleito eleitoral.
- DPlei - Despesas com Pleitos Eleitorais: As despesas efetuadas com a realização de pleitos eleitorais, inclusive as despesas empenhadas e inscritas em “restos a pagar”.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

1.1.13. G11 - Despesas com Serviço Extraordinário de Terceirizados em Relação à Despesa Total do Pleito Eleitoral

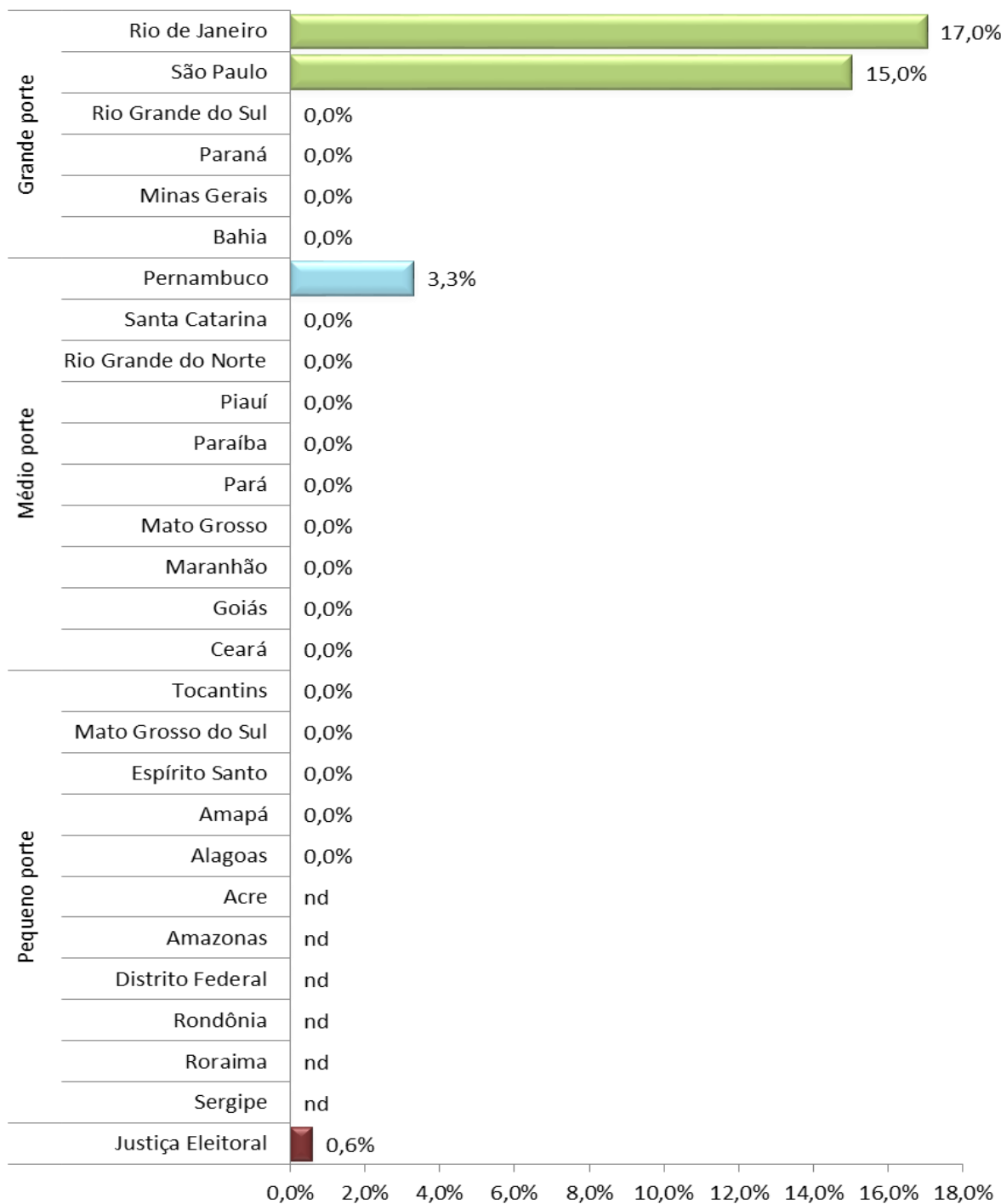
Tabela 1.14 G11 - Despesas com Serviço Extraordinário de Terceirizados em Relação à Despesa Total do Pleito Eleitoral

Tribunal Regional Eleitoral	DHEt - Despesas Extraordinárias com Terceirizados para a Realização de Pleitos Eleitorais	DPlei - Despesas com Pleitos Eleitorais	G11 - Despesas com Serviço Extraordinário de Terceirizados em Relação à Despesa Total do Pleito Eleitoral
Acre	0	0	nd
Alagoas	0	10.384	0,0%
Amazonas	0	0	nd
Amapá	0	95.706	0,0%
Bahia	0	63.959	0,0%
Ceará	0	20.962	0,0%
Distrito Federal	0	0	nd
Espírito Santo	0	35.241	0,0%
Goiás	0	56.886	0,0%
Maranhão	0	1.869.970	0,0%
Minas Gerais	0	207.059	0,0%
Mato Grosso do Sul	0	78.430	0,0%
Mato Grosso	0	60.164	0,0%
Pará	0	2.791.572	0,0%
Paraíba	0	9.527	0,0%
Pernambuco	3.500	105.835	3,3%
Piauí	0	13.090	0,0%
Paraná	0	59.850	0,0%
Rio de Janeiro	8.067	47.329	17,0%
Rio Grande do Norte	0	5.784	0,0%
Rondônia	0	0	nd
Roraima	0	0	nd
Rio Grande do Sul	0	1.751.454	0,0%
Santa Catarina	0	433.087	0,0%
Sergipe	0	0	nd
São Paulo	35.631	237.341	15,0%
Tocantins	0	11.341	0,0%
Justiça Eleitoral	47.198	7.964.970	0,6%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.14 G11 - Despesas com Serviço Extraordinário de Terceirizados em Relação à Despesa Total do Pleito Eleitoral



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

G11 - Despesas com Serviço Extraordinário de Terceirizados em Relação à Despesa Total do Pleito Eleitoral

Finalidade: Indicar o quanto o montante das despesas com serviço extraordinário de terceirizados no final do ano-base representa em relação à despesa com pleito eleitoral.

Fórmula: $G11 = (DHET) / Dplei$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DHET - Despesas Extraordinárias com Terceirizados para a Realização de Pleitos Eleitorais: Despesas com horas-extras de terceirizados decorrentes da realização de pleitos eleitorais, inclusive as despesas empenhadas e inscritas em “restos a pagar”.
- Dplei - Despesas com Pleitos Eleitorais: As despesas efetuadas com a realização de pleitos eleitorais, inclusive as despesas empenhadas e inscritas em “restos a pagar”.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

1.1.14. Inf1 - Despesa com Tecnologia da Informação em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral

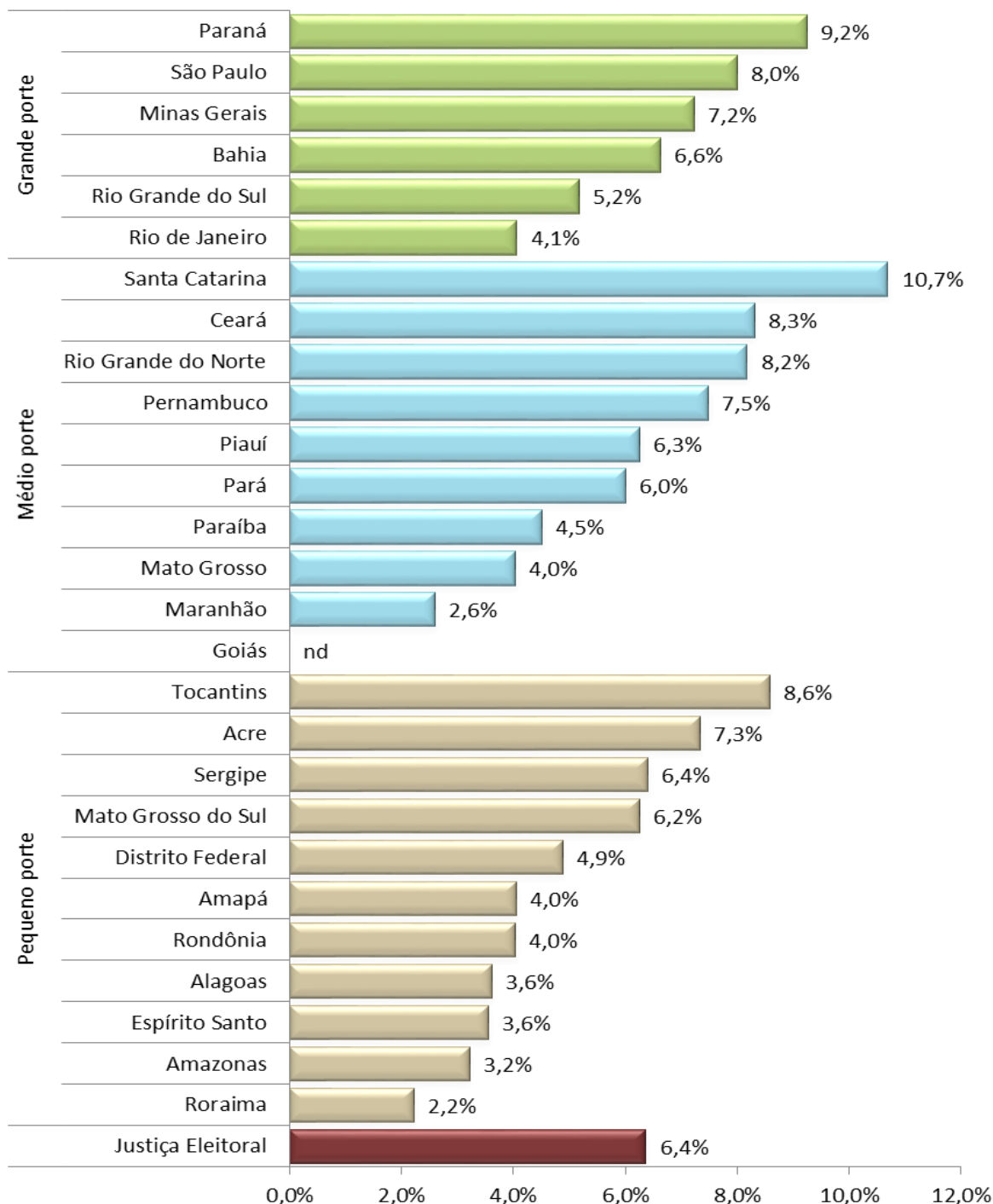
Tabela 1.15 Inf1 - Despesa com Tecnologia da Informação em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral

Tribunal Regional Eleitoral	DInf1 - Despesa com Aquisições em Tecnologia de Informação no Tribunal Regional Eleitoral	DInf2 - Despesa com Custeio da Tecnologia de Informação no Tribunal Regional Eleitoral	DInf3 - Despesa com Contratos da Tecnologia de Informação no Tribunal Regional Eleitoral	Dpj - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral	Inf1 - Despesa com Tecnologia da Informação em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral
Acre	391.911	2.662.353	0	41.610.992	7,3%
Alagoas	909.022	1.967.871	5.400	79.811.990	3,6%
Amazonas	265.980	338.714	2.531.798	97.509.173	3,2%
Amapá	314.698	179.660	1.244.189	42.945.308	4,0%
Bahia	3.155.387	12.046.592	36.512	230.096.768	6,6%
Ceará	62.615	11.529.484	3.429.638	180.875.472	8,3%
Distrito Federal	1.104.220	1.793.340	983.527	79.516.280	4,9%
Espírito Santo	605.009	14.629	2.508.173	87.846.137	3,6%
Goiás	932.748	nd	4.557.839	137.724.275	nd
Maranhão	272.612	0	3.201.109	133.550.843	2,6%
Minas Gerais	2.634.062	16.756.568	9.718.072	401.995.054	7,2%
Mato Grosso do Sul	673.371	2.150.301	2.092.673	78.681.404	6,2%
Mato Grosso	1.560.376	2.114.788	0	91.063.470	4,0%
Pará	225.916	5.350.368	2.633.523	136.712.530	6,0%
Paraíba	231.402	2.345.226	2.058.974	102.674.281	4,5%
Pernambuco	256.631	9.391.971	4.598.492	190.361.412	7,5%
Piauí	472.759	6.489.514	319.877	116.296.072	6,3%
Paraná	3.281.138	13.624.873	3.689.440	222.728.652	9,2%
Rio de Janeiro	2.056.703	8.930.767	5.854.432	414.536.881	4,1%
Rio Grande do Norte	993.687	5.728.823	2.641.132	114.514.718	8,2%
Rondônia	1.229.361	118.252	1.122.281	61.189.890	4,0%
Roraima	584.717	221.870	0	36.350.010	2,2%
Rio Grande do Sul	1.491.682	9.128.953	0	205.425.609	5,2%
Santa Catarina	528.664	9.441.719	5.221.555	142.168.802	10,7%
Sergipe	393.203	3.920.339	12.753	67.572.019	6,4%
São Paulo	5.473.843	22.188.320	13.711.614	517.591.519	8,0%
Tocantins	1.894.076	3.848.100	0	66.840.640	8,6%
Justiça Eleitoral	31.995.789	152.283.396	72.173.005	4.078.190.199	6,4%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.15 Inf1 - Despesa com Tecnologia da Informação em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Inf1 - Despesa com Tecnologia da Informação em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral

Finalidade: Indicar o quanto a despesa com a área de tecnologia da informação representa em relação à despesa total do Tribunal Regional Eleitoral no ano-base.

Fórmula: $\text{Inf1} = (\text{DInf1} + \text{DInf2} + \text{DInf3}) / \text{Dpj}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DInf1 - Despesa com Aquisições em Tecnologia de Informação no Tribunal Regional Eleitoral: As despesas efetivamente realizadas, no ano-base, pelo Tribunal Regional Eleitoral e suas respectivas unidades judiciárias, com aquisição de software (pronto) e hardware de informática na área de Tecnologia da Informação, inclusive as despesas empenhadas e inscritas em “restos a pagar”.
- DInf2 - Despesa com Custeio da Tecnologia de Informação no Tribunal Regional Eleitoral: As despesas efetivamente realizadas pelo Tribunal Regional Eleitoral e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base, com o custo de funcionamento e de manutenção da área de Tecnologia de Informação, abrangendo as despesas com compras de suprimentos, despesas de pessoal com servidores do quadro efetivo e não efetivo, terceirizados, estagiários, diárias, deslocamentos, cursos de capacitação e treinamento, inclusive as despesas empenhadas e inscritas em “restos a pagar”.
- DInf3 - Despesa com Contratos da Tecnologia de Informação no Tribunal Regional Eleitoral: As despesas efetivamente realizadas pelo Tribunal Regional Eleitoral e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base, com contratos de prestação de serviços para o desenvolvimento e a manutenção de sistemas de Tecnologia de Informação, inclusive as despesas empenhadas e inscritas em “restos a pagar”.
- Dpj - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional Eleitoral, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

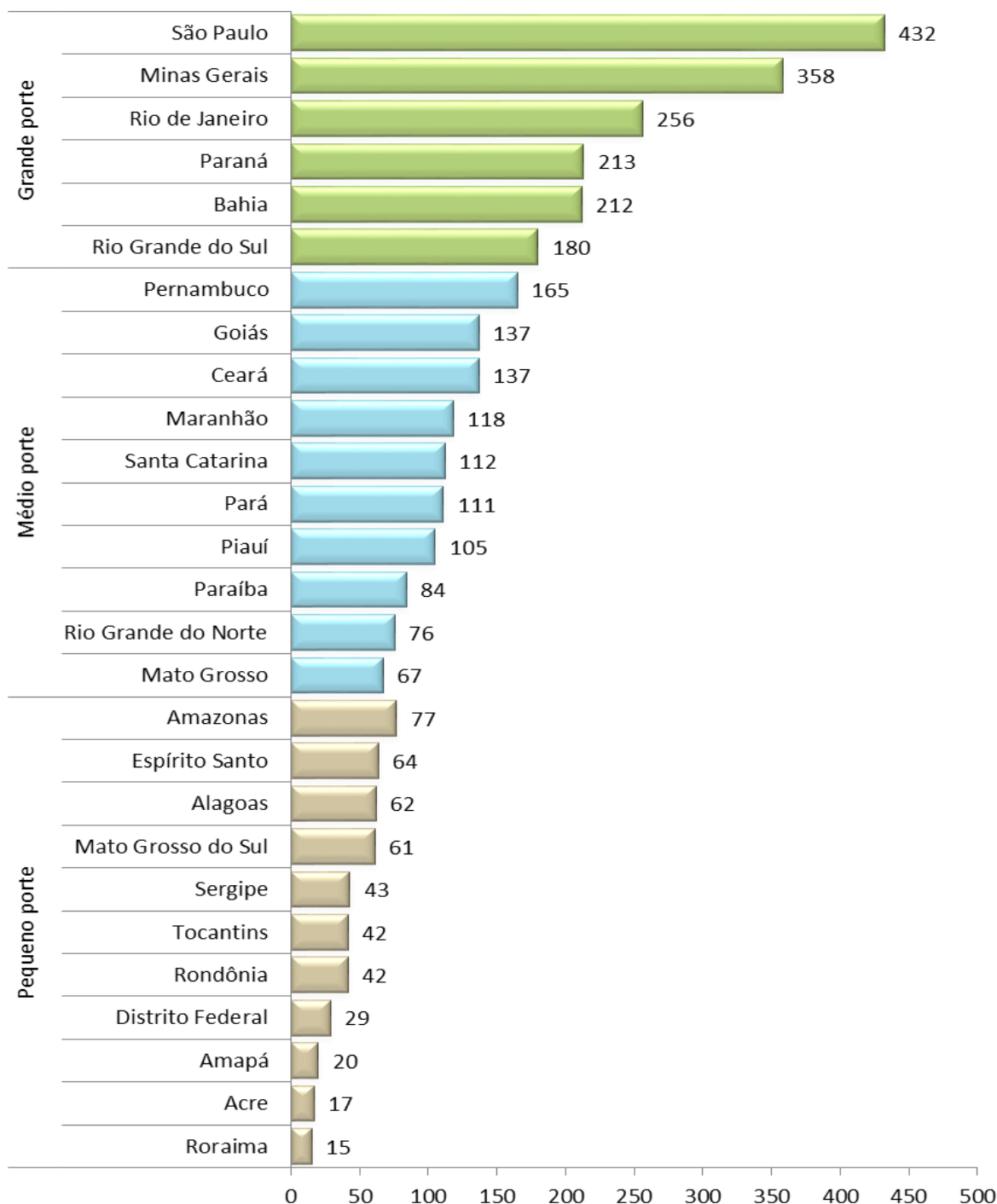
1.1.15. Mag - Total de Magistrados do Tribunal Regional Eleitoral

Tabela 1.16 Mag - Total de Magistrados do Tribunal Regional Eleitoral

Tribunal Regional Eleitoral	Mag2º - Número de Cargos Existentes de Magistrado no 2º Grau	Mag1º - Número de Cargos de Magistrado no 1º Grau	Mag - Total de Magistrados do Tribunal Regional Eleitoral
Acre	7	10	17
Alagoas	7	55	62
Amazonas	7	70	77
Amapá	7	13	20
Bahia	7	205	212
Ceará	14	123	137
Distrito Federal	7	22	29
Espírito Santo	6	58	64
Goiás	7	130	137
Maranhão	7	111	118
Minas Gerais	7	351	358
Mato Grosso do Sul	7	54	61
Mato Grosso	7	60	67
Pará	7	104	111
Paraíba	7	77	84
Pernambuco	14	151	165
Piauí	7	98	105
Paraná	7	206	213
Rio de Janeiro	7	249	256
Rio Grande do Norte	7	69	76
Rondônia	7	35	42
Roraima	7	8	15
Rio Grande do Sul	7	173	180
Santa Catarina	7	105	112
Sergipe	7	36	43
São Paulo	7	425	432
Tocantins	7	35	42
Justiça Eleitoral	202	3.033	3.235

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.16 Mag - Total de Magistrados do Tribunal Regional Eleitoral



Glossário:

Mag - Total de Magistrados do Tribunal Regional Eleitoral

Finalidade: Indicar o número de magistrados em atividade no Tribunal Regional Eleitoral no ano-base.

Fórmula: $\text{Mag} = \text{Mag}^{2^\circ} + \text{Mag}^{1^\circ}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **Mag^{2º}** - Número de Cargos Existentes de Magistrado no 2º Grau: Número de cargos de Magistrado existentes no 2º Grau da Justiça Eleitoral no final do ano-base, providos ou não.
- **Mag^{1º}** - Número de Cargos de Magistrado no 1º Grau: Número de cargos de Magistrado no 1º Grau da Justiça Eleitoral no final do ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

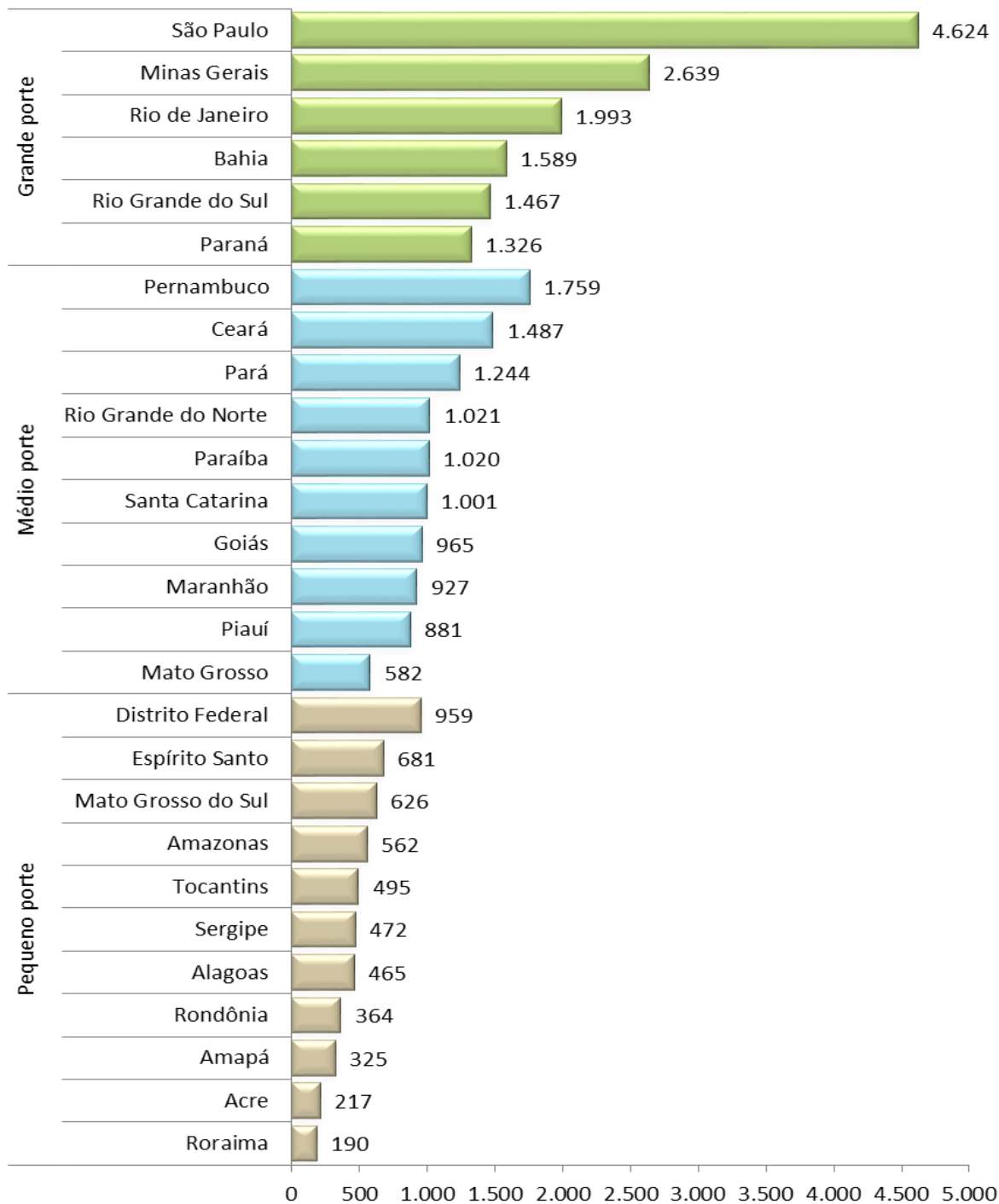
1.1.16. TS - Total de Servidores: Força de Trabalho do Tribunal Regional Eleitoral

Tabela 1.17 TS - Total de Servidores: Força de Trabalho do Tribunal Regional Eleitoral

Tribunal Regional Eleitoral	TPEfet - Total de Pessoal do Quadro Efetivo no Tribunal Regional Eleitoral	TPCed - Total de Pessoal Cedido no Tribunal Regional Eleitoral	TPReq - Total de Pessoal Requisitado no Tribunal Regional Eleitoral	TPReqExt - Total de Pessoal Requisitado Extraordinariamente para Realização de Pleitos Eleitorais no Tribunal Regional Eleitoral	TFAux - Total da Força de Trabalho Auxiliar no Tribunal Regional Eleitoral	TPSV - Total de Pessoal sem Vínculo no Tribunal Regional Eleitoral	TS - Total de Servidores: Força de Trabalho do Tribunal Regional Eleitoral
Acre	115	1	46	0	56	1	217
Alagoas	282	14	106	0	79	12	465
Amazonas	275	7	129	0	161	4	562
Amapá	110	0	29	0	180	6	325
Bahia	875	3	407	0	309	1	1.589
Ceará	575	5	461	0	442	14	1.487
Distrito Federal	208	20	295	0	476	0	959
Espírito Santo	322	0	59	0	295	5	681
Goiás	511	57	247	0	263	1	965
Maranhão	442	13	230	0	253	15	927
Minas Gerais	1.622	82	495	0	602	2	2.639
Mato Grosso do Sul	273	17	140	0	227	3	626
Mato Grosso	286	5	115	0	184	2	582
Pará	448	4	285	0	511	4	1.244
Paraíba	375	6	224	0	423	4	1.020
Pernambuco	669	21	410	0	687	14	1.759
Piauí	398	2	127	0	358	0	881
Paraná	824	2	62	165	277	0	1.326
Rio de Janeiro	1.262	51	157	0	620	5	1.993
Rio Grande do Norte	347	14	180	0	502	6	1.021
Rondônia	182	11	93	0	100	0	364
Roraima	100	14	19	0	82	3	190
Rio Grande do Sul	787	3	333	0	349	1	1.467
Santa Catarina	483	0	158	0	360	0	1.001
Sergipe	213	20	106	0	169	4	472
São Paulo	2.000	11	2.185	0	450	0	4.624
Tocantins	199	3	98	0	198	3	495
Justiça Eleitoral	14.183	386	7.196	165	8.613	110	29.881

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.17 TS - Total de Servidores: Força de Trabalho do Tribunal Regional Eleitoral



Glossário:

TS - Total de Servidores: Força de Trabalho do Tribunal Regional Eleitoral

Finalidade: Indicar o número de servidores em atividade no Tribunal Regional Eleitoral e em seus cartórios eleitorais no ano-base.

Fórmula: $TS = TPEfet - TPCed + TPReq + TPReqExt + TPAux + TPSV$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- TPEfet - Total de Pessoal do Quadro Efetivo no Tribunal Regional Eleitoral: Número total de servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo no quadro de pessoal do Tribunal Regional Eleitoral e suas respectivas unidades judiciárias, no final do ano-base, incluídos os cedidos a outros órgãos.
- TPCed - Total de Pessoal Cedido no Tribunal Regional Eleitoral: Número total de servidores cedidos a outros órgãos, ocupantes de cargo de provimento efetivo no quadro de pessoal do Tribunal Regional Eleitoral e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.
- TPReq - Total de Pessoal Requisitado no Tribunal Regional Eleitoral: Número total de servidores requisitados de órgãos do Poder Judiciário e de órgãos fora do Poder Judiciário, que estão em atividade no Tribunal Regional Eleitoral e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.
- TPReqExt - Total de Pessoal Requisitado Extraordinariamente para Realização de Pleitos Eleitorais no Tribunal Regional Eleitoral: Número total de requisitados de forma extraordinária, tendo em vista, exclusivamente, a realização de pleito eleitoral, no final do ano-base.
- TFAux - Total da Força de Trabalho Auxiliar no Tribunal Regional Eleitoral: Número total de terceirizados e estagiários do Tribunal Regional Eleitoral e suas respectivas unidades judiciárias, no final do ano-base.
- TPSV - Total de Pessoal sem Vínculo no Tribunal Regional Eleitoral: Número total de servidores ocupantes apenas de cargo em comissão do Tribunal Regional Eleitoral e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

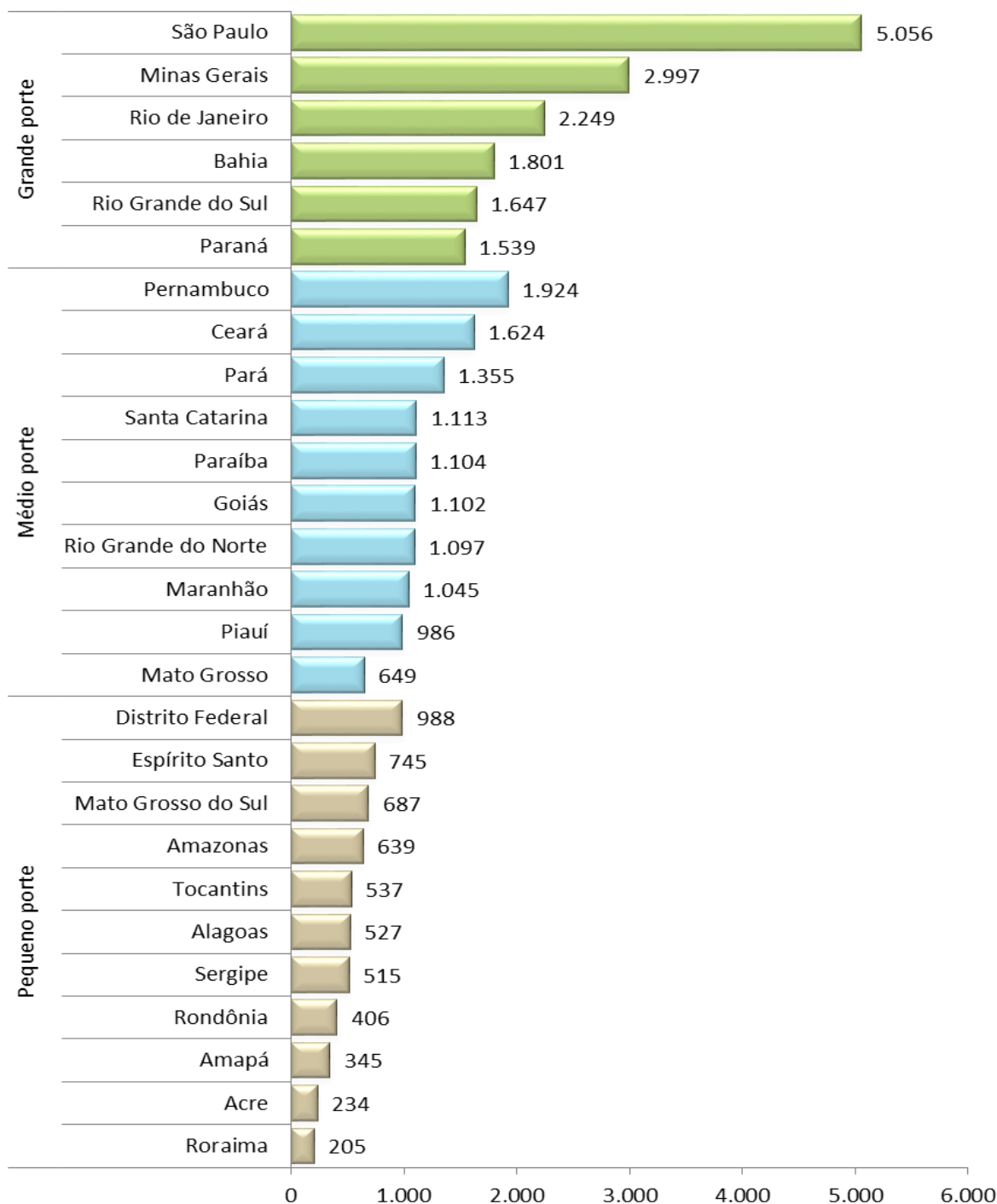
1.1.17. FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados do Tribunal Regional Eleitoral

Tabela 1.18 FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados do Tribunal Regional Eleitoral

Tribunal Regional Eleitoral	TS - Total de Servidores: Força de Trabalho do Tribunal Regional Eleitoral	Mag - Total de Magistrados do Tribunal Regional Eleitoral	FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados do Tribunal Regional Eleitoral
Acre	217	17	234
Alagoas	465	62	527
Amazonas	562	77	639
Amapá	325	20	345
Bahia	1.589	212	1.801
Ceará	1.487	137	1.624
Distrito Federal	959	29	988
Espírito Santo	681	64	745
Goiás	965	137	1.102
Maranhão	927	118	1.045
Minas Gerais	2.639	358	2.997
Mato Grosso do Sul	626	61	687
Mato Grosso	582	67	649
Pará	1.244	111	1.355
Paraíba	1.020	84	1.104
Pernambuco	1.759	165	1.924
Piauí	881	105	986
Paraná	1.326	213	1.539
Rio de Janeiro	1.993	256	2.249
Rio Grande do Norte	1.021	76	1.097
Rondônia	364	42	406
Roraima	190	15	205
Rio Grande do Sul	1.467	180	1.647
Santa Catarina	1.001	112	1.113
Sergipe	472	43	515
São Paulo	4.624	432	5.056
Tocantins	495	42	537
Justiça Eleitoral	29.881	3.235	33.116

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.18 FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados do Tribunal Regional Eleitoral



Glossário:

FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados do Tribunal Regional Eleitoral

Finalidade: Indicar o número total da força de trabalho no Tribunal Regional Eleitoral e em seus cartórios eleitorais no ano-base.

Fórmula: $FTT = TS + Mag$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $TS = TPEfet - TPCed + TPReq + TPReqExt + TPAux + TPSV$
- $Mag = Mag2^o + Mag1^o$

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

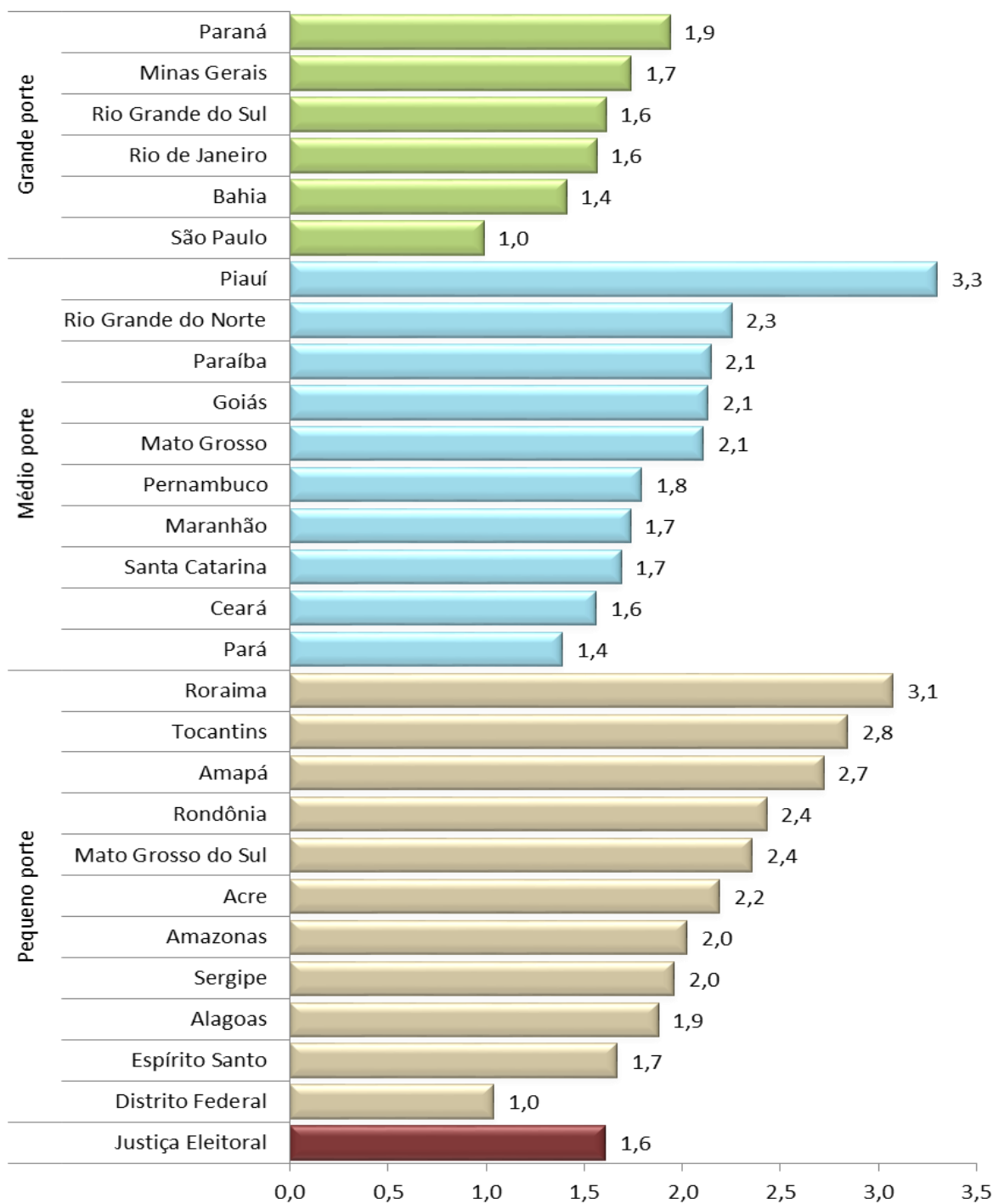
1.2.1. F1 - Cargos de Magistrado Existentes por 100.000 habitantes

Tabela 1.19 F1 - Cargos de Magistrado Existentes por 100.000 habitantes

Tribunal Regional Eleitoral	Mag - Total de Magistrados do Tribunal Regional Eleitoral	h2 - Número de Habitantes Dividido por 100.000	F1 - Cargos de Magistrado Existentes por 100.000 habitantes
Acre	17	8	2,2
Alagoas	62	33	1,9
Amazonas	77	38	2,0
Amapá	20	7	2,7
Bahia	212	150	1,4
Ceará	137	88	1,6
Distrito Federal	29	28	1,0
Espírito Santo	64	38	1,7
Goiás	137	64	2,1
Maranhão	118	68	1,7
Minas Gerais	358	206	1,7
Mato Grosso do Sul	61	26	2,4
Mato Grosso	67	32	2,1
Pará	111	80	1,4
Paraíba	84	39	2,1
Pernambuco	165	92	1,8
Piauí	105	32	3,3
Paraná	213	110	1,9
Rio de Janeiro	256	164	1,6
Rio Grande do Norte	76	34	2,3
Rondônia	42	17	2,4
Roraima	15	5	3,1
Rio Grande do Sul	180	112	1,6
Santa Catarina	112	66	1,7
Sergipe	43	22	2,0
São Paulo	432	437	1,0
Tocantins	42	15	2,8
Justiça Eleitoral	3.235	2.011	1,6

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.19 F1 - Cargos de Magistrado Existentes por 100.000 habitantes



Glossário:

F1 - Cargos de Magistrado Existentes por 100.000 habitantes

Finalidade: Indicar o número de cargos de magistrados existentes, providos ou não, no Tribunal Regional Eleitoral e em seus cartórios eleitorais para cada 100.000 habitantes no ano-base.

Fórmula: $F1 = (\text{Mag}) / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $\text{Mag} = \text{Mag}2^{\text{a}} + \text{Mag}1^{\text{a}}$
- $h2$ - Número de Habitantes Dividido por 100.000: Número de habitantes do Estado baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

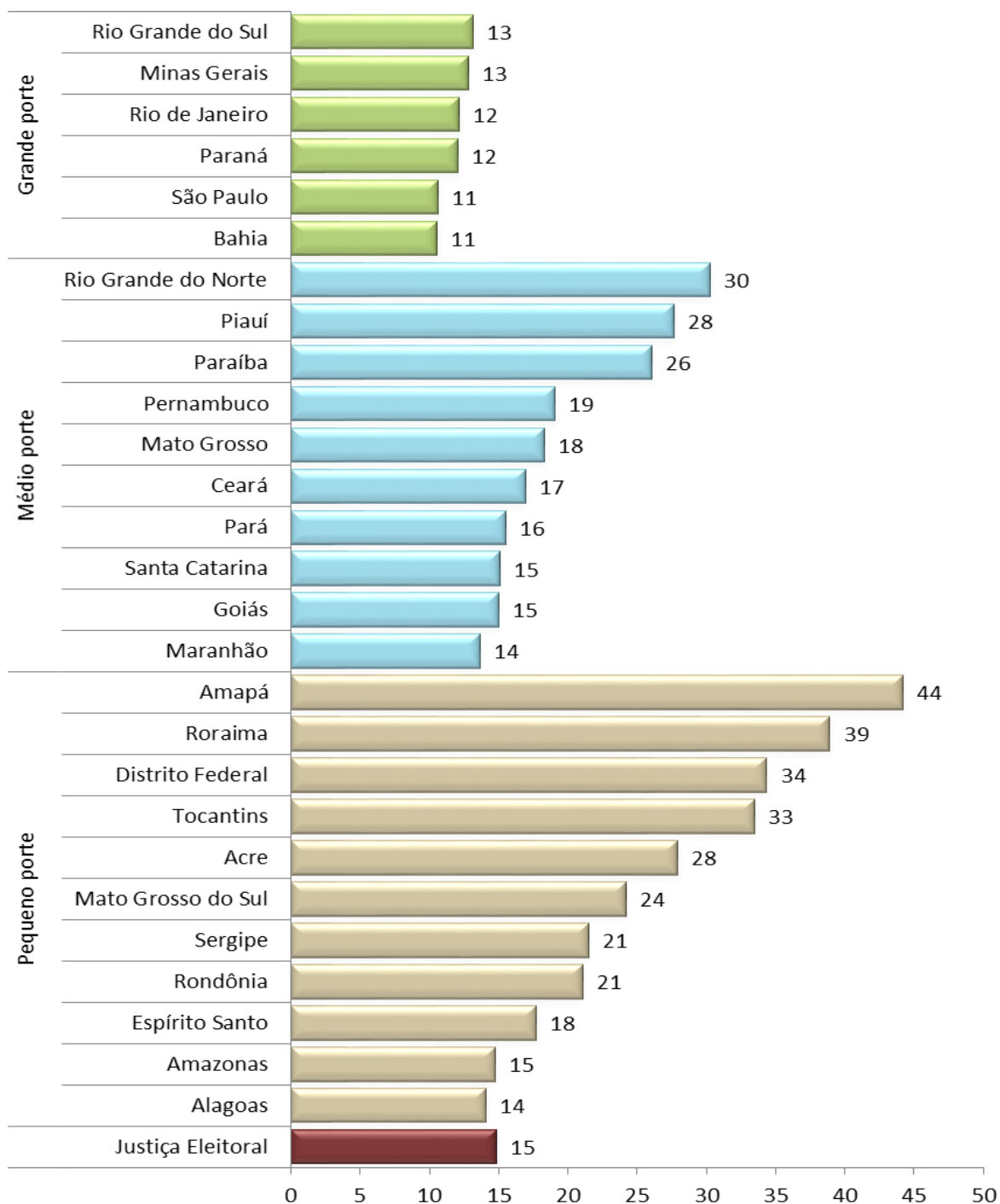
1.2.2. F3 - Força de Trabalho do Tribunal Regional Eleitoral por 100.000 Habitantes

Tabela 1.20 F3 - Força de Trabalho do Tribunal Regional Eleitoral por 100.000 Habitantes

Tribunal Regional Eleitoral	TS - Total de Servidores: Força de Trabalho do Tribunal Regional Eleitoral	h2 - Número de Habitantes Dividido por 100.000	F3 - Força de Trabalho do Tribunal Regional Eleitoral por 100.000 Habitantes
Acre	217	8	28
Alagoas	465	33	14
Amazonas	562	38	15
Amapá	325	7	44
Bahia	1.589	150	11
Ceará	1.487	88	17
Distrito Federal	959	28	34
Espírito Santo	681	38	18
Goiás	965	64	15
Maranhão	927	68	14
Minas Gerais	2.639	206	13
Mato Grosso do Sul	626	26	24
Mato Grosso	582	32	18
Pará	1.244	80	16
Paraíba	1.020	39	26
Pernambuco	1.759	92	19
Piauí	881	32	28
Paraná	1.326	110	12
Rio de Janeiro	1.993	164	12
Rio Grande do Norte	1.021	34	30
Rondônia	364	17	21
Roraima	190	5	39
Rio Grande do Sul	1.467	112	13
Santa Catarina	1.001	66	15
Sergipe	472	22	21
São Paulo	4.624	437	11
Tocantins	495	15	33
Justiça Eleitoral	29.881	2.011	15

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.20 F3 - Força de Trabalho do Tribunal Regional Eleitoral por 100.000 Habitantes



Glossário:

F3 - Força de Trabalho do Tribunal Regional Eleitoral por 100.000 Habitantes

Finalidade: Indicar o quantitativo de força de trabalho disponível no Tribunal Regional Eleitoral e em seus cartórios eleitorais para cada 100.000 habitantes no ano-base.

Fórmula: $F3 = TS / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $TS = TPEfet - TPCed + TPReq + TPReqExt + TPAux + TPSV$
- h2 - Número de Habitantes Dividido por 100.000: Número de habitantes do Estado baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

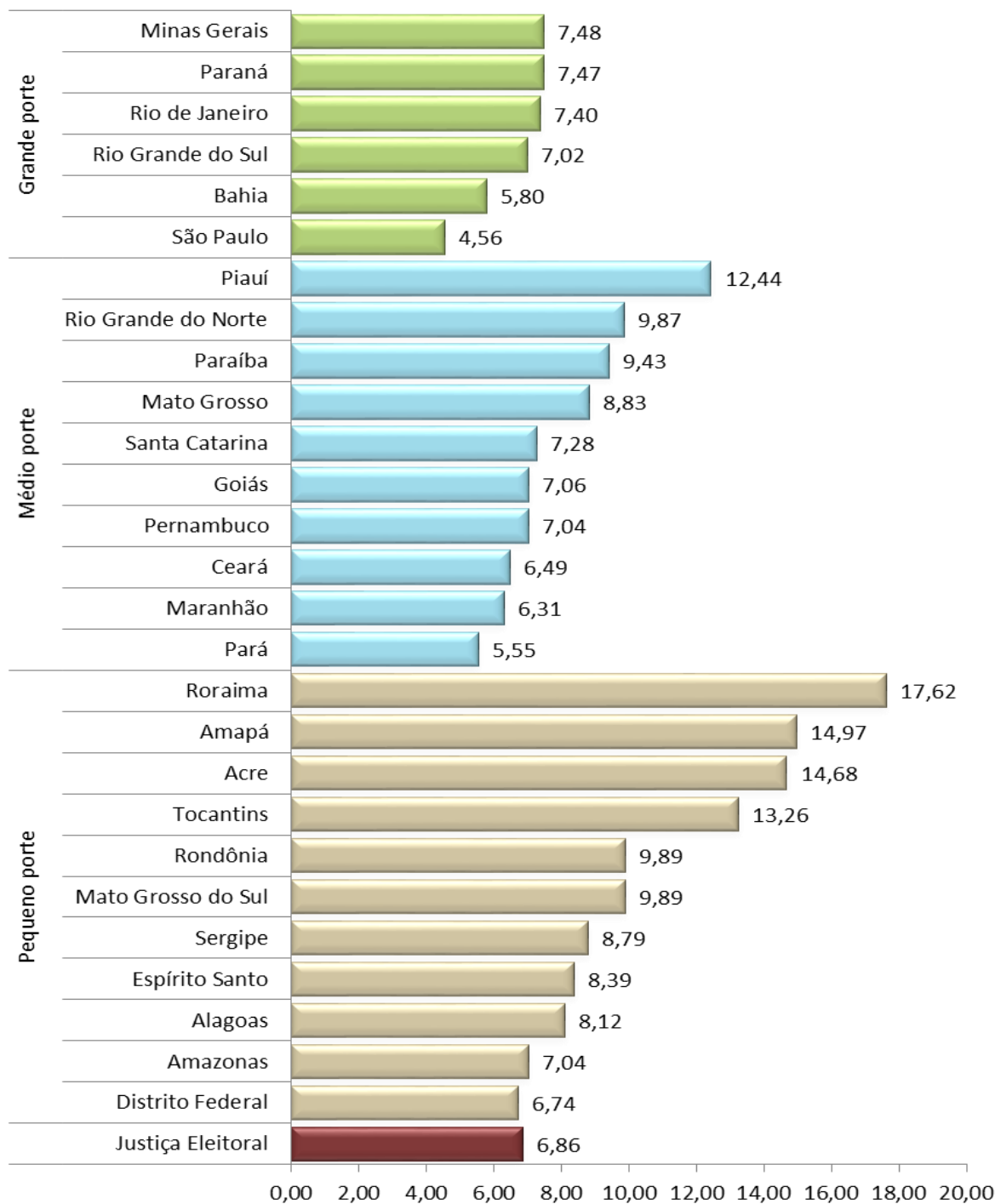
1.2.3. F4a - Servidores do Quadro Efetivo do Tribunal Regional Eleitoral por 100.000 Habitantes

Tabela 1.21 F4a - Servidores do Quadro Efetivo do Tribunal Regional Eleitoral por 100.000 Habitantes

Tribunal Regional Eleitoral	TPEfet - Total de Pessoal do Quadro Efetivo no Tribunal Regional Eleitoral	TPCed - Total de Pessoal Cedido no Tribunal Regional Eleitoral	h2 - Número de Habitantes Dividido por 100.000	F4a - Servidores do Quadro Efetivo do Tribunal Regional Eleitoral por 100.000 Habitantes
Acre	115	1	8	14,68
Alagoas	282	14	33	8,12
Amazonas	275	7	38	7,04
Amapá	110	0	7	14,97
Bahia	875	3	150	5,80
Ceará	575	5	88	6,49
Distrito Federal	208	20	28	6,74
Espírito Santo	322	0	38	8,39
Goiás	511	57	64	7,06
Maranhão	442	13	68	6,31
Minas Gerais	1.622	82	206	7,48
Mato Grosso do Sul	273	17	26	9,89
Mato Grosso	286	5	32	8,83
Pará	448	4	80	5,55
Paraíba	375	6	39	9,43
Pernambuco	669	21	92	7,04
Piauí	398	2	32	12,44
Paraná	824	2	110	7,47
Rio de Janeiro	1.262	51	164	7,40
Rio Grande do Norte	347	14	34	9,87
Rondônia	182	11	17	9,89
Roraima	100	14	5	17,62
Rio Grande do Sul	787	3	112	7,02
Santa Catarina	483	0	66	7,28
Sergipe	213	20	22	8,79
São Paulo	2.000	11	437	4,56
Tocantins	199	3	15	13,26
Justiça Eleitoral	14.183	386	2.011	6,86

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.21 F4a - Servidores do Quadro Efetivo do Tribunal Regional Eleitoral por 100.000 Habitantes



Glossário:

F4a - Servidores do Quadro Efetivo do Tribunal Regional Eleitoral por 100.000 Habitantes

Finalidade: Indicar o quantitativo de servidores do quadro efetivo do Tribunal Regional Eleitoral e em seus cartórios eleitorais para cada 100.000 habitantes do estado no ano-base.

Fórmula: $F4a = (TPEfet - TPCed) / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- TPEfet - Total de Pessoal do Quadro Efetivo no Tribunal Regional Eleitoral: Número total de servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo no quadro de pessoal do Tribunal Regional Eleitoral e suas respectivas unidades judiciárias, no final do ano-base, incluídos os cedidos a outros órgãos.
- TPCed - Total de Pessoal Cedido no Tribunal Regional Eleitoral: Número total de servidores cedidos a outros órgãos, ocupantes de cargo de provimento efetivo no quadro de pessoal do Tribunal Regional Eleitoral e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.
- h2 - Número de Habitantes Dividido por 100.000: Número de habitantes do Estado baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

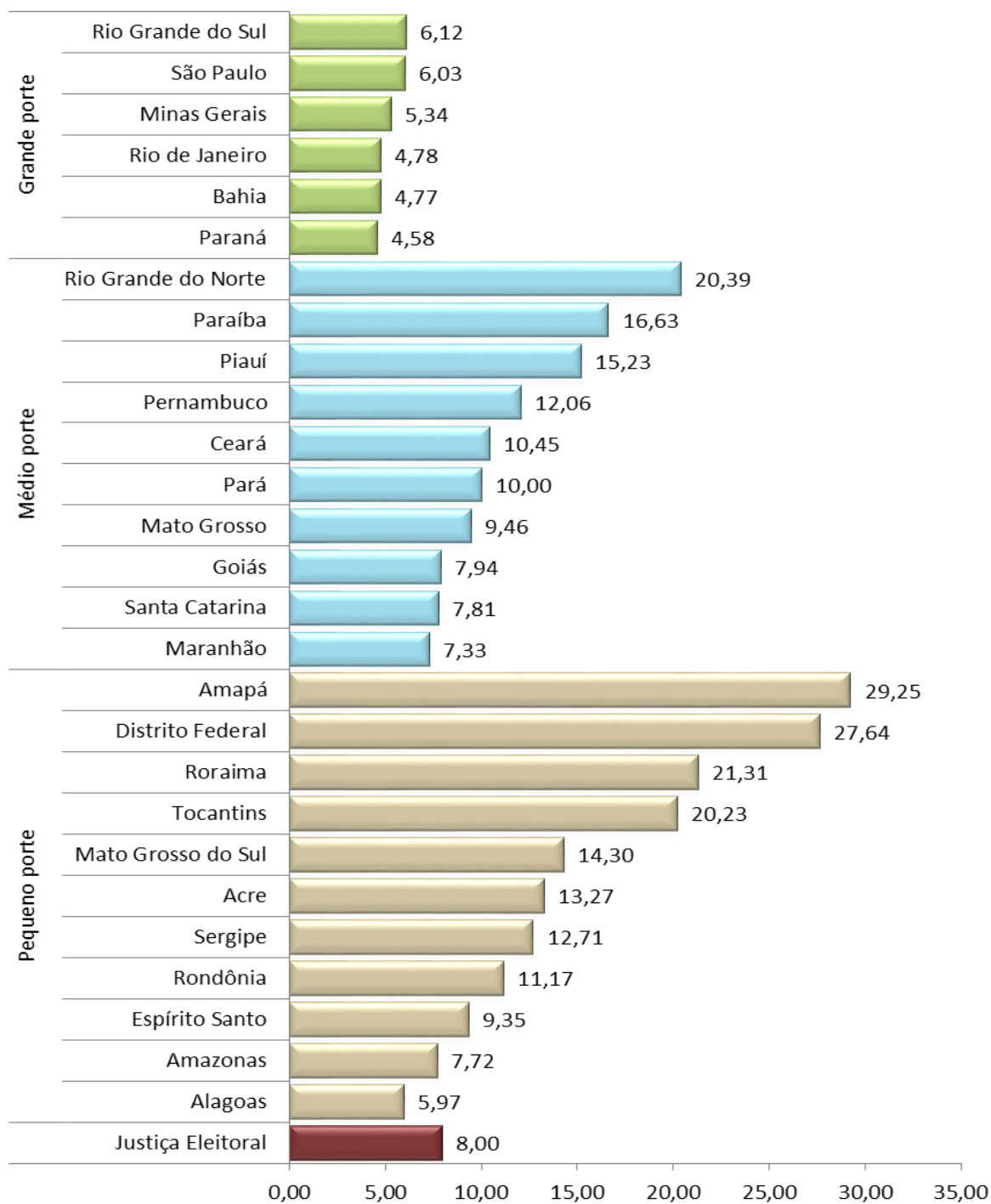
1.2.4. F4b - Força de Trabalho Auxiliar do Tribunal Regional Eleitoral por 100.000 Habitantes.

Tabela 1.22 F4b - Força de Trabalho Auxiliar do Tribunal Regional Eleitoral por 100.000 Habitantes.

Tribunal Regional Eleitoral	TPSV - Total de Pessoal sem Vínculo no Tribunal Regional Eleitoral	TPReq - Total de Pessoal Requisitado no Tribunal Regional Eleitoral	TPReqExt - Total de Pessoal Requisitado Extraordinariamente para Realização de Pleitos Eleitorais no Tribunal Regional Eleitoral	TFAux - Total da Força de Trabalho Auxiliar no Tribunal Regional Eleitoral	h2 - Número de Habitantes Dividido por 100.000	F4b - Força de Trabalho Auxiliar do Tribunal Regional Eleitoral por 100.000 Habitantes.
Acre	1	46	0	56	8	13,27
Alagoas	12	106	0	79	33	5,97
Amazonas	4	129	0	161	38	7,72
Amapá	6	29	0	180	7	29,25
Bahia	1	407	0	309	150	4,77
Ceará	14	461	0	442	88	10,45
Distrito Federal	0	295	0	476	28	27,64
Espírito Santo	5	59	0	295	38	9,35
Goiás	1	247	0	263	64	7,94
Maranhão	15	230	0	253	68	7,33
Minas Gerais	2	495	0	602	206	5,34
Mato Grosso do Sul	3	140	0	227	26	14,30
Mato Grosso	2	115	0	184	32	9,46
Pará	4	285	0	511	80	10,00
Paraíba	4	224	0	423	39	16,63
Pernambuco	14	410	0	687	92	12,06
Piauí	0	127	0	358	32	15,23
Paraná	0	62	165	277	110	4,58
Rio de Janeiro	5	157	0	620	164	4,78
Rio Grande do Norte	6	180	0	502	34	20,39
Rondônia	0	93	0	100	17	11,17
Roraima	3	19	0	82	5	21,31
Rio Grande do Sul	1	333	0	349	112	6,12
Santa Catarina	0	158	0	360	66	7,81
Sergipe	4	106	0	169	22	12,71
São Paulo	0	2.185	0	450	437	6,03
Tocantins	3	98	0	198	15	20,23
Justiça Eleitoral	110	7.196	165	8.613	2.011	8,00

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.22 F4b - Força de Trabalho Auxiliar do Tribunal Regional Eleitoral por 100.000 Habitantes.



Glossário:

F4b - Força de Trabalho Auxiliar do Tribunal Regional Eleitoral por 100.000 Habitantes.

Finalidade: Indicar o quantitativo da força de trabalho auxiliar dos Tribunal Regional Eleitoral e em seus cartórios eleitorais para cada 100.000 habitantes do estado no ano-base.

Fórmula: $F4b = (TPSV + TPReq + TPReqExt + TFAux) / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- TPSV - Total de Pessoal sem Vínculo no Tribunal Regional Eleitoral: Número total de servidores ocupantes apenas de cargo em comissão do Tribunal Regional Eleitoral e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.
- TPReq - Total de Pessoal Requisitado no Tribunal Regional Eleitoral: Número total de servidores requisitados de órgãos do Poder Judiciário e de órgãos fora do Poder Judiciário, que estão em atividade no Tribunal Regional Eleitoral e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.
- TPReqExt - Total de Pessoal Requisitado Extraordinariamente para Realização de Pleitos Eleitorais no Tribunal Regional Eleitoral: Número total de requisitados de forma extraordinária, tendo em vista, exclusivamente, a realização de pleito eleitoral, no final do ano-base.
- TFAux - Total da Força de Trabalho Auxiliar no Tribunal Regional Eleitoral: Número total de terceirizados e estagiários do Tribunal Regional Eleitoral e suas respectivas unidades judiciárias, no final do ano-base.
- h2 - Número de Habitantes Dividido por 100.000: Número de habitantes do Estado baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

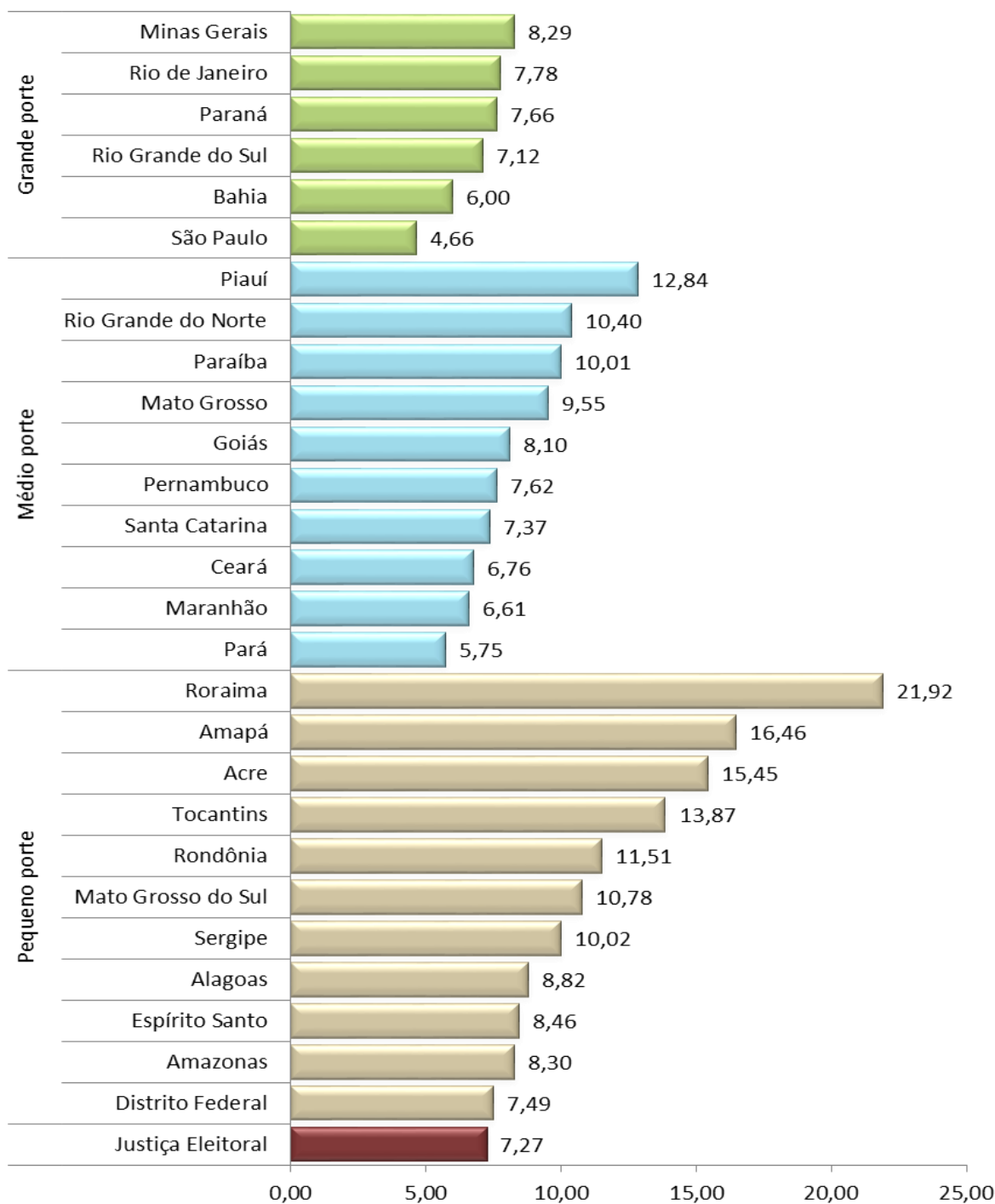
1.2.5. F4c - Cargos Efetivos Existentes no Tribunal Regional Eleitoral por 100.000 Habitantes.

Tabela 1.23 F4c - Cargos Efetivos Existentes no Tribunal Regional Eleitoral por 100.000 Habitantes.

Tribunal Regional Eleitoral	TCEfet - Total de Cargos do Quadro Efetivo Existentes no Tribunal Regional Eleitoral	h2 - Número de Habitantes Dividido por 100.000	F4c - Cargos Efetivos Existentes no Tribunal Regional Eleitoral por 100.000 Habitantes.
Acre	120	8	15,45
Alagoas	291	33	8,82
Amazonas	316	38	8,30
Amapá	121	7	16,46
Bahia	902	150	6,00
Ceará	593	88	6,76
Distrito Federal	209	28	7,49
Espírito Santo	325	38	8,46
Goiás	521	64	8,10
Maranhão	449	68	6,61
Minas Gerais	1.708	206	8,29
Mato Grosso do Sul	279	26	10,78
Mato Grosso	304	32	9,55
Pará	460	80	5,75
Paraíba	392	39	10,01
Pernambuco	702	92	7,62
Piauí	409	32	12,84
Paraná	842	110	7,66
Rio de Janeiro	1.274	164	7,78
Rio Grande do Norte	351	34	10,40
Rondônia	199	17	11,51
Roraima	107	5	21,92
Rio Grande do Sul	795	112	7,12
Santa Catarina	489	66	7,37
Sergipe	220	22	10,02
São Paulo	2.034	437	4,66
Tocantins	205	15	13,87
Justiça Eleitoral	14.617	2.011	7,27

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.23 F4c - Cargos Efetivos Existentes no Tribunal Regional Eleitoral por 100.000 Habitantes.



Glossário:

F4c - Cargos Efetivos Existentes no Tribunal Regional Eleitoral por 100.000 Habitantes.

Finalidade: Indicar o quantitativo de cargos de provimento existentes no quadro de pessoal do Tribunal Regional Eleitoral e em seus cartórios eleitorais para cada 100.000 habitantes do estado no ano-base.

Fórmula: $F4c = TCEfet / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- TCEfet - Total de Cargos do Quadro Efetivo Existentes no Tribunal Regional Eleitoral: Número total de cargos de provimento efetivo de servidor existentes, providos ou não, no quadro de pessoal do Tribunal Regional Eleitoral e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.
- h2 - Número de Habitantes Dividido por 100.000: Número de habitantes do Estado baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

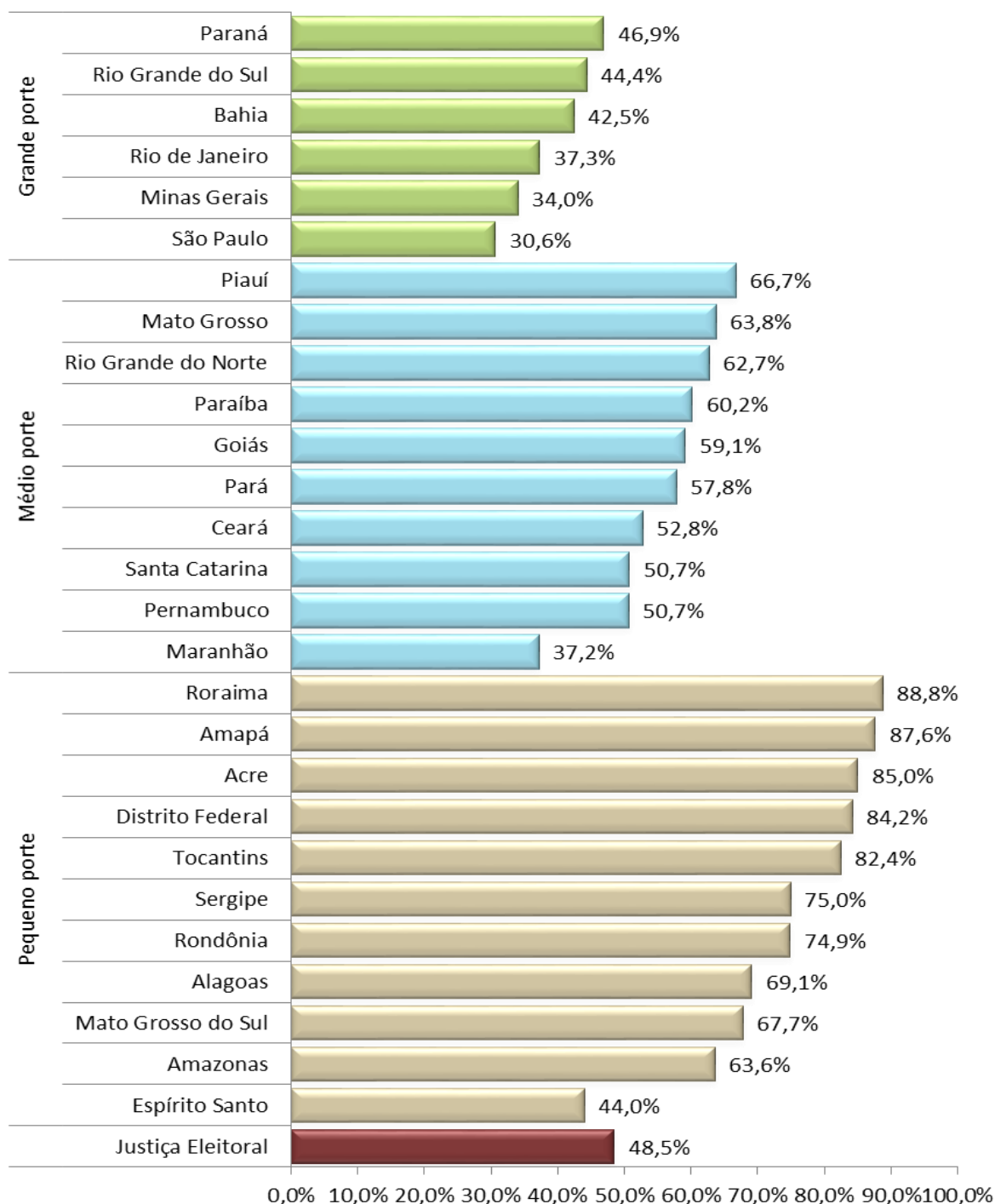
1.2.6. F4d - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes em Relação aos Cargos Efetivos Existentes no Tribunal Regional Eleitoral.

Tabela 1.24 F4d - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes em Relação aos Cargos Efetivos Existentes no Tribunal Regional Eleitoral.

Tribunal Regional Eleitoral	TCC - Total de Cargos em Comissão Existentes no Tribunal Regional Eleitoral	TFc - Total de Funções Comissionadas Existentes no Tribunal Regional Eleitoral	TCEfet - Total de Cargos do Quadro Efetivo Existentes no Tribunal Regional Eleitoral	F4d - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes em Relação aos Cargos Efetivos Existentes no Tribunal Regional Eleitoral.
Acre	1	79	120	85,0%
Alagoas	0	171	291	69,1%
Amazonas	0	171	316	63,6%
Amapá	0	84	121	87,6%
Bahia	0	341	902	42,5%
Ceará	0	270	593	52,8%
Distrito Federal	0	146	209	84,2%
Espírito Santo	0	113	325	44,0%
Goiás	1	272	521	59,1%
Maranhão	0	131	449	37,2%
Minas Gerais	0	531	1.708	34,0%
Mato Grosso do Sul	0	159	279	67,7%
Mato Grosso	0	164	304	63,8%
Pará	0	231	460	57,8%
Paraíba	0	206	392	60,2%
Pernambuco	0	313	702	50,7%
Piauí	0	243	409	66,7%
Paraná	0	353	842	46,9%
Rio de Janeiro	0	426	1.274	37,3%
Rio Grande do Norte	0	190	351	62,7%
Rondônia	0	121	199	74,9%
Roraima	0	72	107	88,8%
Rio Grande do Sul	0	310	795	44,4%
Santa Catarina	0	213	489	50,7%
Sergipe	0	137	220	75,0%
São Paulo	0	573	2.034	30,6%
Tocantins	0	141	205	82,4%
Justiça Eleitoral	0	6.161	14.617	48,5%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.24 F4d - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes em Relação aos Cargos Efetivos Existentes no Tribunal Regional Eleitoral.



Glossário:

F4d - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes em Relação aos Cargos Efetivos Existentes no Tribunal Regional Eleitoral.

Finalidade: Indicar a proporção do número total de cargos em comissão e funções comissionadas existentes no quadro de pessoal do Tribunal Regional Eleitoral e em seus cartórios eleitorais, em relação ao número total de cargos de provimento efetivo existentes no ano-base.

Fórmula: $F4d = (TCC + TFc) / TCEfet$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- TCC - Total de Cargos em Comissão Existentes no Tribunal Regional Eleitoral: Número total de cargos em comissão existentes, providos ou não, no quadro de pessoal do Tribunal Regional Eleitoral e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.
- TFc - Total de Funções Comissionadas Existentes no Tribunal Regional Eleitoral: Número de funções comissionadas existentes, providas ou não, no quadro de pessoal do Tribunal Regional Eleitoral e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.
- TCEfet - Total de Cargos do Quadro Efetivo Existentes no Tribunal Regional Eleitoral: Número total de cargos de provimento efetivo de servidor existentes, providos ou não, no quadro de pessoal do Tribunal Regional Eleitoral e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

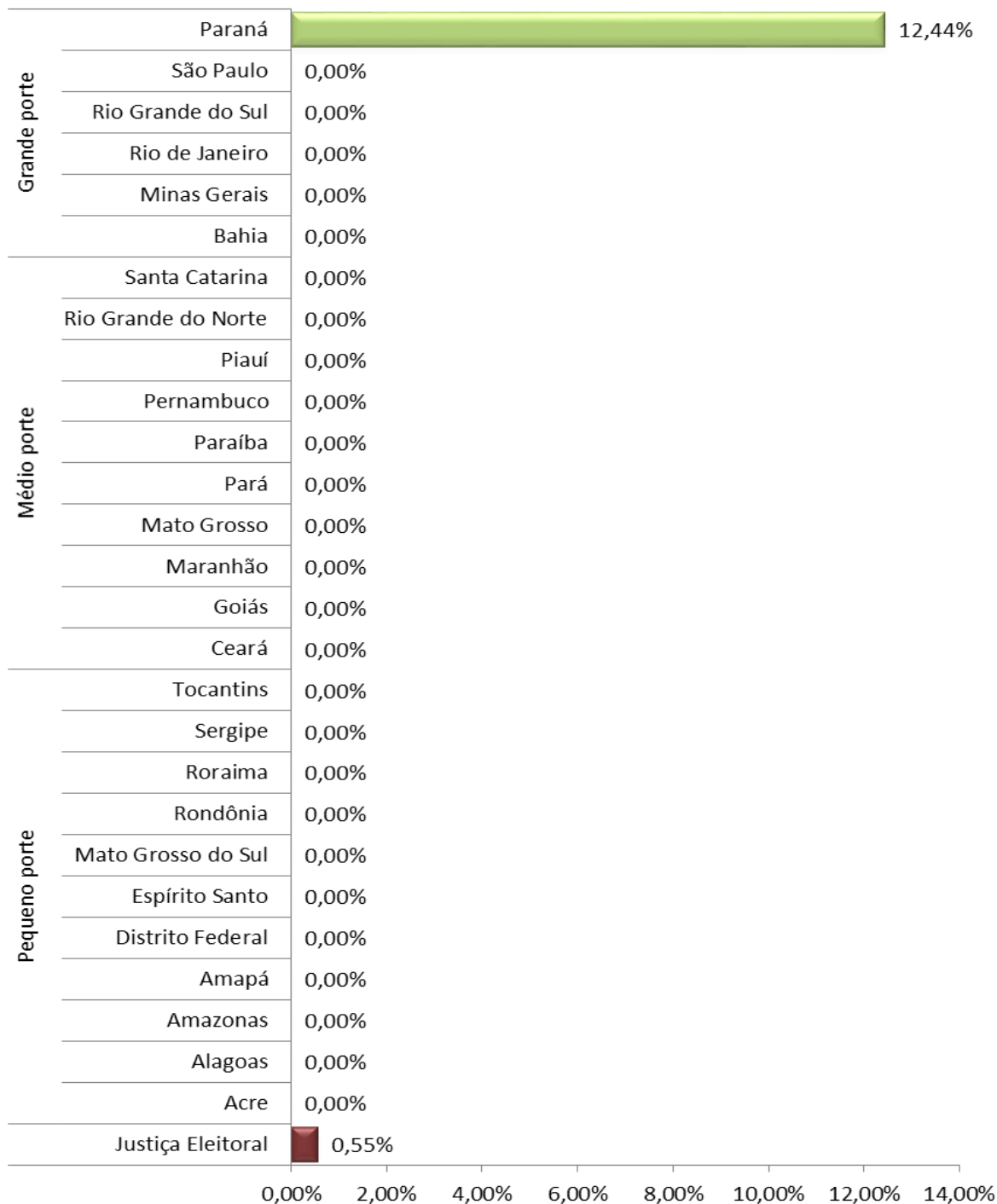
1.2.7. F4e - Total de Pessoal Requisitado Extraordinariamente em Relação ao Total de Servidores do Tribunal Regional Eleitoral.

Tabela 1.25 F4e - Total de Pessoal Requisitado Extraordinariamente em Relação ao Total de Servidores do Tribunal Regional Eleitoral.

Tribunal Regional Eleitoral	TPReqExt - Total de Pessoal Requisitado Extraordinariamente para Realização de Pleitos Eleitorais no Tribunal Regional Eleitoral	TS - Total de Servidores: Força de Trabalho do Tribunal Regional Eleitoral	F4e - Total de Pessoal Requisitado Extraordinariamente em Relação ao Total de Servidores do Tribunal Regional Eleitoral.
Acre	0	217	0,00%
Alagoas	0	465	0,00%
Amazonas	0	562	0,00%
Amapá	0	325	0,00%
Bahia	0	1.589	0,00%
Ceará	0	1.487	0,00%
Distrito Federal	0	959	0,00%
Espírito Santo	0	681	0,00%
Goiás	0	965	0,00%
Maranhão	0	927	0,00%
Minas Gerais	0	2.639	0,00%
Mato Grosso do Sul	0	626	0,00%
Mato Grosso	0	582	0,00%
Pará	0	1.244	0,00%
Paraíba	0	1.020	0,00%
Pernambuco	0	1.759	0,00%
Piauí	0	881	0,00%
Paraná	165	1.326	12,44%
Rio de Janeiro	0	1.993	0,00%
Rio Grande do Norte	0	1.021	0,00%
Rondônia	0	364	0,00%
Roraima	0	190	0,00%
Rio Grande do Sul	0	1.467	0,00%
Santa Catarina	0	1.001	0,00%
Sergipe	0	472	0,00%
São Paulo	0	4.624	0,00%
Tocantins	0	495	0,00%
Justiça Eleitoral	165	29.881	0,55%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.25 F4e - Total de Pessoal Requisitado Extraordinariamente em Relação ao Total de Servidores do Tribunal Regional Eleitoral.



Glossário:

F4e - Total de Pessoal Requisitado Extraordinariamente em Relação ao Total de Servidores do Tribunal Regional Eleitoral.

Finalidade: Indicar o quantitativo de pessoal requisitado extraordinariamente em relação ao total de servidores do Tribunal Regional Eleitoral e em seus cartórios eleitorais no ano-base.

Fórmula: $F4e = TPReqExt / TS$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- TPReqExt - Total de Pessoal Requisitado Extraordinariamente para Realização de Pleitos Eleitorais no Tribunal Regional Eleitoral: Número total de requisitados de forma extraordinária, tendo em vista, exclusivamente, a realização de pleito eleitoral, no final do ano-base.

- $TS = TPEfet - TPCed + TPReq + TPReqExt + TPAux + TPSV$

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

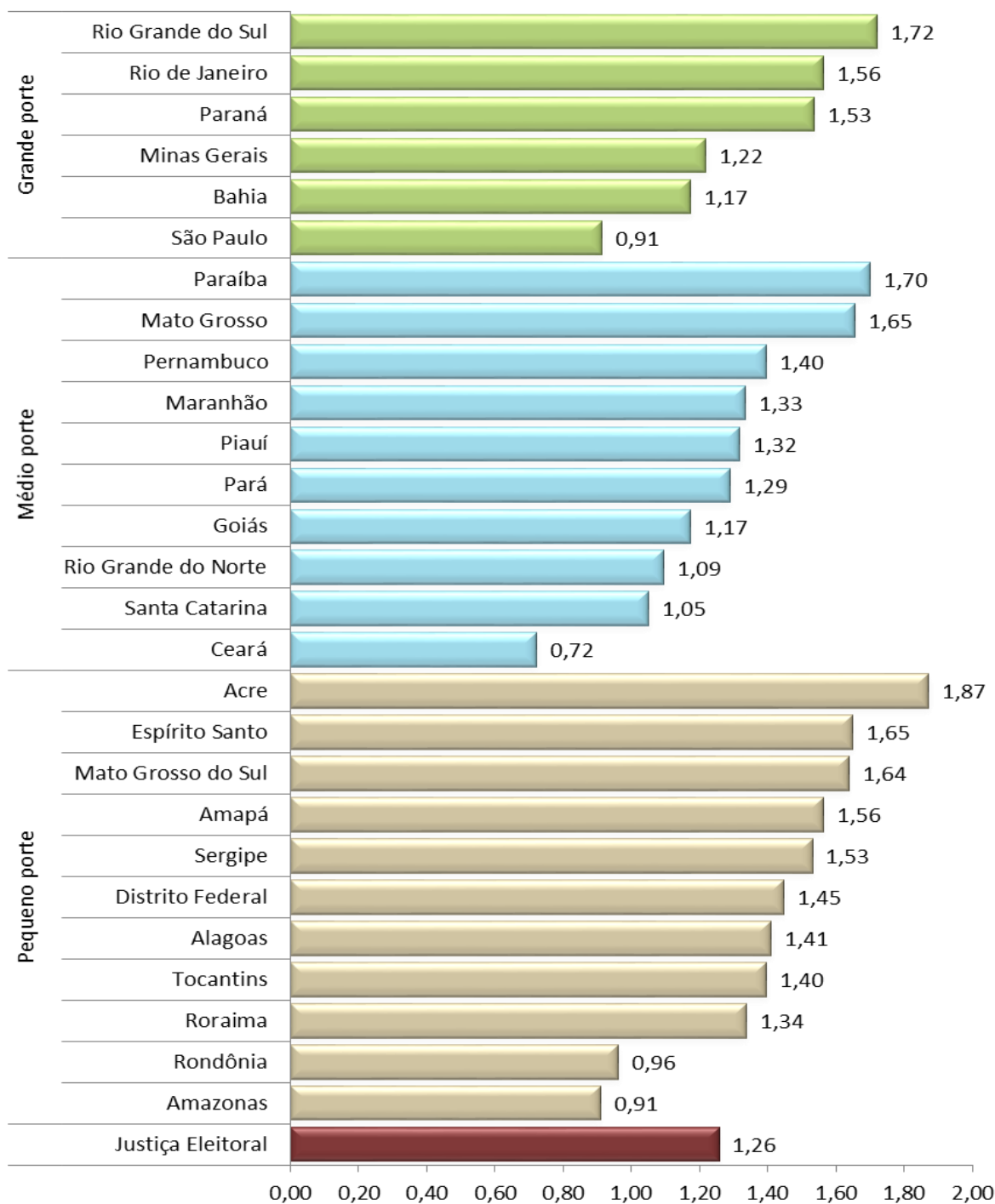
1.2.8. Inf2 - Número de Computadores por Usuário no Tribunal Regional Eleitoral.

Tabela 1.26 Inf2 - Número de Computadores por Usuário no Tribunal Regional Eleitoral.

Tribunal Regional Eleitoral	Comp - Número de Computadores de Uso Pessoal no Tribunal Regional Eleitoral	Ui - Usuários de computador no Tribunal Regional Eleitoral	Inf2 - Número de Computadores por Usuário no Tribunal Regional Eleitoral.
Acre	408	218	1,87
Alagoas	584	414	1,41
Amazonas	500	550	0,91
Amapá	425	272	1,56
Bahia	1.866	1.590	1,17
Ceará	1.279	1.775	0,72
Distrito Federal	940	650	1,45
Espírito Santo	865	525	1,65
Goiás	1.320	1.126	1,17
Maranhão	1.200	900	1,33
Minas Gerais	2.938	2.413	1,22
Mato Grosso do Sul	1.035	632	1,64
Mato Grosso	612	370	1,65
Pará	1.340	1.040	1,29
Paraíba	1.436	845	1,70
Pernambuco	1.695	1.214	1,40
Piauí	1.040	789	1,32
Paraná	2.454	1.599	1,53
Rio de Janeiro	2.779	1.779	1,56
Rio Grande do Norte	952	871	1,09
Rondônia	297	309	0,96
Roraima	290	217	1,34
Rio Grande do Sul	2.212	1.285	1,72
Santa Catarina	988	940	1,05
Sergipe	626	409	1,53
São Paulo	4.209	4.610	0,91
Tocantins	771	552	1,40
Justiça Eleitoral	35.061	27.894	1,26

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.26 Inf2 - Número de Computadores por Usuário no Tribunal Regional Eleitoral.



Glossário:

Inf2 - Número de Computadores por Usuário no Tribunal Regional Eleitoral.

Finalidade: Indicar o número de equipamentos de informática (microcomputadores e notebooks) para cada usuário do Tribunal Regional Eleitoral e em seus cartórios eleitorais no ano-base.

Fórmula: $\text{Inf2} = \text{Comp} / \text{Ui}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **Comp** - Número de Computadores de Uso Pessoal no Tribunal Regional Eleitoral: O número de microcomputadores e de notebooks, em condições de uso, existentes no Tribunal Regional Eleitoral e em suas respectivas unidades judiciárias no ano-base. Excluem-se os terminais de consulta.
- **Ui** - Usuários de computador no Tribunal Regional Eleitoral: Número total de magistrados, servidores do quadro permanente e requisitados, terceirizados, estagiários e contratados que utilizam de forma contínua computadores e notebooks no Tribunal Regional Eleitoral e nas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

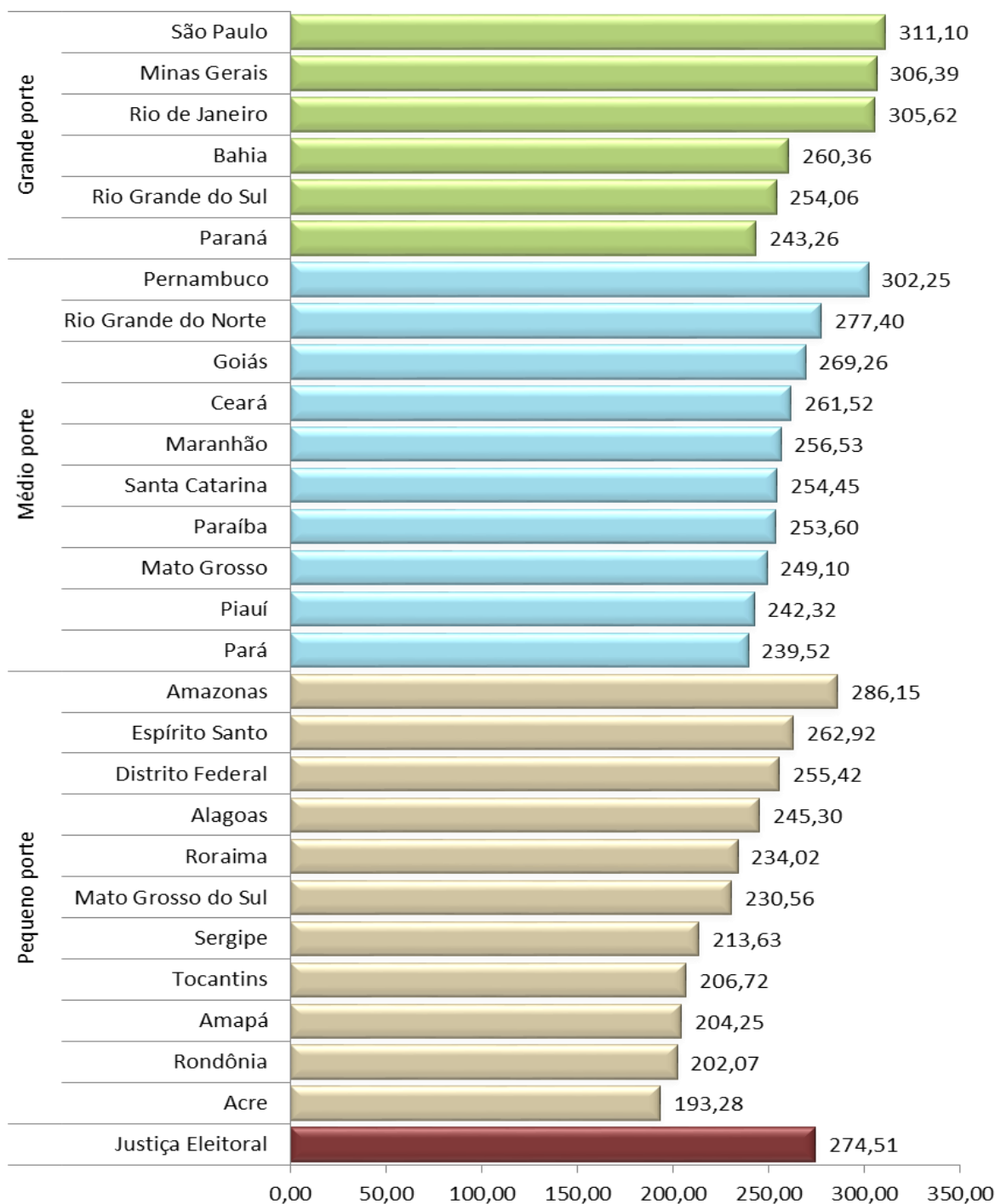
1.2.9. UE - Número de eleitores por Urna no Tribunal Regional Eleitoral

Tabela 1.27 UE - Número de eleitores por Urna no Tribunal Regional Eleitoral

Tribunal Regional Eleitoral	Urnas - Número de Urnas no Tribunal Regional Eleitoral		UE - Número de eleitores por Urna no Tribunal Regional Eleitoral
Acre	2.637	509.681	193,28
Alagoas	7.900	1.937.875	245,30
Amazonas	7.699	2.203.053	286,15
Amapá	2.353	480.593	204,25
Bahia	38.894	10.126.493	260,36
Ceará	23.873	6.243.332	261,52
Distrito Federal	7.741	1.977.243	255,42
Espírito Santo	9.971	2.621.623	262,92
Goiás	16.065	4.325.675	269,26
Maranhão	17.755	4.554.741	256,53
Minas Gerais	49.093	15.041.623	306,39
Mato Grosso do Sul	7.723	1.780.592	230,56
Mato Grosso	8.790	2.189.616	249,10
Pará	21.378	5.120.507	239,52
Paraíba	11.317	2.869.979	253,60
Pernambuco	21.659	6.546.479	302,25
Piauí	9.766	2.366.534	242,32
Paraná	31.782	7.731.415	243,26
Rio de Janeiro	39.309	12.013.424	305,62
Rio Grande do Norte	8.476	2.351.253	277,40
Rondônia	5.436	1.098.431	202,07
Roraima	1.310	306.560	234,02
Rio Grande do Sul	32.764	8.323.989	254,06
Santa Catarina	18.734	4.766.831	254,45
Sergipe	6.632	1.416.809	213,63
São Paulo	101.428	31.554.509	311,10
Tocantins	4.839	1.000.322	206,72
Justiça Eleitoral	515.324	141.459.182	274,51

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.27 UE - Número de eleitores por Urna no Tribunal Regional Eleitoral



Glossário:

UE - Número de eleitores por Urna no Tribunal Regional Eleitoral

Finalidade: Indicar o número de eleitores para cada urna eletrônica do Tribunal Regional Eleitoral e em seus cartórios eleitorais no ano-base.

Fórmula: $UE = \text{Urnas} / EL$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Urnas - Número de Urnas no Tribunal Regional Eleitoral: Número total de urnas, em condições de uso, existentes no Tribunal Regional no ano-base. Excluem-se as urnas reservadas para substituição.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

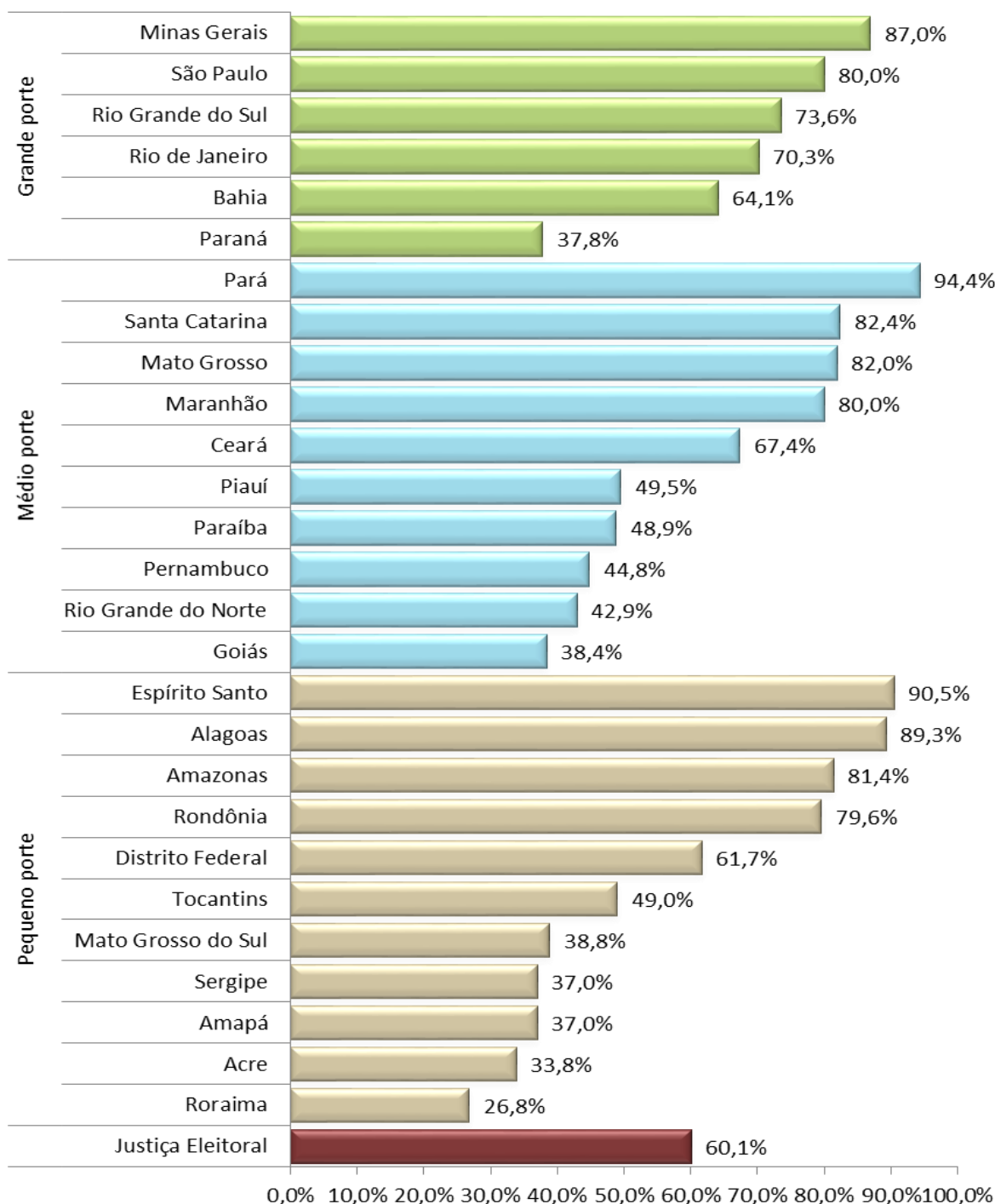
1.2.10. Dm² - Área útil em Relação à Área Total do Tribunal Regional Eleitoral (em Metros Quadrados).

Tabela 1.28 Dm² - Área útil em Relação à Área Total do Tribunal Regional Eleitoral (em Metros Quadrados).

Tribunal Regional Eleitoral	m ² Util - Área Útil em Metros Quadrados do Tribunal Regional Eleitoral	m ² Total - Área Total em Metros Quadrados do Tribunal Regional Eleitoral	Dm ² - Área útil em Relação à Área Total do Tribunal Regional Eleitoral (em Metros Quadrados).
Acre	8.208	24.260	33,8%
Alagoas	12.287	13.762	89,3%
Amazonas	21.165	25.987	81,4%
Amapá	6.515	17.602	37,0%
Bahia	51.675	80.623	64,1%
Ceará	19.659	29.187	67,4%
Distrito Federal	36.887	59.774	61,7%
Espírito Santo	17.100	18.900	90,5%
Goiás	30.157	78.526	38,4%
Maranhão	24.908	31.135	80,0%
Minas Gerais	71.728	82.487	87,0%
Mato Grosso do Sul	22.088	56.879	38,8%
Mato Grosso	20.343	24.809	82,0%
Pará	33.155	35.130	94,4%
Paraíba	28.225	57.777	48,9%
Pernambuco	33.792	75.456	44,8%
Piauí	19.927	40.230	49,5%
Paraná	70.987	187.904	37,8%
Rio de Janeiro	56.629	80.599	70,3%
Rio Grande do Norte	21.995	51.250	42,9%
Rondônia	13.099	16.462	79,6%
Roraima	6.223	23.192	26,8%
Rio Grande do Sul	43.686	59.353	73,6%
Santa Catarina	23.679	28.730	82,4%
Sergipe	15.237	41.141	37,0%
São Paulo	162.849	203.562	80,0%
Tocantins	18.886	38.540	49,0%
Justiça Eleitoral	891.089	1.483.257	60,1%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.28 Dm² - Área útil em Relação à Área Total do Tribunal Regional Eleitoral (em Metros Quadrados).



Glossário:

Dm² - Área útil em Relação à Área Total do Tribunal Regional Eleitoral (em Metros Quadrados).

Finalidade: Indicar o número de metros quadrados de área útil em relação à área total existente nos prédios dos órgãos integrantes da estrutura do Tribunal Regional Eleitoral e em seus cartórios eleitorais no ano-base.

Fórmula: $Dm^2 = m^2Util / m^2Total$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- m²Util - Área Útil em Metros Quadrados do Tribunal Regional Eleitoral: A área construída (própria ou não) destinada pelos órgãos integrantes da estrutura do Tribunal Regional Eleitoral e de suas respectivas unidades judiciárias, à atividade-fim e à atividade de apoio administrativo no ano-base, desconsideradas as áreas utilizadas como jardins, creche, áreas de lazer, estacionamentos e museus.
- m²Total - Área Total em Metros Quadrados do Tribunal Regional Eleitoral: A área total de todos os prédios, próprio ou não, dos órgãos integrantes da estrutura do Tribunal Regional Eleitoral e de suas respectivas unidades judiciárias, independentemente da finalidade, incluindo área para arquivos, depósitos, auditórios, museus, estacionamentos privativos e jardins, existente no final do ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

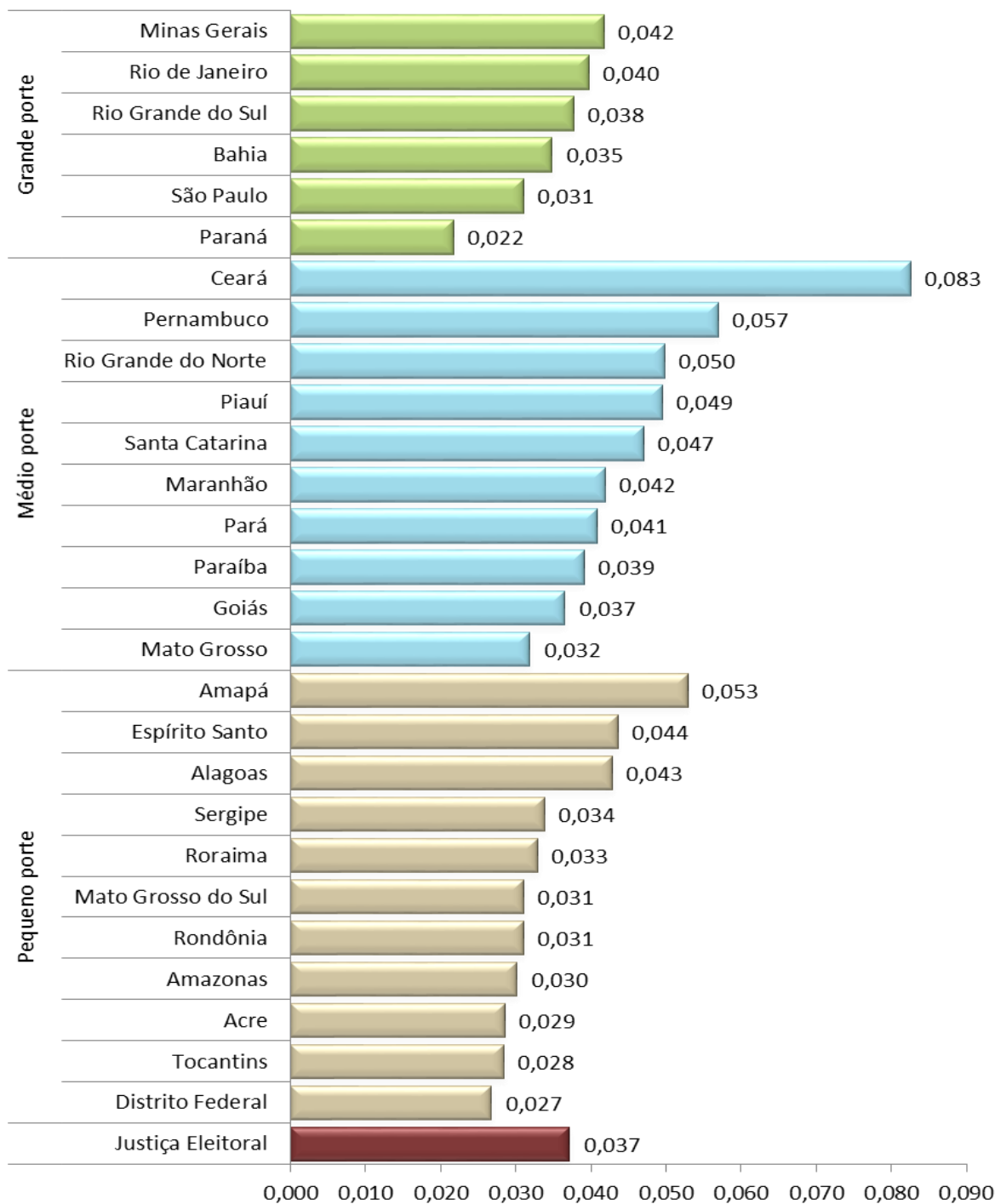
1.2.11. Pm² - Força de Trabalho Total em Relação à Área Útil do Tribunal Regional Eleitoral (em metros quadrados).

Tabela 1.29 Pm² - Força de Trabalho Total em Relação à Área Útil do Tribunal Regional Eleitoral (em metros quadrados).

Tribunal Regional Eleitoral	FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados do Tribunal Regional Eleitoral	m ² Util - Área Útil em Metros Quadrados do Tribunal Regional Eleitoral	Pm ² - Força de Trabalho Total em Relação à Área Útil do Tribunal Regional Eleitoral (em metros quadrados).
Acre	234	8.208	0,029
Alagoas	527	12.287	0,043
Amazonas	639	21.165	0,030
Amapá	345	6.515	0,053
Bahia	1.801	51.675	0,035
Ceará	1.624	19.659	0,083
Distrito Federal	988	36.887	0,027
Espírito Santo	745	17.100	0,044
Goiás	1.102	30.157	0,037
Maranhão	1.045	24.908	0,042
Minas Gerais	2.997	71.728	0,042
Mato Grosso do Sul	687	22.088	0,031
Mato Grosso	649	20.343	0,032
Pará	1.355	33.155	0,041
Paraíba	1.104	28.225	0,039
Pernambuco	1.924	33.792	0,057
Piauí	986	19.927	0,049
Paraná	1.539	70.987	0,022
Rio de Janeiro	2.249	56.629	0,040
Rio Grande do Norte	1.097	21.995	0,050
Rondônia	406	13.099	0,031
Roraima	205	6.223	0,033
Rio Grande do Sul	1.647	43.686	0,038
Santa Catarina	1.113	23.679	0,047
Sergipe	515	15.237	0,034
São Paulo	5.056	162.849	0,031
Tocantins	537	18.886	0,028
Justiça Eleitoral	33.116	891.089	0,037

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.29 Pm² - Força de Trabalho Total em Relação à Área Útil do Tribunal Regional Eleitoral (em metros quadrados).



Glossário:

Pm² - Força de Trabalho Total em Relação à Área Útil do Tribunal Regional Eleitoral (em metros quadrados).

Finalidade: : Indicar o número total de força de trabalho em atividade (incluindo servidores efetivos, auxiliares e magistrados) em relação à área útil existente nos prédios dos órgãos integrantes da estrutura do Tribunal Regional Eleitoral e em seus cartórios eleitorais no ano-base.

Fórmula: $Pm^2 = FTT / m^2\text{util}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $FTT = TS + Mag$
- $m^2\text{Util}$ - Área Útil em Metros Quadrados do Tribunal Regional Eleitoral: A área construída (própria ou não) destinada pelos órgãos integrantes da estrutura do Tribunal Regional Eleitoral e de suas respectivas unidades judiciárias, à atividade-fim e à atividade de apoio administrativo no ano-base, desconsideradas as áreas utilizadas como jardins, creche, áreas de lazer, estacionamentos e museus.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

1.2.12. ProcML - Espaço Utilizado em Relação ao Espaço Disponível para Arquivamento de Processos Judiciais (em Metros Lineares) no Tribunal Regional Eleitoral.

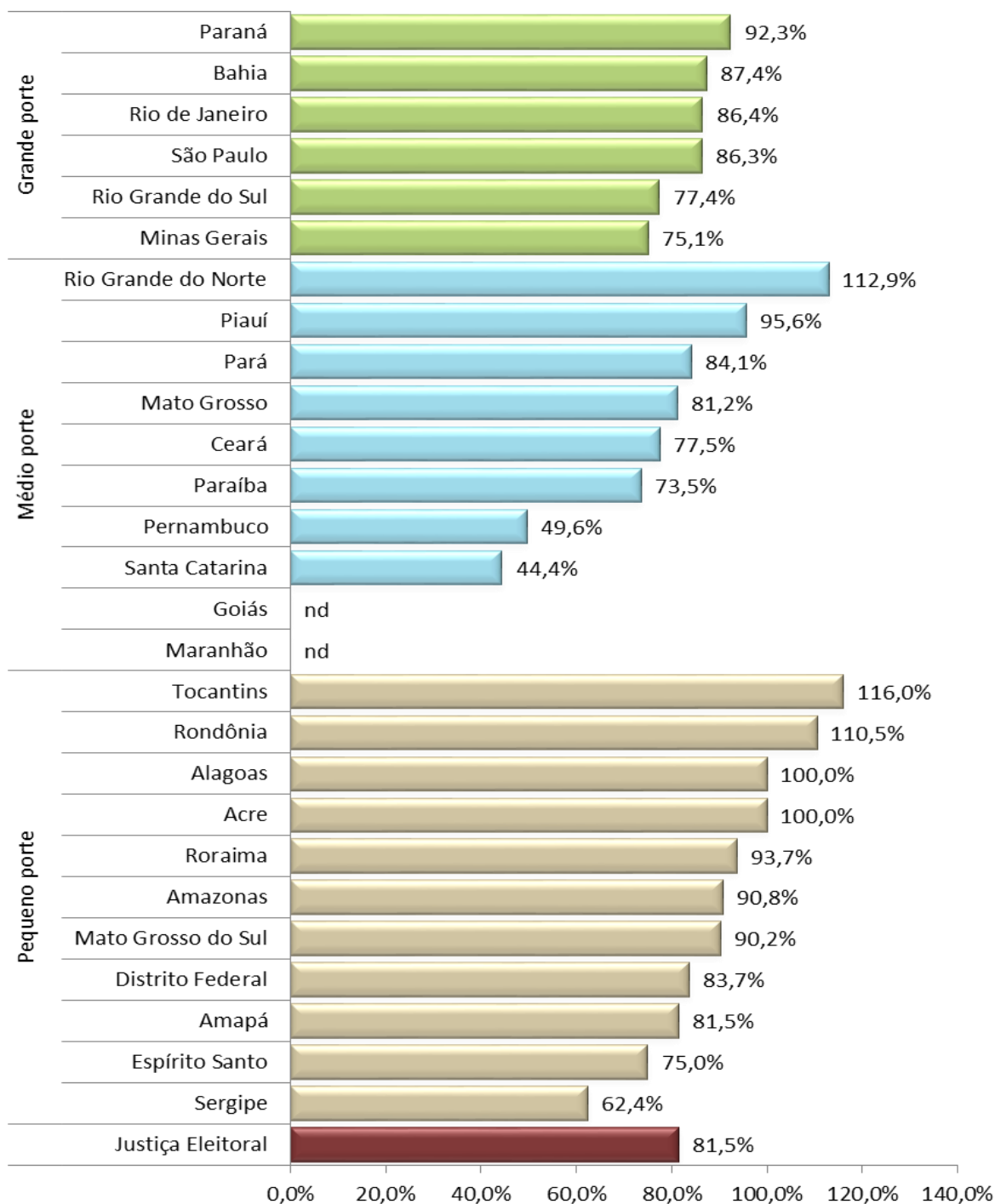
Tabela 1.30 ProcML - Espaço Utilizado em Relação ao Espaço Disponível para Arquivamento de Processos Judiciais (em Metros Lineares) no Tribunal Regional Eleitoral.

Tribunal Regional Eleitoral	MLUtilArq - Espaço Utilizado com Arquivo em metros lineares	MLDispArq - Espaço Disponível de Arquivo em metros lineares no Tribunal Regional Eleitoral	ProcML - Espaço Utilizado em Relação ao Espaço Disponível para Arquivamento de Processos Judiciais (em Metros Lineares) no Tribunal Regional Eleitoral.
Acre	679	679	100,0%
Alagoas	45	45	100,0%
Amazonas	59	65	90,8%
Amapá	22	27	81,5%
Bahia	2.127	2.434	87,4%
Ceará	310	400	77,5%
Distrito Federal	720	860	83,7%
Espírito Santo	240	320	75,0%
Goiás	nd	6.635	nd
Maranhão	nd	nd	nd
Minas Gerais	1.208	1.608	75,1%
Mato Grosso do Sul	1.761	1.952	90,2%
Mato Grosso	3.226	3.973	81,2%
Pará	507	603	84,1%
Paraíba	4.321	5.875	73,5%
Pernambuco	280	564	49,6%
Piauí	239	250	95,6%
Paraná	660	715	92,3%
Rio de Janeiro	4.378	5.066	86,4%
Rio Grande do Norte	698	618	112,9%
Rondônia	1.827	1.653	110,5%
Roraima	682	728	93,7%
Rio Grande do Sul	4.961	6.407	77,4%
Santa Catarina	668	1.504	44,4%
Sergipe	319	511	62,4%
São Paulo	1.215	1.408	86,3%
Tocantins	123	106	116,0%
Justiça Eleitoral	31.275	45.006	81,5%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.30 ProcML - Espaço Utilizado em Relação ao Espaço Disponível para Arquivamento de Processos Judiciais (em Metros Lineares) no Tribunal Regional Eleitoral.



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

ProcML - Espaço Utilizado em Relação ao Espaço Disponível para Arquivamento de Processos Judiciais (em Metros Lineares) no Tribunal Regional Eleitoral.

Finalidade: Indicar a proporção, em metros lineares, do espaço utilizado com arquivamento de processos judiciais em relação ao espaço para arquivo disponível no Tribunal Regional Eleitoral e seus cartórios eleitorais no ano-base.

Fórmula: $\text{ProcML} = \text{MLUtilArq} / \text{MLDispArq}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- MLUtilArq - Espaço Utilizado com Arquivo em metros lineares: Espaço utilizado para arquivo de processos judiciais no Tribunal Regional Eleitoral e de suas respectivas unidades judiciárias, no ano-base. A metragem linear tem por base o comprimento das estantes e/ou a profundidade das gavetas dos arquivos de aço. E, ainda, para a documentação empacotada, amarrada ou amontoada utilizar-se-á a metragem cúbica, ou seja, comprimento \times altura \times largura das pilhas de documentos. Para conversão em metros lineares, multiplique o resultado obtido em m^3 por 12 (Fonte: Arquivo Nacional).
- MLDispArq - Espaço Disponível de Arquivo em metros lineares no Tribunal Regional Eleitoral: Espaço disponibilizado para arquivo de processos judiciais no Tribunal Regional Eleitoral e de suas respectivas unidades judiciárias, no ano-base. A metragem linear tem por base o comprimento das estantes e/ou a profundidade das gavetas dos arquivos de aço. E, ainda, para a documentação empacotada, amarrada ou amontoada utilizar-se-á a metragem cúbica, ou seja, comprimento \times altura \times largura das pilhas de documentos. Para conversão em metros lineares, multiplique o resultado obtido em m^3 por 12 (Fonte: Arquivo Nacional).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

1.2.13. UEMC - Espaço Utilizado em Relação ao Espaço Disponível para Armazenamento de Urnas Eletrônicas (em Metros Cúbicos) no Tribunal Regional Eleitoral.

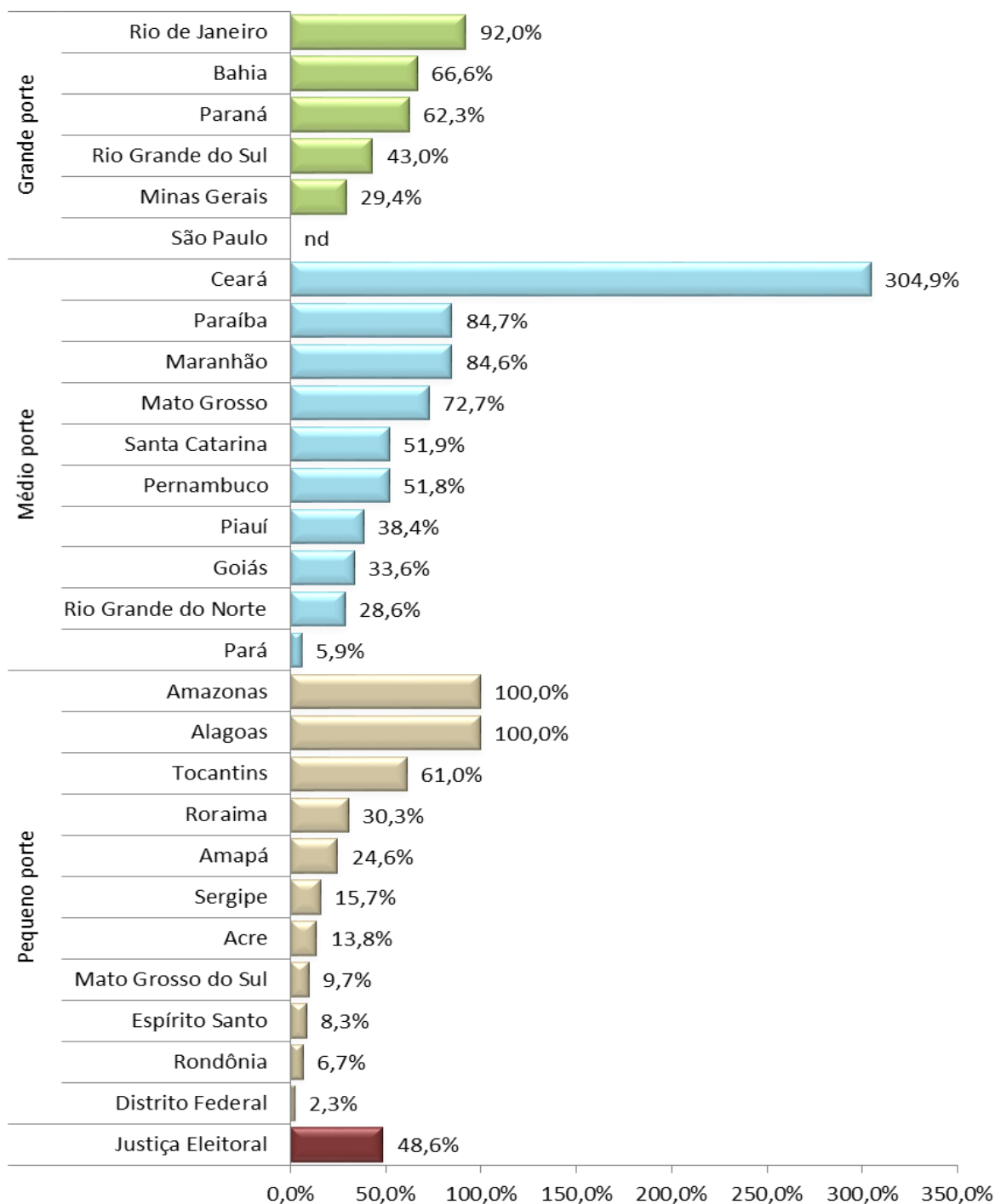
Tabela 1.31 UEMC - Espaço Utilizado em Relação ao Espaço Disponível para Armazenamento de Urnas Eletrônicas (em Metros Cúbicos) no Tribunal Regional Eleitoral.

Tribunal Regional Eleitoral	MCUtilUrna - Espaço Utilizado com Armazenamento da Urna Eletrônica, em metros cúbicos no Tribunal Regional Eleitoral	MCDispUrna - Espaço Disponível para Armazenamento da Urna Eletrônica em metros cúbicos no Tribunal Regional Eleitoral	UEMC - Espaço Utilizado em Relação ao Espaço Disponível para Armazenamento de Urnas Eletrônicas (em Metros Cúbicos) no Tribunal Regional Eleitoral.
Acre	145	1.054	13,8%
Alagoas	3.551	3.551	100,0%
Amazonas	1.237	1.237	100,0%
Amapá	129	525	24,6%
Bahia	16.617	24.944	66,6%
Ceará	12.326	4.042	304,9%
Distrito Federal	210	9.120	2,3%
Espírito Santo	519	6.260	8,3%
Goiás	1.384	4.122	33,6%
Maranhão	13.070	15.448	84,6%
Minas Gerais	2.007	6.830	29,4%
Mato Grosso do Sul	485	5.014	9,7%
Mato Grosso	48	66	72,7%
Pará	1.070	18.104	5,9%
Paraíba	542	640	84,7%
Pernambuco	6.606	12.743	51,8%
Piauí	2.364	6.155	38,4%
Paraná	1.626	2.610	62,3%
Rio de Janeiro	11.774	12.798	92,0%
Rio Grande do Norte	5.573	19.506	28,6%
Rondônia	345	5.144	6,7%
Roraima	3.041	10.033	30,3%
Rio Grande do Sul	13.122	30.516	43,0%
Santa Catarina	6.264	12.074	51,9%
Sergipe	538	3.435	15,7%
São Paulo	52.917	nd	nd
Tocantins	2.267	3.715	61,0%
Justiça Eleitoral	159.777	219.686	48,6%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.31 UEMC - Espaço Utilizado em Relação ao Espaço Disponível para Armazenamento de Urnas Eletrônicas (em Metros Cúbicos) no Tribunal Regional Eleitoral.



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

UEMC - Espaço Utilizado em Relação ao Espaço Disponível para Armazenamento de Urnas Eletrônicas (em Metros Cúbicos) no Tribunal Regional Eleitoral.

Finalidade: Indicar a proporção, em metros cúbicos, do espaço utilizado com armazenamento de urnas em relação ao espaço para armazenamento disponível no Tribunal Regional Eleitoral e seus cartórios eleitorais no ano-base.

Fórmula: $UEMC = MCUtilUrna / MCDispUrna$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- MCUtilUrna - Espaço Utilizado com Armazenamento da Urna Eletrônica, em metros cúbicos no Tribunal Regional Eleitoral: Espaço utilizado para armazenamento de urnas no Tribunal Regional Eleitoral e suas respectivas unidades judiciárias, no ano-base. Considerando-se as medidas da caixa da urna modelo 2009: 23 (altura) x 42,5 (largura) x 52,5 (comprimento) = 51,32 cm³ é prudente reservar um espaço com 55cm³ para cada urna eletrônica.
- MCDispUrna - Espaço Disponível para Armazenamento da Urna Eletrônica em metros cúbicos no Tribunal Regional Eleitoral: Espaço disponibilizado para armazenamento de urnas eletrônicas no Tribunal Regional Eleitoral e suas respectivas unidades judiciárias, no ano-base.

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

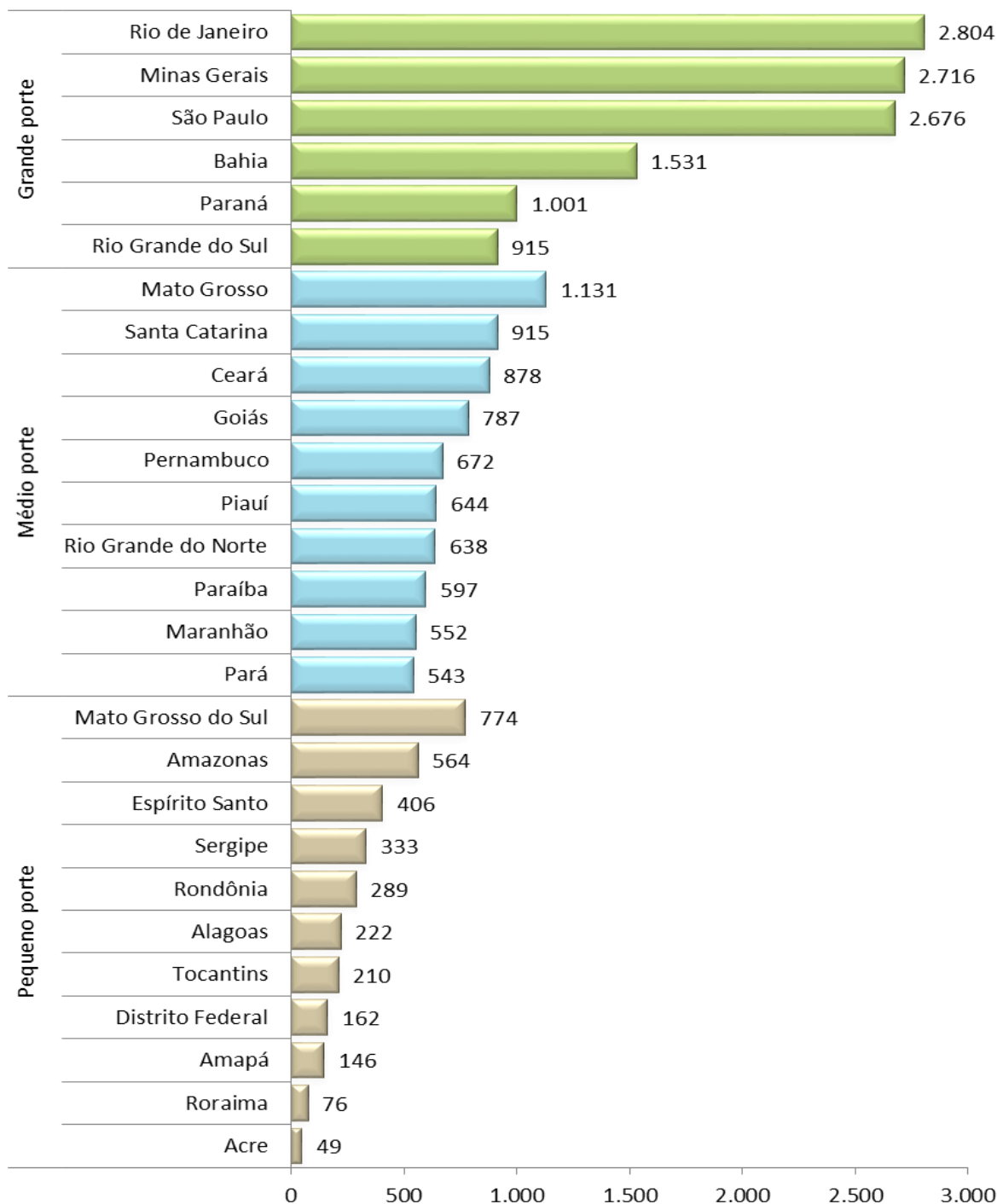
2.1.1. Cn2º - Casos Novos no 2º Grau

Tabela 2.1 - Cn2º - Casos Novos no 2º Grau

Tribunal Regional Eleitoral	CnCrim2º - Casos Novos Criminais no 2º Grau	CnNCrim2º - Casos Novos Não-Criminais no 2º Grau	Cn2º - Casos Novos no 2º Grau
Acre	5	44	49
Alagoas	18	204	222
Amazonas	4	560	564
Amapá	5	141	146
Bahia	29	1.502	1.531
Ceará	15	863	878
Distrito Federal	6	156	162
Espírito Santo	17	389	406
Goiás	25	762	787
Maranhão	12	540	552
Minas Gerais	205	2.511	2.716
Mato Grosso do Sul	17	757	774
Mato Grosso	21	1.110	1.131
Pará	12	531	543
Paraíba	39	558	597
Pernambuco	53	619	672
Piauí	6	638	644
Paraná	76	925	1.001
Rio de Janeiro	102	2.702	2.804
Rio Grande do Norte	28	610	638
Rondônia	31	258	289
Roraima	7	69	76
Rio Grande do Sul	42	873	915
Santa Catarina	39	876	915
Sergipe	14	319	333
São Paulo	110	2.566	2.676
Tocantins	9	201	210
Justiça Eleitoral	947	21.284	22.231

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.1 - Cn2º - Casos Novos no 2º Grau



Glossário:

Cn2º - Casos Novos no 2º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados no 2º Grau do Tribunal Regional Eleitoral no período-base (semestre).

Fórmula: $Cn2^\circ = CnCrim2^\circ + CnNCrim2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **CnCrim2º - Casos Novos Criminais no 2º Grau:** Os processos criminais originários e os em grau de recurso oriundos da Justiça Eleitoral de 1º Grau, autuados no 2º Grau da Justiça Eleitoral no período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (Embargos de Declaração, Agravos Regimentais, Pedidos de Reconsideração, os recursos contra decisão monocrática de juiz substituto e as correções parciais) e os recursos externos (Recursos Ordinários, Recursos Especiais Eleitorais e Agravos de Instrumento), e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- **CnNCrim2º - Casos Novos Não-Criminais no 2º Grau:** Os processos não-criminais originários e os em grau de recurso oriundos da Justiça Eleitoral de 1º Grau, autuados no 2º Grau da Justiça Eleitoral no período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (Embargos de Declaração, Agravos Regimentais, Pedidos de Reconsideração, os recursos contra decisão monocrática de juiz substituto e as correções parciais) e os recursos externos (Recursos Ordinários, Recursos Especiais Eleitorais e Agravos de Instrumento), e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

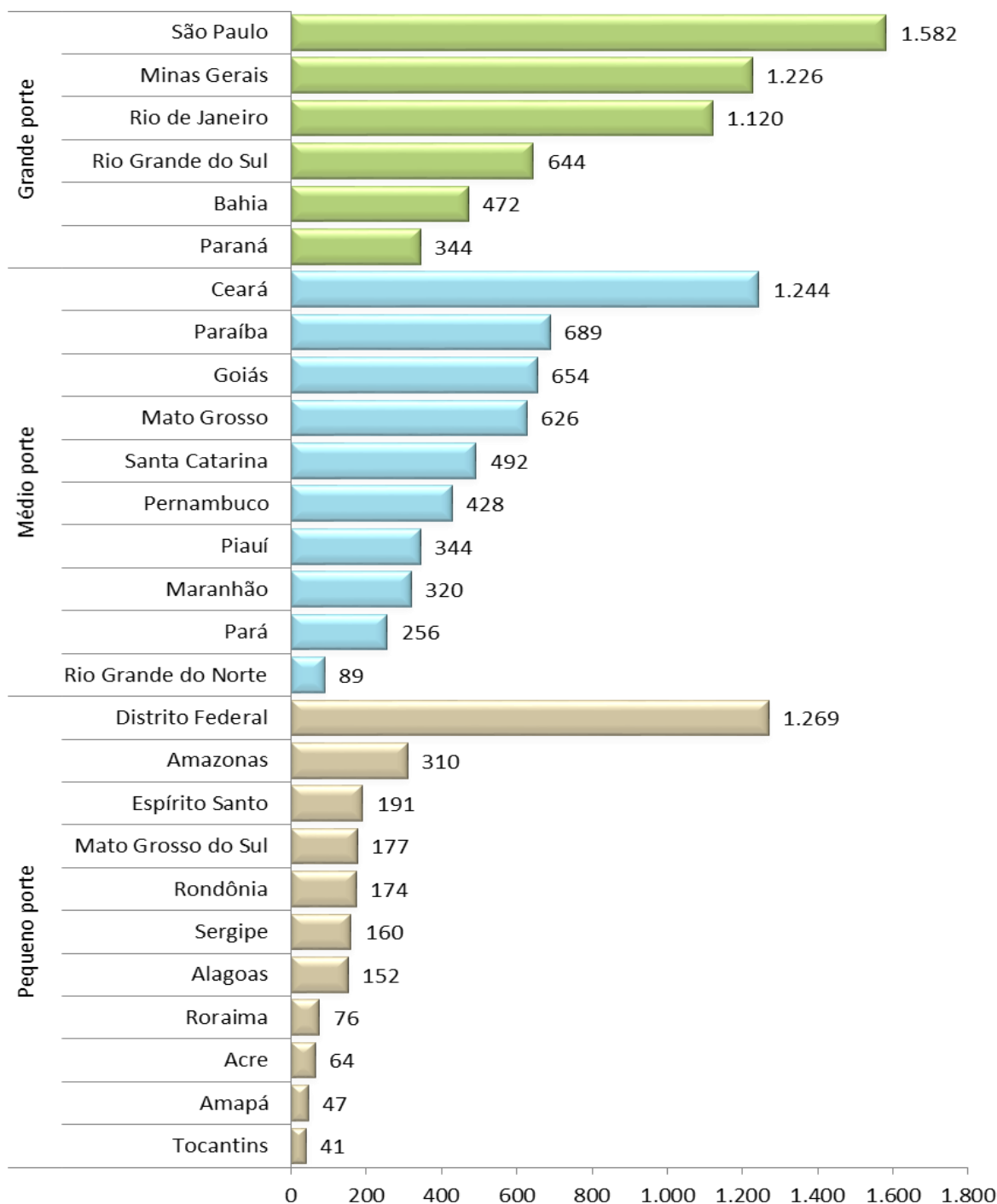
2.1.2. Cp2º - Casos Pendentes no 2º Grau

Tabela 2.2 - Cp2º - Casos Pendentes no 2º Grau

Tribunal Regional Eleitoral	CpCrim2º - Casos Pendentes Criminais no 2º Grau da Justiça Eleitoral	CpNCrim2º - Casos Pendentes Não-Criminais no 2º Grau da Justiça Eleitoral	Cp2º - Casos Pendentes no 2º Grau
Acre	5	59	64
Alagoas	15	137	152
Amazonas	4	306	310
Amapá	3	44	47
Bahia	34	438	472
Ceará	18	1.226	1.244
Distrito Federal	11	1.258	1.269
Espírito Santo	9	182	191
Goiás	26	628	654
Maranhão	9	311	320
Minas Gerais	20	1.206	1.226
Mato Grosso do Sul	18	159	177
Mato Grosso	18	608	626
Pará	13	243	256
Paraíba	54	635	689
Pernambuco	43	385	428
Piauí	33	311	344
Paraná	17	327	344
Rio de Janeiro	178	942	1.120
Rio Grande do Norte	4	85	89
Rondônia	12	162	174
Roraima	5	71	76
Rio Grande do Sul	12	632	644
Santa Catarina	15	477	492
Sergipe	4	156	160
São Paulo	68	1.514	1.582
Tocantins	2	39	41
Justiça Eleitoral	650	12.541	13.191

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.2 - Cp2º - Casos Pendentes no 2º Grau



Glossário:

Cp2º - Casos Pendentes no 2º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos pendentes no 2º Grau do Tribunal Regional Eleitoral no início do período-base (semestre).

Fórmula: $Cp2^\circ = CpCrim2^\circ + CpNCrim2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CpCrim2º - Casos Pendentes Criminais no 2º Grau da Justiça Eleitoral: Saldo residual de processos criminais originários ou em grau de recurso que foram autuados no 2º Grau da Justiça Eleitoral até o final do período anterior ao período-base (semestre), e que não foram baixados no 2º Grau no final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (Embargos de Declaração, Agravos Regimentais, Pedidos de Reconsideração, os recursos contra decisão monocrática de Juiz Substituto e as correções parciais) e os recursos externos (Recursos Ordinários, Recursos Especiais Eleitorais e Agravos de Instrumento), e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- CpNCrim2º - Casos Pendentes Não-Criminais no 2º Grau da Justiça Eleitoral: Saldo residual de processos não-criminais originários ou em grau de recurso que foram autuados no 2º Grau da Justiça Eleitoral até o final do período anterior ao período-base (semestre), e que não foram baixados no 2º Grau no final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (Embargos de Declaração, Agravos Regimentais, Pedidos de Reconsideração, os recursos contra decisão monocrática de Juiz Substituto e as correções parciais) e os recursos externos (Recursos Ordinários, Recursos Especiais Eleitorais e Agravos de Instrumento), e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

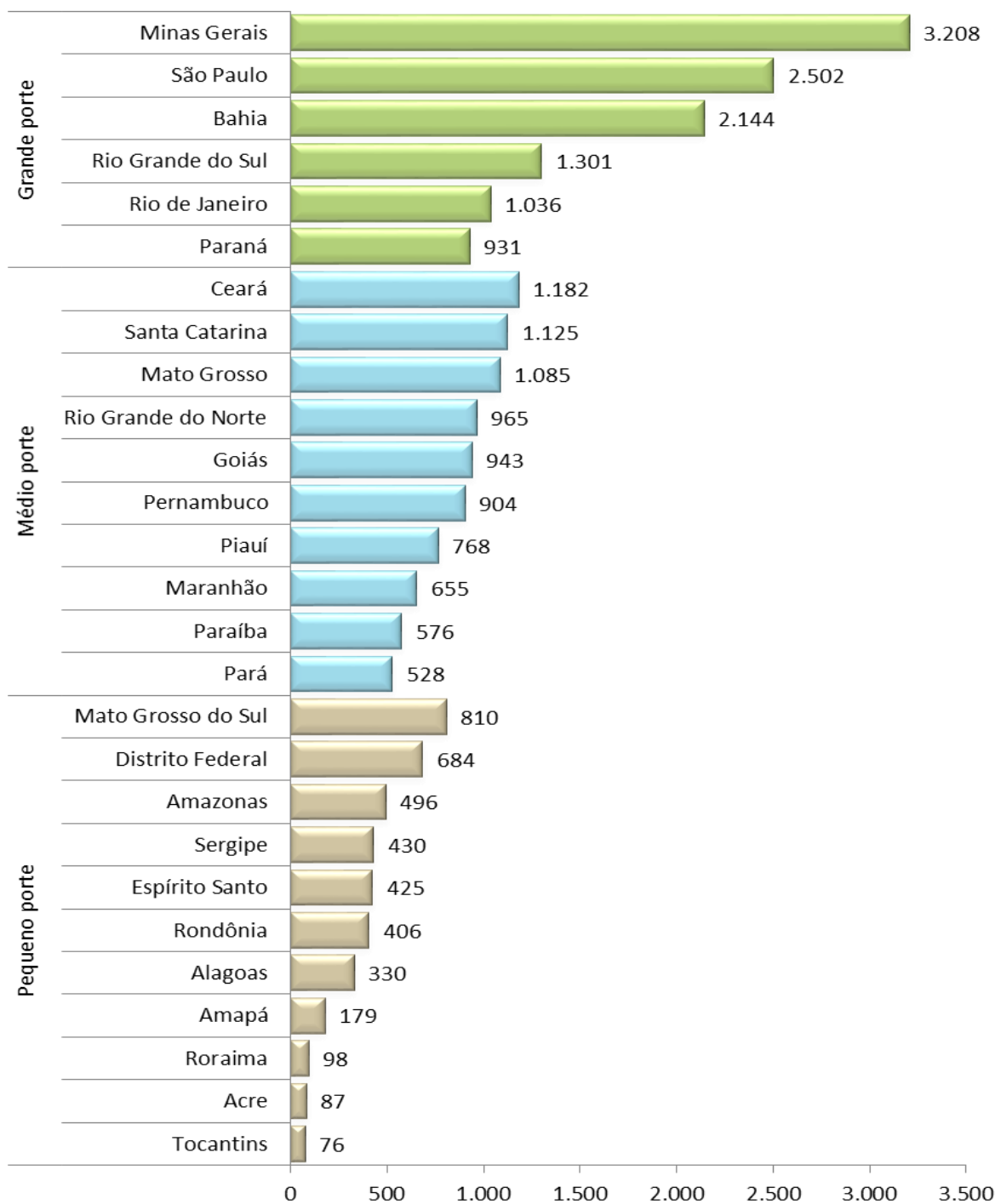
2.1.3. TBAix2º - Total de Processos Baixados no 2º Grau

Tabela 2.3 - TBAix2º - Total de Processos Baixados no 2º Grau

Tribunal Regional Eleitoral	TBAixCrim2º - Total de Processos Criminais Baixados no 2º Grau	TBAixNCrim2º - Total de Processos Não-Criminais Baixados no 2º Grau	TBAix2º - Total de Processos Baixados no 2º Grau
Acre	3	84	87
Alagoas	12	318	330
Amazonas	5	491	496
Amapá	6	173	179
Bahia	25	2.119	2.144
Ceará	24	1.158	1.182
Distrito Federal	8	676	684
Espírito Santo	17	408	425
Goiás	36	907	943
Maranhão	16	639	655
Minas Gerais	118	3.090	3.208
Mato Grosso do Sul	24	786	810
Mato Grosso	18	1.067	1.085
Pará	12	516	528
Paraíba	43	533	576
Pernambuco	84	820	904
Piauí	30	738	768
Paraná	79	852	931
Rio de Janeiro	40	996	1.036
Rio Grande do Norte	23	942	965
Rondônia	29	377	406
Roraima	2	96	98
Rio Grande do Sul	40	1.261	1.301
Santa Catarina	27	1.098	1.125
Sergipe	16	414	430
São Paulo	109	2.393	2.502
Tocantins	6	70	76
Justiça Eleitoral	852	23.022	23.874

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.3 - TBAix2º - Total de Processos Baixados no 2º Grau



Glossário:

TBaix2º - Total de Processos Baixados no 2º Grau

Finalidade: Indicar o número de Processos Baixados no 2º Grau do Tribunal Regional Eleitoral durante o período-base (semestre).

Fórmula: $TBaix2^\circ = TBaixCrim2^\circ + TBaixNCrim2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

· **TBaixCrim2º - Total de Processos Criminais Baixados no 2º Grau :** Os processos criminais originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, que foram baixados no 2º Grau da Justiça Eleitoral no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para as instâncias superiores ou inferiores; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Não são contabilizados os recursos internos (Embargos de Declaração, Agravos Regimentais, Pedidos de Reconsideração, os recursos contra decisão monocrática de Juiz Substituto e as correções parciais) e os recursos externos (Recursos Ordinários, Recursos Especiais Eleitorais e Agravos de Instrumento). Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas nas variáveis CnCrim2º - Casos Novos Criminais no 2º Grau.

· **TBaixNCrim2º - Total de Processos Não-Criminais Baixados no 2º Grau :** Os processos não-criminais originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, que foram baixados no 2º Grau da Justiça Eleitoral no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para as instâncias superiores ou inferiores; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Não são contabilizados os recursos internos (Embargos de Declaração, Agravos Regimentais, Pedidos de Reconsideração, os recursos contra decisão monocrática de Juiz Substituto e as correções parciais) e os recursos externos (Recursos Ordinários, Recursos Especiais Eleitorais e Agravos de Instrumento). Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas nas variáveis CnNCrim2º - Casos Novos Não-Criminais no 2º Grau.

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

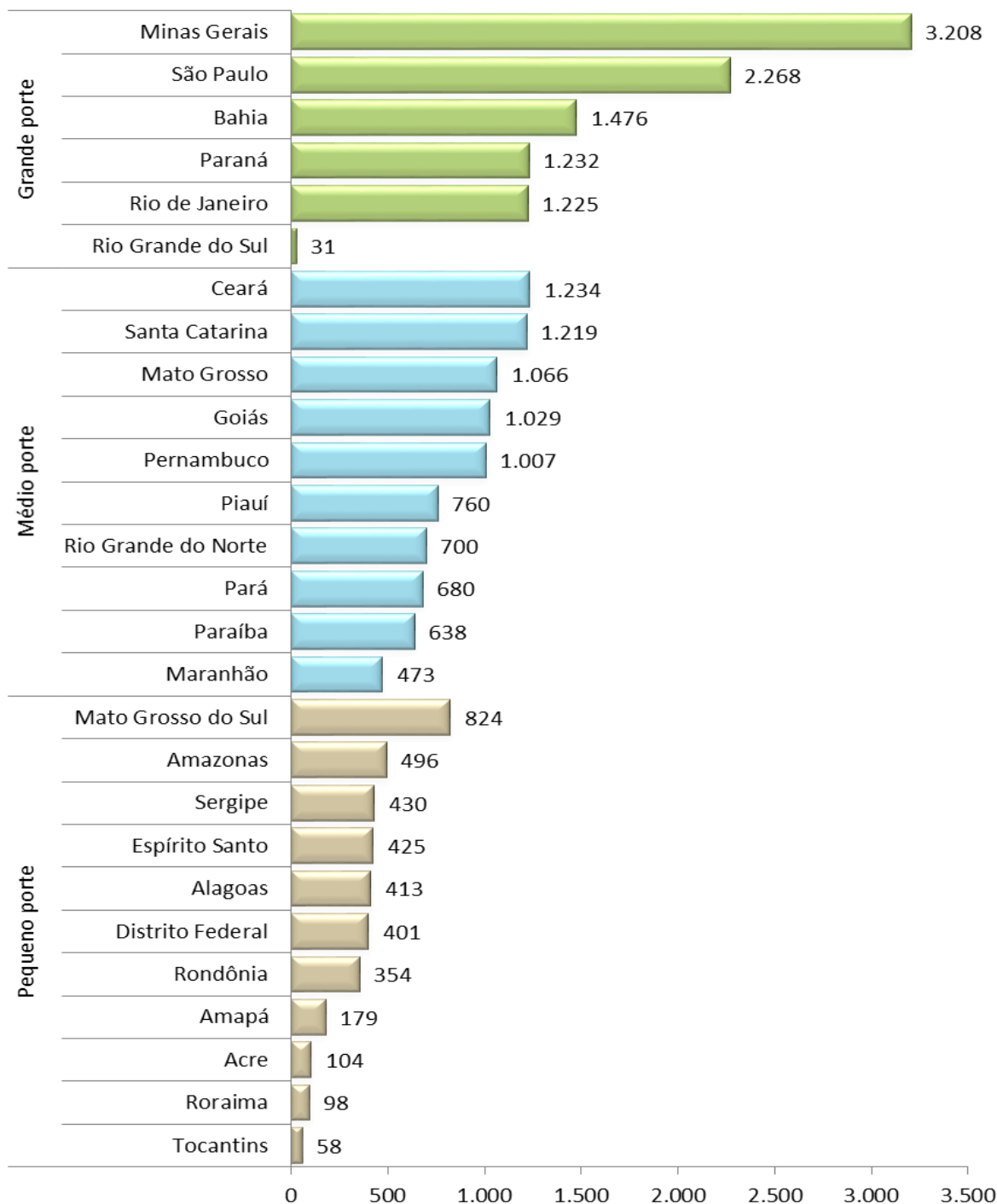
2.1.4. Dec2º - Total de Decisões que põem fim à relação processual no 2º Grau

Tabela 2.4 - Dec2º - Total de Decisões que põem fim à relação processual no 2º Grau

Tribunal Regional Eleitoral	DecCrim2º - Decisões que Põem Fim à Relação Processual Criminal no 2º Grau da Justiça Eleitoral	DecNCrim2º - Decisões que Põem Fim à Relação Processual Não-Criminal no 2º Grau da Justiça Eleitoral	Dec2º - Total de Decisões que põem fim à relação processual no 2º Grau
Acre	4	100	104
Alagoas	8	405	413
Amazonas	5	491	496
Amapá	6	173	179
Bahia	19	1.457	1.476
Ceará	28	1.206	1.234
Distrito Federal	6	395	401
Espírito Santo	17	408	425
Goiás	23	1.006	1.029
Maranhão	15	458	473
Minas Gerais	118	3.090	3.208
Mato Grosso do Sul	19	805	824
Mato Grosso	14	1.052	1.066
Pará	24	656	680
Paraíba	46	592	638
Pernambuco	81	926	1.007
Piauí	27	733	760
Paraná	86	1.146	1.232
Rio de Janeiro	54	1.171	1.225
Rio Grande do Norte	22	678	700
Rondônia	26	328	354
Roraima	2	96	98
Rio Grande do Sul	3	28	31
Santa Catarina	35	1.184	1.219
Sergipe	16	414	430
São Paulo	91	2.177	2.268
Tocantins	5	53	58
Justiça Eleitoral	800	21.228	22.028

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.4 - Dec2º - Total de Decisões que põem fim à relação processual no 2º Grau



Glossário:

Dec2º - Total de Decisões que põem fim à relação processual no 2º Grau

Finalidade: Indicar o número de Decisões que põem fim à relação processual no 2º Grau do Tribunal Regional Eleitoral no período-base (semestre).

Fórmula: $\text{Dec2º} = \text{DecCrim2º} + \text{DecNCrim2º}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

· **DecCrim2º** - Decisões que Põem Fim à Relação Processual Criminal no 2º Grau da Justiça Eleitoral: Todas as decisões colegiadas e monocráticas que põem fim à relação processual criminal no 2º Grau da Justiça Eleitoral, excluindo os despachos de mero expediente, as decisões interlocutórias no período-base (semestre). Havendo mais de uma decisão no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Devem Incluir-se apenas as decisões nas classes processuais compreendidas nas variáveis CnCrim2º - Casos Novos Criminais no 2º Grau.

· **DecNCrim2º** - Decisões que Põem Fim à Relação Processual Não-Criminal no 2º Grau da Justiça Eleitoral: Todas as decisões colegiadas e monocráticas que põem fim à relação processual não-criminal no 2º Grau da Justiça Eleitoral, excluindo os despachos de mero expediente, as decisões interlocutórias no período-base (semestre). Havendo mais de uma decisão no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Devem Incluir-se apenas as decisões nas classes processuais compreendidas nas variáveis CnNCrim2º - Casos Novos Não-Criminais no 2º Grau.

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

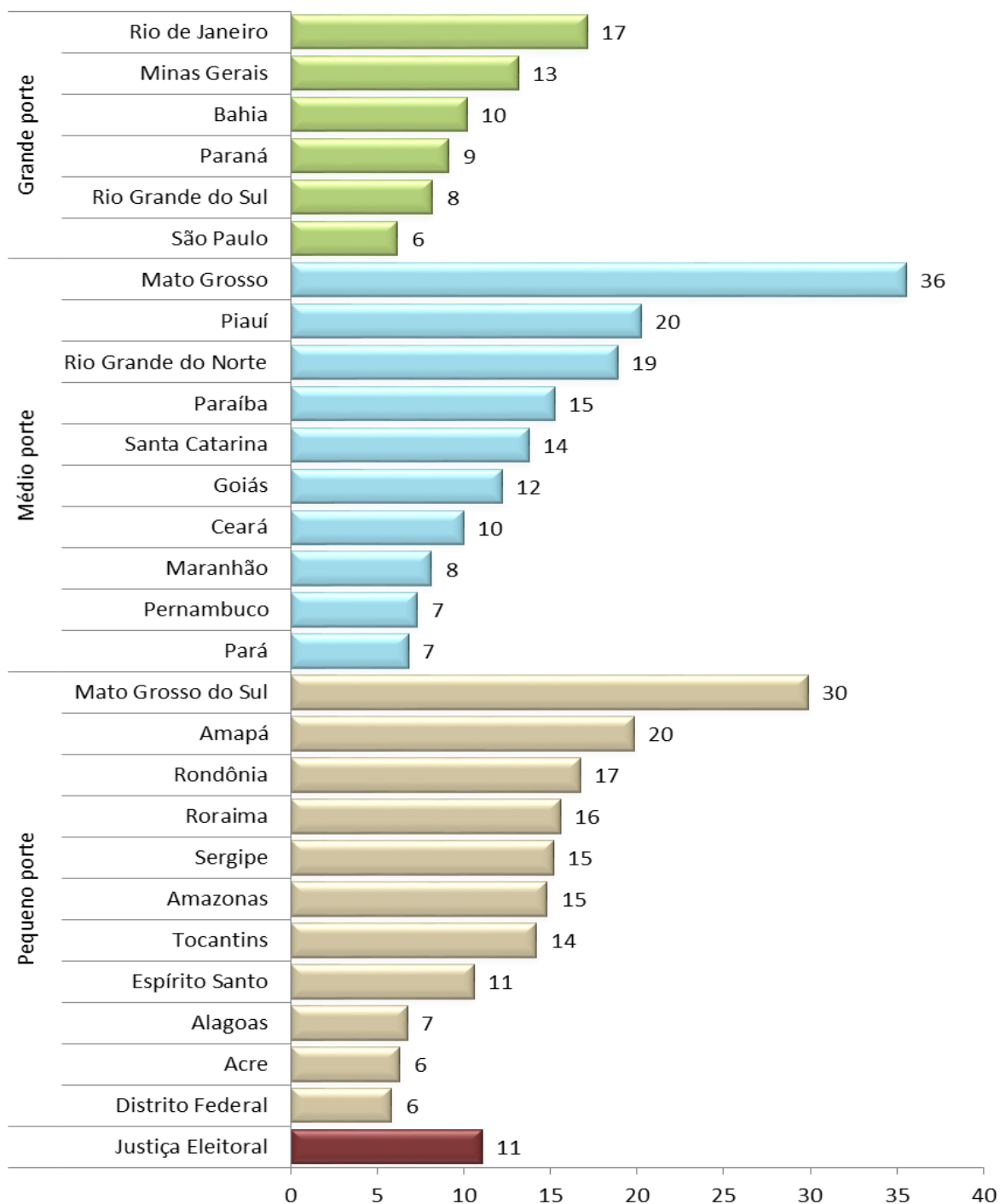
2.1.5. Ch2º - Casos Novos por 100.000 habitantes no Tribunal Regional Eleitoral

Tabela 2.5 - Ch2º - Casos Novos por 100.000 habitantes no Tribunal Regional Eleitoral

Tribunal Regional Eleitoral	Cn2º - Casos Novos no 2º Grau	h2 - Número de Habitantes Dividido por 100.000	Ch2º - Casos Novos por 100.000 habitantes no Tribunal Regional Eleitoral
Acre	49	8	6
Alagoas	222	33	7
Amazonas	564	38	15
Amapá	146	7	20
Bahia	1.531	150	10
Ceará	878	88	10
Distrito Federal	162	28	6
Espírito Santo	406	38	11
Goiás	787	64	12
Maranhão	552	68	8
Minas Gerais	2.716	206	13
Mato Grosso do Sul	774	26	30
Mato Grosso	1.131	32	36
Pará	543	80	7
Paraíba	597	39	15
Pernambuco	672	92	7
Piauí	644	32	20
Paraná	1.001	110	9
Rio de Janeiro	2.804	164	17
Rio Grande do Norte	638	34	19
Rondônia	289	17	17
Roraima	76	5	16
Rio Grande do Sul	915	112	8
Santa Catarina	915	66	14
Sergipe	333	22	15
São Paulo	2.676	437	6
Tocantins	210	15	14
Justiça Eleitoral	22.231	2.011	11

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.5 - Ch2º - Casos Novos por 100.000 habitantes no Tribunal Regional Eleitoral



Glossário:

Ch2º - Casos Novos por 100.000 habitantes no Tribunal Regional Eleitoral

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram no 2º Grau da Justiça Eleitoral para cada 100.000 habitantes do estado no período-base (semestre).

Fórmula: $Ch2^\circ = Cn2^\circ / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $Cn2^\circ = CnCrim2^\circ + CnNCrim2^\circ$
- h2 - Número de Habitantes Dividido por 100.000: Número de habitantes do Estado baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

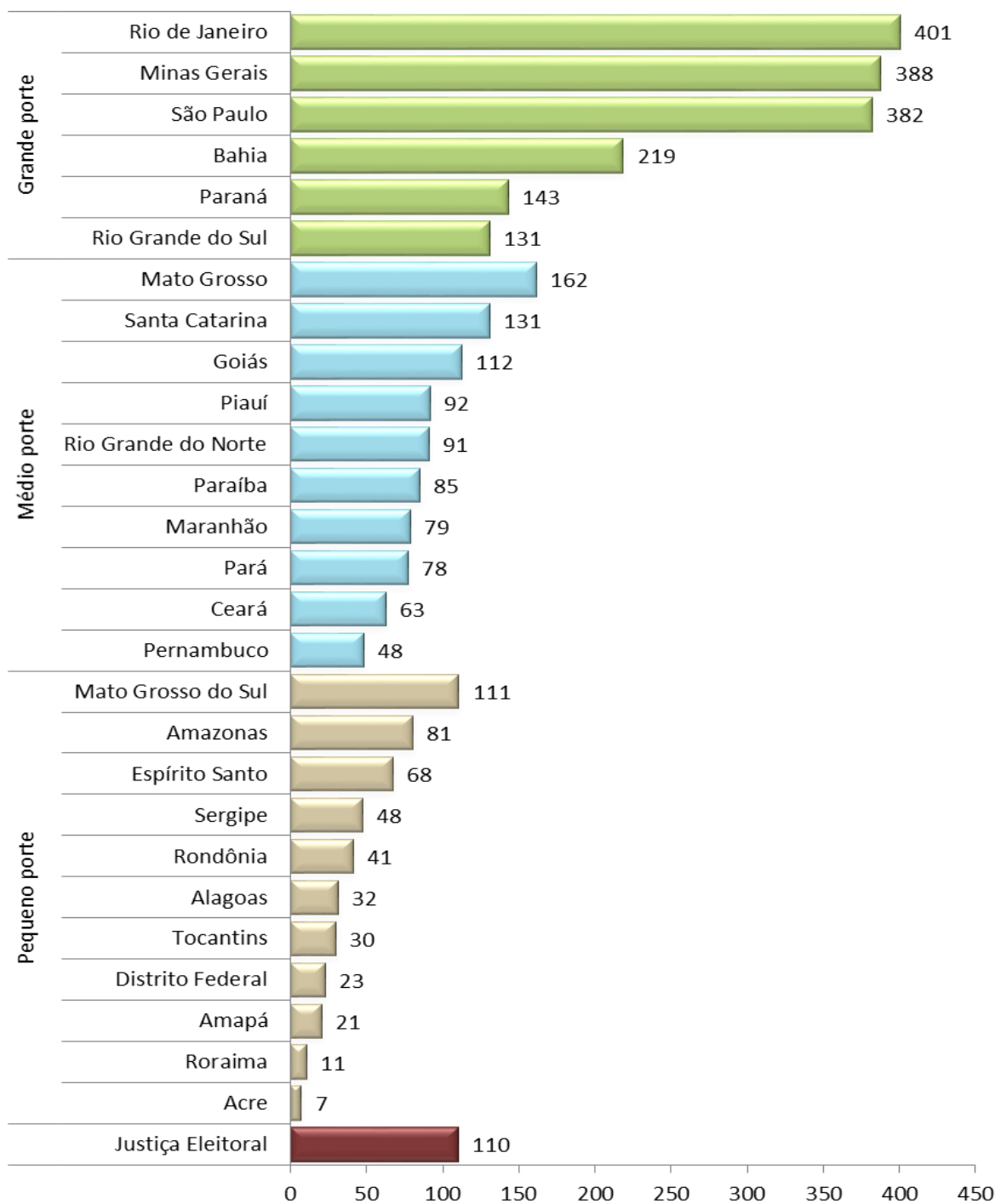
2.1.6. Cm2º - Casos Novos por Magistrado no Tribunal Regional Eleitoral

Tabela 2.6 - Cm2º - Casos Novos por Magistrado no Tribunal Regional Eleitoral

Tribunal Regional Eleitoral	Cn2º - Casos Novos no 2º Grau	Mag2º - Número de Cargos Existentes de Magistrado no 2º Grau	Cm2º - Casos Novos por Magistrado no Tribunal Regional Eleitoral
Acre	49	7	7
Alagoas	222	7	32
Amazonas	564	7	81
Amapá	146	7	21
Bahia	1.531	7	219
Ceará	878	14	63
Distrito Federal	162	7	23
Espírito Santo	406	6	68
Goiás	787	7	112
Maranhão	552	7	79
Minas Gerais	2.716	7	388
Mato Grosso do Sul	774	7	111
Mato Grosso	1.131	7	162
Pará	543	7	78
Paraíba	597	7	85
Pernambuco	672	14	48
Piauí	644	7	92
Paraná	1.001	7	143
Rio de Janeiro	2.804	7	401
Rio Grande do Norte	638	7	91
Rondônia	289	7	41
Roraima	76	7	11
Rio Grande do Sul	915	7	131
Santa Catarina	915	7	131
Sergipe	333	7	48
São Paulo	2.676	7	382
Tocantins	210	7	30
Justiça Eleitoral	22.231	202	110

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.6 - Cm2º - Casos Novos por Magistrado no Tribunal Regional Eleitoral



Glossário:

Cm2º - Casos Novos por Magistrado no Tribunal Regional Eleitoral

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram no 2º Grau da Justiça Eleitoral para cada cargo de magistrado no período-base (semestre).

Fórmula: $Cm2^\circ = Cn2^\circ / Mag2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $Cn2^\circ = CnCrim2^\circ + CnNCrim2^\circ$
- **Mag2º** - Número de Cargos Existentes de Magistrado no 2º Grau: Número de cargos de Magistrado existentes no 2º Grau da Justiça Eleitoral no final do ano-base, providos ou não.

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

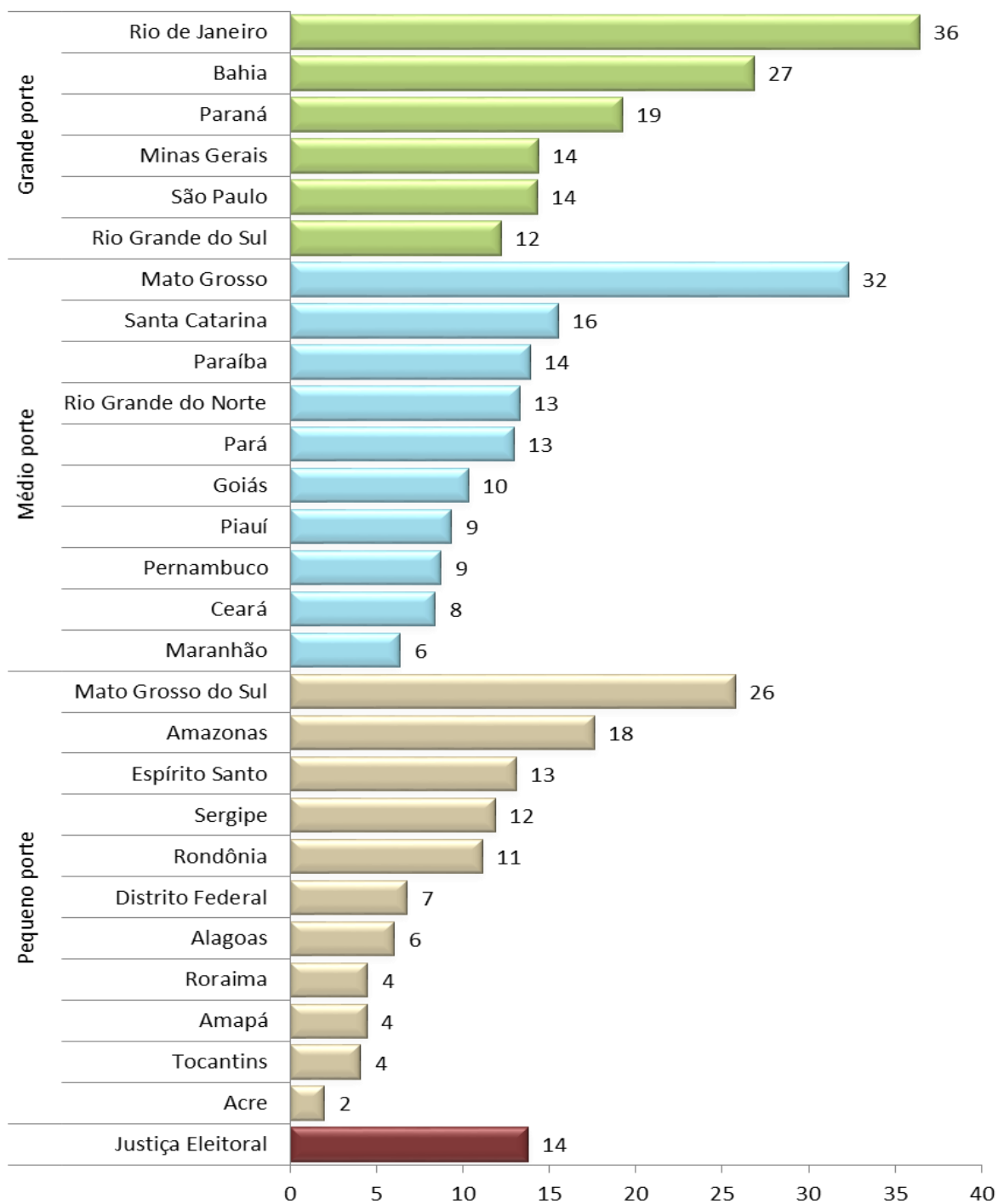
2.1.7. Cs2º - Casos Novos por Servidor no Tribunal Regional Eleitoral

Tabela 2.7 - Cs2º - Casos Novos por Servidor no Tribunal Regional Eleitoral

Tribunal Regional Eleitoral	Cn2º - Casos Novos no 2º Grau	SaJud2º - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária do 2º Grau	Cs2º - Casos Novos por Servidor no Tribunal Regional Eleitoral
Acre	49	25	2
Alagoas	222	37	6
Amazonas	564	32	18
Amapá	146	33	4
Bahia	1.531	57	27
Ceará	878	105	8
Distrito Federal	162	24	7
Espírito Santo	406	31	13
Goiás	787	76	10
Maranhão	552	87	6
Minas Gerais	2.716	189	14
Mato Grosso do Sul	774	30	26
Mato Grosso	1.131	35	32
Pará	543	42	13
Paraíba	597	43	14
Pernambuco	672	77	9
Piauí	644	69	9
Paraná	1.001	52	19
Rio de Janeiro	2.804	77	36
Rio Grande do Norte	638	48	13
Rondônia	289	26	11
Roraima	76	17	4
Rio Grande do Sul	915	75	12
Santa Catarina	915	59	16
Sergipe	333	28	12
São Paulo	2.676	187	14
Tocantins	210	52	4
Justiça Eleitoral	22.231	1.613	14

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.7 - Cs2º - Casos Novos por Servidor no Tribunal Regional Eleitoral



Glossário:

Cs2º - Casos Novos por Servidor no Tribunal Regional Eleitoral

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram no 2º Grau da Justiça Eleitoral para cada servidor lotado na área judiciária no período-base (semestre).

Fórmula: $Cs2^\circ = Cn2^\circ / SaJud2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

· $Cn2^\circ = CnCrim2^\circ + CnNCrim2^\circ$

· SaJud2º - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária do 2º Grau: Número total de servidores lotados na área judiciária do 2º grau da Justiça Estadual, em efetiva atividade no final do período-base (semestre), abrangendo os servidores efetivos (exceto cedidos), os requisitados e os ocupantes apenas de cargo em comissão.

Considera-se área judiciária os setores que impulsionam diretamente a tramitação do processo judicial, tais como: protocolo judicial, distribuição, gabinetes, contadoria, precatórios, secretarias judiciárias, centrais de mandados, taquigrafias, estenotipia, setores de processamentos de autos, hastas públicas, perícia (contábil, médica, de serviço social e de psicologia), central de conciliação, setores de admissibilidade de recursos, arquivo.

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

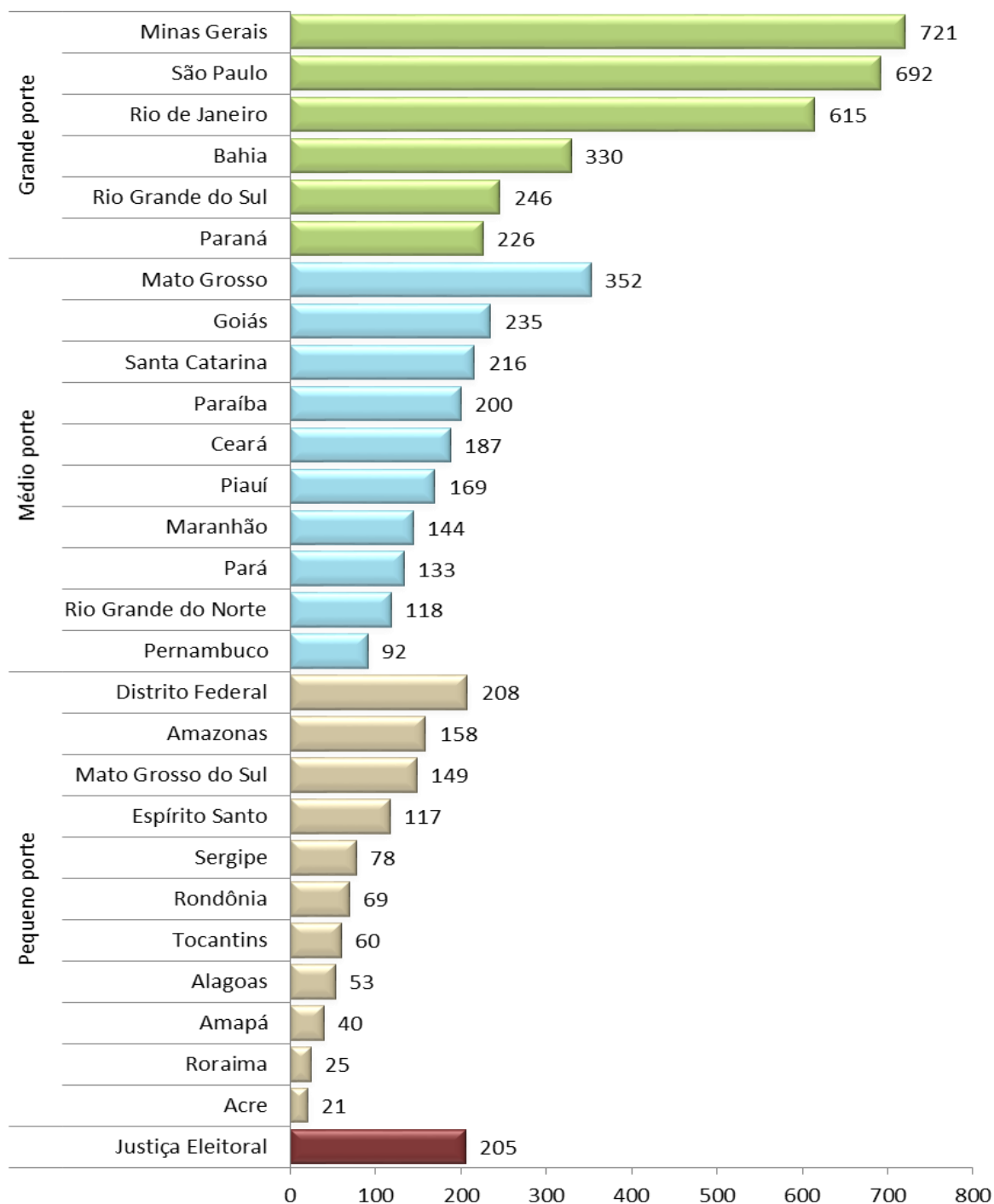
2.1.8. K2º - Carga de Trabalho dos Magistrados no Tribunal Regional Eleitoral

Tabela 2.8 - K2º - Carga de Trabalho dos Magistrados no Tribunal Regional Eleitoral

Tribunal Regional Eleitoral	Cn2º - Casos Novos no 2º Grau	Cp2º - Casos Pendentes no 2º Grau	RInt2º - Recursos Internos no 2º Grau	RIntP2º - Recursos Internos Pendentes no 2º Grau	Mag2º - Número de Cargos Existentes de Magistrado no 2º Grau	K2º - Carga de Trabalho dos Magistrados no Tribunal Regional Eleitoral
Acre	49	64	31	1	7	21
Alagoas	222	152	0	0	7	53
Amazonas	564	310	228	7	7	158
Amapá	146	47	66	19	7	40
Bahia	1.531	472	304	1	7	330
Ceará	878	1.244	240	262	14	187
Distrito Federal	162	1.269	19	4	7	208
Espírito Santo	406	191	75	30	6	117
Goiás	787	654	195	8	7	235
Maranhão	552	320	134	2	7	144
Minas Gerais	2.716	1.226	1.076	27	7	721
Mato Grosso do Sul	774	177	84	5	7	149
Mato Grosso	1.131	626	479	230	7	352
Pará	543	256	122	13	7	133
Paraíba	597	689	88	29	7	200
Pernambuco	672	428	169	12	14	92
Piauí	644	344	187	10	7	169
Paraná	1.001	344	237	0	7	226
Rio de Janeiro	2.804	1.120	349	30	7	615
Rio Grande do Norte	638	89	100	0	7	118
Rondônia	289	174	18	1	7	69
Roraima	76	76	21	0	7	25
Rio Grande do Sul	915	644	159	2	7	246
Santa Catarina	915	492	101	3	7	216
Sergipe	333	160	47	6	7	78
São Paulo	2.676	1.582	513	76	7	692
Tocantins	210	41	55	113	7	60
Justiça Eleitoral	22.231	13.191	5.097	891	202	205

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.8 - K2º - Carga de Trabalho dos Magistrados no Tribunal Regional Eleitoral



Glossário:

K2º - Carga de Trabalho dos Magistrados no Tribunal Regional Eleitoral

Finalidade: Indicar a carga de trabalho dos magistrados do 2º Grau da Justiça Eleitoral no período-base (semestre).

Fórmula: $K2^\circ = (Cn2^\circ + Cp2^\circ + RInt2^\circ + RIntP2^\circ) / Mag2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $Cn2^\circ = CnCrim2^\circ + CnNCrim2^\circ$
- $Cp2^\circ = CpCrim2^\circ + CpNCrim2^\circ$
- $RInt2^\circ$ - Recursos Internos no 2º Grau: Os recursos interpostos de decisão no 2º Grau para julgamento no mesmo grau de jurisdição, no período base (semestre), abrangendo os embargos de declaração e infringentes, os agravos regimentais, os agravos do art. 557 do CPC e outros recursos regimentais.
- $RIntP2^\circ$ - Recursos Internos Pendentes no 2º Grau: Saldo residual de recursos interpostos até o final do período anterior ao período-base (semestre), contra decisão do 2º Grau, para julgamento no mesmo grau de jurisdição e que não foram decididos até o final do período anterior ao período-base (semestre), abrangendo embargos de declaração e infringentes, os agravos regimentais, os agravos do art. 557 do CPC e outros recursos regimentais.
- $Mag2^\circ$ - Número de Cargos Existentes de Magistrado no 2º Grau: Número de cargos de Magistrado existentes no 2º Grau da Justiça Eleitoral no final do ano-base, providos ou não.

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

2.1.9. TC2º - Taxa de Congestionamento no Tribunal Regional Eleitoral

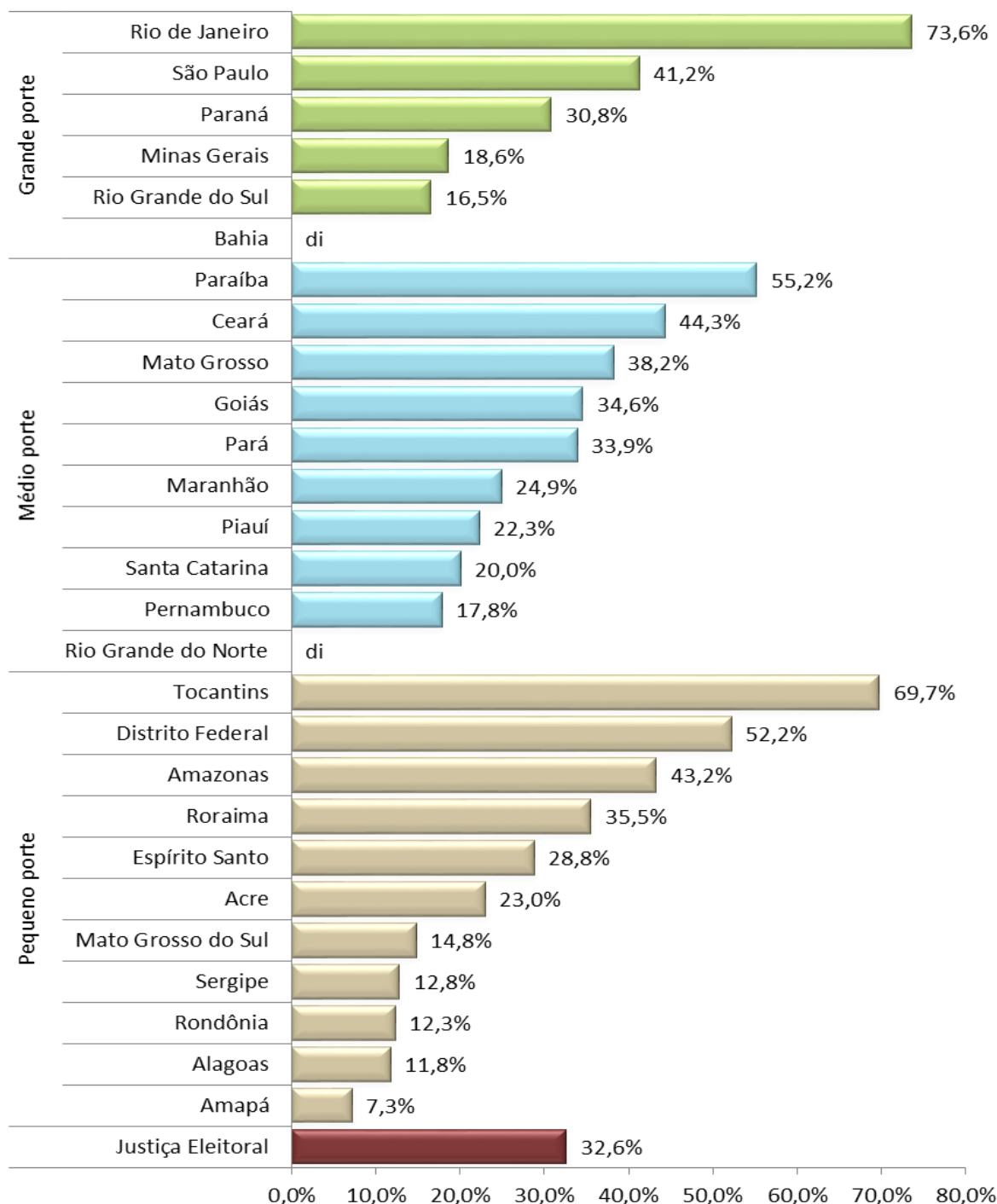
Tabela 2.9 - TC2º - Taxa de Congestionamento no Tribunal Regional Eleitoral

Tribunal Regional Eleitoral	TBaix2º - Total de Processos Baixados no 2º Grau	Cn2º - Casos Novos no 2º Grau	Cp2º - Casos Pendentes no 2º Grau	TC2º - Taxa de Congestionamento no Tribunal Regional Eleitoral
Acre	87	49	64	23,0%
Alagoas	330	222	152	11,8%
Amazonas	496	564	310	43,2%
Amapá	179	146	47	7,3%
Bahia	2.144	1.531	472	-7%(*)
Ceará	1.182	878	1.244	44,3%
Distrito Federal	684	162	1.269	52,2%
Espírito Santo	425	406	191	28,8%
Goiás	943	787	654	34,6%
Maranhão	655	552	320	24,9%
Minas Gerais	3.208	2.716	1.226	18,6%
Mato Grosso do Sul	810	774	177	14,8%
Mato Grosso	1.085	1.131	626	38,2%
Pará	528	543	256	33,9%
Paraíba	576	597	689	55,2%
Pernambuco	904	672	428	17,8%
Piauí	768	644	344	22,3%
Paraná	931	1.001	344	30,8%
Rio de Janeiro	1.036	2.804	1.120	73,6%
Rio Grande do Norte	965	638	89	-33%(*)
Rondônia	406	289	174	12,3%
Roraima	98	76	76	35,5%
Rio Grande do Sul	1.301	915	644	16,5%
Santa Catarina	1.125	915	492	20,0%
Sergipe	430	333	160	12,8%
São Paulo	2.502	2.676	1.582	41,2%
Tocantins	76	210	41	69,7%
Justiça Eleitoral	23.874	22.231	13.191	32,6%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Dado inconsistente (di): Valor apresentado não pode ser superior a 100%.

Gráfico 2.9 - TC2º - Taxa de Congestionamento no Tribunal Regional Eleitoral



Dado inconsistente (di): Valor apresentado não pode ser superior a 100%.

Glossário:

TC2º - Taxa de Congestionamento no Tribunal Regional Eleitoral

Finalidade: Indicar a taxa de congestionamento do 2º Grau da Justiça Eleitoral no período-base (semestre).

Fórmula: $TC2^\circ = 1 - (TBaix2^\circ / (Cn2^\circ + Cp2^\circ))$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $TBaix2^\circ = TBaixCrim2^\circ + TBaixNCrim2^\circ$
- $Cn2^\circ = CnCrim2^\circ + CnNCrim2^\circ$
- $Cp2^\circ = CpCrim2^\circ + CpNCrim2^\circ$

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

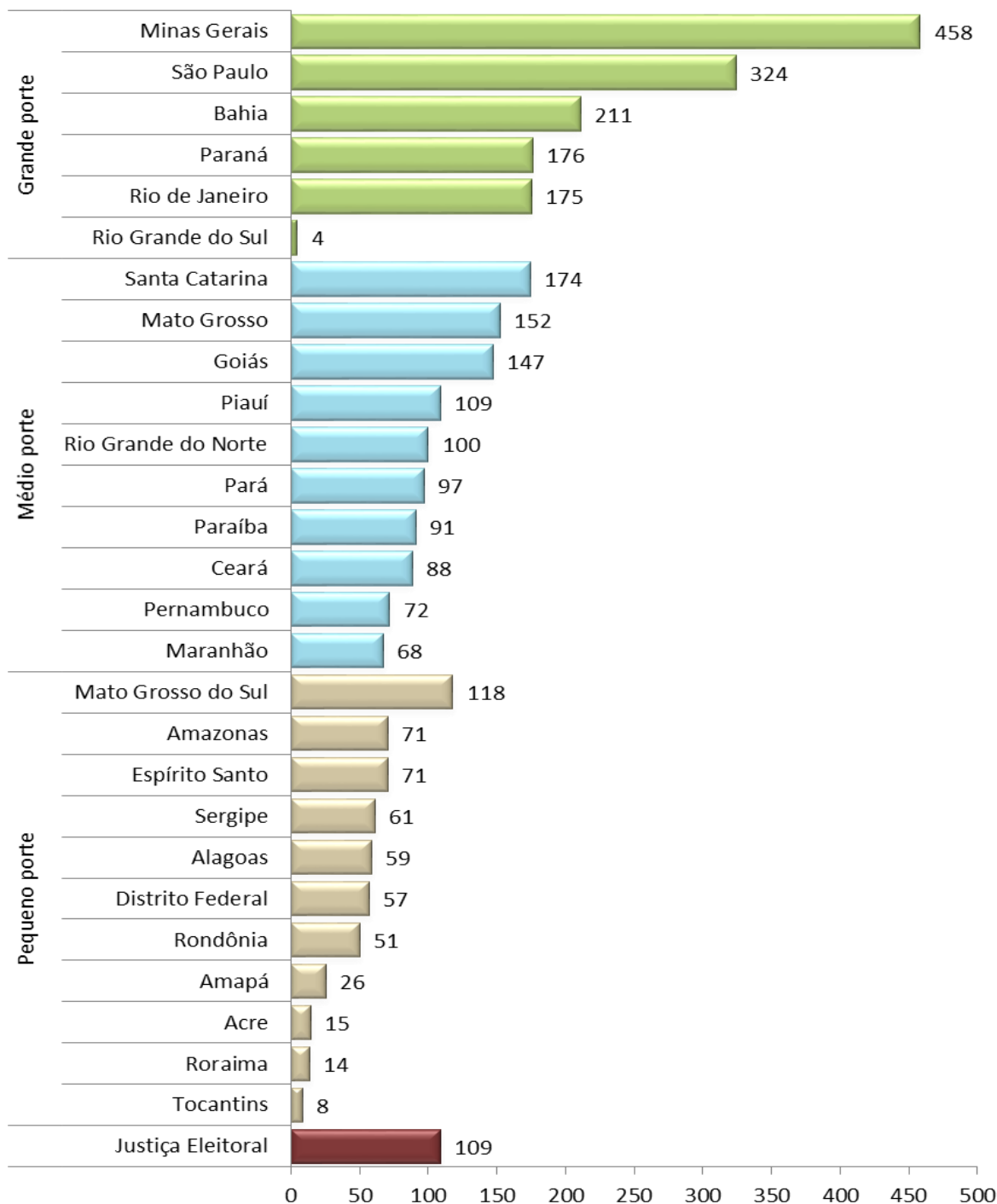
2.1.10. DTM2º - Decisões Terminativas de Processo por Magistrado no Tribunal Regional Eleitoral

Tabela 2.10 - DTM2º - Decisões Terminativas de Processo por Magistrado no Tribunal Regional Eleitoral

Tribunal Regional Eleitoral	Dec2º - Total de Decisões que põem fim à relação processual no 2º Grau	Mag2º - Número de Cargos Existentes de Magistrado no 2º Grau	DTM2º - Decisões Terminativas de Processo por Magistrado no Tribunal Regional Eleitoral
Acre	104	7	15
Alagoas	413	7	59
Amazonas	496	7	71
Amapá	179	7	26
Bahia	1.476	7	211
Ceará	1.234	14	88
Distrito Federal	401	7	57
Espírito Santo	425	6	71
Goiás	1.029	7	147
Maranhão	473	7	68
Minas Gerais	3.208	7	458
Mato Grosso do Sul	824	7	118
Mato Grosso	1.066	7	152
Pará	680	7	97
Paraíba	638	7	91
Pernambuco	1.007	14	72
Piauí	760	7	109
Paraná	1.232	7	176
Rio de Janeiro	1.225	7	175
Rio Grande do Norte	700	7	100
Rondônia	354	7	51
Roraima	98	7	14
Rio Grande do Sul	31	7	4
Santa Catarina	1.219	7	174
Sergipe	430	7	61
São Paulo	2.268	7	324
Tocantins	58	7	8
Justiça Eleitoral	22.028	202	109

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.10 - DTM2º - Decisões Terminativas de Processo por Magistrado no Tribunal Regional Eleitoral



Glossário:

DTM2º - Decisões Terminativas de Processo por Magistrado no Tribunal Regional Eleitoral

Finalidade: Indicar a média de decisões terminativas de processo por magistrado no 2º Grau no período-base (semestre).

Fórmula: $DTM2^\circ = Dec2^\circ / Mag2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $Dec2^\circ = DecCrim2^\circ + DecNCrim2^\circ$
- $Mag2^\circ$ - Número de Cargos Existentes de Magistrado no 2º Grau: Número de cargos de Magistrado existentes no 2º Grau da Justiça Eleitoral no final do ano-base, providos ou não.

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

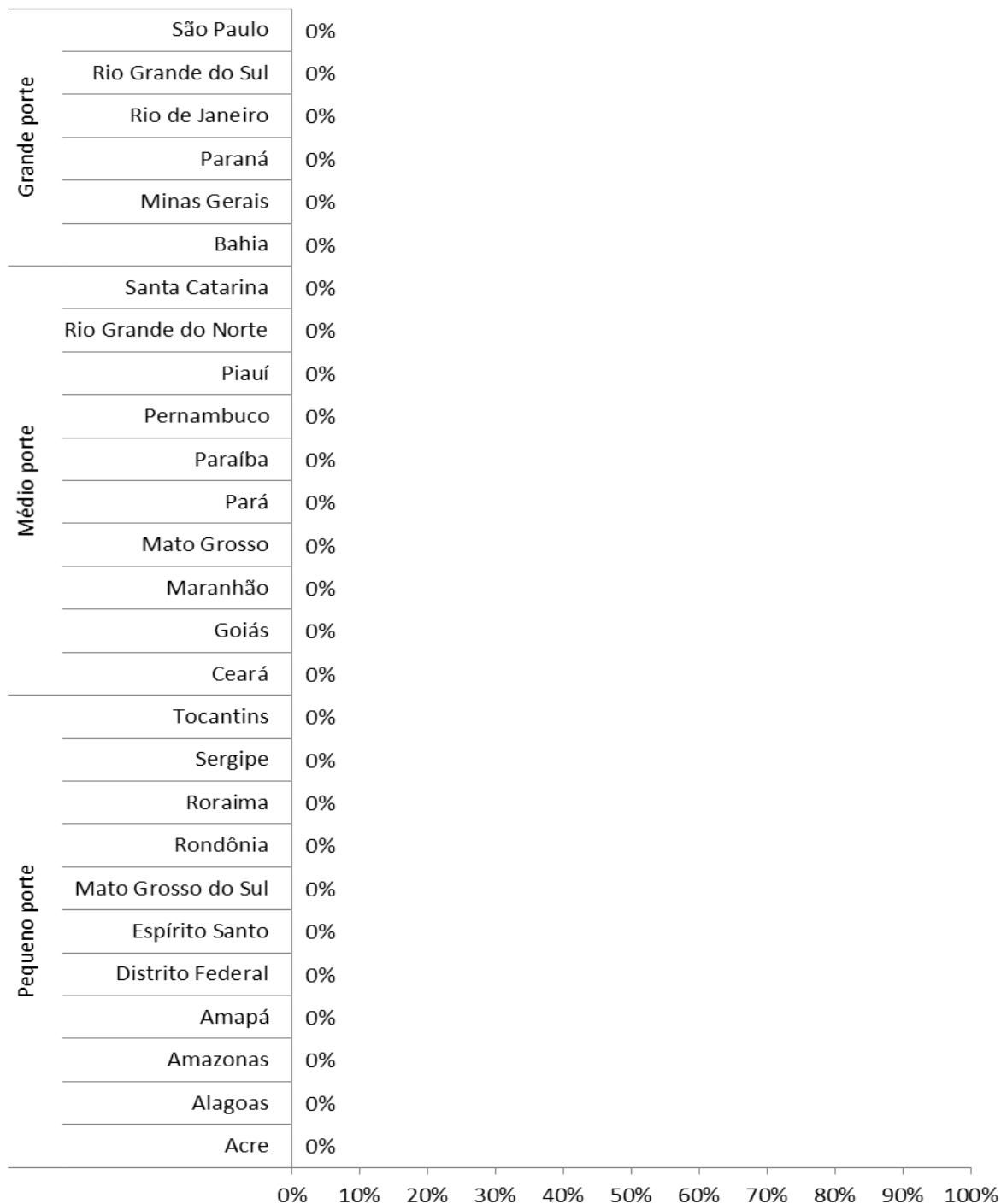
2.1.11. ProcEI2º - Índice de Processos Eletrônicos no Tribunal Regional Eleitoral

Tabela 2.11 - ProcEI2º - Índice de Processos Eletrônicos no Tribunal Regional Eleitoral

Tribunal Regional Eleitoral	CnElet2º - Casos Novos Eletrônicos no 2º Grau	Cn2º - Casos Novos no 2º Grau	ProcEI2º - Índice de Processos Eletrônicos no Tribunal Regional Eleitoral
Acre	0	49	0%
Alagoas	0	222	0%
Amazonas	0	564	0%
Amapá	0	146	0%
Bahia	0	1.531	0%
Ceará	0	878	0%
Distrito Federal	0	162	0%
Espírito Santo	0	406	0%
Goiás	0	787	0%
Maranhão	0	552	0%
Minas Gerais	0	2.716	0%
Mato Grosso do Sul	0	774	0%
Mato Grosso	0	1.131	0%
Pará	0	543	0%
Paraíba	0	597	0%
Pernambuco	0	672	0%
Piauí	0	644	0%
Paraná	0	1.001	0%
Rio de Janeiro	0	2.804	0%
Rio Grande do Norte	0	638	0%
Rondônia	0	289	0%
Roraima	0	76	0%
Rio Grande do Sul	0	915	0%
Santa Catarina	0	915	0%
Sergipe	0	333	0%
São Paulo	0	2.676	0%
Tocantins	0	210	0%
Justiça Eleitoral	0	22.231	0%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.11 - ProcEI2º - Índice de Processos Eletrônicos no Tribunal Regional Eleitoral



Glossário:

ProcEI2º - Índice de Processos Eletrônicos no Tribunal Regional Eleitoral

Finalidade: Demonstrar o percentual de processos que ingressaram por meio eletrônico em relação ao total de processos ingressados no 2º Grau da Justiça Eleitoral no período-base (semestre).

Fórmula: $\text{ProcEI2º} = \text{CnElet2º} / \text{Cn2º}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CnElet2º - Casos Novos Eletrônicos no 2º Grau: Os processos eletrônicos, originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, que ingressaram na Justiça de 2º Grau no período-base (semestre). Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas nas variáveis: a) CnNCrim2º - Casos Novos no 2º Grau não-criminais e b) CnCrim2º - Casos Novos no 2º Grau criminais.

- $\text{Cn2º} = \text{CnCrim2º} + \text{CnNCrim2º}$

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

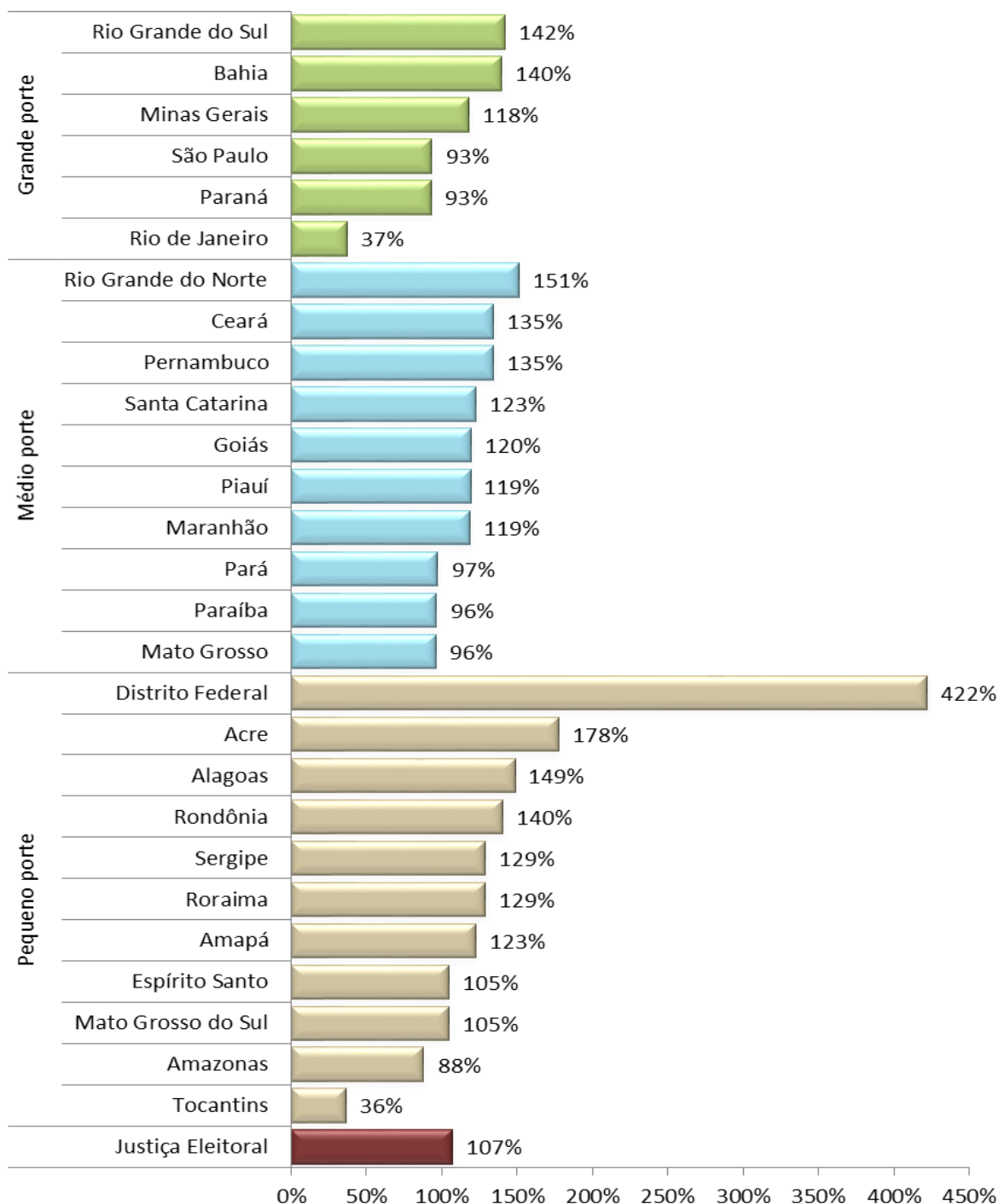
2.1.12. IAD2º - Processos Baixados por Caso Novo no 2º grau

Tabela 2.12 - IAD2º - Processos Baixados por Caso Novo no 2º grau

Tribunal Regional Eleitoral	TBaix2º - Total de Processos Baixados no 2º Grau	Cn2º - Casos Novos no 2º Grau	IAD2º - Processos Baixados por Caso Novo no 2º grau
Acre	87	49	178%
Alagoas	330	222	149%
Amazonas	496	564	88%
Amapá	179	146	123%
Bahia	2.144	1.531	140%
Ceará	1.182	878	135%
Distrito Federal	684	162	422%
Espírito Santo	425	406	105%
Goiás	943	787	120%
Maranhão	655	552	119%
Minas Gerais	3.208	2.716	118%
Mato Grosso do Sul	810	774	105%
Mato Grosso	1.085	1.131	96%
Pará	528	543	97%
Paraíba	576	597	96%
Pernambuco	904	672	135%
Piauí	768	644	119%
Paraná	931	1.001	93%
Rio de Janeiro	1.036	2.804	37%
Rio Grande do Norte	965	638	151%
Rondônia	406	289	140%
Roraima	98	76	129%
Rio Grande do Sul	1.301	915	142%
Santa Catarina	1.125	915	123%
Sergipe	430	333	129%
São Paulo	2.502	2.676	93%
Tocantins	76	210	36%
Justiça Eleitoral	23.874	22.231	107%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.12 - IAD2º - Processos Baixados por Caso Novo no 2º grau



Glossário:

IAD2º - Processos Baixados por Caso Novo no 2º grau

Finalidade: Indicar o percentual de processos baixados em relação ao total de casos novos no 2º grau no período-base (semestre).

$$\cdot \quad IAD2^\circ = TBaix2^\circ / Cn2^\circ$$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

$$\cdot \quad TBaix2^\circ = TBaixCrim2^\circ + TBaixNCrim2^\circ$$

$$\cdot \quad Cn2^\circ = CnCrim2^\circ + CnNCrim2^\circ$$

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

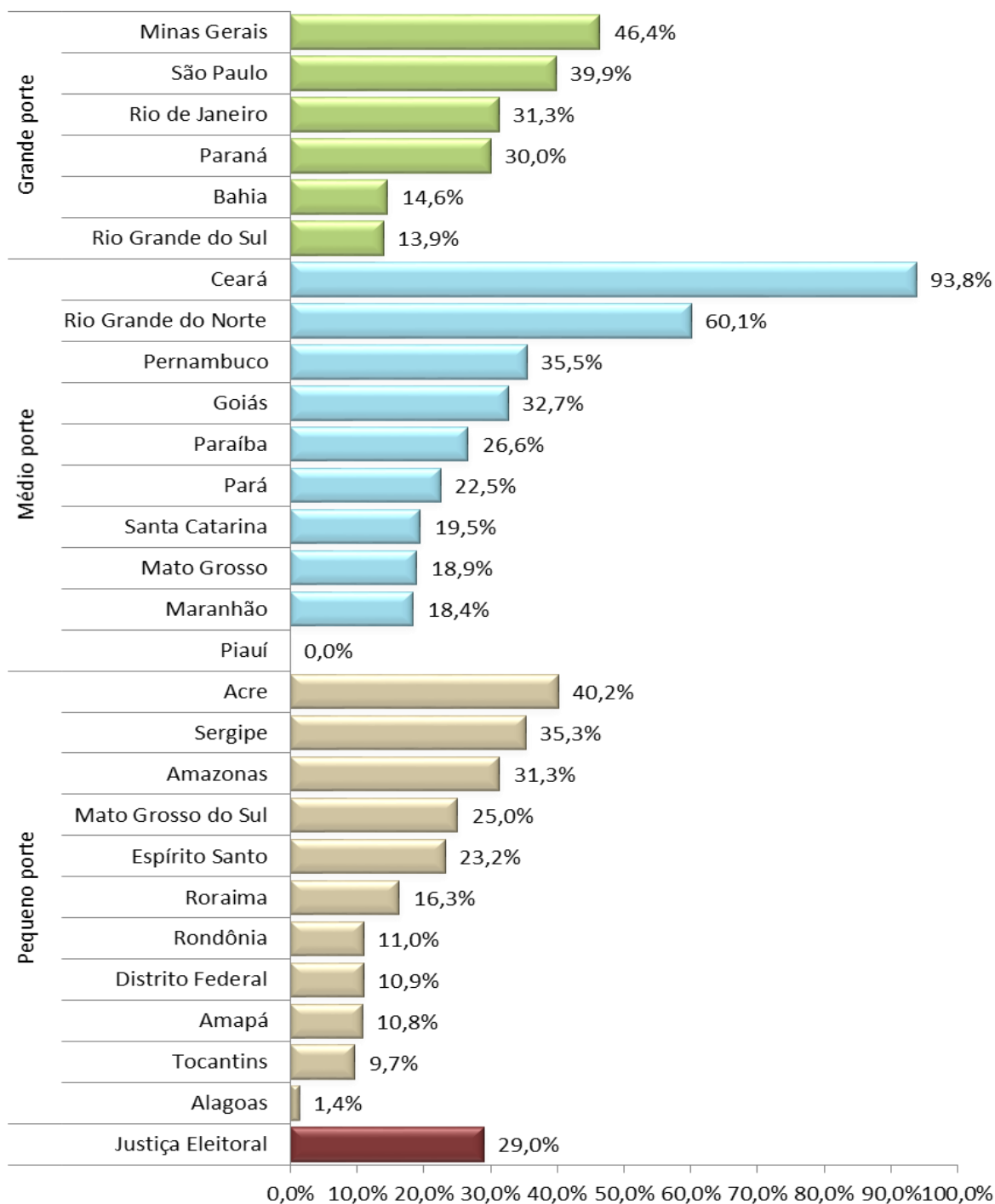
2.1.13. Rx2º - Recorribilidade Externa no 2º Grau

Tabela 2.13 - Rx2º - Recorribilidade Externa no 2º Grau

Tribunal Regional Eleitoral	RSup2º - Recursos a Instância Superior no 2º Grau	APublic2º - Acórdãos Publicados no Tribunal Regional Eleitoral	Rx2º - Recorribilidade Externa no 2º Grau
Acre	43	107	40,2%
Alagoas	4	293	1,4%
Amazonas	158	504	31,3%
Amapá	17	158	10,8%
Bahia	194	1.331	14,6%
Ceará	485	517	93,8%
Distrito Federal	37	338	10,9%
Espírito Santo	109	470	23,2%
Goiás	137	419	32,7%
Maranhão	86	467	18,4%
Minas Gerais	882	1.901	46,4%
Mato Grosso do Sul	151	603	25,0%
Mato Grosso	167	882	18,9%
Pará	118	525	22,5%
Paraíba	120	451	26,6%
Pernambuco	213	600	35,5%
Piauí	0	645	0,0%
Paraná	413	1.376	30,0%
Rio de Janeiro	394	1.260	31,3%
Rio Grande do Norte	418	695	60,1%
Rondônia	38	345	11,0%
Roraima	16	98	16,3%
Rio Grande do Sul	176	1.263	13,9%
Santa Catarina	184	946	19,5%
Sergipe	89	252	35,3%
São Paulo	806	2.022	39,9%
Tocantins	47	485	9,7%
Justiça Eleitoral	5.502	18.953	29,0%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.13 - Rx2º - Recorribilidade Externa no 2º Grau



Glossário:

Rx2º - Recorribilidade Externa no 2º Grau

Finalidade: Indicar o número de recursos endereçados ao Tribunal Superior Eleitoral, em relação ao número de acórdãos publicados no 2º Grau da Justiça Eleitoral no período-base (semestre).

Fórmula: $Rx2^\circ = RSup2^\circ / Apublic2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- RSup2º - Recursos a Instância Superior no 2º Grau: Número de recursos interpostos em decisões do 2º Grau da Justiça Eleitoral no período-base, endereçadas ao Tribunal Superior Eleitoral.
- APublic2º - Acórdãos Publicados no Tribunal Regional Eleitoral: Os acórdãos em processos judiciais publicados pelo Tribunal Regional Eleitoral, passíveis de recurso para o Tribunal Superior Eleitoral, no período-base (semestre), excluídos os acórdãos proferidos em embargos de declaração.

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

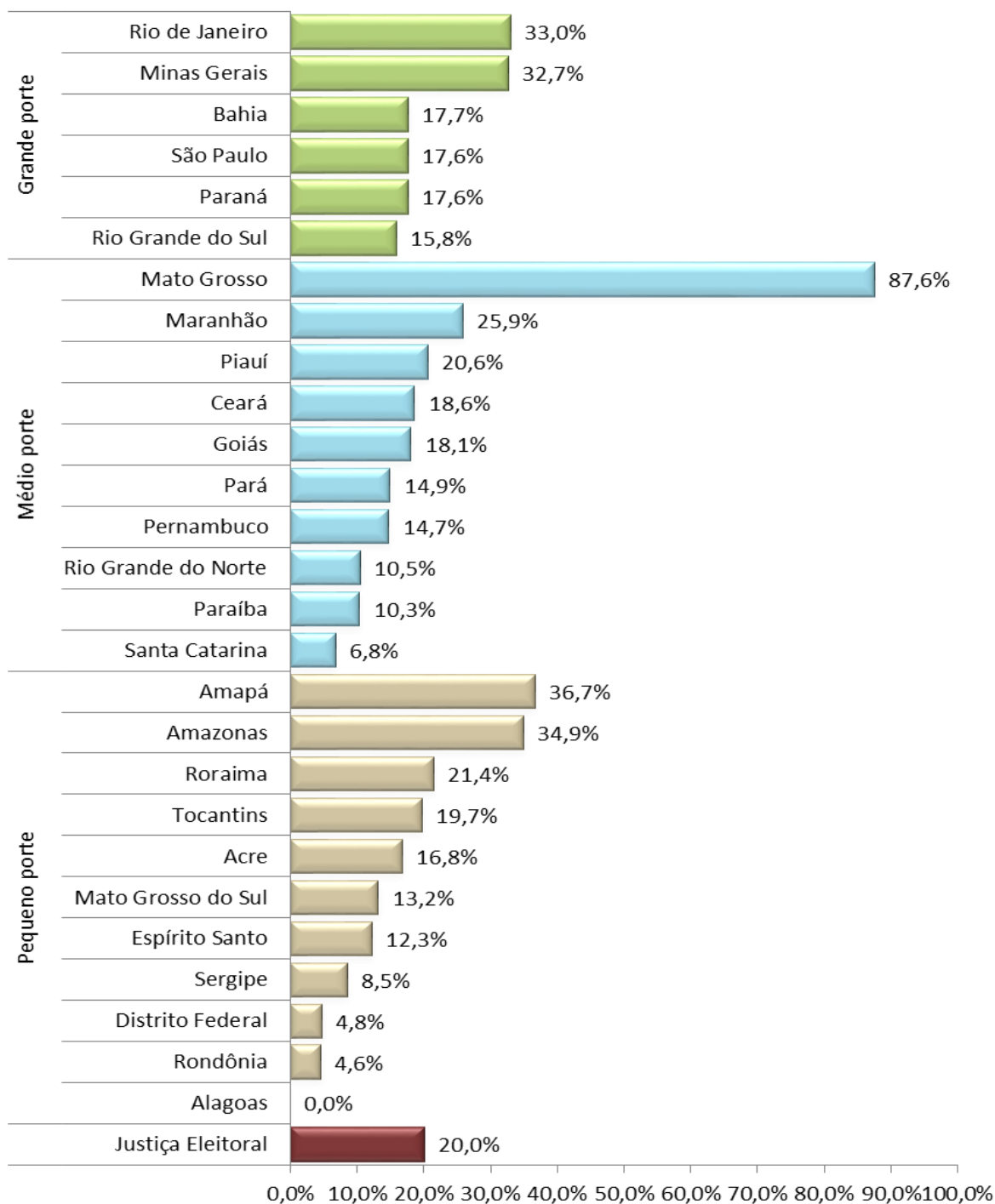
2.1.14. Rln2º - Recorribilidade Interna no Tribunal Regional Eleitoral

Tabela 2.14 - Rln2º - Recorribilidade Interna no Tribunal Regional Eleitoral

Tribunal Regional Eleitoral	RInt2º - Recursos Internos no 2º Grau	DeRInt2º - Decisões Passíveis de Recurso Interno no 2º Grau	Rln2º - Recorribilidade Interna no Tribunal Regional Eleitoral
Acre	31	185	16,8%
Alagoas	0	532	0,0%
Amazonas	228	653	34,9%
Amapá	66	180	36,7%
Bahia	304	1.721	17,7%
Ceará	240	1.292	18,6%
Distrito Federal	19	399	4,8%
Espírito Santo	75	612	12,3%
Goiás	195	1.079	18,1%
Maranhão	134	518	25,9%
Minas Gerais	1.076	3.292	32,7%
Mato Grosso do Sul	84	638	13,2%
Mato Grosso	479	547	87,6%
Pará	122	817	14,9%
Paraíba	88	851	10,3%
Pernambuco	169	1.148	14,7%
Piauí	187	908	20,6%
Paraná	237	1.346	17,6%
Rio de Janeiro	349	1.057	33,0%
Rio Grande do Norte	100	953	10,5%
Rondônia	18	390	4,6%
Roraima	21	98	21,4%
Rio Grande do Sul	159	1.004	15,8%
Santa Catarina	101	1.489	6,8%
Sergipe	47	552	8,5%
São Paulo	513	2.911	17,6%
Tocantins	55	279	19,7%
Justiça Eleitoral	5.097	25.451	20,0%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.14 - Rln2º - Recorribilidade Interna no Tribunal Regional Eleitoral



Glossário:

RIn2º - Recorribilidade Interna no Tribunal Regional Eleitoral

Finalidade: Indicar o número de recursos internos interpostos no 2º Grau da Justiça Eleitoral em relação ao número de decisões proferidas pelo TRE no período-base (semestre).

Fórmula: $RIn2^\circ = RInt2^\circ / DeRInt2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- RInt2º - Recursos Internos no 2º Grau: Os recursos interpostos de decisão no 2º Grau para julgamento no mesmo grau de jurisdição, no período base (semestre), abrangendo os embargos de declaração e infringentes, os agravos regimentais, os agravos do art. 557 do CPC e outros recursos regimentais.
- DeRInt2º - Decisões Passíveis de Recurso Interno no 2º Grau: As decisões, colegiadas e monocráticas, proferidas no âmbito da Justiça Estadual de 2º Grau, das quais caiba recurso (embargos de declaração e infringentes, agravos regimentais, agravos do art. 557 do CPC e outros recursos regimentais) para o próprio Tribunal no período-base (semestre), incluídas as decisões proferidas nestes recursos.

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

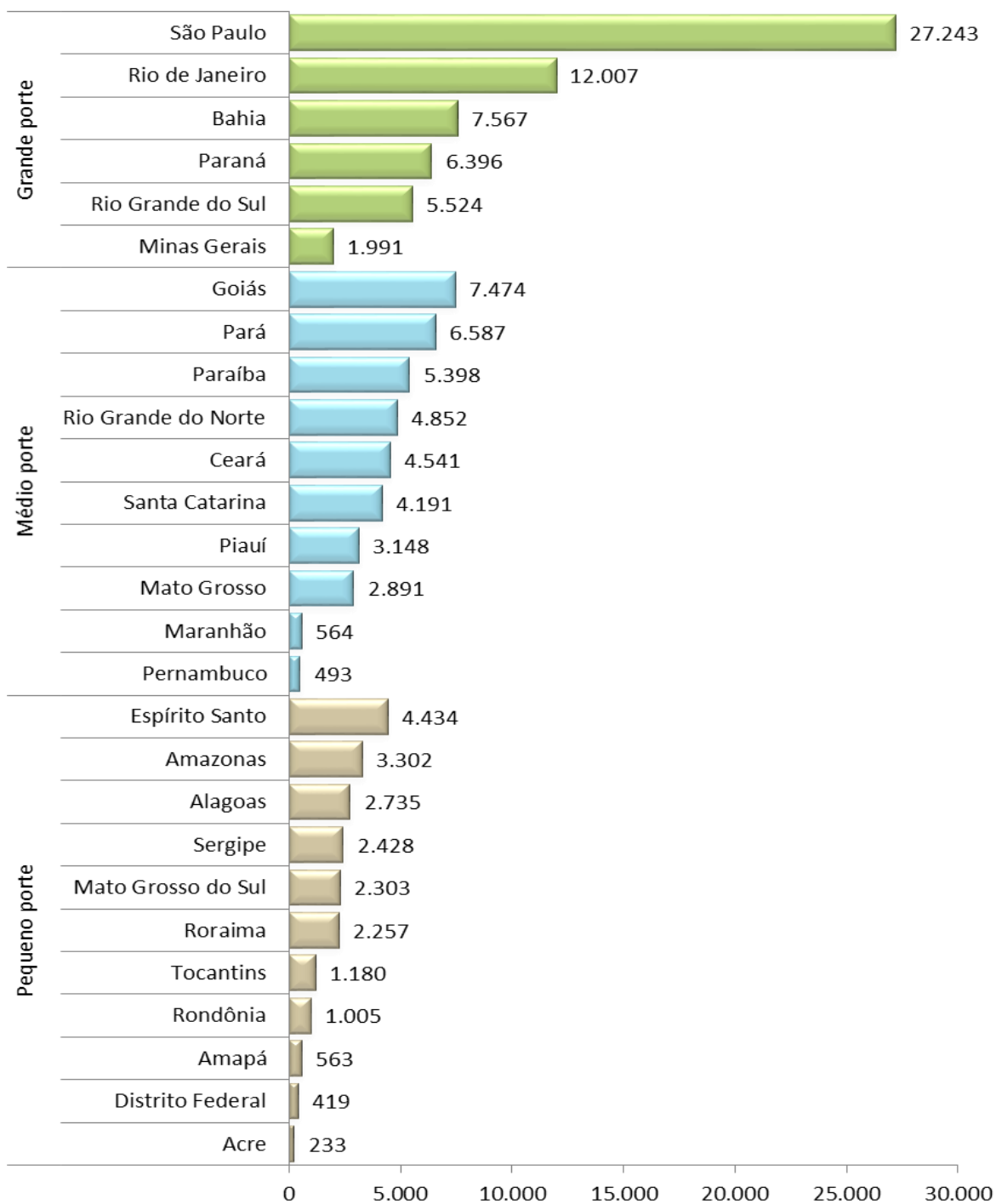
2.2.1. Cn1º - Casos Novos no 1º Grau

Tabela 2.15 - Cn1º - Casos Novos no 1º Grau

Tribunal Regional Eleitoral	CnCrim1º - Casos Novos de Conhecimento Criminais no 1º Grau	CnCNCrim1º - Casos Novos de Conhecimento Não- Criminais no 1º Grau	CnExtFisc1º - Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau	Cn1º - Casos Novos no 1º Grau
Acre	17	205	11	233
Alagoas	92	2.620	23	2.735
Amazonas	82	3.220	0	3.302
Amapá	14	543	6	563
Bahia	331	7.171	65	7.567
Ceará	50	4.468	23	4.541
Distrito Federal	74	322	23	419
Espírito Santo	99	4.304	31	4.434
Goiás	289	7.152	33	7.474
Maranhão	314	246	4	564
Minas Gerais	631	1.318	42	1.991
Mato Grosso do Sul	171	2.115	17	2.303
Mato Grosso	113	2.750	28	2.891
Pará	60	6.487	40	6.587
Paraíba	377	5.005	16	5.398
Pernambuco	72	406	15	493
Piauí	126	3.003	19	3.148
Paraná	173	6.185	38	6.396
Rio de Janeiro	307	11.655	45	12.007
Rio Grande do Norte	514	4.329	9	4.852
Rondônia	59	935	11	1.005
Roraima	21	2.232	4	2.257
Rio Grande do Sul	279	5.236	9	5.524
Santa Catarina	175	4.008	8	4.191
Sergipe	85	2.327	16	2.428
São Paulo	301	26.837	105	27.243
Tocantins	126	1.040	14	1.180
Justiça Eleitoral	4.952	116.119	655	121.726

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.15 - Cn1º - Casos Novos no 1º Grau



Glossário:

Cn1º - Casos Novos no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados no 1º Grau do Tribunal Regional Eleitoral no período-base (semestre).

Fórmula: $Cn1^\circ = CnCrim1^\circ + CnCNCrim1^\circ + CnExtFisc1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **CnCrim1º** - Casos Novos de Conhecimento Criminais no 1º Grau: Os processos de conhecimento criminais originários no 1º Grau da Justiça Eleitoral no período-base (semestre). Devem ser consideradas todas as classes definidas pela Resolução TSE nº 22.676/2007, alterada pela Resolução TSE nº 23.119/2009.
- **CnCNCrim1º** - Casos Novos de Conhecimento Não-Criminais no 1º Grau: Os processos de conhecimento não-criminais originários no 1º Grau da Justiça Eleitoral no período-base (semestre). Devem ser consideradas todas as classes definidas pela Resolução TSE nº 22.676/2007, alterada pela Resolução TSE nº 23.119/2009.
- **CnExtFisc1º** - Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau: As execuções fiscais que ingressaram ou foram protocolizadas na Justiça Eleitoral de 1º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's)

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

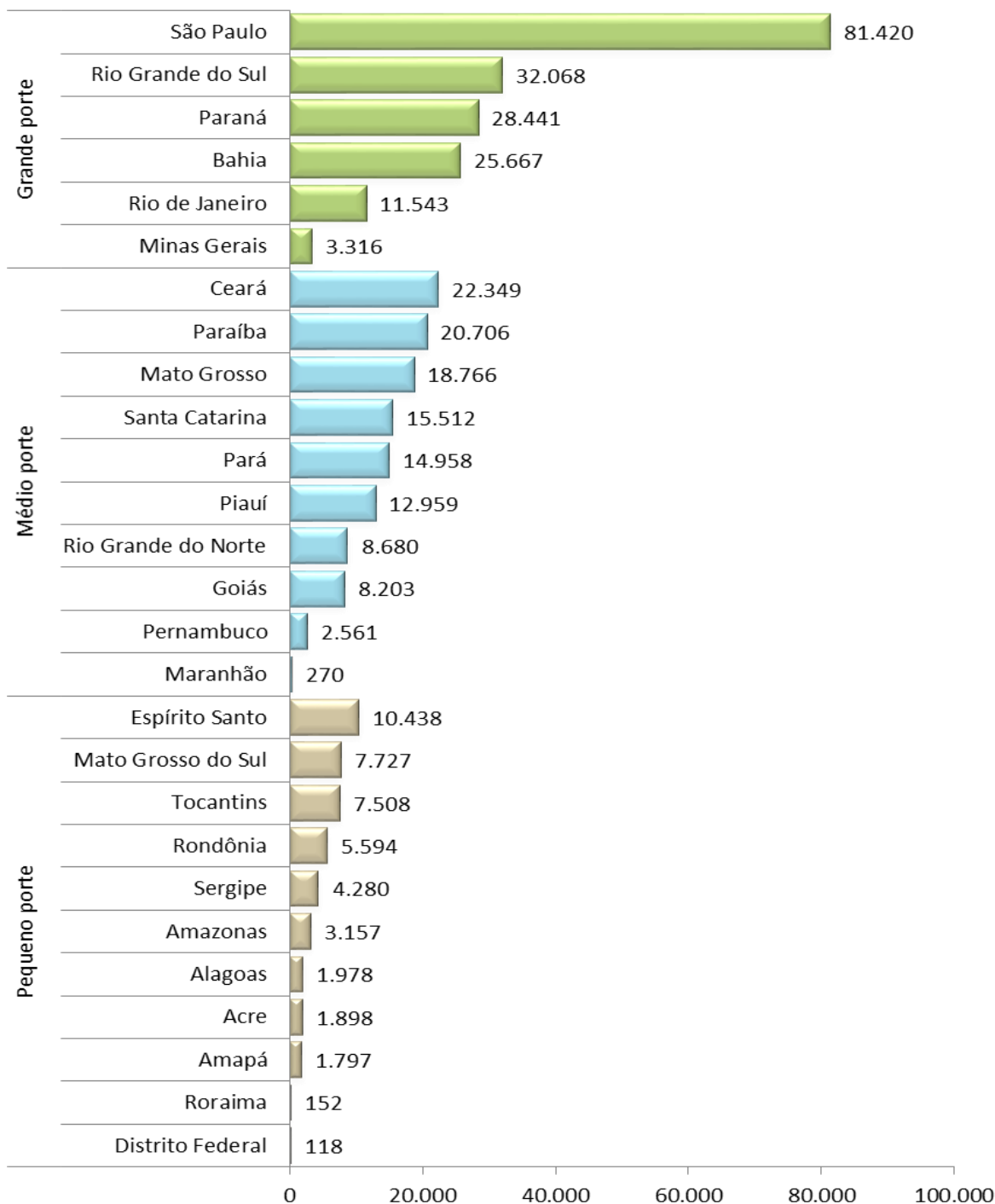
2.2.2. Cp1º - Casos Pendentes no 1º Grau

Tabela 2.16 - Cp1º - Casos Pendentes no 1º Grau

Tribunal Regional Eleitoral	CpCCrim1º - Casos Pendentes de Conhecimento Criminais na Justiça Eleitoral de 1º Grau	CpCNCrim1º - Casos Pendentes de Conhecimento Não-Criminais na Justiça Eleitoral de 1º Grau	CpExtFisc1º - Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau	Cp1º - Casos Pendentes no 1º Grau
Acre	11	1.885	2	1.898
Alagoas	207	1.739	32	1.978
Amazonas	44	3.113	0	3.157
Amapá	136	1.607	54	1.797
Bahia	720	24.812	135	25.667
Ceará	442	21.719	188	22.349
Distrito Federal	25	88	5	118
Espírito Santo	188	10.186	64	10.438
Goiás	1.708	6.456	39	8.203
Maranhão	9	226	35	270
Minas Gerais	1.129	2.041	146	3.316
Mato Grosso do Sul	87	7.621	19	7.727
Mato Grosso	411	18.187	168	18.766
Pará	222	14.598	138	14.958
Paraíba	869	19.767	70	20.706
Pernambuco	506	1.872	183	2.561
Piauí	275	12.665	19	12.959
Paraná	307	27.893	241	28.441
Rio de Janeiro	545	10.801	197	11.543
Rio Grande do Norte	663	7.880	137	8.680
Rondônia	149	5.394	51	5.594
Roraima	44	102	6	152
Rio Grande do Sul	970	30.972	126	32.068
Santa Catarina	160	15.311	41	15.512
Sergipe	106	4.123	51	4.280
São Paulo	549	80.596	275	81.420
Tocantins	410	7.022	76	7.508
Justiça Eleitoral	10.892	338.676	2.498	352.066

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.16 - Cp1º - Casos Pendentes no 1º Grau



Glossário:

Cp1º - Casos Pendentes no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos pendentes no 1º Grau do Tribunal Regional Eleitoral no início do período-base (semestre).

Fórmula: $Cp1^\circ = CpCCrim1^\circ + CpCNCrim1^\circ + CpExtFisc1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CpCCrim1º - Casos Pendentes de Conhecimento Criminais na Justiça Eleitoral de 1º Grau: Saldo residual de processos de conhecimento criminais originários que foram recebidos no 1º Grau da Justiça Eleitoral até o final do período anterior ao período-base (semestre), e que não foram baixados no 1º Grau no final do período anterior ao período-base (semestre).
- CpCNCrim1º - Casos Pendentes de Conhecimento Não-Criminais na Justiça Eleitoral de 1º Grau: Saldo residual de processos de conhecimento não-criminais originários que foram recebidos no 1º Grau da Justiça Eleitoral até o final do período anterior ao período-base (semestre), e que não foram baixados no 1º Grau no final do período anterior ao período-base (semestre).
- CpExtFisc1º - Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau: Saldo residual de processos de execução fiscal que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça Eleitoral de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre), e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's)

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

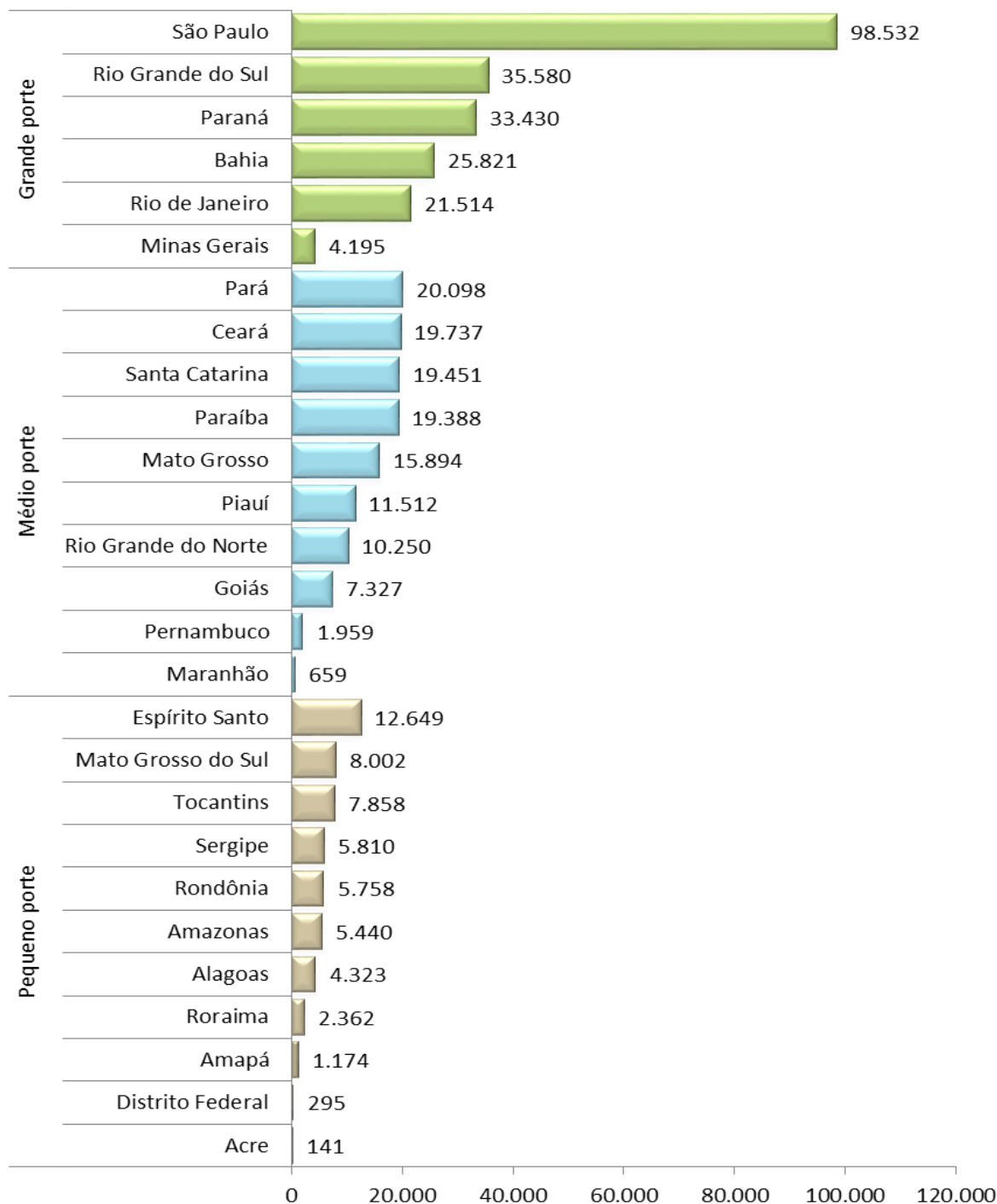
2.2.3. TBAix1º - Total de Processos Baixados no 1º Grau

Tabela 2.17 - TBAix1º - Total de Processos Baixados no 1º Grau

Tribunal Regional Eleitoral	TBAixCCrim1º - Total de Processos de Conhecimento Criminais Baixados no 1º Grau	TBAixCNCrim1º - Total de Processos de Conhecimento Não-Criminais Baixados no 1º Grau	TBAixExtFisc1º - Total de Processos Baixados de Execução Fiscal no 1º Grau	TBAix1º - Total de Processos Baixados no 1º Grau
Acre	15	115	11	141
Alagoas	169	4.148	6	4.323
Amazonas	89	5.351	0	5.440
Amapá	38	1.134	2	1.174
Bahia	421	25.377	23	25.821
Ceará	208	19.458	71	19.737
Distrito Federal	70	219	6	295
Espírito Santo	121	12.521	7	12.649
Goiás	248	7.067	12	7.327
Maranhão	16	639	4	659
Minas Gerais	587	3.553	55	4.195
Mato Grosso do Sul	133	7.847	22	8.002
Mato Grosso	166	15.714	14	15.894
Pará	62	19.982	54	20.098
Paraíba	556	18.800	32	19.388
Pernambuco	338	1.462	159	1.959
Piauí	59	11.452	1	11.512
Paraná	205	33.191	34	33.430
Rio de Janeiro	483	21.018	13	21.514
Rio Grande do Norte	143	10.090	17	10.250
Rondônia	80	5.665	13	5.758
Roraima	46	2.316	0	2.362
Rio Grande do Sul	1.095	34.445	40	35.580
Santa Catarina	136	19.305	10	19.451
Sergipe	71	5.731	8	5.810
São Paulo	219	98.291	22	98.532
Tocantins	136	7.713	9	7.858
Justiça Eleitoral	5.910	392.604	645	399.159

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.17 - TBAix1º - Total de Processos Baixados no 1º Grau



Glossário:

TBaix1º - Total de Processos Baixados no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de Processos Baixados no 1º Grau do Tribunal Regional Eleitoral durante o período-base (semestre).

Fórmula: $TBaix1^\circ = TBaixCCrim1^\circ + TBaixCNCrim1^\circ + TBaixExtFisc1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **TBaixCCrim1º** - Total de Processos de Conhecimento Criminais Baixados no 1º Grau : Os processos criminais originários que foram baixados no 1º Grau da Justiça Eleitoral no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para as instâncias superiores; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Não são contabilizados os recursos internos (Embargos de Declaração e Pedidos de Reconsideração) e os recursos externos (Recurso Eleitoral), bem como os processos sobrestados. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas nas variáveis CnNCrim1º - Casos Novos Não-Criminais no 1º Grau.
- **TBaixCNCrim1º** - Total de Processos de Conhecimento Não-Criminais Baixados no 1º Grau : Os processos de conhecimento não-criminais originários que foram baixados no 1º Grau da Justiça Eleitoral no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para as instâncias superiores; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Não são contabilizados os recursos internos (Embargos de Declaração e Pedidos de Reconsideração), os recursos externos (Recurso Eleitoral), bem como os processos sobrestados. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas nas variáveis CnNCrim1º - Casos Novos Não-Criminais no 1º Grau.
- **TBaixExtFisc1º** - Total de Processos Baixados de Execução Fiscal no 1º Grau: Os processos de execuções fiscais que foram baixados na Justiça Eleitoral de 1º Grau no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para a instância superior; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado.

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

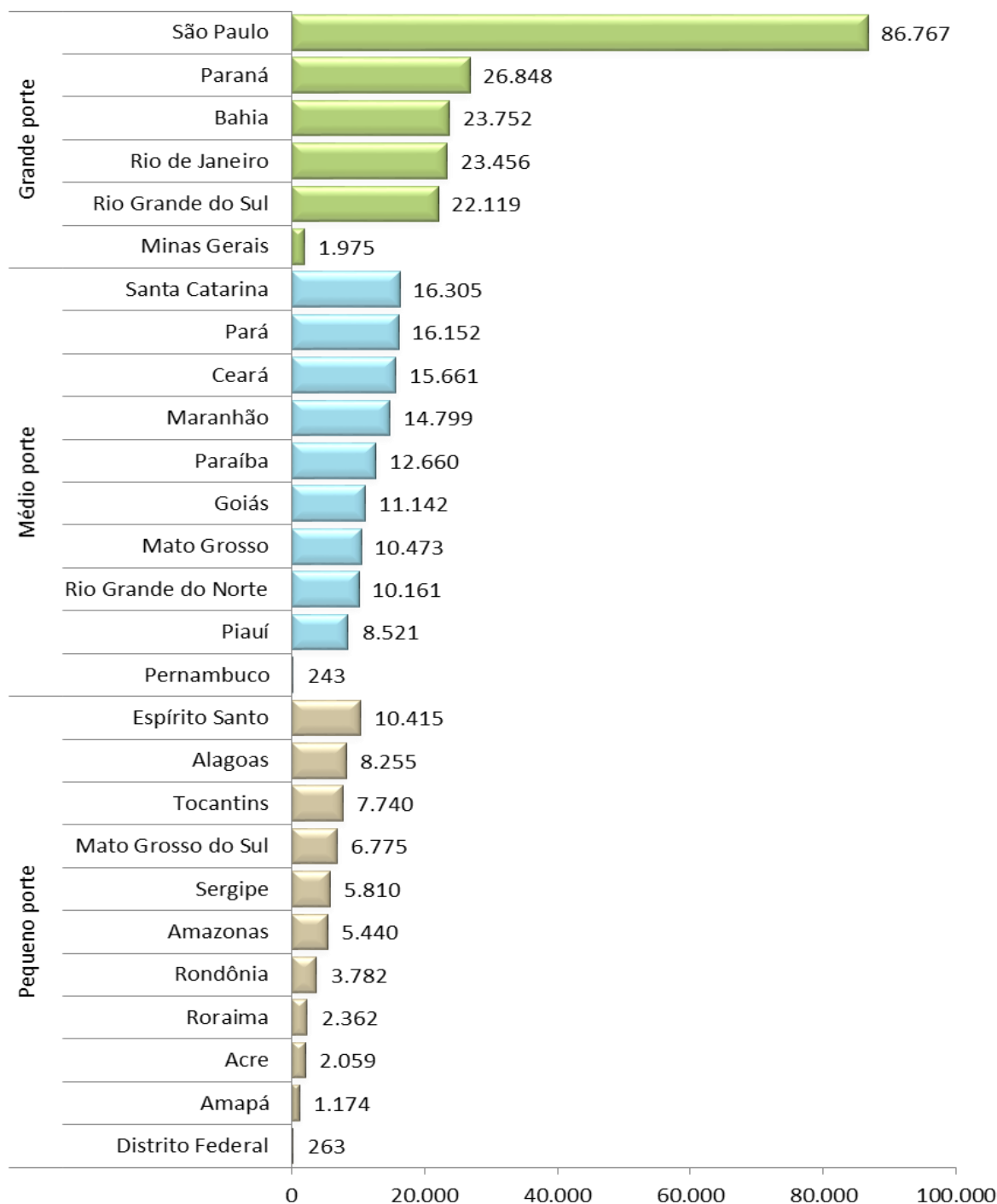
2.2.4. Sent1º - Total de Sentenças no 1º Grau

Tabela 2.18 - Sent1º - Total de Sentenças no 1º Grau

Tribunal Regional Eleitoral	SentCCrim1º - Sentenças de Conhecimento Criminais no 1º Grau	SentCNCrim1º - Sentenças de Conhecimento Não-Criminais no 1º Grau	SentExtFisc1º - Sentenças em Execução Fiscal no 1º grau	Sent1º - Total de Sentenças no 1º Grau
Acre	23	2.036	0	2.059
Alagoas	168	8.083	4	8.255
Amazonas	89	5.351	0	5.440
Amapá	38	1.134	2	1.174
Bahia	770	22.949	33	23.752
Ceará	186	15.444	31	15.661
Distrito Federal	38	219	6	263
Espírito Santo	100	10.313	2	10.415
Goiás	980	10.135	27	11.142
Maranhão	95	14.701	3	14.799
Minas Gerais	417	1.549	9	1.975
Mato Grosso do Sul	122	6.644	9	6.775
Mato Grosso	156	10.308	9	10.473
Pará	65	16.075	12	16.152
Paraíba	449	12.198	13	12.660
Pernambuco	46	197	0	243
Piauí	41	8.476	4	8.521
Paraná	201	26.633	14	26.848
Rio de Janeiro	412	23.034	10	23.456
Rio Grande do Norte	166	9.985	10	10.161
Rondônia	97	3.673	12	3.782
Roraima	46	2.316	0	2.362
Rio Grande do Sul	197	21.901	21	22.119
Santa Catarina	167	16.130	8	16.305
Sergipe	71	5.731	8	5.810
São Paulo	249	86.483	35	86.767
Tocantins	143	7.592	5	7.740
Justiça Eleitoral	5.532	349.290	287	355.109

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.18 - Sent1º - Total de Sentenças no 1º Grau



Glossário:

Sent1º - Total de Sentenças no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de sentenças no 1º Grau do Tribunal Regional Eleitoral no período-base (semestre).

Fórmula: $Sent1^\circ = SentCCrim1^\circ + SentCNCrim1^\circ + SentExtFisc1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- SentCCrim1º - Sentenças de Conhecimento Criminais no 1º Grau: Todas as sentenças criminais proferidas no período-base. Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as decisões nas classes processuais compreendidas nas variáveis CnCrim1º - Casos Novos Criminais no 1º Grau.
- SentCNCrim1º - Sentenças de Conhecimento Não-Criminais no 1º Grau: Todas as sentenças de conhecimento não-criminais proferidas no período-base. Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as decisões nas classes processuais compreendidas nas variáveis CnNCrim1º - Casos Novos Não-Criminais no 1º Grau.
- SentExtFisc1º - Sentenças em Execução Fiscal no 1º grau: Todas as sentenças em execução fiscal proferidas no 1º Grau da Justiça Eleitoral no período-base (semestre). Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas.

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

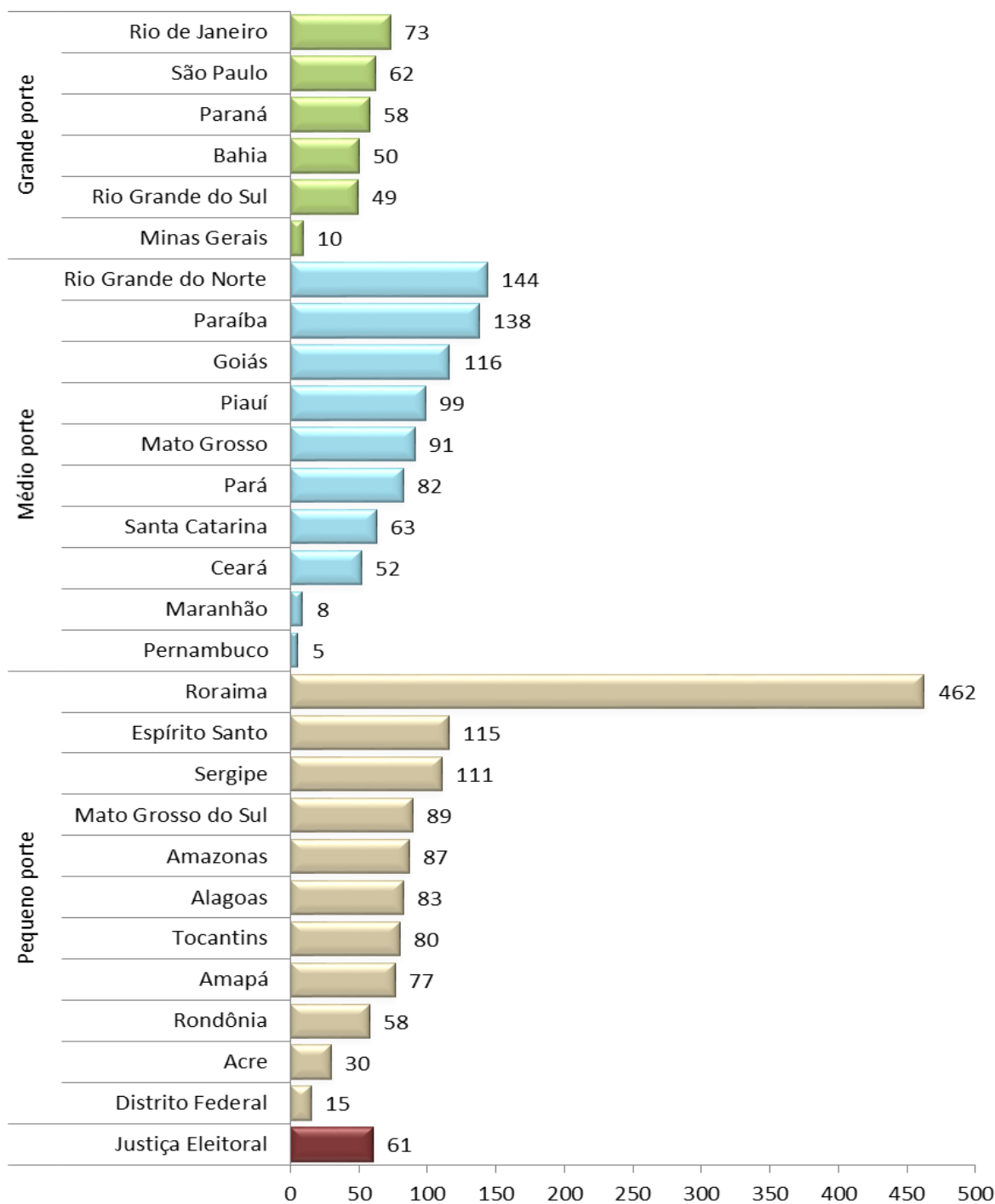
2.2.5. Ch1º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 1º Grau

Tabela 2.19 - Ch1º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 1º Grau

Tribunal Regional Eleitoral	Cn1º - Casos Novos no 1º Grau	h2 - Número de Habitantes Dividido por 100.000	Ch1º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 1º Grau
Acre	233	8	30
Alagoas	2.735	33	83
Amazonas	3.302	38	87
Amapá	563	7	77
Bahia	7.567	150	50
Ceará	4.541	88	52
Distrito Federal	419	28	15
Espírito Santo	4.434	38	115
Goiás	7.474	64	116
Maranhão	564	68	8
Minas Gerais	1.991	206	10
Mato Grosso do Sul	2.303	26	89
Mato Grosso	2.891	32	91
Pará	6.587	80	82
Paraíba	5.398	39	138
Pernambuco	493	92	5
Piauí	3.148	32	99
Paraná	6.396	110	58
Rio de Janeiro	12.007	164	73
Rio Grande do Norte	4.852	34	144
Rondônia	1.005	17	58
Roraima	2.257	5	462
Rio Grande do Sul	5.524	112	49
Santa Catarina	4.191	66	63
Sergipe	2.428	22	111
São Paulo	27.243	437	62
Tocantins	1.180	15	80
Justiça Eleitoral	121.726	2.011	61

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.19 - Ch1º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 1º Grau



Glossário:

Ch1º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram no 1º Grau da Justiça Eleitoral para cada 100.000 habitantes do estado no período-base (semestre).

Fórmula: $Ch1^\circ = Cn1^\circ / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $Cn1^\circ = CnCCrim1^\circ + CnCNCrim1^\circ + CnExtFisc1^\circ$
- h2 - Número de Habitantes Dividido por 100.000: Número de habitantes do Estado baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

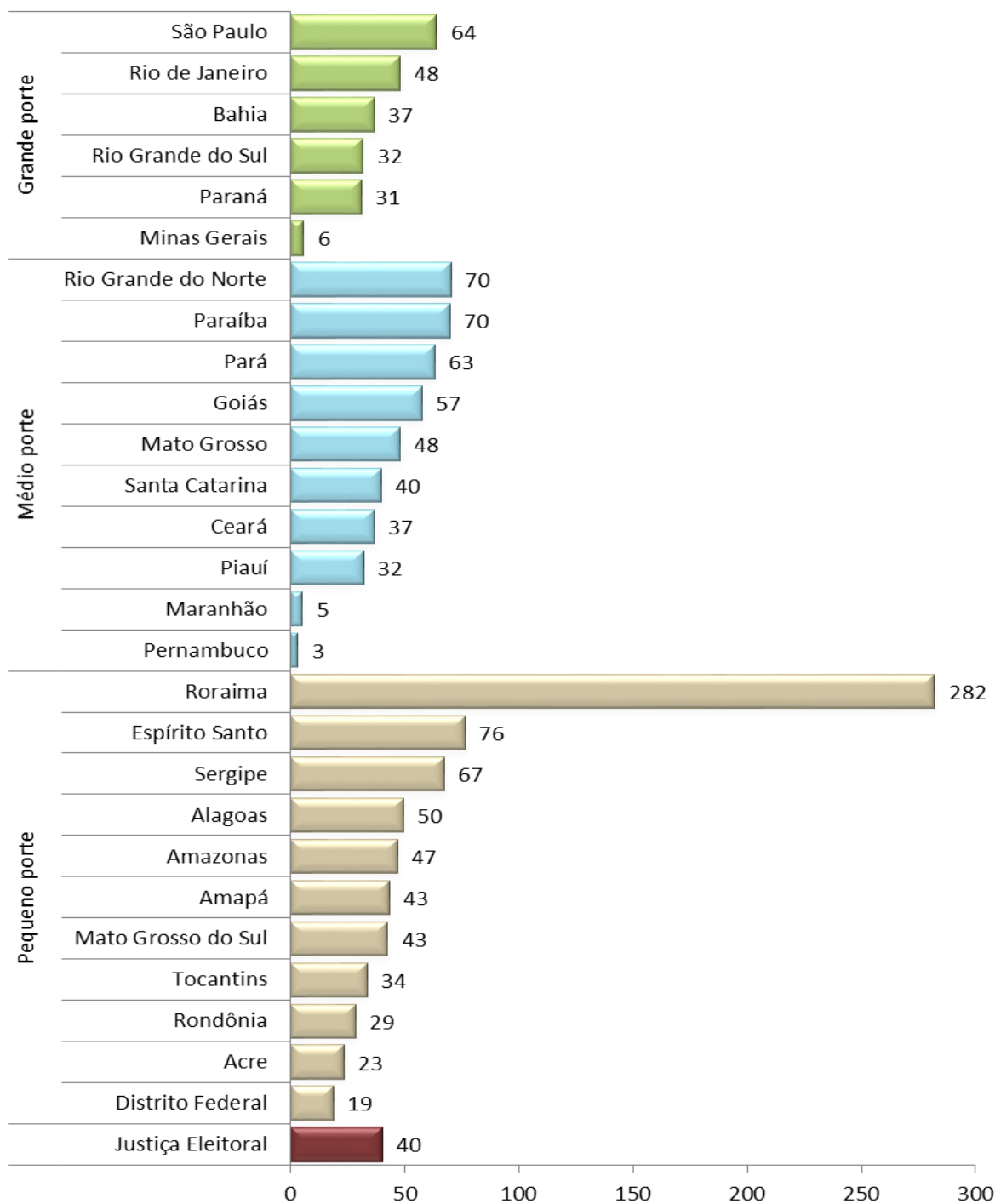
2.2.6. Cm1º - Casos Novos por magistrado no 1º Grau

Tabela 2.20 - Cm1º - Casos Novos por magistrado no 1º Grau

Tribunal Regional Eleitoral	Cn1º - Casos Novos no 1º Grau	Mag1º - Número de Cargos de Magistrado no 1º Grau	Cm1º - Casos Novos por magistrado no 1º Grau
Acre	233	10	23
Alagoas	2.735	55	50
Amazonas	3.302	70	47
Amapá	563	13	43
Bahia	7.567	205	37
Ceará	4.541	123	37
Distrito Federal	419	22	19
Espírito Santo	4.434	58	76
Goiás	7.474	130	57
Maranhão	564	111	5
Minas Gerais	1.991	351	6
Mato Grosso do Sul	2.303	54	43
Mato Grosso	2.891	60	48
Pará	6.587	104	63
Paraíba	5.398	77	70
Pernambuco	493	151	3
Piauí	3.148	98	32
Paraná	6.396	206	31
Rio de Janeiro	12.007	249	48
Rio Grande do Norte	4.852	69	70
Rondônia	1.005	35	29
Roraima	2.257	8	282
Rio Grande do Sul	5.524	173	32
Santa Catarina	4.191	105	40
Sergipe	2.428	36	67
São Paulo	27.243	425	64
Tocantins	1.180	35	34
Justiça Eleitoral	121.726	3.033	40

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.20 - Cm1º - Casos Novos por magistrado no 1º Grau



Glossário:

Cm1º - Casos Novos por magistrado no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram no 1º Grau da Justiça Eleitoral para cada cargo de magistrado do 1º Grau no período-base (semestre).

Fórmula: $Cm1^\circ = Cn1^\circ / Mag1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $Cn1^\circ = CnCCrim1^\circ + CnCNCrim1^\circ + CnExtFisc1^\circ$
- **Mag1º** - Número de Cargos de Magistrado no 1º Grau: Número de cargos de Magistrado no 1º Grau da Justiça Eleitoral no final do ano-base.

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

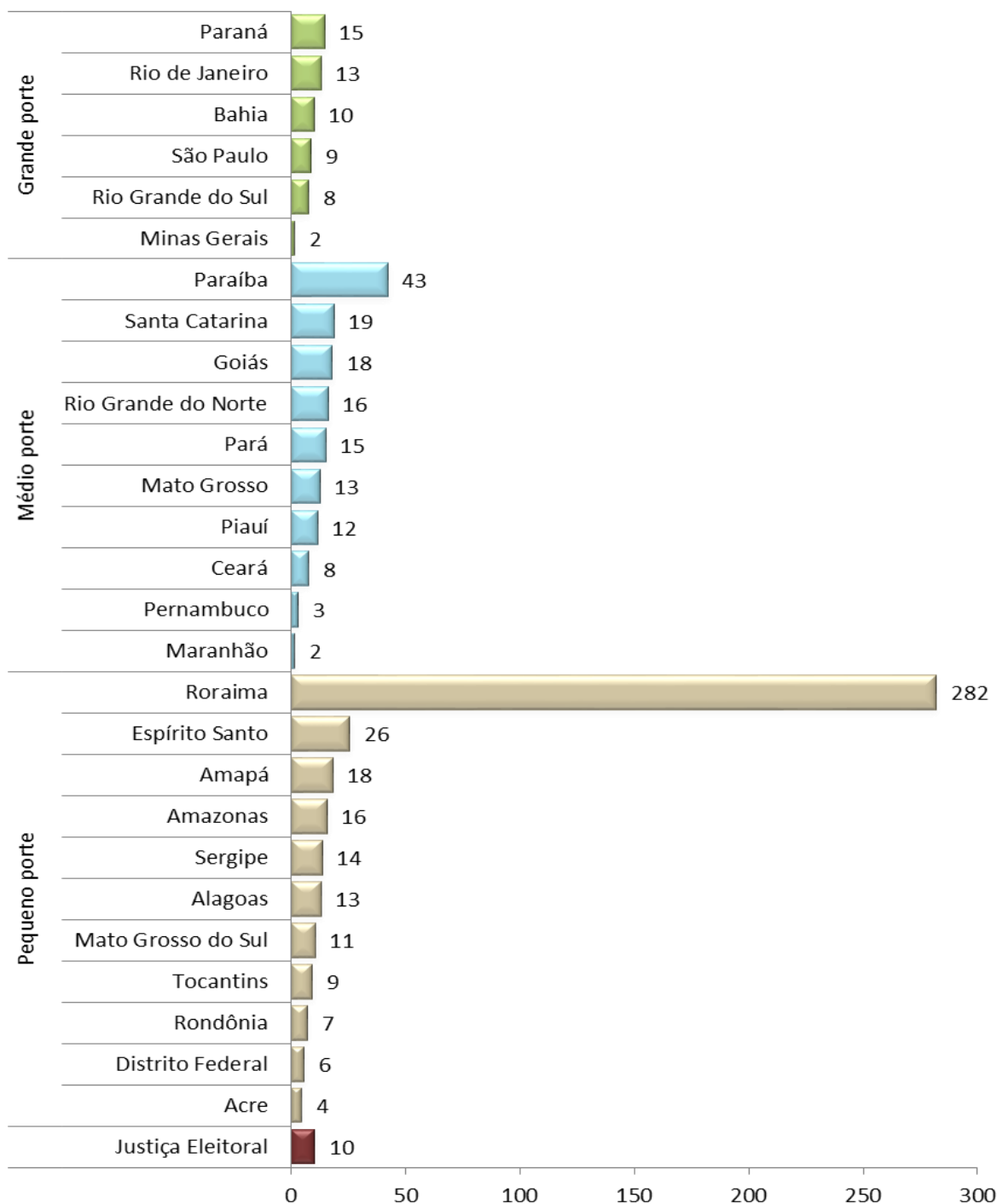
2.2.7. Cs1º - Casos Novos por Servidor no Tribunal Regional Eleitoral no 1º Grau.

Tabela 2.21 - Cs1º - Casos Novos por Servidor no Tribunal Regional Eleitoral no 1º Grau.

Tribunal Regional Eleitoral	Cn1º - Casos Novos no 1º Grau	SaJud1º - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária do 1º Grau	Cs1º - Casos Novos por Servidor no Tribunal Regional Eleitoral no 1º Grau.
Acre	233	52	4
Alagoas	2.735	208	13
Amazonas	3.302	206	16
Amapá	563	31	18
Bahia	7.567	758	10
Ceará	4.541	601	8
Distrito Federal	419	74	6
Espírito Santo	4.434	172	26
Goiás	7.474	412	18
Maranhão	564	362	2
Minas Gerais	1.991	1.227	2
Mato Grosso do Sul	2.303	214	11
Mato Grosso	2.891	229	13
Pará	6.587	432	15
Paraíba	5.398	127	43
Pernambuco	493	151	3
Piauí	3.148	272	12
Paraná	6.396	428	15
Rio de Janeiro	12.007	912	13
Rio Grande do Norte	4.852	296	16
Rondônia	1.005	141	7
Roraima	2.257	8	282
Rio Grande do Sul	5.524	732	8
Santa Catarina	4.191	222	19
Sergipe	2.428	175	14
São Paulo	27.243	3.061	9
Tocantins	1.180	125	9
Justiça Eleitoral	121.726	11.628	10

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.21 - Cs1º - Casos Novos por Servidor no Tribunal Regional Eleitoral no 1º Grau.



Glossário:

Cs1º - Casos Novos por Servidor no Tribunal Regional Eleitoral no 1º Grau.

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram no 1º Grau da Justiça Eleitoral para cada servidor lotado na área judiciária no período-base (semestre).

Fórmula: $Cs1^\circ = Cn1^\circ / SaJud1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

· $Cn1^\circ = CnCCrim1^\circ + CnCNCrim1^\circ + CnExtFisc1^\circ$

· SaJud1º - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária do 1º Grau: Número total de servidores lotados na área judiciária do 1º grau da Justiça Eleitoral, em efetiva atividade no final do período-base (semestre), abrangendo os servidores efetivos (exceto cedidos), os requisitados e os ocupantes apenas de cargo em comissão.

Considera-se área judiciária os setores que impulsionam diretamente a tramitação do processo judicial, tais como: protocolo judicial, distribuição, gabinetes, contadoria, precatórios, secretarias judiciárias, centrais de mandados, taquigrafias, estenotipia, setores de processamentos de autos, hastas públicas, perícia (contábil, médica, de serviço social e de psicologia), central de conciliação, setores de admissibilidade de recursos, arquivo.

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

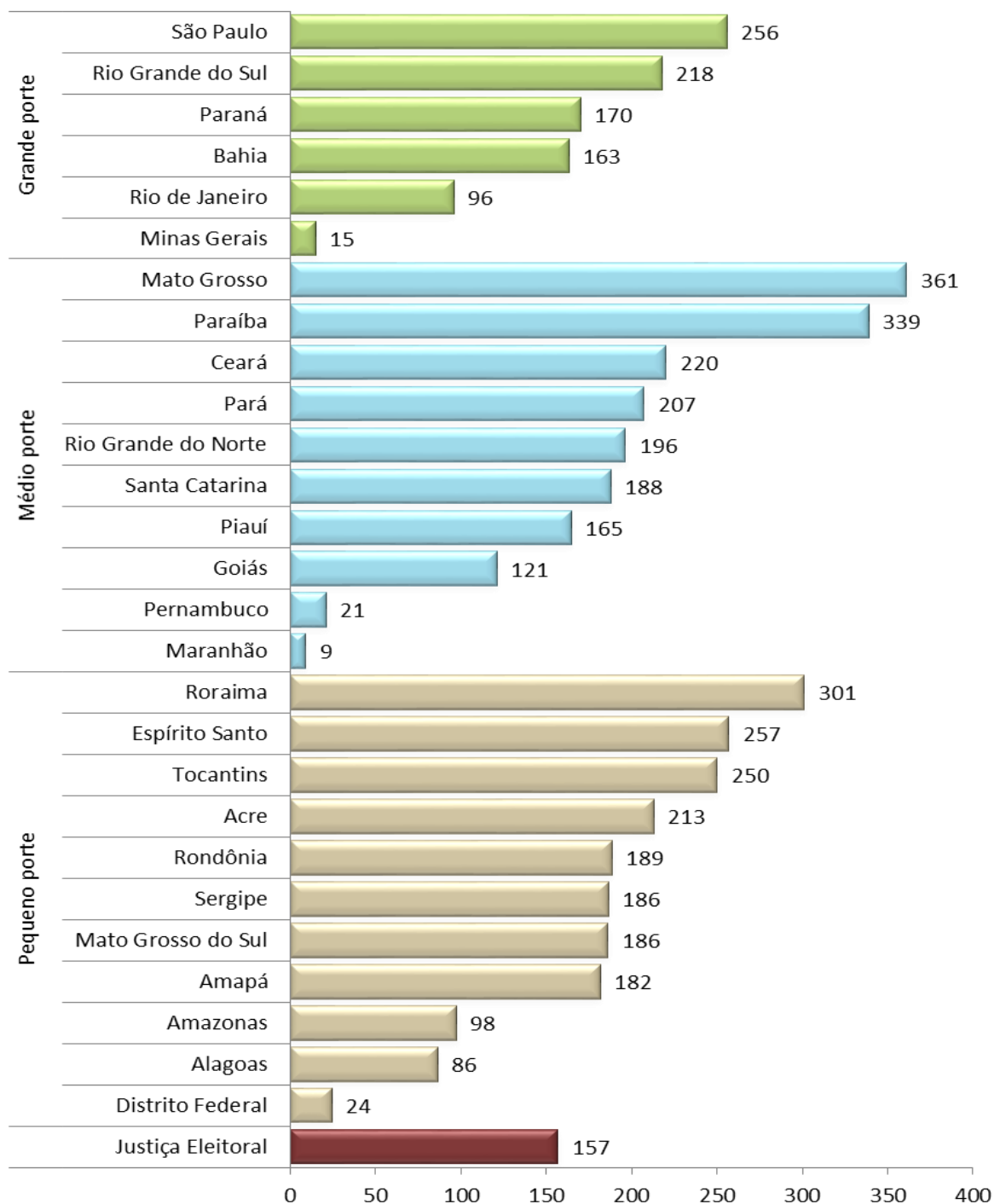
2.2.8. K1º - Carga de trabalho dos magistrados no 1º Grau

Tabela 2.22 - K1º - Carga de trabalho dos magistrados no 1º Grau

Tribunal Regional Eleitoral	Cn1º - Casos Novos no 1º Grau	Cp1º - Casos Pendentes no 1º Grau	RIntC1º - Recursos Internos no 1º Grau na Fase de Conhecimento	RIntCP1º - Recursos Internos Pendentes no 1º Grau na Fase de Conhecimento	Mag1º - Número de Cargos de Magistrado no 1º Grau	K1º - Carga de trabalho dos magistrados no 1º Grau
Acre	233	1.898	0	0	10	213
Alagoas	2.735	1.978	36	0	55	86
Amazonas	3.302	3.157	253	121	70	98
Amapá	563	1.797	1	0	13	182
Bahia	7.567	25.667	139	63	205	163
Ceará	4.541	22.349	153	34	123	220
Distrito Federal	419	118	0	0	22	24
Espírito Santo	4.434	10.438	25	0	58	257
Goiás	7.474	8.203	39	0	130	121
Maranhão	564	270	134	2	111	9
Minas Gerais	1.991	3.316	6	1	351	15
Mato Grosso do Sul	2.303	7.727	13	6	54	186
Mato Grosso	2.891	18.766	11	0	60	361
Pará	6.587	14.958	3	2	104	207
Paraíba	5.398	20.706	0	0	77	339
Pernambuco	493	2.561	108	55	151	21
Piauí	3.148	12.959	27	0	98	165
Paraná	6.396	28.441	165	1	206	170
Rio de Janeiro	12.007	11.543	260	32	249	96
Rio Grande do Norte	4.852	8.680	13	9	69	196
Rondônia	1.005	5.594	0	0	35	189
Roraima	2.257	152	0	0	8	301
Rio Grande do Sul	5.524	32.068	50	0	173	218
Santa Catarina	4.191	15.512	23	2	105	188
Sergipe	2.428	4.280	2	3	36	186
São Paulo	27.243	81.420	187	0	425	256
Tocantins	1.180	7.508	45	18	35	250
Justiça Eleitoral	121.726	352.066	1.693	349	3.033	157

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.22 - K1º - Carga de trabalho dos magistrados no 1º Grau



Glossário:

K1º - Carga de trabalho dos magistrados no 1º Grau

Finalidade: Indicar a carga de trabalho dos magistrados do 1º Grau da Justiça Eleitoral no período-base (semestre).

Fórmula: $K1^\circ = (Cn1^\circ + Cp1^\circ + RIntC1^\circ + RIntCP1^\circ) / Mag1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $Cn1^\circ = CnCCrim1^\circ + CnCNCrim1^\circ + CnExtFisc1^\circ$
- $Cp1^\circ = CpCCrim1^\circ + CpCNCrim1^\circ + CpExtFisc1^\circ$
- $RIntC1^\circ$ - Recursos Internos no 1º Grau na Fase de Conhecimento: Os embargos de declaração opostos contra decisão de 1º Grau, no período-base (semestre).
- $RIntCP1^\circ$ - Recursos Internos Pendentes no 1º Grau na Fase de Conhecimento: Saldo residual de embargos de declaração contra decisão de 1º Grau opostos até o final do período anterior ao período-base e que não foram decididos até o final do período anterior ao período-base (semestre).
- $Mag1^\circ$ - Número de Cargos de Magistrado no 1º Grau: Número de cargos de Magistrado no 1º Grau da Justiça Eleitoral no final do ano-base.

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

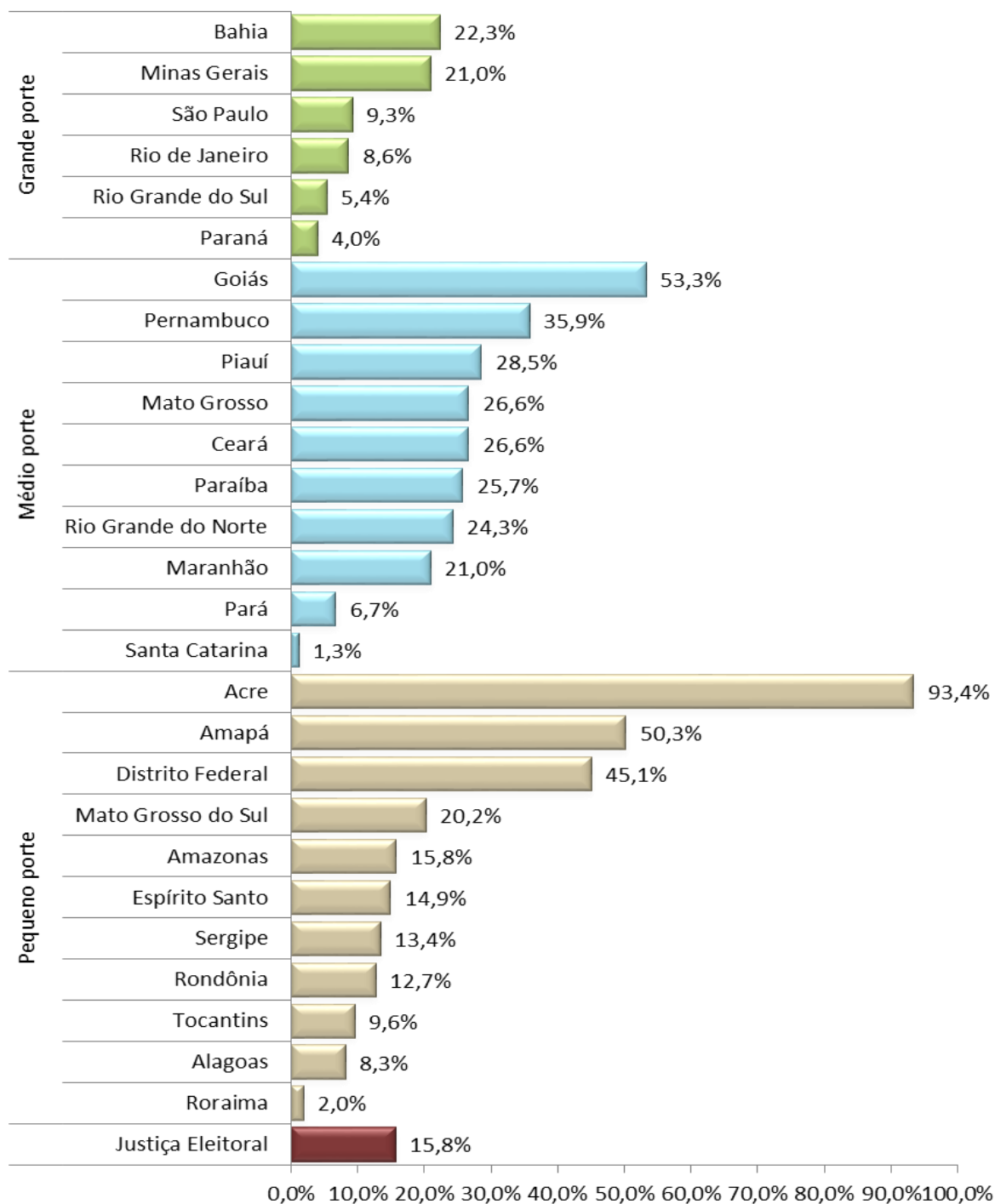
2.2.9. TC1º - Taxa de congestionamento no 1º Grau

Tabela 2.23 - TC1º - Taxa de congestionamento no 1º Grau

Tribunal Regional Eleitoral	TBaix1º - Total de Processos Baixados no 1º Grau	Cn1º - Casos Novos no 1º Grau	Cp1º - Casos Pendentes no 1º Grau	TC1º - Taxa de congestionamento no 1º Grau
Acre	141	233	1.898	93,4%
Alagoas	4.323	2.735	1.978	8,3%
Amazonas	5.440	3.302	3.157	15,8%
Amapá	1.174	563	1.797	50,3%
Bahia	25.821	7.567	25.667	22,3%
Ceará	19.737	4.541	22.349	26,6%
Distrito Federal	295	419	118	45,1%
Espírito Santo	12.649	4.434	10.438	14,9%
Goiás	7.327	7.474	8.203	53,3%
Maranhão	659	564	270	21,0%
Minas Gerais	4.195	1.991	3.316	21,0%
Mato Grosso do Sul	8.002	2.303	7.727	20,2%
Mato Grosso	15.894	2.891	18.766	26,6%
Pará	20.098	6.587	14.958	6,7%
Paraíba	19.388	5.398	20.706	25,7%
Pernambuco	1.959	493	2.561	35,9%
Piauí	11.512	3.148	12.959	28,5%
Paraná	33.430	6.396	28.441	4,0%
Rio de Janeiro	21.514	12.007	11.543	8,6%
Rio Grande do Norte	10.250	4.852	8.680	24,3%
Rondônia	5.758	1.005	5.594	12,7%
Roraima	2.362	2.257	152	2,0%
Rio Grande do Sul	35.580	5.524	32.068	5,4%
Santa Catarina	19.451	4.191	15.512	1,3%
Sergipe	5.810	2.428	4.280	13,4%
São Paulo	98.532	27.243	81.420	9,3%
Tocantins	7.858	1.180	7.508	9,6%
Justiça Eleitoral	399.159	121.726	352.066	15,8%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.23 - TC1º - Taxa de congestionamento no 1º Grau



Glossário:

TC1º - Taxa de congestionamento no 1º Grau

Finalidade: Indicar a taxa de congestionamento do 1º Grau da Justiça Eleitoral no período-base (semestre).

Fórmula: $TC1^\circ = 1 - (TBaix1^\circ / (Cn1^\circ + Cp1^\circ))$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $TBaix1^\circ = TBaixCCrim1^\circ + TBaixCNCrim1^\circ + TBaixExtFisc1^\circ$
- $Cn1^\circ = CnCCrim1^\circ + CnCNCrim1^\circ + CnExtFisc1^\circ$
- $Cp1^\circ = CpCCrim1^\circ + CpCNCrim1^\circ + CpExtFisc1^\circ$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

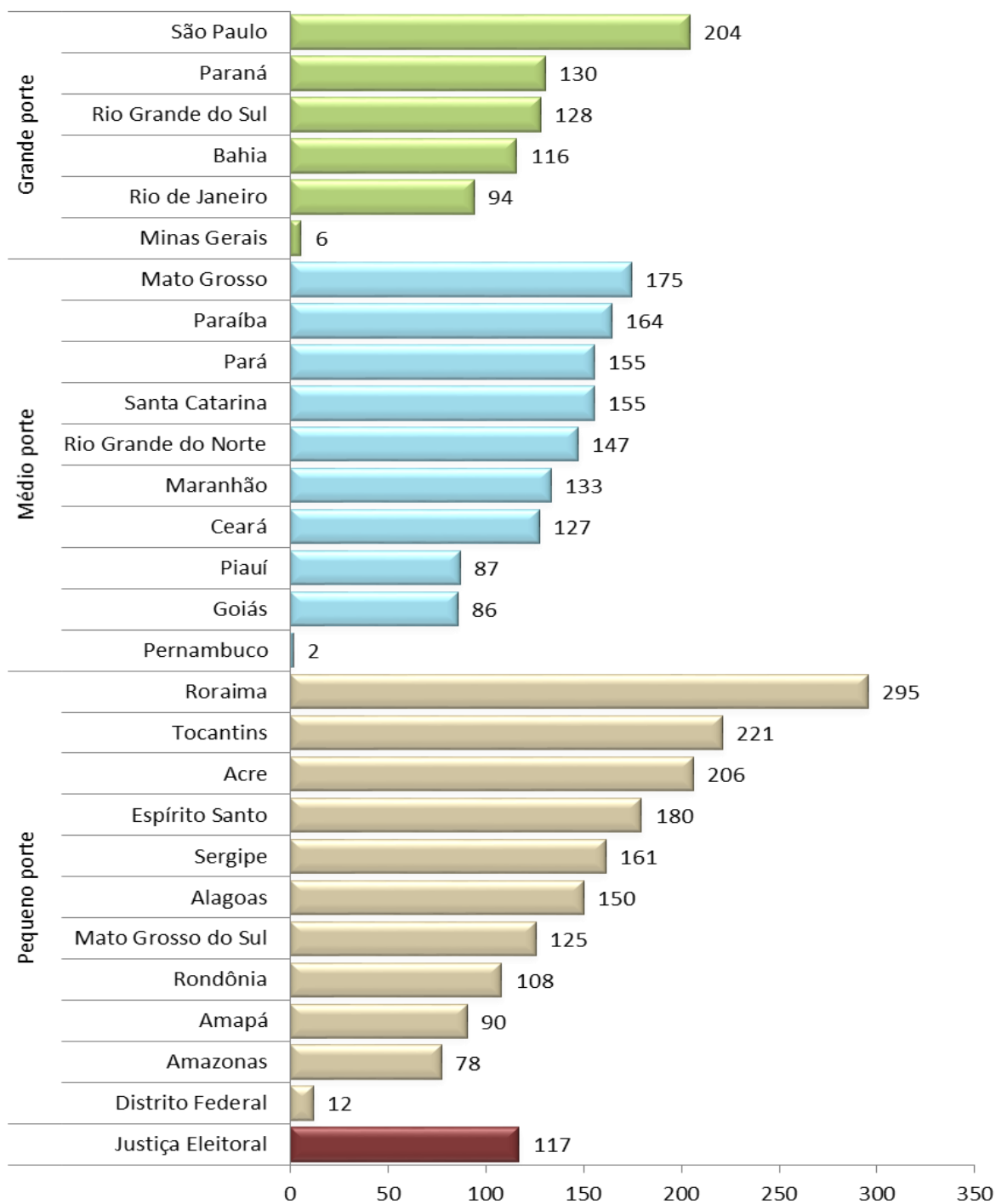
2.2.10. SM1º - Sentenças por Magistrado no 1º Grau

Tabela 2.24 - SM1º - Sentenças por Magistrado no 1º Grau

Tribunal Regional Eleitoral	Sent1º - Total de Sentenças no 1º Grau	Mag1º - Número de Cargos de Magistrado no 1º Grau	SM1º - Sentenças por Magistrado no 1º Grau
Acre	2.059	10	206
Alagoas	8.255	55	150
Amazonas	5.440	70	78
Amapá	1.174	13	90
Bahia	23.752	205	116
Ceará	15.661	123	127
Distrito Federal	263	22	12
Espírito Santo	10.415	58	180
Goiás	11.142	130	86
Maranhão	14.799	111	133
Minas Gerais	1.975	351	6
Mato Grosso do Sul	6.775	54	125
Mato Grosso	10.473	60	175
Pará	16.152	104	155
Paraíba	12.660	77	164
Pernambuco	243	151	2
Piauí	8.521	98	87
Paraná	26.848	206	130
Rio de Janeiro	23.456	249	94
Rio Grande do Norte	10.161	69	147
Rondônia	3.782	35	108
Roraima	2.362	8	295
Rio Grande do Sul	22.119	173	128
Santa Catarina	16.305	105	155
Sergipe	5.810	36	161
São Paulo	86.767	425	204
Tocantins	7.740	35	221
Justiça Eleitoral	355.109	3.033	117

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.24 - SM1º - Sentenças por Magistrado no 1º Grau



Glossário:

SM1º - Sentenças por Magistrado no 1º Grau

Finalidade: Indicar a média de sentenças por Magistrado do 1º grau de jurisdição da Justiça Eleitoral no período-base (semestre).

Fórmula: $SM1^\circ = \text{Sent}1^\circ / \text{Mag}1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $\text{Sent}1^\circ = \text{SentCCrim}1^\circ + \text{SentCNCrim}1^\circ + \text{SentExtFisc}1^\circ$
- **Mag1º** - Número de Cargos de Magistrado no 1º Grau: Número de cargos de Magistrado no 1º Grau da Justiça Eleitoral no final do ano-base.

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

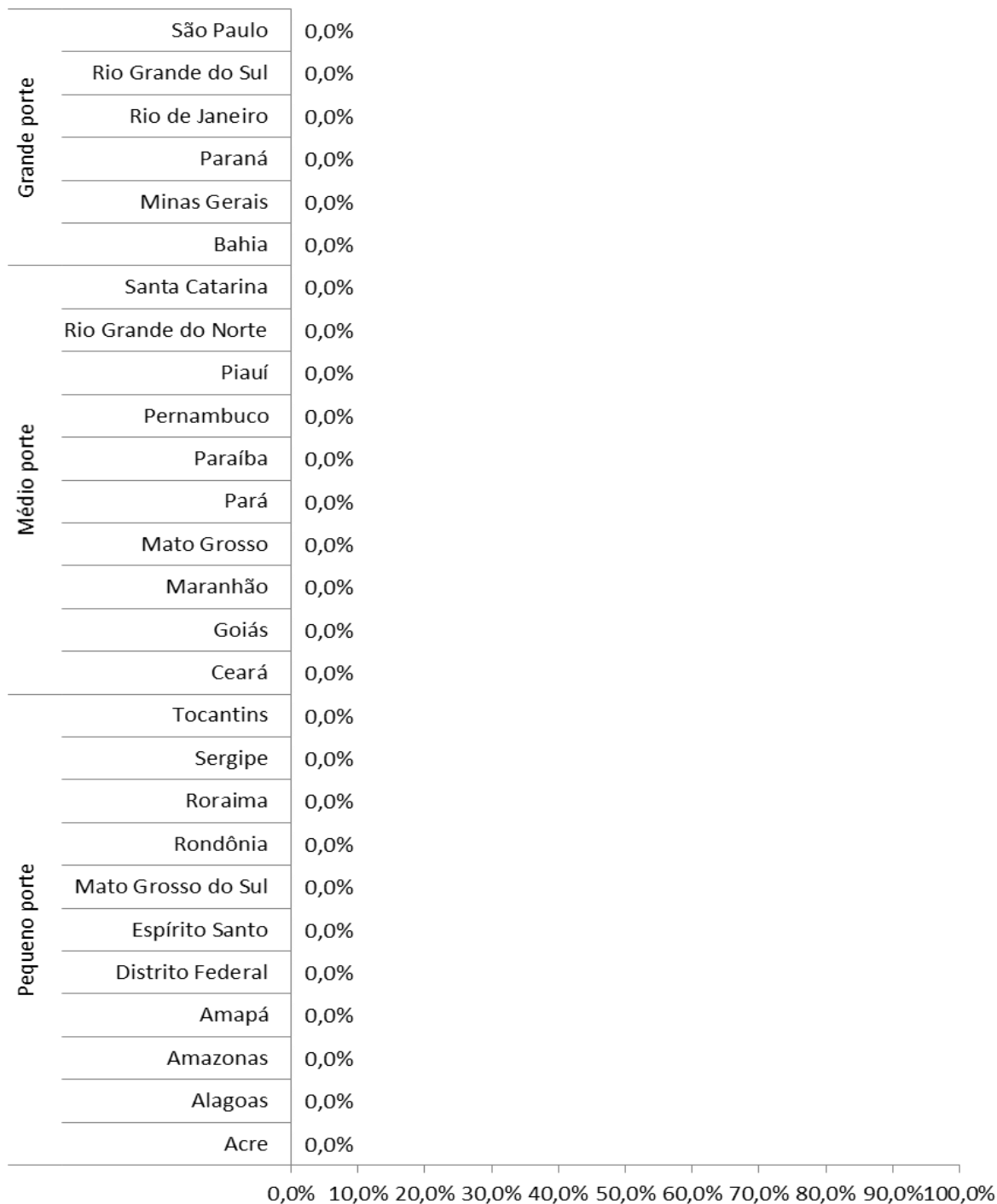
2.2.11. ProcEl1º - Índice de Processos Eletrônicos no 1º Grau

Tabela 2.25 - ProcEl1º - Índice de Processos Eletrônicos no 1º Grau

Tribunal Regional Eleitoral	CnElet1º - Casos Novos Eletrônicos no 1º Grau	Cn1º - Casos Novos no 1º Grau	ProcEl1º - Índice de Processos Eletrônicos no 1º Grau
Acre	0	233	0,0%
Alagoas	0	2.735	0,0%
Amazonas	0	3.302	0,0%
Amapá	0	563	0,0%
Bahia	0	7.567	0,0%
Ceará	0	4.541	0,0%
Distrito Federal	0	419	0,0%
Espírito Santo	0	4.434	0,0%
Goiás	0	7.474	0,0%
Maranhão	0	564	0,0%
Minas Gerais	0	1.991	0,0%
Mato Grosso do Sul	0	2.303	0,0%
Mato Grosso	0	2.891	0,0%
Pará	0	6.587	0,0%
Paraíba	0	5.398	0,0%
Pernambuco	0	493	0,0%
Piauí	0	3.148	0,0%
Paraná	0	6.396	0,0%
Rio de Janeiro	0	12.007	0,0%
Rio Grande do Norte	0	4.852	0,0%
Rondônia	0	1.005	0,0%
Roraima	0	2.257	0,0%
Rio Grande do Sul	0	5.524	0,0%
Santa Catarina	0	4.191	0,0%
Sergipe	0	2.428	0,0%
São Paulo	0	27.243	0,0%
Tocantins	0	1.180	0,0%
Justiça Eleitoral	0	121.726	0,0%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.25 - ProcE1^o - Índice de Processos Eletrônicos no 1^o Grau



Glossário:

ProcEl1º - Índice de Processos Eletrônicos no 1º Grau

Finalidade: Demonstrar o percentual de processos que ingressaram por meio eletrônico em relação ao total de processos ingressados no 1º Grau da Justiça Eleitoral no período-base (semestre).

Fórmula: $\text{ProcEl1º} = \text{CnElet1º} / \text{Cn1º}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CnElet1º - Casos Novos Eletrônicos no 1º Grau: Os processos eletrônicos, originários que ingressaram na Justiça Eleitoral de 1º Grau no período-base (semestre).
- $\text{Cn1º} = \text{CnCCrim1º} + \text{CnCNCrim1º} + \text{CnExtFisc1º}$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

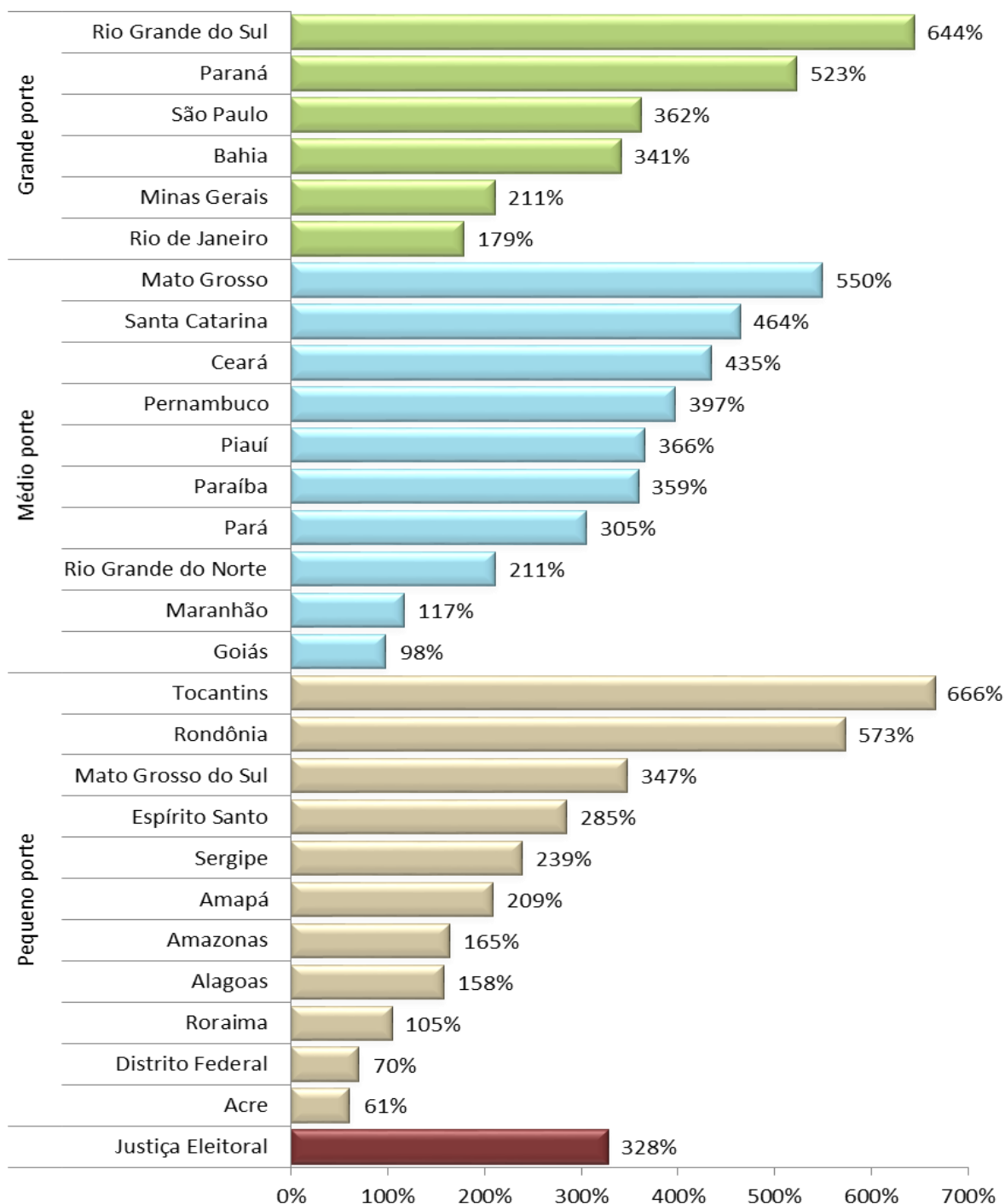
2.2.12. IAD1º - Processos Baixados por Caso Novo no 1º Grau

Tabela 2.26 - IAD1º - Processos Baixados por Caso Novo no 1º Grau

Tribunal Regional Eleitoral	TBaix1º - Total de Processos Baixados no 1º Grau	Cn1º - Casos Novos no 1º Grau	IAD1º - Processos Baixados por Caso Novo no 1º Grau
Acre	141	233	61%
Alagoas	4.323	2.735	158%
Amazonas	5.440	3.302	165%
Amapá	1.174	563	209%
Bahia	25.821	7.567	341%
Ceará	19.737	4.541	435%
Distrito Federal	295	419	70%
Espírito Santo	12.649	4.434	285%
Goiás	7.327	7.474	98%
Maranhão	659	564	117%
Minas Gerais	4.195	1.991	211%
Mato Grosso do Sul	8.002	2.303	347%
Mato Grosso	15.894	2.891	550%
Pará	20.098	6.587	305%
Paraíba	19.388	5.398	359%
Pernambuco	1.959	493	397%
Piauí	11.512	3.148	366%
Paraná	33.430	6.396	523%
Rio de Janeiro	21.514	12.007	179%
Rio Grande do Norte	10.250	4.852	211%
Rondônia	5.758	1.005	573%
Roraima	2.362	2.257	105%
Rio Grande do Sul	35.580	5.524	644%
Santa Catarina	19.451	4.191	464%
Sergipe	5.810	2.428	239%
São Paulo	98.532	27.243	362%
Tocantins	7.858	1.180	666%
Justiça Eleitoral	399.159	121.726	328%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.26 - IAD1º - Processos Baixados por Caso Novo no 1º Grau



Glossário:

IAD1º - Processos Baixados por Caso Novo no 1º Grau

Finalidade: Indicar o percentual de processos baixados no 1º grau em relação ao total de casos novos no período-base (semestre).

Fórmula: $IAD1^\circ = TBaix1^\circ / Cn1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $TBaix1^\circ = TBaixCCrim1^\circ + TBaixCNCrim1^\circ + TBaixExtFisc1^\circ$
- $Cn1^\circ = CnCCrim1^\circ + CnCNCrim1^\circ + CnExtFisc1^\circ$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.13. Rx1º - Recorribilidade Externa no 1º Grau

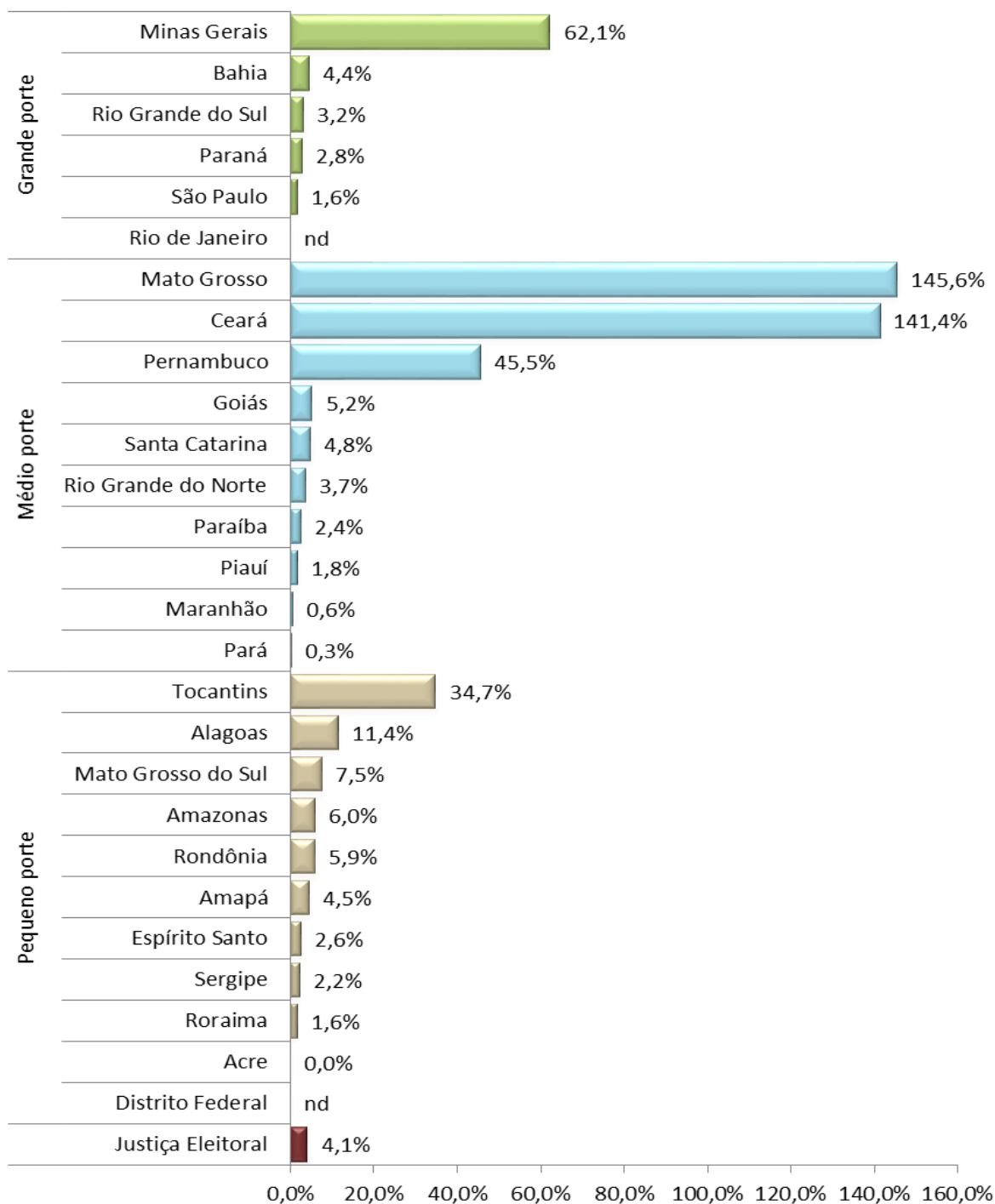
Tabela 2.27 - Rx1º - Recorribilidade Externa no 1º Grau

Tribunal Regional Eleitoral	RSup1º - Recursos a Instância Superior no 1º Grau	DeRExt1º - Decisões Passíveis de Recurso Externo no 1º Grau	Rx1º - Recorribilidade Externa no 1º Grau
Acre	0	2.127	0,0%
Alagoas	67	589	11,4%
Amazonas	253	4.234	6,0%
Amapá	16	355	4,5%
Bahia	621	14.261	4,4%
Ceará	427	302	141,4%
Distrito Federal	0	0	nd
Espírito Santo	273	10.610	2,6%
Goiás	586	11.312	5,2%
Maranhão	86	14.796	0,6%
Minas Gerais	1.483	2.387	62,1%
Mato Grosso do Sul	426	5.659	7,5%
Mato Grosso	1.003	689	145,6%
Pará	132	42.111	0,3%
Paraíba	309	12.647	2,4%
Pernambuco	632	1.390	45,5%
Piauí	147	8.371	1,8%
Paraná	787	28.295	2,8%
Rio de Janeiro	1.410	0	nd
Rio Grande do Norte	323	8.838	3,7%
Rondônia	220	3.717	5,9%
Roraima	37	2.362	1,6%
Rio Grande do Sul	709	22.494	3,2%
Santa Catarina	832	17.257	4,8%
Sergipe	130	5.806	2,2%
São Paulo	1.402	86.752	1,6%
Tocantins	182	524	34,7%
Justiça Eleitoral	12.493	307.885	4,1%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.27 - Rx1º - Recorribilidade Externa no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Rx1º - Recorribilidade Externa no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de recursos endereçados ao Tribunal Regional Eleitoral, em relação ao número de decisões no 1º Grau da Justiça Eleitoral, passíveis de recurso externo no período-base (semestre).

Fórmula: $Rx1^\circ = RSup1^\circ / DeRExt1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- RSup1º - Recursos a Instância Superior no 1º Grau: Número de recursos interpostos em decisões da Justiça Eleitoral de 1º grau no período-base, endereçadas ao Tribunal Regional Eleitoral.
- DeRExt1º - Decisões Passíveis de Recurso Externo no 1º Grau: Decisões proferidas no 1º grau da Justiça Eleitoral passíveis de recurso ao Tribunal Regional Eleitoral.

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.14. Rin1º - Recorribilidade Interna na Fase de Conhecimento do 1º Grau

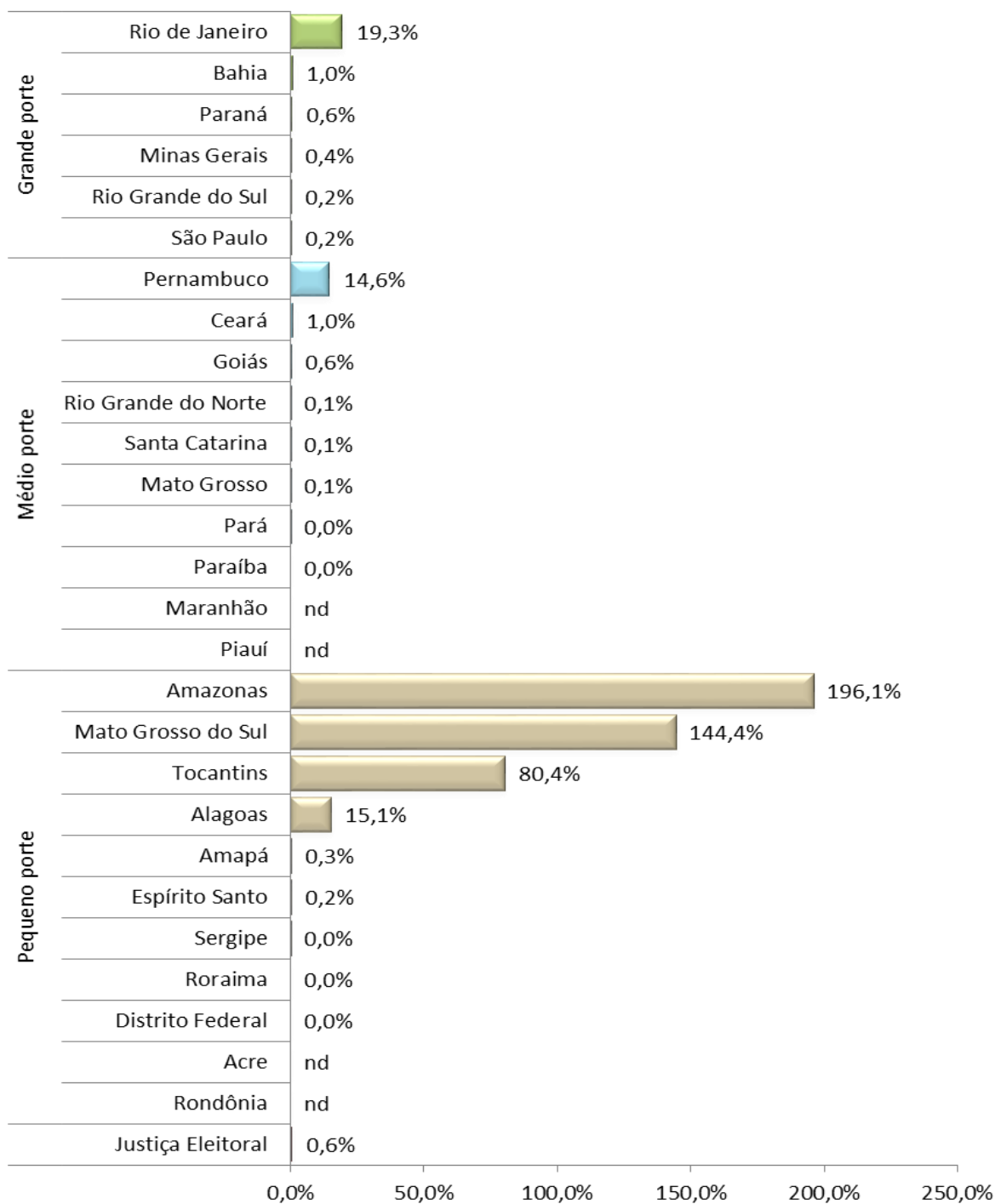
Tabela 2.28 - Rin1º - Recorribilidade Interna na Fase de Conhecimento do 1º Grau

Tribunal Regional Eleitoral	RIntC1º - Recursos Internos no 1º Grau na Fase de Conhecimento	SeRInt1º - Sentenças no 1º Grau Passíveis de Recurso Interno	Rin1º - Recorribilidade Interna na Fase de Conhecimento do 1º Grau
Acre	0	0	nd
Alagoas	36	238	15,1%
Amazonas	253	129	196,1%
Amapá	1	355	0,3%
Bahia	139	14.314	1,0%
Ceará	153	15.922	1,0%
Distrito Federal	0	263	0,0%
Espírito Santo	25	10.415	0,2%
Goiás	39	6.325	0,6%
Maranhão	134	0	nd
Minas Gerais	6	1.549	0,4%
Mato Grosso do Sul	13	9	144,4%
Mato Grosso	11	10.168	0,1%
Pará	3	16.075	0,0%
Paraíba	0	12.647	0,0%
Pernambuco	108	738	14,6%
Piauí	27	nd	nd
Paraná	165	26.633	0,6%
Rio de Janeiro	260	1.344	19,3%
Rio Grande do Norte	13	8.673	0,1%
Rondônia	0	0	nd
Roraima	0	2.362	0,0%
Rio Grande do Sul	50	22.494	0,2%
Santa Catarina	23	16.426	0,1%
Sergipe	2	5.779	0,0%
São Paulo	187	86.752	0,2%
Tocantins	45	56	80,4%
Justiça Eleitoral	1.693	259.666	0,6%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.28 - Rin1º - Recorribilidade Interna na Fase de Conhecimento do 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Rin1º - Recorribilidade Interna na Fase de Conhecimento do 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de recursos internos interpostos no 1º Grau da Justiça Eleitoral em relação ao número de sentenças passíveis de recurso interno proferidas no período-base (semestre).

Fórmula: $Rin1^\circ = RIntC1^\circ / SeRInt1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- RIntC1º - Recursos Internos no 1º Grau na Fase de Conhecimento: Os embargos de declaração opostos contra decisão de 1º Grau, no período-base (semestre).
- SeRInt1º - Sentenças no 1º Grau Passíveis de Recurso Interno: As decisões que põem fim à relação processual na fase de conhecimento no 1º Grau, com ou sem a análise do mérito, de extinção de processo por desistência ou renúncia ao direito sobre que se funda a ação, no período-base (semestre).

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.15. Rd1º - Reforma de Decisão no 1º Grau

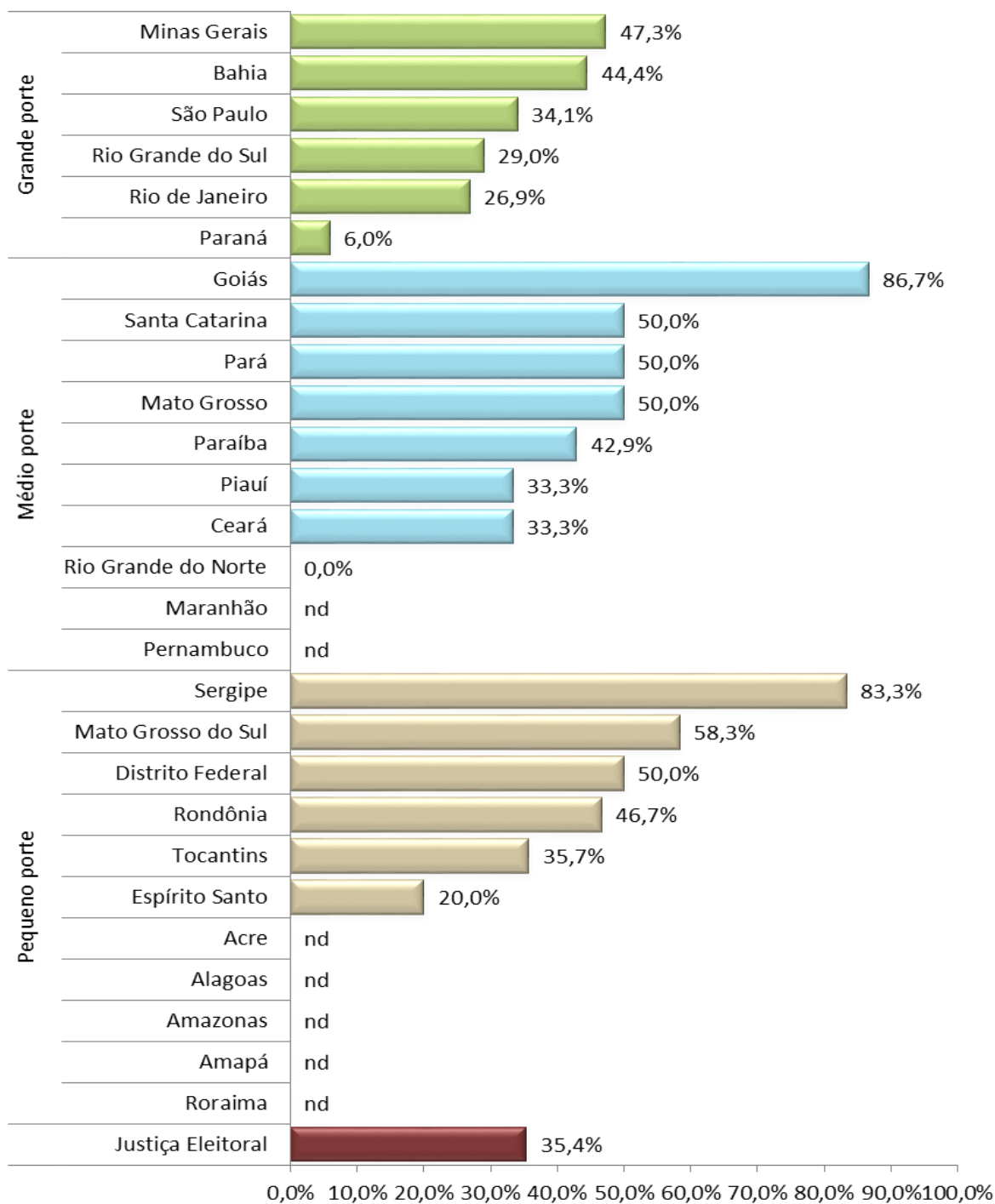
Tabela 2.29 - Rd1º - Reforma de Decisão no 1º Grau

Tribunal Regional Eleitoral	RpAp1º - Recursos de Apelação Criminal Eleitoral Providos pelo TRE	RjAp1º - Recursos de Apelação Criminal Eleitoral Julgados pelo TRE	Rd1º - Reforma de Decisão no 1º Grau
Acre	0	0	nd
Alagoas	0	0	nd
Amazonas	0	0	nd
Amapá	0	0	nd
Bahia	8	18	44,4%
Ceará	3	9	33,3%
Distrito Federal	1	2	50,0%
Espírito Santo	1	5	20,0%
Goiás	13	15	86,7%
Maranhão	0	0	nd
Minas Gerais	26	55	47,3%
Mato Grosso do Sul	7	12	58,3%
Mato Grosso	3	6	50,0%
Pará	1	2	50,0%
Paraíba	3	7	42,9%
Pernambuco	0	0	nd
Piauí	2	6	33,3%
Paraná	4	67	6,0%
Rio de Janeiro	7	26	26,9%
Rio Grande do Norte	0	5	0,0%
Rondônia	7	15	46,7%
Roraima	0	0	nd
Rio Grande do Sul	9	31	29,0%
Santa Catarina	7	14	50,0%
Sergipe	5	6	83,3%
São Paulo	15	44	34,1%
Tocantins	5	14	35,7%
Justiça Eleitoral	127	359	35,4%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.29 - Rd1º - Reforma de Decisão no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Rd1º - Reforma de Decisão no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de recursos julgados e providos contra decisões do 1º Grau da Justiça Eleitoral, ainda que parcialmente, em relação ao número de recursos julgados contra decisões do 1º Grau da Justiça Eleitoral no período-base (semestre).

Fórmula: $Rd1^\circ = RpAP1^\circ / RjAP1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **RpAp1º** - Recursos de Apelação Criminal Eleitoral Providos pelo TRE: Número de recursos de apelação criminal eleitoral julgados e providos pelo TRE, contra decisões proferidas no 1º Grau da Justiça Eleitoral.
- **RjAp1º** - Recursos de Apelação Criminal Eleitoral Julgados pelo TRE: Número de recursos de apelação criminal eleitoral julgados pelo TRE, contra decisões proferidas no 1º Grau da Justiça Eleitoral.

2. Litigiosidade.

2.3. Litigiosidade Total

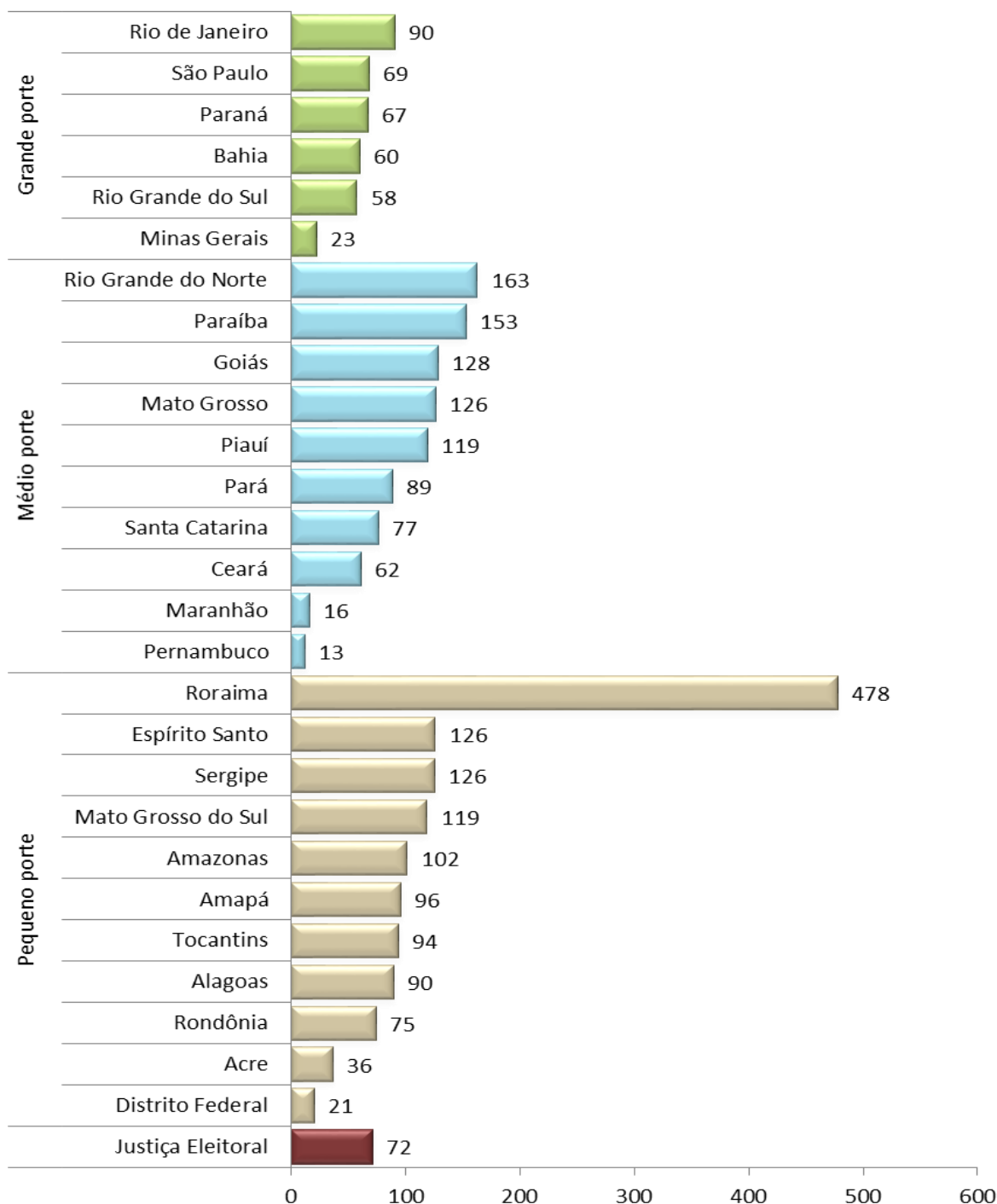
2.3.1. Ch - Casos Novos por 100.000 habitantes

Tabela 2.30 - Ch - Casos Novos por 100.000 habitantes

Tribunal Regional Eleitoral	Cn - Casos Novos	h2 - Número de Habitantes Dividido por 100.000	Ch - Casos Novos por 100.000 habitantes
Acre	282	8	36
Alagoas	2.957	33	90
Amazonas	3.866	38	102
Amapá	709	7	96
Bahia	9.098	150	60
Ceará	5.419	88	62
Distrito Federal	581	28	21
Espírito Santo	4.840	38	126
Goiás	8.261	64	128
Maranhão	1.116	68	16
Minas Gerais	4.707	206	23
Mato Grosso do Sul	3.077	26	119
Mato Grosso	4.022	32	126
Pará	7.130	80	89
Paraíba	5.995	39	153
Pernambuco	1.165	92	13
Piauí	3.792	32	119
Paraná	7.397	110	67
Rio de Janeiro	14.811	164	90
Rio Grande do Norte	5.490	34	163
Rondônia	1.294	17	75
Roraima	2.333	5	478
Rio Grande do Sul	6.439	112	58
Santa Catarina	5.106	66	77
Sergipe	2.761	22	126
São Paulo	29.919	437	69
Tocantins	1.390	15	94
Justiça Eleitoral	143.957	2.011	72

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.30 - Ch - Casos Novos por 100.000 habitantes



Glossário:

Ch - Casos Novos por 100.000 habitantes

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram na Justiça Eleitoral para cada 100.000 habitantes do estado no período-base (semestre).

Fórmula: $Ch = Cn / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $Cn = CnCrim2º + CnNCrim2º + CnCCrim1º + CnCNrim1º + CnExtFisc1º$
- h2 - Número de Habitantes Dividido por 100.000: Número de habitantes do Estado baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

2. Litigiosidade.

2.3. Litigiosidade Total

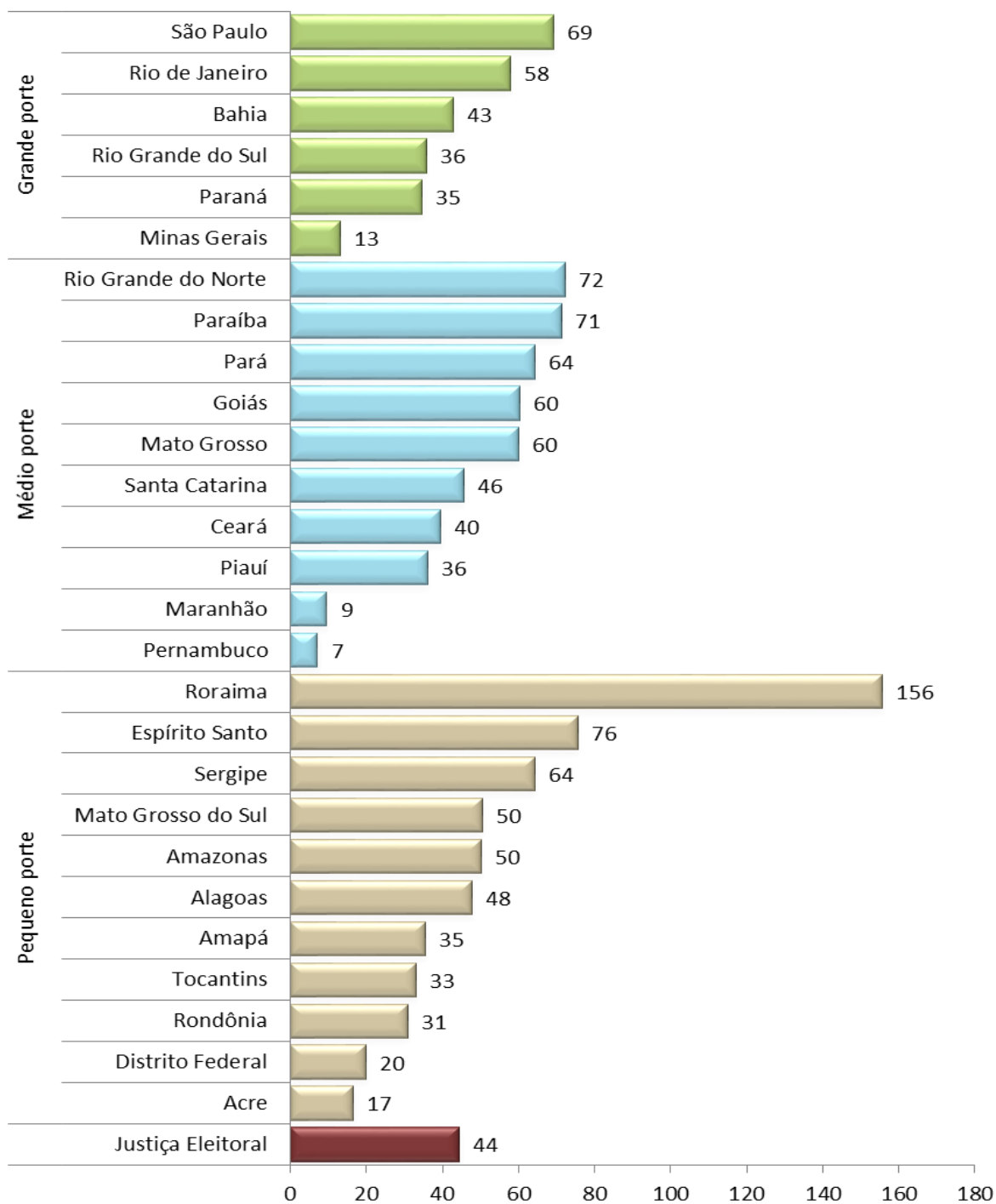
2.3.2. Cm - Casos Novos por Magistrado

Tabela 2.31 - Cm - Casos Novos por Magistrado

Tribunal Regional Eleitoral	Cn - Casos Novos	Mag - Total de Magistrados do Tribunal Regional Eleitoral	Cm - Casos Novos por Magistrado
Acre	282	17	17
Alagoas	2.957	62	48
Amazonas	3.866	77	50
Amapá	709	20	35
Bahia	9.098	212	43
Ceará	5.419	137	40
Distrito Federal	581	29	20
Espírito Santo	4.840	64	76
Goiás	8.261	137	60
Maranhão	1.116	118	9
Minas Gerais	4.707	358	13
Mato Grosso do Sul	3.077	61	50
Mato Grosso	4.022	67	60
Pará	7.130	111	64
Paraíba	5.995	84	71
Pernambuco	1.165	165	7
Piauí	3.792	105	36
Paraná	7.397	213	35
Rio de Janeiro	14.811	256	58
Rio Grande do Norte	5.490	76	72
Rondônia	1.294	42	31
Roraima	2.333	15	156
Rio Grande do Sul	6.439	180	36
Santa Catarina	5.106	112	46
Sergipe	2.761	43	64
São Paulo	29.919	432	69
Tocantins	1.390	42	33
Justiça Eleitoral	143.957	3.235	44

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.31 - Cm - Casos Novos por Magistrado



Glossário:

Cm - Casos Novos por Magistrado

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram na Justiça Eleitoral para cada Magistrado no período-base (semestre).

Fórmula: $Cm = Cn / Mag$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $Cn = CnCrim2^o + CnNCrim2^o + CnCCrim1^o + CnCNCRim1^o + CnExtFisc1^o$
- $Mag = Mag2^o + Mag1^o$

2. Litigiosidade.

2.3. Litigiosidade Total

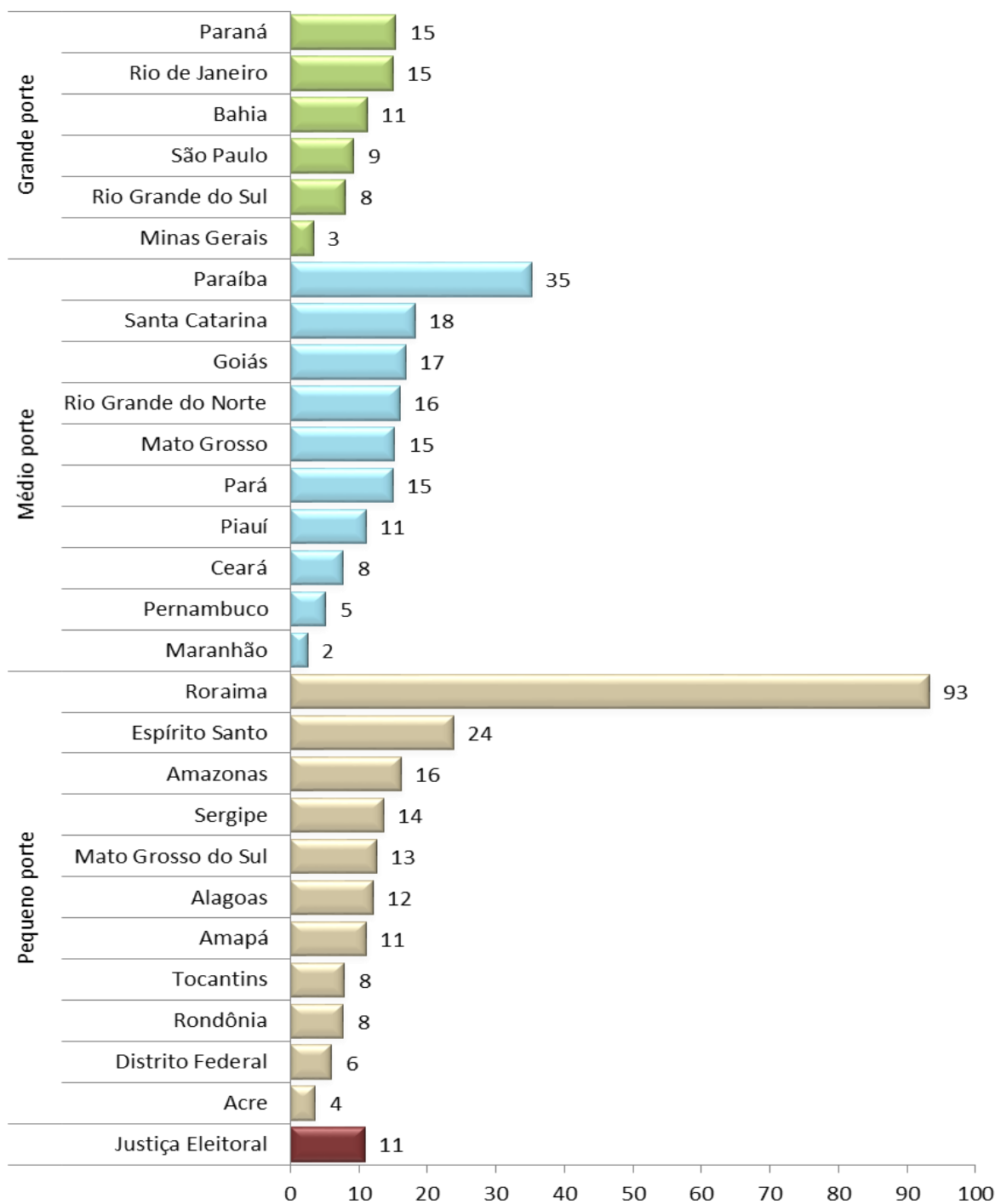
2.3.3. Cs - Casos Novos por Servidor

Tabela 2.32 - Cs - Casos Novos por Servidor

Tribunal Regional Eleitoral	Cn - Casos Novos	SaJud - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária	Cs - Casos Novos por Servidor
Acre	282	77	4
Alagoas	2.957	245	12
Amazonas	3.866	238	16
Amapá	709	64	11
Bahia	9.098	815	11
Ceará	5.419	706	8
Distrito Federal	581	98	6
Espírito Santo	4.840	203	24
Goiás	8.261	488	17
Maranhão	1.116	449	2
Minas Gerais	4.707	1.416	3
Mato Grosso do Sul	3.077	244	13
Mato Grosso	4.022	264	15
Pará	7.130	474	15
Paraíba	5.995	170	35
Pernambuco	1.165	228	5
Piauí	3.792	341	11
Paraná	7.397	480	15
Rio de Janeiro	14.811	989	15
Rio Grande do Norte	5.490	344	16
Rondônia	1.294	167	8
Roraima	2.333	25	93
Rio Grande do Sul	6.439	807	8
Santa Catarina	5.106	281	18
Sergipe	2.761	203	14
São Paulo	29.919	3.248	9
Tocantins	1.390	177	8
Justiça Eleitoral	143.957	13.241	11

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.32 - Cs - Casos Novos por Servidor



Glossário:

Cs - Casos Novos por Servidor

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram na Justiça Eleitoral em relação ao total de servidores da área judiciária no período-base (semestre).

Fórmula: $Cs = Cn / SaJud$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $Cn = CnCrim2^o + CnNCrim2^o + CnCCrim1^o + CnCNCrim1^o + CnExtFisc1^o$
- $SaJud = SaJud2^o + SaJud1^o$

2. Litigiosidade.

2.3. Litigiosidade Total

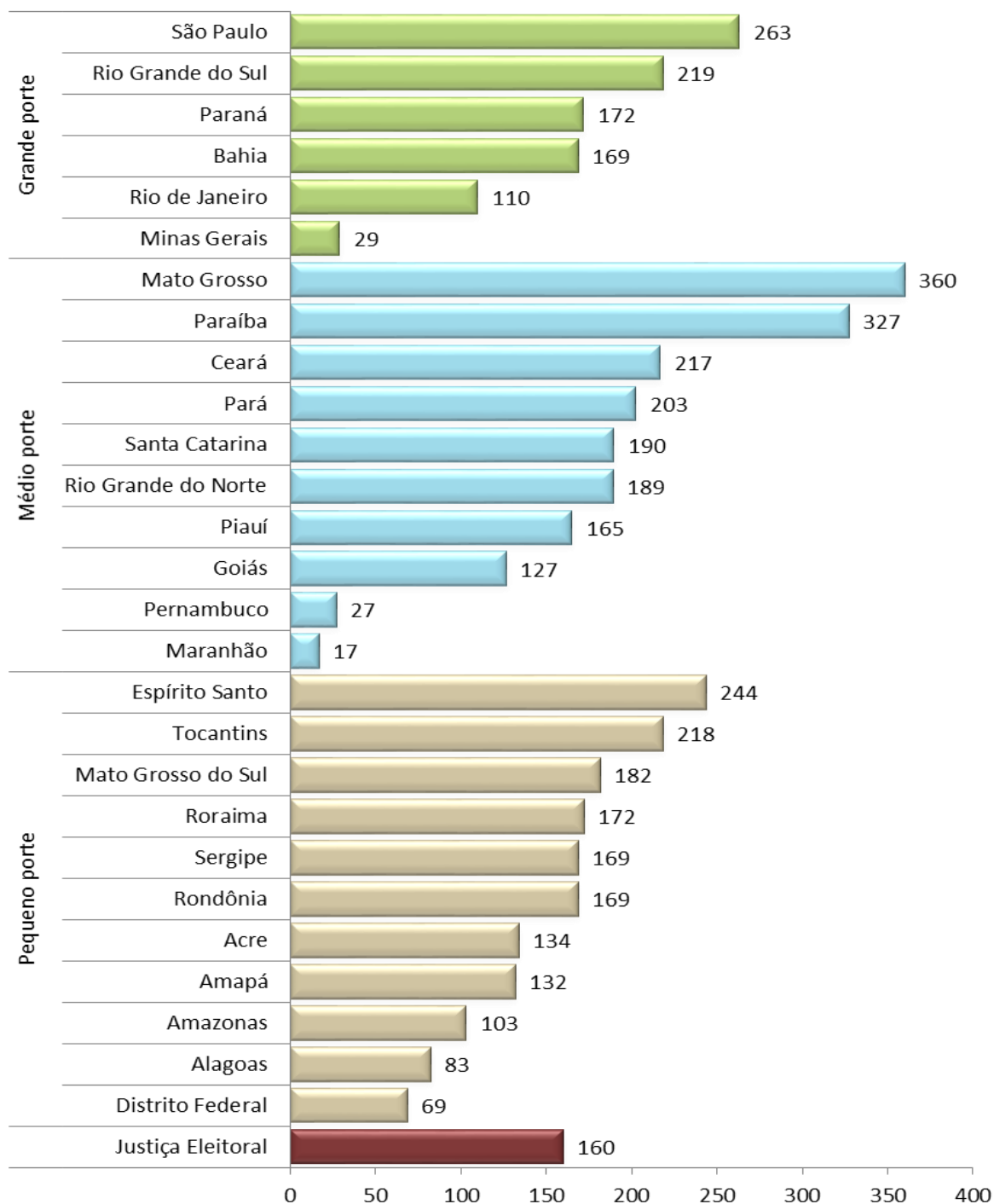
2.3.4. K - Carga de Trabalho dos Magistrados

Tabela 2.33 - K - Carga de Trabalho dos Magistrados

Tribunal Regional Eleitoral	Cn - Casos Novos	Cp - Casos Pendentes	RIntC1º - Recursos Internos no 1º Grau na Fase de Conhecimento	RIntCP1º - Recursos Internos Pendentes no 1º Grau na Fase de Conhecimento	Mag - Total de Magistrados do Tribunal Regional Eleitoral	K - Carga de Trabalho dos Magistrados
Acre	282	1.962	0	0	17	134
Alagoas	2.957	2.130	36	0	62	83
Amazonas	3.866	3.467	253	121	77	103
Amapá	709	1.844	1	0	20	132
Bahia	9.098	26.139	139	63	212	169
Ceará	5.419	23.593	153	34	137	217
Distrito Federal	581	1.387	0	0	29	69
Espírito Santo	4.840	10.629	25	0	64	244
Goiás	8.261	8.857	39	0	137	127
Maranhão	1.116	590	134	2	118	17
Minas Gerais	4.707	4.542	6	1	358	29
Mato Grosso do Sul	3.077	7.904	13	6	61	182
Mato Grosso	4.022	19.392	11	0	67	360
Pará	7.130	15.214	3	2	111	203
Paraíba	5.995	21.395	0	0	84	327
Pernambuco	1.165	2.989	108	55	165	27
Piauí	3.792	13.303	27	0	105	165
Paraná	7.397	28.785	165	1	213	172
Rio de Janeiro	14.811	12.663	260	32	256	110
Rio Grande do Norte	5.490	8.769	13	9	76	189
Rondônia	1.294	5.768	0	0	42	169
Roraima	2.333	228	0	0	15	172
Rio Grande do Sul	6.439	32.712	50	0	180	219
Santa Catarina	5.106	16.004	23	2	112	190
Sergipe	2.761	4.440	2	3	43	169
São Paulo	29.919	83.002	187	0	432	263
Tocantins	1.390	7.549	45	18	42	218
Justiça Eleitoral	143.957	365.257	1.693	349	3.235	160

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.33 - K - Carga de Trabalho dos Magistrados



Glossário:

K - Carga de Trabalho dos Magistrados

Finalidade: Indicar a carga de trabalho dos magistrados da Justiça Eleitoral no período-base (semestre).

Fórmula: $K = (Cn + Cp + RIntC1^o + RIntCP1^o) / Mag$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $Cn = CnCrim2^o + CnNCrim2^o + CnCCrim1^o + CnCNCrim1^o + CnExtFisc1^o$
- $Cp = CpCrim2^o + CpNCrim2^o + CpCCrim1^o + CpCNCrim1^o + CpExtFisc1^o$
- $RIntC1^o$ - Recursos Internos no 1º Grau na Fase de Conhecimento: Os embargos de declaração opostos contra decisão de 1º Grau, no período-base (semestre).
- $RIntCP1^o$ - Recursos Internos Pendentes no 1º Grau na Fase de Conhecimento: Saldo residual de embargos de declaração contra decisão de 1º Grau opostos até o final do período anterior ao período-base e que não foram decididos até o final do período anterior ao período-base (semestre).
- $Mag = Mag2^o + Mag1^o$

2. Litigiosidade.

2.3. Litigiosidade Total

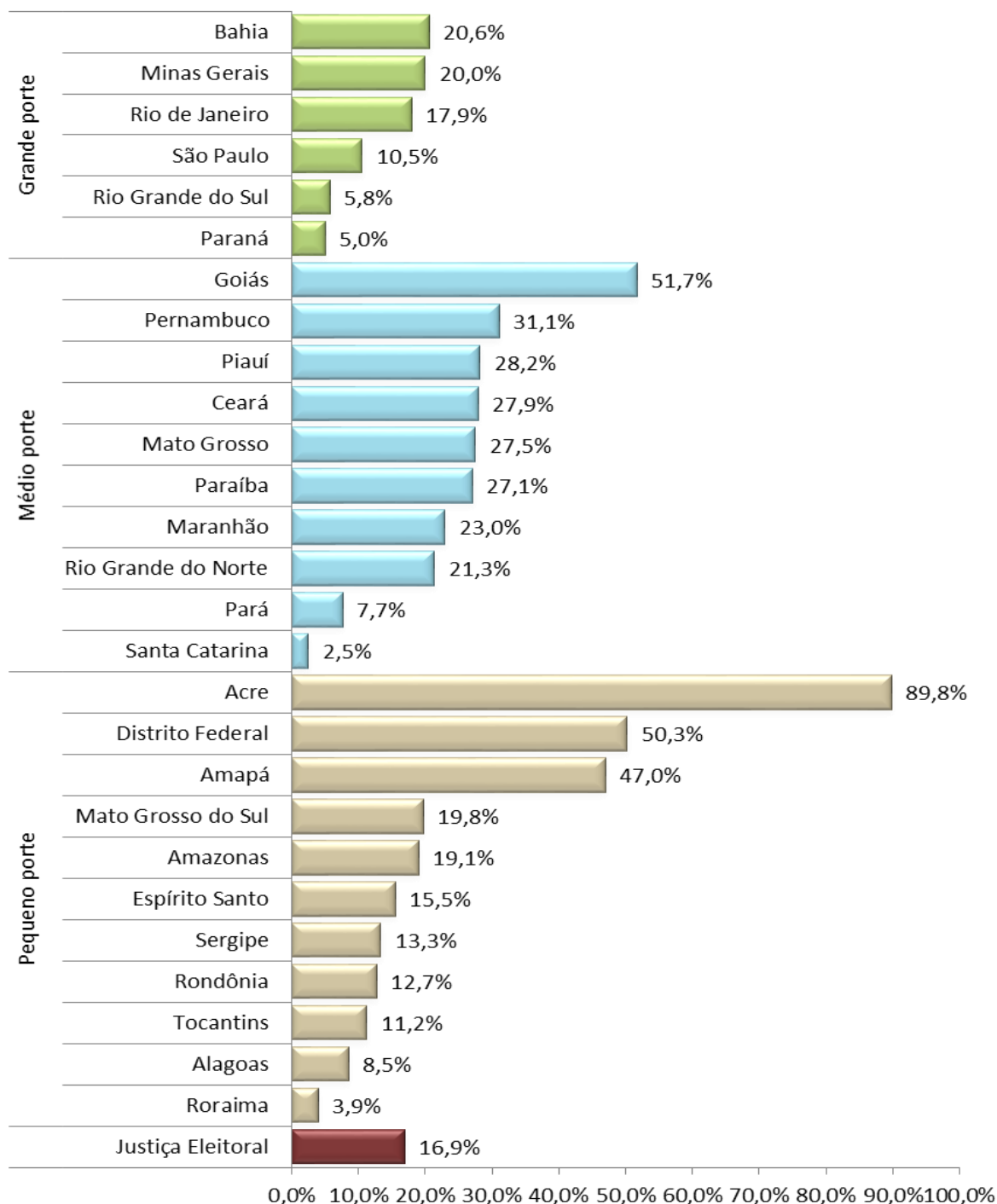
2.3.5. TC - Taxa de Congestionamento

Tabela 2.34 - TC - Taxa de Congestionamento

Tribunal Regional Eleitoral	TBaix - Total de Processos Baixados	Cn - Casos Novos	Cp - Casos Pendentes	TC - Taxa de Congestionamento
Acre	228	282	1.962	89,8%
Alagoas	4.653	2.957	2.130	8,5%
Amazonas	5.936	3.866	3.467	19,1%
Amapá	1.353	709	1.844	47,0%
Bahia	27.965	9.098	26.139	20,6%
Ceará	20.919	5.419	23.593	27,9%
Distrito Federal	979	581	1.387	50,3%
Espírito Santo	13.074	4.840	10.629	15,5%
Goiás	8.270	8.261	8.857	51,7%
Maranhão	1.314	1.116	590	23,0%
Minas Gerais	7.403	4.707	4.542	20,0%
Mato Grosso do Sul	8.812	3.077	7.904	19,8%
Mato Grosso	16.979	4.022	19.392	27,5%
Pará	20.626	7.130	15.214	7,7%
Paraíba	19.964	5.995	21.395	27,1%
Pernambuco	2.863	1.165	2.989	31,1%
Piauí	12.280	3.792	13.303	28,2%
Paraná	34.361	7.397	28.785	5,0%
Rio de Janeiro	22.550	14.811	12.663	17,9%
Rio Grande do Norte	11.215	5.490	8.769	21,3%
Rondônia	6.164	1.294	5.768	12,7%
Roraima	2.460	2.333	228	3,9%
Rio Grande do Sul	36.881	6.439	32.712	5,8%
Santa Catarina	20.576	5.106	16.004	2,5%
Sergipe	6.240	2.761	4.440	13,3%
São Paulo	101.034	29.919	83.002	10,5%
Tocantins	7.934	1.390	7.549	11,2%
Justiça Eleitoral	423.033	143.957	365.257	16,9%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.34 - TC - Taxa de Congestionamento



Glossário:

TC - Taxa de Congestionamento

Finalidade: Indicar a taxa de congestionamento da Justiça Eleitoral no período-base (semestre).

Fórmula: $TC = 1 - (T_{Baix} / (C_n + C_p))$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $T_{Baix} = T_{BaixCrim2º} + T_{BaixNCrim2º} + T_{BaixCCrim1º} + T_{BaixCNCrim1º} + T_{BaixExtFisc1º}$
- $C_n = C_{nCrim2º} + C_{nNCrim2º} + C_{nCCrim1º} + C_{nCNCrim1º} + C_{nExtFisc1º}$
- $C_p = C_{pCrim2º} + C_{pNCrim2º} + C_{pCCrim1º} + C_{pCNCrim1º} + C_{pExtFisc1º}$

2. Litigiosidade.

2.3. Litigiosidade Total

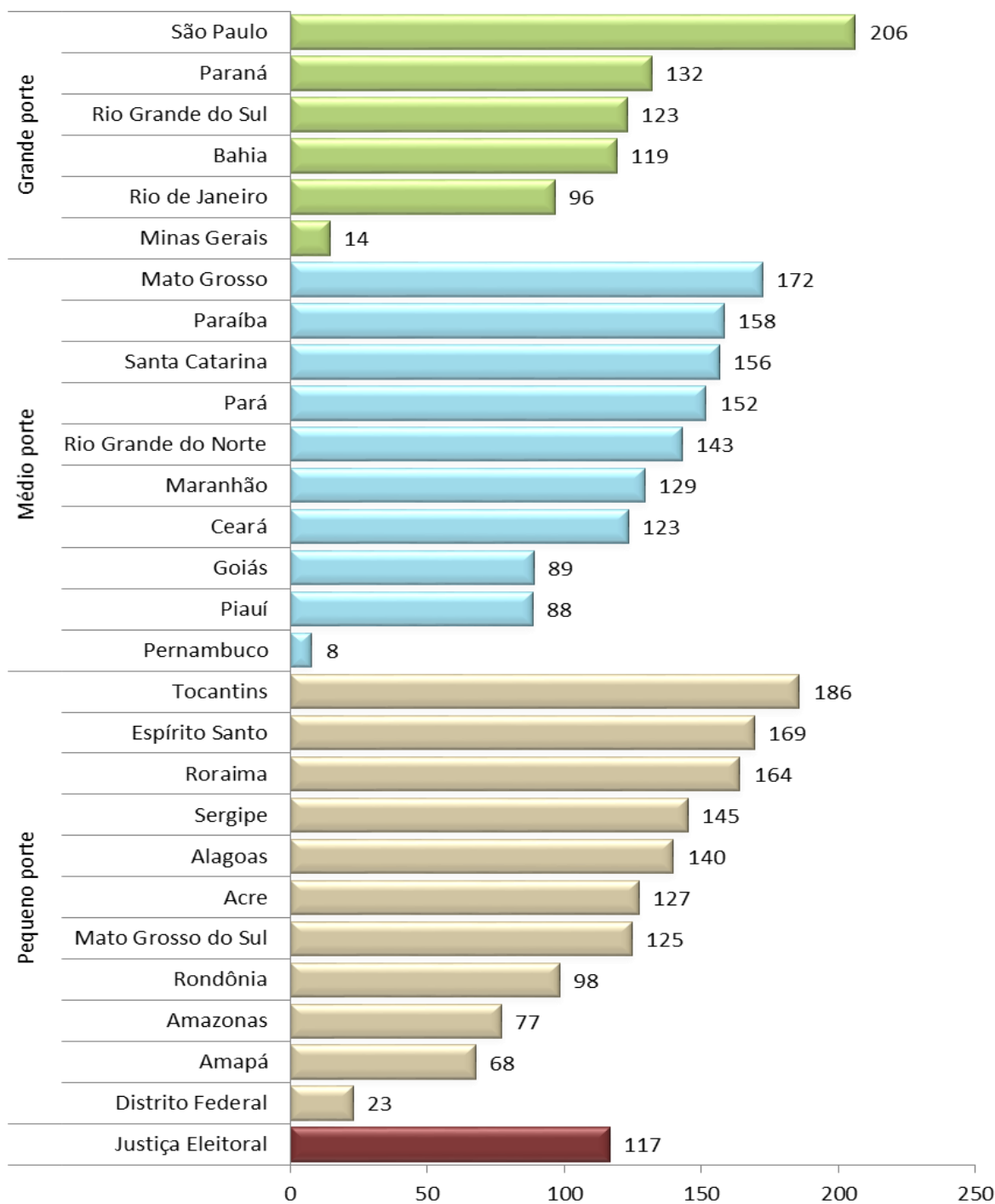
2.3.6. SM - Sentenças / Decisões Terminativas de Processo por Magistrado

Tabela 2.35 - SM - Sentenças / Decisões Terminativas de Processo por Magistrado

Tribunal Regional Eleitoral	Sent - Total de Sentenças / Decisões	Mag - Total de Magistrados do Tribunal Regional Eleitoral	SM - Sentenças / Decisões Terminativas de Processo por Magistrado
Acre	2.163	17	127
Alagoas	8.668	62	140
Amazonas	5.936	77	77
Amapá	1.353	20	68
Bahia	25.228	212	119
Ceará	16.895	137	123
Distrito Federal	664	29	23
Espírito Santo	10.840	64	169
Goiás	12.171	137	89
Maranhão	15.272	118	129
Minas Gerais	5.183	358	14
Mato Grosso do Sul	7.599	61	125
Mato Grosso	11.539	67	172
Pará	16.832	111	152
Paraíba	13.298	84	158
Pernambuco	1.250	165	8
Piauí	9.281	105	88
Paraná	28.080	213	132
Rio de Janeiro	24.681	256	96
Rio Grande do Norte	10.861	76	143
Rondônia	4.136	42	98
Roraima	2.460	15	164
Rio Grande do Sul	22.150	180	123
Santa Catarina	17.524	112	156
Sergipe	6.240	43	145
São Paulo	89.035	432	206
Tocantins	7.798	42	186
Justiça Eleitoral	377.137	3.235	117

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.35 - SM - Sentenças / Decisões Terminativas de Processo por Magistrado



Glossário:

SM - Sentenças / Decisões Terminativas de Processo por Magistrado

Finalidade: Indicar o número de sentenças / decisões proferidas na Justiça Eleitoral por cada Magistrado no período-base (semestre).

Fórmula: $SM = \text{Sent} / \text{Mag}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $\text{Sent} = \text{DecCrim2}^\circ + \text{DecNCrim2}^\circ + \text{SentCCrim1}^\circ + \text{SentCNCrim1}^\circ + \text{SentExtFisc1}^\circ$
- $\text{Mag} = \text{Mag2}^\circ + \text{Mag1}^\circ$

2. Litigiosidade.

2.3. Litigiosidade Total

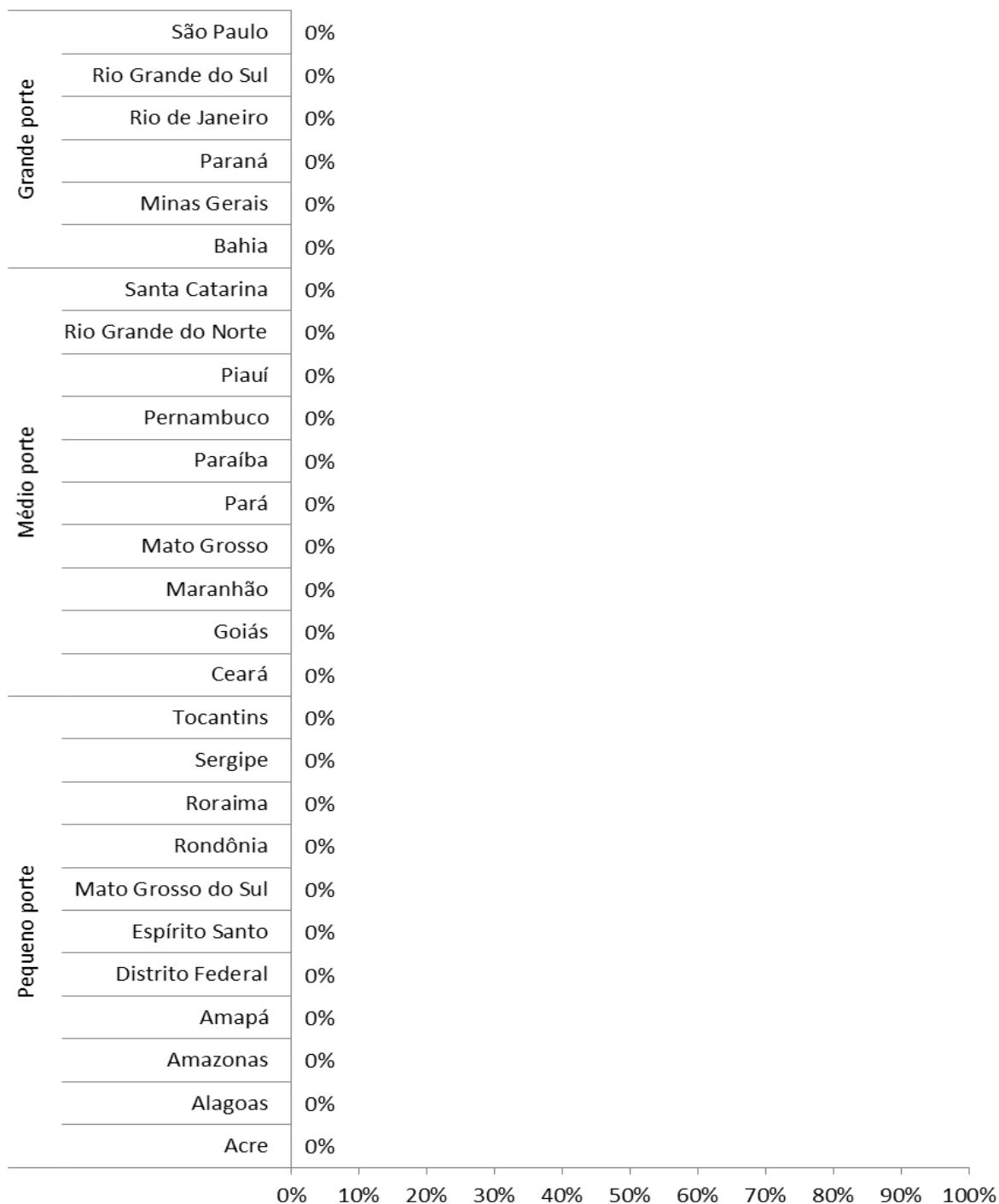
2.3.7. ProcEI - Índice de Processos Eletrônicos

Tabela 2.36 - ProcEI - Índice de Processos Eletrônicos

Tribunal Regional Eleitoral	CnElet - Casos Novos Eletrônicos	Cn - Casos Novos	ProcEI - Índice de Processos Eletrônicos
Acre	0	282	0%
Alagoas	0	2.957	0%
Amazonas	0	3.866	0%
Amapá	0	709	0%
Bahia	0	9.098	0%
Ceará	0	5.419	0%
Distrito Federal	0	581	0%
Espírito Santo	0	4.840	0%
Goiás	0	8.261	0%
Maranhão	0	1.116	0%
Minas Gerais	0	4.707	0%
Mato Grosso do Sul	0	3.077	0%
Mato Grosso	0	4.022	0%
Pará	0	7.130	0%
Paraíba	0	5.995	0%
Pernambuco	0	1.165	0%
Piauí	0	3.792	0%
Paraná	0	7.397	0%
Rio de Janeiro	0	14.811	0%
Rio Grande do Norte	0	5.490	0%
Rondônia	0	1.294	0%
Roraima	0	2.333	0%
Rio Grande do Sul	0	6.439	0%
Santa Catarina	0	5.106	0%
Sergipe	0	2.761	0%
São Paulo	0	29.919	0%
Tocantins	0	1.390	0%
Justiça Eleitoral	0	143.957	0%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.36 - ProcEI - Índice de Processos Eletrônicos



Glossário:

ProcEI - Índice de Processos Eletrônicos

Finalidade: Indicar o número de processos eletrônicos na Justiça Eleitoral no período-base (semestre).

Fórmula: $\text{ProcEI} = \text{CnElet} / \text{Cn}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $\text{CnElet} = \text{CnElet2º} + \text{CnElet1º}$
- $\text{Cn} = \text{CnCrim2º} + \text{CnNCrim2º} + \text{CnCrim1º} + \text{CnCNrim1º} + \text{CnExtFisc1º}$

2. Litigiosidade.

2.3. Litigiosidade Total

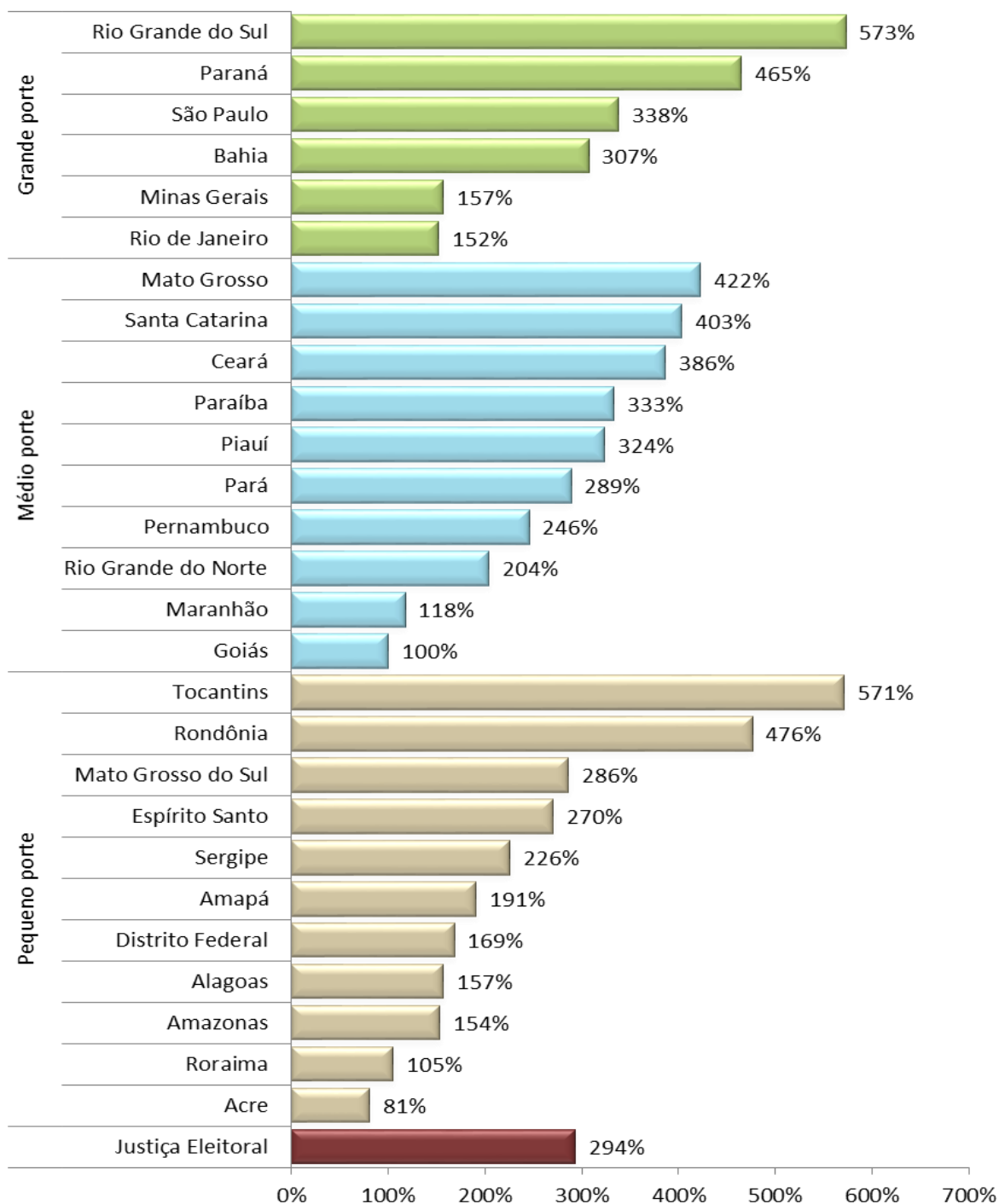
2.3.8. IAD - Processos Baixados por Caso Novo

Tabela 2.37 - IAD - Processos Baixados por Caso Novo

Tribunal Regional Eleitoral	TBaix - Total de Processos Baixados	Cn - Casos Novos	IAD - Processos Baixados por Caso Novo
Acre	228	282	81%
Alagoas	4.653	2.957	157%
Amazonas	5.936	3.866	154%
Amapá	1.353	709	191%
Bahia	27.965	9.098	307%
Ceará	20.919	5.419	386%
Distrito Federal	979	581	169%
Espírito Santo	13.074	4.840	270%
Goiás	8.270	8.261	100%
Maranhão	1.314	1.116	118%
Minas Gerais	7.403	4.707	157%
Mato Grosso do Sul	8.812	3.077	286%
Mato Grosso	16.979	4.022	422%
Pará	20.626	7.130	289%
Paraíba	19.964	5.995	333%
Pernambuco	2.863	1.165	246%
Piauí	12.280	3.792	324%
Paraná	34.361	7.397	465%
Rio de Janeiro	22.550	14.811	152%
Rio Grande do Norte	11.215	5.490	204%
Rondônia	6.164	1.294	476%
Roraima	2.460	2.333	105%
Rio Grande do Sul	36.881	6.439	573%
Santa Catarina	20.576	5.106	403%
Sergipe	6.240	2.761	226%
São Paulo	101.034	29.919	338%
Tocantins	7.934	1.390	571%
Justiça Eleitoral	423.033	143.957	294%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.37 - IAD - Processos Baixados por Caso Novo



Glossário:

IAD - Processos Baixados por Caso Novo

Finalidade: Indicar o percentual do total de processos baixados em relação ao número de casos novos na Justiça Eleitoral no período-base (semestre).

Fórmula: $IAD = T_{Baix} / Cn$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $T_{Baix} = T_{BaixCrim2º} + T_{BaixNCrim2º} + T_{BaixCCrim1º} + T_{BaixCNCrim1º} + T_{BaixExtFisc1º}$
- $Cn = CnCrim2º + CnNCrim2º + CnCCrim1º + CnCNCrim1º + CnExtFisc1º$